

ISSN 2596-2892 (edição online)
ISSN 2446-5089 (edição impressa)

XIII CONIC

Importância e abrangência
do empreendedorismo

2013

XIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Volume 1 - Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

De 24 a 26 de outubro | Campus do UNI-RN

ANAIS



ISSN 2596-2892 (edição online)
ISSN 2446-5089 (edição impressa)

XIII CONIC

Importância e abrangência
do empreendedorismo

2013

XIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

De 24 a 26 de outubro | Campus do UNI-RN

ANAIS



**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:
IMPORTÂNCIA E ABRANGÊNCIA DO EMPREENDEDORISMO**

**NATAL/RN
2013**

ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CONIC:
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN
Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540
Portal de Revistas: <http://revistas.unirn.edu.br>

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (13: 2013: Natal, RN).

Anais do Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN: “Importância e abrangência do empreendedorismo”, Natal (RN), 24 a 26 de outubro de 2013. – Natal: UNI-RN, 2013.

2 v. (i, 212 f.; ii, 291 f.)
ISSN 2596-2892 (edição online)
ISSN 2446-5089 (edição impressa)

(Ciências Sociais e Exatas; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Educação - Resumos. 2. Saúde - Resumos. 3. Empreendedorismo - Resumos. 4. Iniciação Científica - Resumos. I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 001(063)

Fernando Roberto Brandão da Silva (CRB 15/383)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito
Chanceler do UNI-RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO UNI-RN
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO.

Reitoria do UNI-RN – Prof^o. Daladier Pessoa Cunha Lima
Direção Geral Adjunta – Prof^a. Angela Maria Guerra Fonseca
Assessoria de Planejamento – Prof^o Alcir Veras da Silva
Assessoria de Comunicação – Graciema Maria Carneiro
Secretaria Geral – Rosana Karla Pereira Caldas
Prefeitura do Campus – Josefa Arioene Medeiros
Biblioteca – Helena Maria da Silva Barroso

ÁREA ACADÊMICA

Pró-Reitoria Acadêmica – Prof^a. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Controle Acadêmico – Patrícia Falcone Pessoa
Núcleo Didático-Pedagógico – Prof^a. Angela Maria Guerra Fonseca
Coordenação dos Cursos de Administração e Administração com Habilitação em Marketing –
Prof^a Catarina da Silva Souza
Coordenação do Curso de Bacharelado em Sistema de Informação e Licenciatura em
Computação – Prof^a. Livia Maria Martins da Silva
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis – Prof^o. Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Coordenação do Curso de Direito – Prof^o. Walber Cunha Lima
Coordenação do Curso de Educação Física – Prof^a. Vera Lúcia Brüch
Coordenação do Curso de Enfermagem – Prof^a. Rejane Millions Viana Meneses
Coordenação do Curso de Fisioterapia – Prof^a. Robson Alves da Silva
Coordenação do Curso de Nutrição – Prof^a. Carina Leite de Araújo Oliveira
Coordenação do Curso de Psicologia – Prof^a. Jordana Celli Bulhões Campos
Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação – Prof^o. Aluisio Alberto Dantas
Núcleo de Extensão Universitária – Prof^a. Ana Maria da Silva Souza

ÁREA ADMINISTRATIVA

Pró-Reitoria Administrativa – Prof^o Édson Luiz Amaral de Oliveira
Setor de Informática – Francisco das Chagas da Silva
Setor de Recursos Humanos – Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Setor de Contabilidade – Cláudio Cesar Formiga Barbosa
Setor de Compras, Material e Patrimônio – Dickson Pessoa de Lima
Setor de Serviços Gráficos – Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação

Alúcio Alberto Dantas

Representante da Direção Geral

Alcir Veras da Silva

Assessoria de Comunicação

Graciema Maria Carneiro

Biblioteca

Helena Maria da Silva Barroso

Curso de Administração e Marketing

Catarina da Silva Souza

Curso de Ciências Contábeis

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira

Curso de Direito

Walber Cunha Lima

Curso de Educação Física

Vera Lúcia Bruch

Curso de Enfermagem

Rejane Millions Viana Meneses

Cléa Maria da Costa Moreno

Curso de Fisioterapia

Robson Alves da Silva

André Luiz Silva Davim

Curso de Informática

Lívia Maria Martins da Silva

Curso de Nutrição

Carina Leite de Araujo Oliveira

Curso de Psicologia

Jordana Celli Bulhões Campos

SECRETARIA EXECUTIVA

Alcir Veras da Silva
Alúcio Alberto Dantas
Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Ana Maria da Silva Souza
Ângela Maria Guerra Fonseca
Carina Leite de Araújo Oliveira
Cláudio Cesar Formiga Barbosa
Catarina da Silva Souza
Dickson Pessoa de Lima
Édson Luiz Amaral de Oliveira
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Francisco das Chagas da Silva
Graciema Maria Carneiro
Helena Maria da Silva Barroso
Jordana Celli Bulhões Campos
Josefa Arioene Medeiros
Livia Maria Martins da Silva
Patrícia Falcone Pessoa
Rejane Millions Viana Meneses
Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Robson Alves da Silva
Romeica Cunha Lima Rosado Batista
Rosana Karla Pereira Caldas
Vania de Vasconcelos Gico
Vera Lúcia Bruch
Walber Cunha Lima

APRESENTAÇÃO

O 13º Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, realizado em outubro de 2013, mais uma vez foi um sucesso. Durante três dias, professores e alunos interagiram e desenvolveram atividades acadêmicas de forma intensa. Além da apresentação dos trabalhos, em forma de comunicação livre ou de poster, ocorreram exposições, música, dança, teatro, palestras e muitos outros eventos capazes de despertar o interesse dos docentes e discentes. Vale lembrar que o Congresso é o ponto culminante de muitas ações antes desenvolvidas na preparação dos trabalhos, principalmente por parte dos alunos, mas com a devida orientação dos professores. Gosto sempre de repetir que o UNI-RN se orgulha do seu projeto inovador de iniciação científica, um dos pilares da qualidade acadêmica da Instituição. Parabéns aos autores dos trabalhos científicos apresentados durante o 13º CONIC, cujos resumos fazem parte deste compêndio, e que revelam o elevado padrão acadêmico do UNI-RN.

Natal, outubro de 2013.

Daladier Pessoa Cunha Lima

Reitor do UNI-RN

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROFESSORES AVALIADORES	
ADMINISTRAÇÃO	<i>Aluísio Alberto Dantas Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti Karina de Oliveira Costa Bezerra Luiz Augusto M. Mendes Filho Marcio Carvalho de Brito</i>	
CONTABILIDADE	<i>Aluísio Alberto Dantas Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara Augusto Cesar Rebouças de Brito Cásio Carlos Pereira Barreto Joana Darc Medeiros Martins José Emerson Firmino Marcio Carvalho de Brito Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira Roberto Davi Miranda da Costa Thereza Angélica Bezerra de Souza</i>	
DIREITO	<i>Ana Paula Oliveira Cacho Carlos Thompson Costa Fernandes Edinaldo Benicio de Sa Junior Everton da Silva Rocha Fabio Fidelis de Oliveira Gabriella Simonetti M. P. Barbalho Glaucineia Gomes de Lima Henrique Batista de Araujo Neto Humberto Lima de Lucena Filho José Albenes Bezerra Junior José Eduardo de Almeida Moura João Batista Machado Barbosa</i>	<i>Juliana Maria Rocha B. da Silva Kaio Alencar de Azevedo Dantas Lenice Silveira Moreira de Moura Luciana Flávia Nunes Casimiro Luiz Eduardo Marinho Costa Marcelo de Barros Dantas Marcelo Maurício da Silva Mario Sergio Falcão Maia Rasland Costa de Luna Freire Ronaldo Alencar dos Santos Sandresson de Menezes Lopes</i>
INFORMÁTICA	<i>Alexandre Luiz Galvão Damasceno Aluísio Ferreira da Rocha Neto Cristiane Clébia Barbosa Itamir de Moraes Barroca Filho Kaio Alencar de Azevedo Dantas Luiz Augusto Machado Mendes Filho Romulo Fagundes Cantanhede Ytalo Rosendo do Amaral</i>	
SERVIÇO SOCIAL	<i>Izete Soares da Silva Dantas Pereira</i>	

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

A EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DOS MODELOS DE GERENCIAMENTO DE CRIAÇÃO DE VALOR E MENSURAÇÃO DE RISCO.....	14
A IMPORTANCIA DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE.....	15
A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES: UM ESTUDO NA KEKA EMBALAGENS DA CIDADE DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ-RN.....	16
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PREVIDÊNCIA OFICIAL E PRIVADA NO BRASIL.....	17
ANÁLISE DE INDICADORES ECONOMICOS FINANCEIROS: INSTRUMENTOS DE APOIO AO ORÇAMENTO E CONTROLADORIA DA INSTRUMED MEDICAMENTOS.....	18
ANÁLISE DO NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS ALUNOS EGRESSOS E CONCLUITES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO UNIRN.....	19
ANÁLISE FINANCEIRA DOS MERCADOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL.....	20
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM ESTUDO DE CASO NO NATALCARD/SETURN.....	21
CLIMA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO NO SETOR DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE (SESAP).....	22
CONSUMO CONSCIENTE: UMA ANÁLISE DO GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO UNI-RN QUANTO AO CONSUMO DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA MÓVEL.....	23
DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA EÓLICA NO RIO GRANDE DO NORTE.....	24
DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL SOB A ÓTICA DO ENDIVIDAMENTO.....	25
EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE DO PERFIL EMPREENDEDOR DOS ALUNOS DO 8º PERÍODO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	26
ESTRATÉGIAS DE MARKETING PARA ACADEMIA SAÚDE FITNESS.....	27
FALSAMENTE VERDES.....	28
GESTÃO DOS RECURSOS COMUNS UM CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE.....	29
GESTÃO ORGANIZACIONAL NA EMPRESA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA AZEVEDO CARNES.....	30
LOGÍSTICA E SERVIÇO AO CLIENTE COMO COMBINAÇÃO EFICAZ DO MERCADO ATUAL.....	31
MARKETING DE VAREJO DIGITAL: NOVOS DESAFIOS PARA A EMPRESA MARIA FULÔ NA CIDADE DO NATAL/RN.....	32
NOSQL -- UMA NOVA FORMA DE BANCO DE DADOS PARA WEB.....	33
O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE.....	34
O IMPACTO DO CLIMA ORGANIZACIONAL NO PROCESSO DE GERENCIAMENTO EM UMA EMPRESA DE ENGENHARIA.....	35
O QUADRANTE MÁGICO DO GARTNER.....	36
OS COMERCIANTES INFORMAIS E A REPRESSÃO DA FIFA NA COPA DE 2014.....	37
OTIMIZAÇÃO DO RESSUPRIMENTO LOGÍSTICO: UM ESTUDO DE CASO NA EQUIPE PARAOLÍMPICA DE BASQUETE DO RIO GRANDE DO NORTE.....	38
POSSIBILIDADES DE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS EM ÁREAS DE DESERTIFICAÇÃO NO RN.....	39
PREPARAÇÃO PARA UMA OFERTA PÚBLICA INICIAL (IPO).....	40
PROJETO PRO-SERTÃO - INTERIORIZAÇÃO DAS INDUSTRIAS NO RN.....	41
PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS DE E-COMMERCE PARA VENDAS DE MÁQUINAS DE PADARIA NO RN.....	42
SATISFAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA PERES E PERES IMÓVEIS.....	43
SUSTENTABILIDADE: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O PROCESSO PRODUTIVO NA VISÃO DOS COLABORADORES DA CERÂMICA TAVARES.....	44

CONTABILIDADE

A ANÁLISE DA CONTABILIDADE DE CUSTOS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	46
A EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NO SETOR DA SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO NUM MUNICÍPIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	47
A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS: ANALISE DA GRI: UM ESTUDO EM EMPRESAS DO SEGMENTO DA ENERGIA LIASADAS NA BM&BOVESPA.....	48
ANÁLISE COMPARATIVA: UM ESTUDO DE RESULTADO ENTRE AS PREVIDÊNCIAS OFICIAL E A PRIVADA.....	49
A RELEVANCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA CONTABILIDADE UM COMPARATIVO ENTRE ESTUDANTES INGRESSANTES E CONCLUINTES.....	50
A RELEVÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, COM A UTILIZAÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL, O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, EM UMA INCORPORADORA.....	51

ASSÉDIO MORAL EM RELAÇÃO AO PROFISSIONAL CONTÁBIL.....	52
CONTABILIDADE GERENCIAL: ESTUDO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	53
CONTABILIDADE INTERNACIONAL E TRIBUTOS.....	54
CONTROLE INTERNO: ESTUDO SOBRE SUA IMPLANTAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE GOIANINHA, PEDRO VELHO E PUREZA DO RIO GRANDE DO NORTE.....	55
CONTROLE INTERNO NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: MODELO DE UM SISTEMA DE CONTROLE INTERNO PARA UMA PREFEITURA MUNICIPAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	56
CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADE.....	57
CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO NO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS CHINESES: UM ESTUDO DE CASO NA HAI IMPORTADOS.....	58
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS DO BANCO DO BRASIL, DE 2011 A 2012.....	59
ESTUDO DE CASO NAS INSTITUIÇÕES HOSPITALARES DIANTE DA INADIMPLÊNCIA DAS OPERADORAS DE SAÚDE.....	60
ESTUDO SOBRE ROTINAS INTERNAS NAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....	61
ÉTICA COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL.....	62
GESTÃO ESTRATÉGICA COMO FATOR DE SUCESSO EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE....	63
IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CUSTOS EM UMA EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL NO RIO GRANDE DO NORTE.....	64
MAGAZINE LUIZA: ANÁLISE ENTRE AS VANTAGENS E AS DESVANTAGENS DE OPTAR POR SER UMA EMPRESA DE CAPITAL ABERTO OU DE CAPITAL FECHADO.....	65
MARKETING MULTINÍVEL: AS ANTIGAS PIRÂMIDES FINANCEIRAS SÃO OS NOVOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	66
MODELO DE IMPLANTAÇÃO DO BALANCED SCORECARD: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO EM NATAL-RN.....	67
O IMPACTO DO NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA ADOTADO PELA PETROBÁS S.A, DIANTE DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA ÚLTIMA DÉCADA.....	68
PARECERES TÉCNICOS: ESTUDO EM PROCESSOS JUDICIAIS, PERICIADOS NA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RN.....	69
PERÍCIA CRIMINAL CONTÁBIL: UM RELEVANTE INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO CONTRA OS CRIMES FINANCEIROS.....	70
PLANO DE NEGÓCIOS: ANÁLISE DOS PROCESSOS PARA ABERTURA DE UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE.....	71
PROADI – ESTUDO DE CASO: EMPRESA PRIVADA DO RAMO DA INDÚSTRIA.....	72
QUALIDADE DA AUDITORIA INDEPENDENTE: UM ESTUDO SOBRE O JUGAMENTO DA ADOÇÃO DO CPC 25 NAS COMPANHIAS DO SUBSETOR INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS LISTADAS NA BOVESPA.....	73
QUALIDADE DA AUDITORIA INDEPENDENTE: UM ESTUDO NO JULGAMENTO DA ADOÇÃO DO CPC 27 NAS COMPANHIAS DO SETOR DE CONSUMO NÃO CÍCLICOS LISTADAS NA BOVESPA.....	74
A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES: UM ESTUDO NA KEKA EMBALAGENS DA CIDADE DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ-RN.....	75
SATISFAÇÃO E MOTIVAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DE UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE.....	76
SPED FISCAL: ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS OCORRIDAS APÓS SUA ADOÇÃO NO SEGMENTO DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS.....	77
UMA ANÁLISE COMPARATIVA EM UMA CONSTRUTORA COM O BENEFÍCIO DO PCMV NO ANO DE 2012.....	78
UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS DOS CLUBES BRASILEIROS DE FUTEBOL;CORINTHIANS, SANTOS E INTERNACIONAL.....	79
UM ESTUDO COMPARATIVO DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS DO MEI NO BAIRRO DE NOVA DESCOBERTA – NATAL/RN.....	80
UM ESTUDO DE CASO NAS RETENÇÕES DOS IMPOSTOS NA EMPRESA DECONSTRUÇÃO CIVIL..	81
UM ESTUDO SOBRE A APLICABILIDADE NA ITG 2002 NAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO RN.....	82

DIREITO

A ALOPOIESE DO SISTEMA JURÍDICO E A MITIGAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	84
A APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO NO REDIRECIONAMENTO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL: ASPECTOS CONTROVERTIDOS NO ÂMBITO DO STJ.....	85
AÇÕES AFIRMATIVAS COMO GARANTIA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....	86
A DESCRIMINALIZAÇÃO FORMAL DA POSSE E DO PLANTIO DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL NA LEI 11.343/06 E A NECESSIDADE DE LEGALIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO.....	87
ADVOGADO EMPREENDEDOR.....	88
A ESCRAVIDÃO MODERNA NAS PERSPECTIVAS DOS DIREITOS HUMANOS E DO DIREITO DO TRABALHO – AVANÇOS E NECESSIDADES.....	89
A FALÊNCIA DO SISTEMA CARCERÁRIO NORTERIOGRANDENSE E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	90
A FALTA DE LEITOS DE UTI NO RN PARA PACIENTES QUE POSSUEM DECISÃO JUDICIAL PARA TANTO.....	91
A INCLUSÃO DA FELICIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	92
A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PENAS ADMINISTRATIVAS AD ETERNUM.....	93
A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS NO BRASIL.....	94
A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA: SEUS ASPECTOS E A BUSCA DE UMA RELATIVIZAÇÃO QUANTO A PROPOSITURA DE DEMANDAS JUDICIAIS NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.....	95
ALCANCE E EFICÁCIA DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: O CASO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE BELO MONTE.....	96
ANÁLISE DA LEI DE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS, À LUZ DOS PRINCÍPIOS BIOÉTICOS CLÁSSICOS.....	97
A OMISSÃO DO PODER EXECUTIVO NA EFETIVAÇÃO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS: REFLEXÕES ACERCA DE LEGITIMIDADE DO ATIVISMO JUDICIAL.....	98
A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NA EDUCAÇÃO ECOLÓGICA COMO EXERCÍCIO DA SUA CIDADANIA AMBIENTAL.....	99
APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA AOS INIMPUTÁVEIS: UMA ANÁLISE DE SUA EFICÁCIA SOCIAL.....	100
A POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI PARA OS CRIMES DE CORRUPÇÃO.....	101
A POSSIBILIDADE DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA PARA A CONSTRUÇÃO E GESTÃO DAS CEDUCS.....	102
A POSTULAÇÃO DE UM CIDADÃO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO DIREITO FUNDAMENTAL POSITIVADO NA ESFERA DO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	103
A PROBLEMÁTICA DA TAXA DE SERVIÇO NO CONTEXTO JURÍDICO SOCIAL BRASILEIRO.....	104
A QUEBRA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NA ORDEM CONSTITUCIONAL AOS CASOS DE ABORTO FRENTE AO ESTUPRO.....	105
A QUEBRA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NA ORDEM CONSTITUCIONAL NOS CASOS DE ABORTO FRENTE AO ESTUPRO.....	106
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE A (IN)CONSTITUCIONALIDADE À LEGITIMIDADE PROCESSUAL DO CIDADÃO.....	107
A SISTEMÁTICA DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA: PECULIARIDADES E PONTOS POLÊMICOS	108
ASPECTOS JURÍDICOS DA PESQUISA EM SERES HUMANOS.....	109
ASPECTOS LEGAIS ACERCA DA PROFISSÃO CUIDADOR DE IDOSOS.....	110
AS PULSEIRAS E TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS E A SUPERLOTAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA.....	111
ATIVISMO JUDICIAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE: UM DEBATE A LUZ DAS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS.....	112
ATIVISMO JUDICIAL, DIFICULDADE CONTRA MAJORITÁRIA E A RESERVA DE CONSISTÊNCIA.....	113
ATIVISMO JUDICIAL E O PODER CONTRA-MAJORITÁRIO DO STF.....	114
ATIVISMO JURÍDICO APLICADO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E À CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS.....	115
CONSIDERAÇÕES SOBRE A REEDUCAÇÃO E REINSERÇÃO DO APENADO NA SOCIEDADE.....	116
COTAS RACIAIS: AÇÕES AFIRMATIVAS E A RESPONSABILIDADE HISTÓRICA EM FACE DA EXCLUSÃO SOCIAL VIVENCIADA PELOS AFRODESCENDENTES NO BRASIL.....	117
CRIMES CIBERÉTICOS.....	118
DESERDAÇÃO POR FALTA DE AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PARENTAL.....	119
DESOBEDIÊNCIA CIVIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS MANIFESTOS EM NATAL/RN 2012-2013	120
DESPERSONALIZAÇÃO DO PRESIDÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE À LUZ DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA E DA ÉTICA HEGELIANA.....	121
DEVER DA VERDADE VERSUS O DIREITO DE MENTIR.....	122
DIREITO À PRIVACIDADE E À INTIMIDADE EM FACE DAS CÂMERAS DE SEGURANÇA.....	123
DIREITO, ARGUMENTAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE AUTOMATIZAÇÃO, MEDIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE RACIOCÍNIOS JURÍDICOS.....	124

DIREITO CIVIL, A SUCESSÃO DO COMPANHEIRO SOBREVIVENTE NA UNIÃO ESTÁVEL.....	125
DIREITOS & EDUCAÇÃO INFANTIL: OS CAMINHOS E DESCAMINHOS ENFRENTADOS NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA CIDADE DE NATAL.....	126
DO CRIME SILENCIOSO: OS ASPECTOS LEGAIS ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA IDOSO.....	127
DOS CRIMES AMBIENTAIS: CRIMINALIZAÇÃO DA PRÁTICA DA VAQUEJADA NO RIO GRANDE DO NORTE.....	128
EMBARGOS INFRINGENTES NO ÂMBITO DO STF: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JULGAMENTO DOS MENSALEIROS (AÇÃO PENAL N. 470).....	129
ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA SOB A ÓTICA DO ESTADO DE NATUREZA DE THOMAS HOBBS.....	130
ENSINANDO DIREITO: ANÁLISE DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI.....	131
ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO: UMA ANÁLISE À LUZ DA DIMENSÃO ECOLÓGICA DA DIGNIDADE HUMANA.....	132
EXCESSOS NO ATIVISMO JUDICIAL: ATIVISMO SOMENTE PARA GARANTIR DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	133
EXECUÇÃO EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA E A MOROSIDADE NO PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS NO ÂMBITO DO RN EM 2012.....	134
FEMINICÍDIO: UMA NOVA CONCEPÇÃO PARA A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	135
GRAUS DE DEMOCRACIA DIGITAL NO PORTAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE.....	136
INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES JUDICIAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE DO CASO DANIELLA PEREZ.....	137
JURISDIÇÃO SIMBÓLICA NO STF: REFLEXÕES SOBRE UM POSSÍVEL “ATENTADO” CONTRA A AUOPOIÉSE DO SISTEMA JURÍDICO.....	138
LIBERDADE DE EXPRESSÃO DA PUBLICIDADE X PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.....	139
MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO - PL Nº 5.807, DE 2013: UMA ANÁLISE SOBRE UM POSSÍVEL EXCESSO DE INTERVENCIONISMO POR PARTE DO ESTADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	140
MARKETING MULTINÍVEL: O CASO TELEXFREE E A TUTELA JURISDICIONAL.....	141
MERCADO HUMANO: A CAPITALIZAÇÃO DO CORPO.....	142
MÍDIA E IMAGEM: A SUA INFLUÊNCIA SOBRE OS JULGAMENTOS CRIMINAIS.....	143
MISTANÁSIA COMO CONSEQUÊNCIA DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA.....	144
NECESSIDADE DE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO - PRINCÍPIO DA ISONOMIA.....	145
NORMA JURÍDICA, PRINCÍPIO JURÍDICO E CÓDIGO JURÍDICO NÃO ESCRITO.....	146
O ATO MÉDICO E SUA APLICABILIDADE NA REALIDADE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE ACERCA DE SUA VALIDADE E EFICÁCIA SOCIAL.....	147
O ATIVISMO JUDICIAL E A QUESTÃO DA PUBLICIDADE NO RN: ANÁLISE DE SEUS ASPECTOS JURÍDICOS CONTROVERTIDOS.....	148
O BIODIREITO E A PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA E DE SUA DIGNIDADE.....	149
OFENDÍCULOS: VISÕES E CONTROVÉRSIAS NA DOCTRINA BRASILEIRA.....	150
O LEITO DE PROCRUSTO NAS REDES SOCIAIS.....	151
O PEQUENO PRÍNCIPE NO DIREITO CIVIL: UMA ANÁLISE DA OBRA DE EXUPÉRY COM BASE NA EVOLUÇÃO DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO.....	152
O PRINCÍPIO DA LAICIDADE DO ESTADO: REFLEXÕES ACERCA DE SUA APLICABILIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	153
O QUE É UM ASSISTENTE DE ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA?.....	154
ORTOTANÁSIA: DIREITO À MORTE DIGNA.....	155
OS ABUSIVOS ENTENDIMENTOS POR ANALOGIA DO STF.....	156
OS ANIMAIS COMO SUJEITO DE DIREITOS: UMA ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE PROTEÇÃO.....	157
OS EMBARGOS INFRINGENTES E SUA DESNECESSIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: ANÁLISE CRÍTICA DA ADMISSÃO DOS MESMOS NO PROCESSO DO MENSALÃO (AÇÃO PENAL N. 470).....	158
OS IMPACTOS SOCIAIS DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN.....	159
O SISTEMA CARCERÁRIO NO RN À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA.....	160
O TRABALHO INFANTIL NO RIO GRANDE DO NORTE: AS CONSEQUÊNCIAS E A INEFICÁCIA DOS PROGRAMAS DE ERRADICAÇÃO.....	161
PARA ALÉM DO ESPELHO DE NARCISO: UMA REFLEXÃO ACERCA DAS CONCEPÇÕES DAS ALUNAS DE DIREITO.....	162
PRESCRIÇÃO NO REDIRECIONAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA ELENCADE NO ART. 135, III, DO CTN.....	163
PRISÃO EM FLAGRANTE E LIBERDADE: ASPECTOS PROCESSUAIS.....	164
RAZÕES HISTÓRICAS, CIENTÍFICAS E JURÍDICAS PARA A PROIBIÇÃO DA CANNABIS SATIVA LINNEU NO BRASIL.....	165

RECONHECIMENTO DE UNIÕES ESTÁVEIS CONCOMITANTES PARA UMA EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA.....	166
REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA POST MORTEM: ASPECTOS ÉTICO-JURÍDICOS.....	167
RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESIDIÁRIOS EM NATAL/RN: UMA ABORDAGEM A LUZ DA OBRA VIGIAR E PUNIR DE MICHEL FOUCAULT.....	168
SEGURANÇA JURÍDICA E GARANTISMO CONSTITUCIONAL.....	169
SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TJRN À LUZ DA INTERPRETAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.	170
SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO – REALIDADE E UTOPIA.....	171
TORTURA NO SISTEMA PRISIONAL.....	172
TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E O MERCADO HUMANO.....	173
TRIBUTAÇÃO E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS INDUTORAS COMO MEIO PARA A CONCRETIZAÇÃO DO ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO.....	174
UM ESTUDO SOBRE A TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	175
VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA GUERRA CIVIL SÍRIA.....	176

INFORMÁTICA

ANALISE DA RELAÇÃO FRAMEWORK E PRODUTIVIDADE NO DESENVOLVIMENTO WEB. ESTUDO DE CASO: CLÍNICAS INTEGRADAS UNI-RN.....	178
A REVOLUÇÃO DA EAD – UM A ABORDAGEM TECNOLÓGICA SOBRE UMA DAS PRINCIPAIS FERRAMENTAS GRATUITAS DE APOIO AO ENSINO A DISTANCIA NO BRASIL.....	179
CLÍNICAS MOBILE - OTIMIZANDO O GERENCIAMENTO DE CONSULTAS NO PROJETO DAS CLÍNICAS INTEGRADAS UNI-RN.....	180
COMPUTAÇÃO EM NUVEM.....	181
COMPUTAÇÃO NA NUVEM.....	182
COMPUTAÇÃO EM NUVEM - TRABALHO CORRETO.....	183
DESENVOLVIMENTO ÁGIL COM YII FRAMEWORK.....	184
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA CLÍNICAS INTEGRADAS UNI-RN.....	185
GERÊNCIA DE PROJETOS UTILIZANDO SCRUM E TEAM FOUNDATION SERVER.....	186
HONEYPOTS DE BAIXA INTERATIVIDADE.....	187
IMPLANTAÇÃO DE UM SOFTWARE DE COLETA DE LEITURAS E IMPRESSÃO DE FATURAS.....	188
INFORMÁTICA NA TERCEIRA IDADE, A AULA ADAPTADA AO ALUNO.....	189
INTERAÇÃO VIRTUAL USANDO O ARTOOLKIT.....	190
MÍDIAS SOCIAIS COMO OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO.....	191
MÍDIAS SOCIAIS COMO OPORTUNIDADE DE NEGÓCIOS.....	192
MINERAÇÃO DE DADOS NO FACEBOOK PARA ANÁLISE E VISUALIZAÇÃO DE DADOS SOCIAIS....	193
MURAL ELETRÔNICO: BENEFÍCIOS DA TI VERDE APLICADA A UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO....	194
NOSQL - UMA NOVA FORMA DE BANCO DE DADOS PARA WEB.....	195
NOSQL - UMA NOVA FORMA DE BD PARA WEB.....	196
PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO COM HTML5.....	197
PERICIA EM ANÁLISE FORENSE COMPUTACIONAL E CRIMES VIRTUAIS.....	198
PESQUISA DA USABILIDADE EM SITES DE CLASSIFICADOS AUTOMOTIVOS DO RN.....	199
PROJETO DO SOFTWARE PARA CLÍNICA-ESCOLA.....	200
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: ESTUDO DE CASO - BOTNET EM DISPOSITIVOS MÓVEIS.....	201
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: SEU IMPACTO NA SEGURANÇA EMPRESARIAL.....	202
TESTES AUTOMATIZADOS E O SEU IMPACTO NA QUALIDADE DE SISTEMAS WEB.....	203
TI VERDE - PRINCÍPIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS.....	204
UTILIZANDO ARDUINO PARA MONITORAMENTO DE AMBIENTES ATRAVÉS DE SENSORES.....	205
ALGORITMOS DE PAGINAÇÃO.....	206
ANDROID: NOVA FORMA DE DESENVOLVIMENTO MÓVEL.....	207
GERENCIAMENTO DE DISPOSITIVOS MOVEIS.....	208
POR QUE O WINDOWS PHONE POSSUI POUCOS APLICATIVOS?.....	209
SEGURANÇA EM WIRELESS (PROTOCOLOS WEP E WPA).....	210
SISTEMAS EMBARCADOS.....	211
ZABBIX: MONITORAMENTO DE REDES HETEROGENEAS COM SUPORTE VISUAL E ALERTAS POR E-MAIL.....	212

SERVIÇO SOCIAL

A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS.....	214
---	-----

ADMINISTRAÇÃO

XIII CONIC

Importância e abrangência
do empreendedorismo

2013

XIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

De 24 a 26 de outubro | Campus do UNI-RN



A EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DOS MODELOS DE GERENCIAMENTO DE CRIAÇÃO DE VALOR E MENSURAÇÃO DE RISCO

Autor(es):

Clauba Monik Pereira Alves: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A administração financeira é uma ciência que estuda a administração do dinheiro, e ela vem evoluindo de acordo com a evolução histórica do mundo e as necessidades geradas pelo avanço da tecnologia e das necessidades humanas. O administrador financeiro é responsável pela maximização da riqueza para os acionistas, ou seja, é o administrador financeiro quem gerencia e toma as decisões cabíveis para que o dinheiro aplicado pelos investidores em uma empresa lhe traga rentabilidade, e quanto maior o risco assumido, maior será o retorno obtido. Para tal, é necessário que haja um conhecimento dos indicadores financeiros que meçam o risco e retorno gerado pela tomada de decisão da aplicação dos recursos próprios da empresa e captados através de terceiros. O objetivo deste trabalho é fazer uma análise da administração financeira através do tempo e para comprovar suas teorias e conceitos, utilizaremos as demonstrações contábeis e financeiras do Grupo Guararapes Confeções S.A como exemplo.

(METODOLOGIA) Para a realização deste trabalho, foi realizada pesquisas bibliográfica, documental e explanatória. Autores como Damodaran, Assaf Neto e Gitman, serviram como base para a realização do presente trabalho. Para fundamentar as teorias e conceitos expostos ao longo deste trabalho, foi realizado um estudo de caso, este utilizou os dados das demonstrações contábeis do Grupo Guararapes Confeções S.A, que se encontraram disponíveis no site da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). O tratamento dos dados obtidos se deu através de análises qualitativas e proxies com a utilização do Excel, através de tabulação simples.

(RESULTADOS) Através das pesquisas realizadas foi possível comprovar a importância de uma boa gestão financeira em uma empresa, bem como o domínio do gestor financeiro das ferramentas para os cálculos e análises das demonstrações financeiras, à fim de um menor risco e maior retorno para os investidores. Com a análise dos dados coletados nas demonstrações financeiras do Grupo Guararapes Confeções S.A, podemos concluir que todos os resultados obtidos através dos cálculos dos indicadores financeiros (ROI, ROA, ROE, CAPM e EVA) foram positivos (todos acima da média de mercado, como por exemplo um Retorno do Investimento do ano de 2012 de 105,95%, um Retorno sobre o Ativo de 7,23% em 2010 e um Retorno sobre o Patrimônio Líquido de 11,07% em 2011), demonstrando o seu bom desempenho financeiro e sua capacidade de criação de valor e maximização da riqueza dos seus investidores.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto no trabalho, podemos concluir que é importante que, não só o gestor financeiro, mas todos os gestores de uma empresa possuam o conhecimento e o domínio das teorias financeiras, a fim de utilizá-las para se obter a maximização da riqueza dos acionistas e uma gestão baseada no valor, criando assim um valor positivo de mercado para a empresa na qual atual. Os indicadores financeiros de risco e retorno utilizados nos cálculos dos dados do Grupo Guararapes Confeções S.A e que serviram para fundamentar as teorias trabalhadas ao longo deste trabalho, comprovaram que é possível antes de se investir em uma empresa, o pretendente a acionista, possa saber se ela gera retorno ou se oferece riscos ao capital que será investido. Em se tratando da empresa utilizada como exemplo, podemos comprovar que ela como toda empresa apresenta riscos, contudo estes são superados pelo alto retorno que ela oferece aos seus acionista, justificando assim as teorias e conceitos desenvolvidos neste trabalho.

A IMPORTANCIA DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Andréia Lopes de Lima : Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúísio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com a grande relevância do setor da indústria no Rio Grande do Norte, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a indústria e o seu impacto na economia e qual sua contribuição no PIB no estado, o objetivo específico é relacionar os segmentos industriais, com destaque para as pequenas e médias empresas. A economia está diretamente ligada à indústria, pois a mesma gera grandes riquezas tanto para a mão de obra quanto para o investidor, as principais atividades industriais estão nos municípios de Natal, Parnamirim e Mossoró.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi desenvolvida em base bibliográfica, relatórios referentes ao assunto. Os dados foram coletados no IDEMA (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e meio ambiente do RN) na FIERN (Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte), permitiram analisar a grande contribuição da indústria para o PIB do RN.

(RESULTADOS) A participação da indústria aumentou de 19,9% em 2009 para 21,5% em 2010. Em relação ao Brasil, as indústrias extrativas do RN participaram com 1,8% da produção, sendo também, nesse contexto, o principal destaque industrial da atividade. De 2009 a 2010, a indústria foi o setor econômico de maior crescimento no estado, com incremento real de 8,4%. A maior contribuição veio da Construção Civil, que apresentou um incremento de 13,1%, seguida da Indústria de Transformação, com 12,7%; e os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana), com 7%. Os principais setores econômicos é a Indústria de Petróleo e Gás Natural, Têxtil, Alimentos, Cerâmica, Tungstênio e as Energias Renováveis. Para o ano de 2013 existe uma projeção de que a indústria de transformação crescerá 2,6% e será o setor industrial com melhor desempenho no ano. As previsões estão no Informe Conjuntural do terceiro trimestre afirma a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

(CONCLUSÃO) Conclui-se que a indústria do RN, tem papel importante na economia do estado, gerando emprego, aumentando a oferta de produtos destinados ao comércio e agregando renda para os trabalhadores e toda a sociedade. Portanto analisando o porte das empresas pode-se afirmar que as empresas de pequeno porte corresponderam com 11,6% sendo 25% empregados e as empresas de médio porte 2,41 com 25,5% de mão de obra, no entanto as empresas de grande porte com 0,4% mas tendo a ocupação de pessoal com 36,9%, em 2011 segundo o IBGE a indústria avançou na formalização das pessoas com carteira assinada, sendo 49,1% em 2011 em comparação com 2009 sendo de 45,7%. Podemos destacar o setor de construção que antes tinha recaído agora está sendo um dos setores que emprega no momento.

A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES: UM ESTUDO NA KEKA EMBALAGENS DA CIDADE DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ-RN.

Autor(es):

Pedro Henrique da Silva Costa: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Pretende-se com este trabalho examinar a importância das pessoas nas organizações através de um estudo de caso na Keka Embalagens da cidade de São Bento do Trairi, Rio Grande do Norte. A valorização das pessoas é uma das práticas adotadas pelas empresas como estratégia para motivar seus colaboradores e direcioná-los para o foco organizacional. O objetivo deste trabalho é mostrar como a valorização das pessoas nas empresas é um processo diferencial no melhoramento da imagem da empresa como valorizadora do capital intelectual e um mecanismo capaz de aumentar os desempenhos das pessoas. A partir do que foi exposto tem-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o nível de valorização dos colaboradores da Keka Embalagens em São Bento do Trairi-RN?

(METODOLOGIA) A pesquisa é Exploratória e Descritiva. A técnica para a coleta de dados na pesquisa de campo foi o questionário com perguntas fechadas, contendo 18 questões, nos quais foram obtidos como retorno 23 questionários respondidos de um total de 35. Os resultados foram analisados e tabulados através da planilha do Excel e apresentados em forma de gráficos.

(RESULTADOS) O quadro de pessoal da Keka Embalagens é formado em sua maioria de pessoas do sexo masculino, composta na sua maior parte pela faixa etária de até 20 anos, possuem um estado civil solteiro (a) e o grau de instrução que prevalece é o de ensino fundamental incompleto. Percebe-se que não existe uma gestão de pessoas na organização, voltada para atender as necessidades básicas dos colaboradores. Para melhorar o clima organizacional sugere-se que sejam realizadas reuniões frequentemente com o intuito de coletar ideias e sugestões de melhorias pelos funcionários da empresa. Com relação a salários e benefícios, a empresa deve rever as condições ou valores ofertados aos seus colaboradores que vem causando insatisfação. Percebe-se que o ambiente interno é inadequado para a produção dificultando a equipe operacional de realizar as suas tarefas. Constatamos que os funcionários trabalham num lugar escuro, sem ventilação e com pouco espaço para se locomover. Sugere-se que a empresa organize melhor seu ambiente interno, bem como contrate um técnico de segurança de trabalho para relacionar as medidas que deverão ser tomadas perante a situação da empresa. Identifica-se a necessidade de extintores de incêndios, máscaras para os colaboradores, óculos, luvas, botas, entre outros equipamentos para mantê-los seguros na execução de suas tarefas diárias, evitando acidentes e preservando a sua saúde física e mental. Para finalizar recomenda-se que a empresa priorize a satisfação do seu cliente interno acima de tudo, pois satisfação alcançada, trabalho realizado com empenho.

(CONCLUSÃO) Ao término deste estudo acadêmico, pode-se concluir que a Keka Embalagens apresenta resultados variáveis de acordo com os dados dos questionários respondidos. Os gráficos, mostra que os dados oscilam, mas fica claro que a empresa apresenta pontos negativos na qualidade de vida no trabalho, na gestão administrativa e principalmente encontra dificuldades para gerenciar a quantidade de colaboradores com aptidões e necessidades básicas diversas, ocasionando um nível baixa de satisfação nos colaboradores. Portanto, os resultados mostra que a organização, apresenta um nível de valorização dos colaboradores regular de acordo com os entrevistados.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PREVIDÊNCIA OFICIAL E PRIVADA NO BRASIL

Autor(es):

Arnaldo Pinheiro da Silva: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A idade média da população tem aumentado de forma expressiva, conforme demonstram as análises estatísticas em todo o mundo. Esse fato inexorável pode e deve ser traduzido sob todos os prismas e considerando todas as suas inúmeras consequências. Por um lado, a sociedade pode comemorar os grandes avanços científicos na área da saúde do último século, que elevou a expectativa de vida, inclusive no Brasil. Mas a população está mais idosa também porque existem menos jovens. E a implicação disso tem reflexos nas mais diferentes áreas, passando pelas ações de saúde que priorizem os idosos; às políticas públicas para equilíbrio das contas de saúde e previdência; e, as ações empresariais que têm foco nesse mercado. E, o que era questão do Poder Público há alguns anos atrás, hoje se tornou preocupação e dilema de toda a sociedade. Como planejar a aposentadoria?

(METODOLOGIA) Esse trabalho está baseado cientificamente em três tipos de pesquisa: bibliográfica, descritiva e exploratória e tem por objetivos: identificar fatores qualitativos e quantitativos da previdência oficial e da previdência privada existentes no Brasil; demonstrar através de efeitos de correlações as diferenças em termos de resultados com simulações em ambas as previdências; e, comparar vantagens e desvantagens entre as previdências oficial e privada no modelo vigente. Para isso, foram utilizados como fonte primária os dados estatísticos oficiais publicados, além das obras dos autores DEBIASE, Cristiano Minuzzi (2004) e NOGUEIRA, Naron Gutierre (2012).

(RESULTADOS) Um dos temas mais suscitados nos últimos anos quando se fala em previdência social é o fator previdenciário e o efeito da expectativa de sobrevivência sobre o valor do benefício, o que pode resultar num benefício menor para os que começam a contribuir mais jovens. Entretanto, quando comparado o valor do benefício pago pelo RGPS e pela previdência complementar, vimos que as garantias legais dadas aos segurados da previdência social, garantem um valor de benefício superior aos oferecidos na previdência complementar para a maioria dos cenários propostos, cujos tempos de contribuição são inferiores a 50 anos. Em contrapartida, a partir dos 65 anos de idade e 49 anos de contribuição, os valores dos benefícios pagos pela previdência complementar superam os da previdência social. Isto pode ser explicado por duas razões: os benefícios da previdência social são remunerados para manter o poder aquisitivo do segurado, ou seja, repor a inflação; e, os planos de previdência complementar operam pelo regime de capitalização, o que permite o investimento constante da reserva e, por conseguinte, o permanente ganho de capital.

(CONCLUSÃO) Os dados apresentados ao longo desta pesquisa comprovam a viabilidade econômica para o participante dos planos de previdência atualmente vigentes no Brasil, em maior ou menor percentual. Há garantias legais da renda do trabalhador que se aposenta pelas regras do artigo 201 da CF, o que compreende a imensa maioria dos trabalhadores brasileiros, cuja média salarial é de R\$ 1.792,61. Além disso, com o reinvestimento desses proventos através do consumo, há geração de emprego, renda e impostos, o que beneficia toda a sociedade. O investimento na previdência complementar, além de contribuir com a poupança interna, financia o setor produtivo, gerando um ciclo virtuoso através do crescimento das empresas, geração de empregos e avanço econômico do país. Por tudo exposto, podemos concluir que o sistema previdenciário brasileiro é um importante instrumento à disposição da população na garantia da renda na velhice e realização de projetos de vida.

ANÁLISE DE INDICADORES ECONOMICOS FINANCEIROS: INSTRUMENTOS DE APOIO AO ORÇAMENTO E CONTROLADORIA DA INSTRUMENTED MEDICAMENTOS.

Autor(es):

Elen Daniella de Sousa: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A Controladoria e o Orçamento são considerados atividades essenciais a gestão financeira das empresas, e necessitam de acompanhamentos diários, com base nisso as demonstrações financeiras são relatórios contábeis que apóiam a tomada de decisão nas empresas. Os demonstrativos mais importantes são: Balanço Patrimonial, Demonstração do resultado do exercício (DRE), Fluxo de Caixa.

(METODOLOGIA) Neste trabalho de conclusão de curso descreveu-se a metodologia de pesquisa utilizada para realização do presente estudo: Bibliográfica, Documental e Estudo de caso. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Através da análise documental, foram coletados dados a partir de relatórios contábeis como: Balanço Patrimonial, Demonstração do resultado do exercício (DRE), que deram subsídio ao trabalho mostrando a real situação financeira da organização em estudo. O método estudo de caso, apresentado nesta monografia, como qualquer outro tipo de trabalho para conclusão de curso, tem como objetivo apresentar oportunidades para a gestão e administrador da empresa em estudo significativo. Os dados foram analisados dentro de uma ótica qualitativa e quantitativa, obedecendo todos os pré-requisitos necessários para conhecer e avaliar, com segurança, possíveis critérios que venham promover redução de custos e elevar o patrimônio da empresa.

(RESULTADOS) Através dos resultados preliminares obtidos nos anos de 2012 de 91,08%, e em 2011 de 168,00% podemos inferir que a empresa não possui um índice elevado de liquidez imediata, não há, portanto ociosidade de recursos e ela conseguem sozinha sanar as suas obrigações imediatas. O índice de liquidez corrente da empresa no ano de 2011 revela que para cada R\$ 1 devido à empresa possui R\$ 6,68, disponível para pagar suas obrigações. Já no ano de 2012 o índice de liquidez corrente revela que para cada R\$ 1 devido à empresa possui R\$ 4,14, disponível para pagar suas obrigações. ASSAF NETO (2012) conceitua Índices de Rentabilidade como indicadores que visam avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros que melhor revelem suas dimensões, já GITMAN (2010) diz que, essas medidas de rentabilidade permitem aos analistas avaliar os lucros da empresa em relação a um dado nível de vendas, de ativo ou investimentos dos proprietários. Fazendo uma análise horizontal na empresa Instrumed entre os resultados obtidos nos anos de 2011 (índice de endividamento geral = 0,14) e 2012 (índice de endividamento geral = 0,23) e usando como base o ano de 2011, podemos constatar que em nenhum dos dois anos a empresa financiou as suas dívidas utilizando o capital de terceiros. Isso significa que apesar da empresa possuir capacidade de cumprir com as suas obrigações, a sua alavancagem financeira é pequena, pois o maior credor dessa empresa é ela mesma.

(CONCLUSÃO) Analisar os Índices de Rentabilidade como indicadores que visam avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros que melhor revelem suas dimensões, essas medidas de rentabilidade permitem aos analistas avaliar os lucros da empresa em relação a um dado nível de vendas, de ativo ou investimentos dos proprietários. Observa-se que o orçamento e a controladoria são fatores determinantes para o sucesso de uma organização mais para isto é necessária à utilização bem sucedida destes determinantes.

ANÁLISE DO NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS ALUNOS EGRESSOS E CONCLUÍTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO UNIRN

Autor(es):

Thayana Almira Gurgel do Nascimento: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com as facilidades dos avanços tecnológicos, os indivíduos precisam dominar um conjunto de ferramentas que proporcionem a compreensão lógica das forças que influenciam o ambiente e suas relações com os demais envolvidos. Este domínio pode ser adquirido em partes por meio da educação financeira, entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões seguras, melhorando assim o gerenciamento de suas finanças pessoais, tornando-se mais integrados com a sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro ampliando o seu bem-estar. O Objetivo do presente trabalho é analisar o nível de educação financeira dos alunos egressos e concluítes do curso de administração do UNIRN, com isso comparar as lacunas e sugerir melhorias para o aperfeiçoamento do objeto do estudo.

(METODOLOGIA) Procedeu-se uma revisão bibliográfica acerca dos temas Gestão de Investimentos, e Educação Financeira essencialmente fundamentadas em obras de autores como Alexandre Assaf Neto: Mercado Financeiro (Editora Atlas, São Paulo, 2009) e Peter L. Bernstein e Aswath Damodaran: Administração de Investimentos (Editora Brookman, Porto Alegre, 2000). Além disso, realizou-se uma pesquisa de campo do tipo exploratória descritiva. No que concerne à coleta de dados, foram aplicados 50 questionários sendo 25 em cada turma analisada, com perguntas abertas e fechadas, junto aos alunos do 1º e 4º ano de Administração do UNIRN. Os dados foram tratados quantitativamente através da tabulação simples, com o uso do Excel e qualitativamente por meio das respostas obtidas nas entrevistas.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada observou-se que a maioria dos alunos tem renda pessoal de até 4 salários mínimos e destina a maior parte desta a despesas domésticas, como aluguel, condomínio, combustível, mensalidades escolares etc. Boa parte dos entrevistados também conseguiu apontar, no próprio orçamento, desperdícios com lazer, viagens, refeições em restaurantes e vestuário; sobrando, assim, pouco ou quase nenhum dinheiro para investimentos. Verificou-se que o investimento mais atrativo para a maioria é a poupança, inclusive para manter o padrão de vida após a aposentadoria; e que o principal critério utilizado no momento de investir é a avaliar as principais necessidades pessoais, em torno de 70% dos entrevistados acreditam que uma má administração das finanças pessoais, ou seja, a falta ou pouca educação financeira pode interferir na vida profissional.

(CONCLUSÃO) Diante do levantamento de dados realizado, constatou-se que os alunos há um certo equilíbrio em alguns itens analisados dos alunos do 1º e 4º ano de Administração do UNIRN. De uma maneira geral ambos têm consciência de desperdícios com dinheiro e acreditam que uma má administração das finanças pessoais pode interferir na vida profissional. Pelo fato da maioria destinar a maior parte da renda para as despesas domésticas, muitos não conseguem poupar para realizar investimentos nem poupar para a aposentadoria e outros se quer pensam nisso no momento principalmente os alunos do 1º ano. Foi observado também que a maioria dos alunos pretende fazer crescer o patrimônio e manter um padrão de vida melhor do que o atual durante a aposentadoria, mas ainda não materializou seus planos de investimentos. Conclui-se, de modo geral, que se mudanças simples nos hábitos de consumo podem fazer a diferença. Caso os alunos gerenciassem melhor a renda realizariam investimentos mais adequados e não precisariam contrair dívidas para concretizar seus objetivos financeiros.

ANÁLISE FINANCEIRA DOS MERCADOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL

Autor(es):

Ivan Alex Amorim Brandão : Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Conhecer as opções de investimentos existentes atualmente no mercado nacional e identificar qual investimento é mais atrativo e mais seguro é fundamental para entrar em um mercado que pode ser extremamente rentável, mas ao mesmo tempo é preciso entender os riscos existentes nas decisões que tomamos. A decisão que devemos tomar no momento de realizar um investimento deve estar ligada diretamente ao retorno que pretendemos. Segundo Noronha (1995), para investir dinheiro em um projeto é preciso informações que possam assegurar uma tomada de decisão. Do ponto de vista da análise econômico-financeira, um projeto de investimento é qualquer atividade produtiva de vida limitada, que implique na mobilização de alguns recursos na forma de bens de produção, em determinado momento, na expectativa de gerar recursos futuros oriundos da produção. As formas de investimento bastante utilizados pela população brasileira são a poupança e fundo de ações. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi analisar as diferenças estruturais entre a renda fixa e variável em carteiras de investimentos que compõem o mercado financeiro brasileiro.

(METODOLOGIA) Uma revisão bibliográfica acerca das opções de investimento em mercados de renda fixa e variável foi baseada em artigos levantados em banco de dados de pesquisa e em fundamentada em obras de autores como Assaf Neto: Mercado Financeiro. (São Paulo, Atlas, 6a edição, 2006), além de pesquisas bibliográficas em sites oficiais como o portal do investidor e do próprio Banco Central do Brasil, neste último foi realizado um levantamento com os dados históricos nos anos de 2012 e 2013 dos depósitos, rentabilidade e variações existentes na caderneta de poupança e nos fundos de ações.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada diretamente no site do BACEN, foram analisados os depósitos efetuados na caderneta de poupança e nos fundos de ações, observando a diferença de valores e as variações existentes em cada tipo de investimento, outro ponto analisado foi o rendimento apresentado, observando os ganhos e as perdas, principalmente nos fundos de ações, pelo risco maior que o investimento apresenta. O período analisado foi de Julho à Dezembro de 2012 e de 2013.

(CONCLUSÃO) Diante do levantamento dos dados realizado, constatou-se que a caderneta de poupança é o investimento mais procurado pelos brasileiros em relação aos fundos de ações. Enquanto que em média R\$ 507 milhões foram aplicados na poupança, apenas em média R\$ 209 milhões foram investidos nos fundos de ações, considerando o segundo semestre de 2013, essa situação ocorre principalmente pelo menor risco existente nesse investimento, embora os fundos de ações apresentem um maior retorno em determinado período, em outros pode existir a perda do valor investido. Somado a segurança, a caderneta de poupança apresenta uma maior estabilidade, podendo o investidor se programar para efetuar a retirada do valor investido com antecedência.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM ESTUDO DE CASO NO NATALCARD/SETURN

Autor(es):

Luzamara Karla Barbosa Davila: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A avaliação de desempenho representa um ato ou efeito de cumprir ou executar uma meta com eficiência e eficácia, desde que aplicada adequadamente às particularidades e a cultura das pessoas e das organizações. O objetivo do estudo é identificar as necessidades, a importância que tem dentro das organizações assumindo um risco que pode facilitar ou não o acompanhamento dos processos organizacionais dos colaboradores e gestores.

(METODOLOGIA) O modelo que a atual gestão do NatalCard utiliza não está sendo viável para a eficiência no desempenho organizacional. A partir da proposta de avaliação de desempenho elaborada, acredita-se ser possível acompanhar o desempenho da equipe e dos gestores, sob a ótica do crescimento e renovação, produtividade e estabilidade. A mesma apresenta sugestões, a partir das quais serão criados indicadores objetivos, de acordo as necessidades da empresa, possibilitando assim o acompanhamento e comparações ao longo do tempo no interior da instituição.

(RESULTADOS) Os resultados indicaram uma forte necessidade de se implantar a avaliação de desempenho como forma de melhorar a cada dia a qualidade das atividades dos colaboradores e gestores, assim como a identificação de talentos que pode ser reestruturado na organização, investirem mais em treinamentos de acordo com as necessidades e, como fatores que podem ser mais bem explorados a fim de se atingir um eficiente padrão de uso, aumentando as suas posições competitivas diante do mercado globalizado.

(CONCLUSÃO) Para atingir os objetivos propostos pelas organizações, a gestão do conhecimento está diretamente vinculada à administração, a sua criação, a sua utilização na informação e no acompanhamento das tarefas dos colaboradores, onde está ligada aos processos de desenvolvimento e aprendizagem organizacional, o que depende muito do interesse das pessoas em repassar o conhecimento à diante. O conhecimento humano estratégico diante da era da informação está agregando valor ainda mais as empresas, tornando-se um recurso primordial para o desempenho dos processos administrativos. Os critérios indicados para avaliação de desempenho, de maneira geral, tentam identificar como as ações empregadas nas empresas influenciam o valor dos colaboradores e gestores, uma vez que o mercado de uma empresa é constituído tanto pelo patrimônio visível, quanto por sua qualidade de desempenho da equipe. Este estudo contemplou a análise da relação entre colaborador e gestor entre os valores obtidos e ao desenvolvimento do comportamento humano dentro das organizações, além dos gestores darem o feedback diante dos conhecimentos e habilidades adquiridos durante o desempenho de duas tarefas.

CLIMA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO NO SETOR DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE (SESAP)

Autor(es):

Albert Einstein Magno Sales dos Santos: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A proposta deste trabalho é identificar os fatores que mais influenciam o clima organizacional em um setor de regulação de procedimentos médico-hospitalares da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte, a fim de melhorar a motivação e satisfação dos funcionários e, conseqüentemente, o contato dos mesmos com os clientes. Este trabalho tem o objetivo de apresentar um estudo sobre clima organizacional e seus fatores de influência dentro da organização pública mencionada, levando em consideração os fatores diferenciados do serviço público, no intuito de estudar a satisfação dos funcionários e a sua motivação. Será abordada a origem do Clima Organizacional suas definições, os tipos, modelos e sua aplicação. Diagnosticar o clima organizacional no Setor de Regulação de Procedimentos Médicos-Hospitalares da Secretaria de Saúde de Pública do Rio Grande do Norte (SESAP), a fim de avaliar as deficiências, qualidades dos serviços prestados e o bem estar dos funcionários.

(METODOLOGIA) pesquisa classifica-se como fonte primária ou direta e secundária. Primária, pois serão coletados dados de forma direta dentro da organização e secundária devido à utilização de livros e artigos já publicados. A pesquisa em questão tem como população 77 funcionários devidamente ativos no complexo regulatório dentre eles uma amostra de 32 funcionários que responderam o questionário, estes estão distribuídos em 18 setores dentro da coordenação de regulação da SESAP. A aplicação dos questionários será realizada no período entre agosto e setembro de 2013.

(RESULTADOS) Através do levantamento realizado com os funcionários do setor de Regulação da SESAP, identificamos diversos fatores que influenciam o Clima Organizacional, em relação a instituição, conforme dados obtidos pelas respostas dos questionários aplicados apresentaremos em seguida gráficos que demonstra o conteúdo do estudo. Essa pesquisa foi desenvolvida, para averiguação de problemas já identificados e com os resultados chegarmos a uma solução adequada para a organização. As Classes estudadas, são: Administrativos nível superior e nível médio, Jurídicos e Médicos. Fatores estudados: Fator Estilo de Gerência, Fator Comprometimento Organizacional, Fator Trabalho em Equipe, Fator de Reconhecimento, Fator Carga de Trabalho, Fator Carga Condições de Trabalho e Fator Clareza Organizacional e Padrão de Desempenho. **(CONCLUSÃO)** De acordo com todos os dados analisados e experiências vivenciadas, a conclusão que tenho para esse trabalho realizado no setor de regulação da secretaria de saúde pública do RN, é que dos fatores estudados, os resultados revelam que o clima organizacional do setor é favorável, tendo que ser cuidado em alguns casos pontuais que podem corromper o estado favorável do clima, sugestão para o setor seria, alguma forma de treinamento para união do grupo, e uma política de capacitação, para melhorar o tratamento ao cliente e a utilização de novas tecnologia.

CONSUMO CONSCIENTE: UMA ANÁLISE DO GRAU DE CONSCIENTIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO UNI-RN QUANTO AO CONSUMO DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA MÓVEL

Autor(es):

Marina Martins de Carvalho: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Responsabilidade social e consumo consciente são conceitos tidos como novos, porém, a cada dia eles ganham mais visibilidade. Nunca na história da humanidade o cliente teve tanta voz ativa como na atualidade, através dos meios de comunicação e da tecnologia, que avançou bastante nas últimas décadas, o consumidor obteve um canal direto com o mercado. Organizações passaram a observar os detalhes, para cada vez mais se aperfeiçoarem e cativarem clientes, e esses clientes se tornaram mais exigentes, principalmente ao que diz respeito à preservação do meio ambiente, dando espaço aos consumidores conscientes, que são pessoas que baseiam suas compras no índice de responsabilidade social das empresas, na reutilização de materiais e na preservação do meio ambiente. O trabalho tem por finalidade identificar se as pessoas possuem, de fato, um certo grau de conscientização em relação a compra, uso e descarte dos seus aparelhos de tecnologia móvel, tendo como objetivo identificar seus hábitos de consumo, traçar um perfil socioeconômico e saber, diante do contexto apresentado, qual o grau de consciência dos alunos do curso de Administração do UNI-RN quanto ao consumo de produtos de tecnologia móvel. É importante salientar que o trabalho é de grande relevância para expor o que é consumo consciente, tendo como finalidade mostrar como sua prática pode gerar melhorias à sociedade, ao meio ambiente e em consequência a todos nós.

(METODOLOGIA) Como forma de embasar o trabalho aqui descrito, foi utilizado a pesquisa descritiva, onde a mesma consiste em interpretar, analisar e registrar variáveis já existentes sem alterá-las. A amostra foi igual ao universo, tornando-se uma pesquisa censitária, realizada com alunos concluintes do curso de Administração, totalizando 30 pessoas, tendo como instrumento de coleta um questionário online. O questionário consiste de perguntas socioeconômicas e de cunho pessoal quanto à opinião dos consumidores/alunos, referente à responsabilidade social, consumo de produtos sustentáveis e entender como se dá o uso de seus respectivos aparelhos de tecnologia móvel.

(RESULTADOS) Foi observado que grande maioria dos entrevistados não possui consciência ambiental no ato de suas compras, todos possuem mais de 1 aparelho de tecnologia móvel, e 100% deles não se utiliza do descarte regular. Dos entrevistados, somente 9% não sabia o que significava consumo consciente, porém, mesmo grande maioria sabendo o conceito, apenas 36% consideram-se consumidores conscientes e dos que se dizem manter boas práticas para evitar desperdícios de energia, apenas 36% também. Em relação às compras, apenas 9% preocupa-se em ler rótulos e embalagens e quanto aos aparelhos de tecnologia móvel, nenhum deles tem a preocupação de verificar se os mesmos trazem algo de negativo para o meio ambiente.

(CONCLUSÃO) Podemos concluir que o tema abordado em todo o trabalho, que vem crescendo e ganhando novos adeptos, ainda precisa ser melhor difundido e até mesmo incentivado, pois mesmo as pessoas de mais instrução e sabendo dos riscos que o uso desenfreado e a má utilização dos recursos naturais e não-renováveis podem causar ao meio ambiente, continuam por optar pelos mesmos e velhos hábitos, é algo que está na cultura do país, onde desde cedo não houve a preocupação de ser repassado a importância de se preservar para poder sempre existir, nas novas gerações isso já está sendo trabalhado e deve se aperfeiçoar cada vez mais, pois mesmo que o crescimento tecnológico esteja contribuindo com a sociedade, o mal uso do mesmo pode levá-la a destruição.

DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA EÓLICA NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Jéssyka Mayara dos Santos : Discente do curso Administração do UNI-RN

Maria Marlúcia Sales : Discente do curso Administração do UNI-RN

Patricia Gonçalves Leite de Almeida : Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Everton da Silva Rocha

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A energia limpa já é uma realidade em alguns países, aqui no Brasil ela vem crescendo consideravelmente e o nordeste tem se destacado por ser propício aos ventos. No ano de 2004 foi implantado o primeiro parque Eólico no Estado do RN no município de Macau e desde então vem crescendo a cada ano, atualmente 78 parques estão em execução com previsão para que mais 85 entrem em operação até 2014. O programa eólico do RN prevê investimentos da ordem de R\$ 12 bilhões para a construção de 91 parques até 2016.

(METODOLOGIA) Esse trabalho foi realizado com base em referências bibliográficas com o intuito de destacar e/ou apresentar uma das nossas riquezas naturais: Os ventos em abundância, permitindo a elaboração de projetos rentáveis e com grande competitividade.

(RESULTADOS) O grande desafio que está sendo enfrentado pelo governo do Rio Grande do Norte é viabilizar a construção de redes de transmissão, para que toda a energia gerada seja utilizada. Atualmente o Governo Federal realiza os leilões de linhas de transmissão somente após leiloar a energia. “Ocorre que, em função da geração eólica ser muito recente no Brasil, necessitando de um maior aprendizado, percebeu-se que existe incompatibilidade nos cronogramas dos respectivos leilões”. Segundo informação passada pelo Ctgás, a própria empresa ganhadora de leilões, será também responsável pela transmissão, uma vez que já ocorreu prejuízos para seus clientes e governo. O Rio Grande do Norte é o estado que mais concentra parques em construção e em processo de outorga no Brasil. Investimento de bilhões que envolve mão de obra e serviços terceirizados, gerando empregos e perspectivas de uma vida melhor às comunidades que alugam suas terras que muitas vezes são improdutivas e passam a terem uma renda. Porém com a conclusão dos parques, o estado não vai consumir nem 5% da energia eólica produzida, também não há geração de ICMS. Alguns estados já implantaram o ICMS ecológico, ele garante que estados que desenvolvem ações de conservação ambiental tenham acesso à parte do ICMS gerado por determinada atividade, uma vez que a energia elétrica é tributada no consumo e não tem como se cobrar impostos diretamente.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que com o grande crescimento de parques de energia eólica espalhados pelo RN, o governo precisa investir e incentivar fabricas a se instalarem no estado, como também centro de pesquisas para que possa ser gerado empregos e receita. Hoje todo material para construção de novos parques vem de fora com serviços terceirizados e custos muito altos. O estado tem capacidade de atender essa nova demanda, facilitando a distribuição de matéria prima para as cidades e mais desenvolvimento por não depender de outro estado.

DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL SOB A ÓTICA DO ENDIVIDAMENTO

Autor(es):

Rebeca Otaviano dos Santos: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo trata sobre os determinantes que compõe a estrutura de capital das empresas brasileiras, que tem como composição o capital de terceiros e próprio, porém a ênfase é na análise sobre a ótica do capital de terceiros, ou seja, endividamento, onde serão desenvolvidas proxies e feita correlações dos resultados encontrados e as teorias da estrutura de capital. As teorias trade-off e pecking order, explicam os fatores que leva as variações na taxa de endividamento das firmas. Três formas de endividamento são de extrema relevância para este estudo, são eles: total, curto e longo prazo. Objetivamos analisar a relação entre os determinantes que compõe a estrutura de capital e o nível de endividamento das empresas, utilizando as diferentes teorias para explicar as variações nas taxas de endividamento da empresa estudada, identificar os determinantes que tem o poder de influenciar a alavancagem e verificar a validade de cada uma das teorias. Este estudo proporciona um melhor relato dos dados disponíveis as empresas, o que contribui para a ampliação do conhecimento das políticas de emissões de ações de dívidas no Brasil.

(METODOLOGIA) Procedeu-me de forma descritiva e exploratória, pois teve como interesse proporcionar um maior aprofundamento do problema, assumindo a forma de um estudo de caso, em consonância com outras fontes bibliográficas, sendo a abordagem feita de maneira qualitativa e quantitativa. Isso porque a pesquisa é embasada principalmente em estudos anteriores e em dados obtidos dos relatórios econômico-financeiro da Petrobrás. No que tange a coleta de dados foi realizada de forma documental e bibliográfica, e seus dados coletados através dos relatórios financeiros e contábeis da empresa analisada. O tratamento foi feito através de uma análise minuciosa desses dados e a partir disso construídas proxies e feita correlações.

(RESULTADOS) Os principais resultados do estudo são identificados por meio da análise dos determinantes da estrutura de capital e dos endividamentos total, curto e longo prazo, através da análise dos resultados entre os anos de 2008 e 2012 da Petrobrás. Observamos que nem todos os valores encontrados no que tange aos determinantes estão de acordo com as teorias. Encontramos que as variações ocorridas no determinante Tamanho da firma não foram de encontro as previsões da percking order e da trade-off. Já a Oportunidade de crescimento alinhou-se as duas teorias, da mesma maneira da Volatilidade. A lucratividade sofreu gradativas diminuições, ao passo que o os três tipos de endividamento sofreu aumento, assim, a previsão que melhor encaixou-se no contexto foi a pecking order. Da mesma forma é o determinante Tangibilidade, que mostrou uma relação negativa com o endividamento, sendo então a teoria mais plausível a pecking order.

(CONCLUSÃO) Ao longo do estudo foi possível identificar os determinantes da estrutura de capital, que tem poder essencial de influenciar o nível de alavancagem das firmas. Os determinantes analisados foram explicados por meio das previsões feitas pelas teorias da estrutura de capital, em especial a pecking order e a trade-off, relacionando-os as três formas de endividamento: total, curto e longo prazo. A fim de encontrar valores para os determinantes, foram desenvolvidas proxies para cada um, proporcionando encontrar os resultados necessários. E assim, a partir desses resultados pode-se verificar a validade de cada teoria e sua relevância para o estudo. No entanto, de forma a encontrar resultados mais completos e robustos, sugerimos que seja dado continuidade a este estudo, utilizando o modelo da Regressão Quantílica.

EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE DO PERFIL EMPREENDEDOR DOS ALUNOS DO 8º PERÍODO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Thiago Felipe Medeiros de Araujo: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por objetivo verificar qual o grau de percepção dos alunos do 8º período do curso de administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte em relação ao perfil empreendedor. A primeira parte do estudo foi o levantamento teórico sobre os conceitos de empreendedorismo, análise histórica do surgimento do empreendedorismo, empreendedorismo no Brasil, mercado local, planejamento estratégico, identificando oportunidades, fatores a serem considerados na escolha do negócio, desafios para o empreendedor, espírito empreendedor e risco calculado.

(METODOLOGIA) A segunda etapa foi à realização de uma pesquisa mediante um questionário. O questionário foi dividido em 16 questões com 04 blocos de perguntas e ao final as sugestões dos alunos. Os blocos abordavam questões sobre desafios empreendedores, necessidades de demanda para suprir o mercado local, nível de aceitação de ideias e sugestões diante do mercado.

(RESULTADOS) Após a apuração dos dados fornecidos pelos funcionários, foram realizados os tratamentos dos mesmos, através de planilhas no excel, gerando assim, a análise dos aspectos mais importantes que o estudo destacou. Em suma, os resultados apontam que o nível de percepção dos alunos do curso de administração em relação ao perfil empreendedor é muito satisfatório levando assim profissionais que buscam melhorias para as empresas e com visão para melhorias no mercado, aprimorando assim as empresas, processos, produtos entre outros fatores de apreciada importância no mercado local.

(CONCLUSÃO) O presente trabalho tem por objetivo verificar qual o grau de percepção dos alunos do 8º período do curso de administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte em relação ao perfil empreendedor. A primeira parte do estudo foi o levantamento teórico sobre os conceitos de empreendedorismo, análise histórica do surgimento do empreendedorismo, empreendedorismo no Brasil, mercado local, planejamento estratégico, identificando oportunidades, fatores a serem considerados na escolha do negócio, desafios para o empreendedor, espírito empreendedor e risco calculado. A segunda etapa foi à realização de uma pesquisa mediante um questionário. O questionário foi dividido em 16 questões com 04 blocos de perguntas e ao final as sugestões dos alunos. Os blocos abordavam questões sobre desafios empreendedores, necessidades de demanda para suprir o mercado local, nível de aceitação de ideias e sugestões diante do mercado. Após a apuração dos dados fornecidos pelos funcionários, foram realizados os tratamentos dos mesmos, através de planilhas no excel, gerando assim, a análise dos aspectos mais importantes que o estudo destacou. Em suma, os resultados apontam que o nível de percepção dos alunos do curso de administração em relação ao perfil empreendedor é muito satisfatório levando assim profissionais que buscam melhorias para as empresas e com visão para melhorias no mercado, aprimorando assim as empresas, processos, produtos entre outros fatores de apreciada importância no mercado local.

ESTRATÉGIAS DE MARKETING PARA ACADEMIA SAÚDE FITNESS

Autor(es):

Gerdiel de Brito: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) As academias tornaram-se uma opção para a população urbana, que adere ao exercício físico, com o objetivo de obter melhorias em seu bem-estar geral. A ausência de um plano de marketing na organização se justifica pela falta de profissionais dessa área na empresa e uma certa desconsideração da importância dessa ferramenta para uma instituição, seja ela pequena, média ou de grande porte, tornando esse um problema a ser solucionado, ficou evidente a necessidade de se fazer um plano de marketing para a empresa após a pesquisa de satisfação, o plano de marketing terá como objetivos realizar análise SWOT, desenvolver estratégias baseadas nos 4 p's de marketing, traçar o perfil socioeconômico dos alunos. O surgimento de novas ferramentas de marketing como forma de promover a imagem dessas empresas do ramo de academias passou a ser um grande aliado como forma de sustentar a empresa e captar novos alunos para a maximização dos lucros da organização. Este foi um trabalho que servirá como mais uma ferramenta de pesquisa para alunos da universidade, para testar meus conhecimentos a respeito do assunto, e em prol da empresa, então a problemática identificada é a seguinte: Como desenvolver estratégias de Marketing para alavancar a imagem e maximizar os lucros da Academia Saúde Fitness?

(METODOLOGIA) O presente trabalho se utilizou de pesquisa do tipo exploratória, que de acordo com Figueiredo; Souza (2011, p 103) consiste em investigações empíricas, porém o objeto é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para realização de uma pesquisa futura. **UNIVERSO E AMOSTRA** O universo utilizado foi de 335 (trezentos e trinta e cinco) alunos que fazem parte do banco de dados da Academia Saúde Fitness, com uma amostra não probabilística por conveniência de 104 (cento e quatro) alunos. **INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS** Os alunos responderam um questionário com 20 (vinte) perguntas fechadas sobre seu perfil socioeconômico e sobre a estrutura e prestação de serviço por parte da academia Saúde Fitness, que foram lançados em Excel e mapeados em gráficos e tabelas.

(RESULTADOS) ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS O perfil socioeconômico dos alunos é composto por uma maioria que tem renda familiar entre 1 e 4 salários mínimos, a maioria deles trabalha em empresas privadas, composta por mulheres, e há um grande número de funcionários públicos na base de clientes, e a maior parte deles está entre 20 e 30 anos de idade, 26% possuem ensino superior completo, 90% dos pesquisados praticam musculação. Quanto aos dados avaliativos da academia, 76% foram atraídos pela localização, 40% avaliaram os equipamentos de musculação como regulares, 8% indicaram o estacionamento como péssimo, 62% já frequentaram outras academias.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que a Academia Saúde Fitness possui alguns pontos fortes, tais como; localização atendimentos dos professores, limpeza do ambiente, atendimento da recepção, e alguns pontos fracos, tais como; estrutura, estacionamento, preços e equipamentos, indicando a necessidade de desenvolver estratégias de marketing, a partir da análise SWOT, indicando a importância de se fazer um plano de marketing.

FALSAMENTE VERDES

Autor(es):

Karol Hellen Dias Lima: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Everton da Silva Rocha

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Após uma onda de legislações e movimentos ante os sérios danos que a poluição industrial causara ao meio ambiente, empresas do setor privado passaram a encarar a questão ambiental como responsabilidade das empresas. Estas passaram a adaptarem-se as novas tendências e a buscarem soluções através do desenvolvimento tecnológico e organizacional para responder às demandas da sociedade. Entretanto, hoje se pôde constatar que não foi assim que a grande maioria das empresas procedera, pois, muitas ao invés de buscarem novas soluções, passaram a usar apelos em suas embalagens para dar ao consumidor uma falsa impressão de preocupação ambiental, quando na verdade essas empresas possuíam uma atuação contrária aos interesses e bens ambientais.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi desenvolvida com base em estudos no livro Mercado e Responsabilidade social Empresarial, e em sites e blogs da internet.

(RESULTADOS) Os consumidores do nosso país passaram a ter um consumo mais consciente, e para ganhar a simpatia destes consumidores muitas empresas começaram a divulgar suas ações de responsabilidade socioambiental, no entanto, pesquisas realizadas mostraram que apenas 6% das companhias divulgam os resultados reais de suas iniciativas sustentáveis. Ao observar o ranking das empresas mais sustentáveis segundo a mídia vemos empresas como a Coca Cola, que no Brasil usa produtos cancerígenos em seus refrigerantes. Ou a Vale que está na honrosa quinquagésima posição mais que é responsável pela devastação da Amazônia, pela alta incidência de trabalho escravo e infantil, principalmente na cadeia do carvão, e pelo aumento da violência no campo. Sem falar nas tantas corporações que têm crianças na base da cadeia produtiva e montadoras de carro que usam aço fabricado com carvão do trabalho escravo e da devastação ambiental. Apesar de o Brasil ter sido o país com menor índice de casos como estes, a prática ainda é frequente em cerca de 90%, o caso mais presente nos rótulos dos produtos é o da Incerteza: 46% das embalagens nacionais provocam, propositalmente ou não, algum tipo de dúvida no consumidor, como é o caso do fabricante eletrônico Philips, que no Brasil utiliza uma logomarca de "indicação verde" em produtos selecionados e não explicitam sobre o significado de qualquer símbolo. São muitas empresas passando uma imagem de ecologicamente responsável que não condiz com a realidade, e aproveitando-se da vantagem encontrada nos consumidores conscientes que costumam aceitar preços mais caros acreditando que os produtos são ecologicamente responsáveis.

(CONCLUSÃO) São muitos os casos de empresas conhecidas que utilizam propaganda corporativa que enganam o consumidor com anúncios mentirosos. Estas informações enganosas têm o potencial de prestar um enorme desserviço à causa ambiental. Agindo dessa forma os recursos ambientais e sociais do nosso planeta continuam sendo explorados, e as pessoas estão sendo enganadas ao acreditarem na adoção, por parte das empresas, de práticas que promovam o desenvolvimento econômico em equilíbrio com as necessidades da terra, quando na verdade essas práticas não existem.

GESTÃO DOS RECURSOS COMUNS UM CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE

Autor(es):

Pollyana Pereira de Almeida: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Everton da Silva Rocha

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Os conflitos ambientais presentes na atualidade deixam clara a necessidade de uma gestão negociada como caminho para a Sustentabilidade. As empresas buscam sua reputação ambiental negociando com diferentes grupos de interesse, cujo maior desafio é o de gerenciar esses conflitos ambientais com o uso dos recursos humanos. “ Estão em questão o mundo biofísico e seus ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre ambas estas esferas. Ocorrem conflitos pelo controle dos recursos naturais, conflitos associados aos impactos ambientais e sociais de determinados usos em relação a outros, e conflitos ligados ao domínio do conhecimento dos recursos ambientais. “(Little,2001)

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa em livros, artigos acadêmicos e sites de Internet que abordam o tema a cerca da Gestão dos Recursos Comuns e Sustentabilidade.

(RESULTADOS) A política ambiental brasileira é fortemente conflitiva. Por um lado obtivemos um significativo avanço na incorporação dos preceitos ambientais ao Estado brasileiro, porém há uma imaturidade nas Leis Ambientais quando se tratam da gestão desses recursos por parte dos agentes que não possuem habilidades necessárias para gerir esses conflitos, logo a Negociação Ambiental passa a ser uma necessidade estratégica para a busca da Sustentabilidade. A complexidade do tema passa não só pela Sustentabilidade Ecológica e sim da Econômica, Social e Cultural. Ao incorporar as questões ambientais uma empresa torna-se responsável legalmente pela gestão dos recursos comuns os quais faz uso e que diretamente irá impactar no modo com o qual ela é vista pela sociedade tornando-se um bem intangível a longo prazo além de contribuir para sua performance global, sua imagem passa a ser associada a credibilidade, confiabilidade e responsabilidade. A solução para os problemas a cerca da gestão dos recursos comuns jamais deverá ser generalizada tendo em vista que tais recursos não são privatizados mais sim “comuns” entre ambiente e indivíduos. As empresas são atores importantes na utilização dos recursos naturais comuns como ar, água e florestas. Elas competem entre si e com a sociedade pelo uso desses recursos que caso sejam usados de maneira desordenados podem ocasionar uma tragédia dos comuns.

(CONCLUSÃO) Há uma condição de interdependência entre meio ambiente e indivíduo, logo a necessidade de gerir essa relação passa a ser primordial. Os recursos ambientais são vitais para a existência dos indivíduos e empresas. A Sustentabilidade passa a ser o elo entre esses dois grupos. Dessa forma conclui-se que a solução para o problema aqui exposto seria a constante fiscalização do uso desse recurso por parte daqueles que são autorizados para usá-los. A Gestão dos Recursos Comuns é um Caminho para a Sustentabilidade.

GESTÃO ORGANIZACIONAL NA EMPRESA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NA AZEVEDO CARNES

Autor(es):

Kênia Mayara Dantas do Nascimento : Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) As empresas estão cada vez mais investindo na gestão organizacional de suas empresas, tendo em vista a importância que o capital humano tem representado para as mesmas. A motivação de equipes tem-se tornado um assunto de grande interesse dessas organizações, por gerar resultados satisfatórios no desempenho de suas atividades. Estudar a influência que as lideranças possuem na motivação dos colaboradores, torna-se relevante, visto que podem contribuir na formação de equipes motivadas profissionalmente, mostrando ao gestor que as inovações são fundamentais para o mercado no qual a empresa está inserida, as organizações que não inovam, vão ficando para trás, pois se diferenciar dos concorrentes reflete benefícios para o negócio, mais com as barreiras impostas por uma gestão passada, fica difícil de fazer o diferencial. A competitividade e a inovação estão estritamente ligadas, pois é de todo interesse de uma empresa ser inovadora, o ambiente empresarial deixa nos dias de hoje de ser local para ser global, claro se a frente do negócio existir alguém que acompanhe essas inovações e esteja disposto a enfrentar as dificuldades que o mercado oferece. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo verificar a importância da gestão organizacional em uma empresa familiar, a influência exercida pelo gestor na motivação dos colaboradores da empresa Azevedo Carnes, através de um estudo de caso realizado na mesma.

(METODOLOGIA) Para fundamentar esse estudo, foram abordados aspectos da gestão de pessoas e comportamento organizacional, bem como teorias de liderança, conflitos e motivação. Na pesquisa, adotou-se uma metodologia quantitativa com relação à análise dos dados obtidos, por meio de questionários, aplicados aos colaboradores e, qualitativa no que diz respeito ao tratamento dos resultados obtidos através da entrevista com o gestor.

(RESULTADOS) O estudo proporcionou a identificação do modelo de gestão adotado atualmente pela empresa, além dos fatores que motivam os colaboradores e aqueles que geram desconfortos por parte deles, e os que levam aos conflitos na organização, como também sugestões que os próprios colaboradores acreditam que melhoraria o desenvolvimento da equipe e com isso ambos sairiam ganhando.

(CONCLUSÃO) Percebeu-se na análise dos dados coletados através dos colaboradores da Azevedo Carnes uma ineficiência em relação ao gestor com seus colaboradores como também com a empresa, a falta de relacionamento com seus subordinados, o modo de gestão tradicional não tem ajudando ao desenvolvimento da organização, os gargalos encontrados quando falamos de comunicação é visível, e para isso foram propostas mudanças, como a sucessão do atual gestor, para que um modelo de gestão inovador e com estratégias atuais venha a alavancar o crescimento da mesma.

LOGÍSTICA E SERVIÇO AO CLIENTE COMO COMBINAÇÃO EFICAZ DO MERCADO ATUAL

Autor(es):

Arivaldo Silva Rocchigiani Neto: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Adriano Macêdo dos Santos
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este estudo mostra alguns problemas que, constantemente, acontecem no processo dentro da Riograndense Distribuidora LTDA. Com isso, acaba gerando uma insatisfação dos clientes que precisam de suas cargas no prazo que fora prometido. Devido ao cenário exposto bem como a crescente e forte concorrência no mercado atual, o estudo traz uma importante contribuição no que diz respeito ao aumento no valor da cadeia de abastecimento em que estamos inseridos. Mas, quando observada com cuidado, cada subprocesso – desde o recebimento até a negociação com o cliente e entregas – passa necessariamente por atividades logísticas. Nesse cenário, as funções básicas – receber os produtos, armazenar, movimentar etc. – terão papel fundamental como elo de integração operacional do processo de gestão de valor. Assim temos um trabalho que apresenta o cotidiano de uma empresa distribuidora com suas rotinas operacionais, com foco logístico importante. O objetivo é enfatizar que a busca da satisfação do cliente não vem do que achamos ser correto e sim em cima da expectativa dos próprios clientes. Independentemente, para a grande maioria das distribuidoras, nos últimos anos, o mercado tem apresentado mudanças dramáticas afetando diretamente a maneira de se fazer negócios. Mais do que nunca, as empresas precisam adaptar a forma de realizar seus negócios a este ambiente extremamente dinâmico e mutável.

(METODOLOGIA) Este trabalho considerou o embasamento teórico como fundamento no processo de ensino aprendizagem, associando teoria a uma aplicação prática no processo de separação de produtos e otimização de um layout mais eficiente, alocando produtos em locais mais adequados reduzindo o tempo de separação tornando a logística viável para as entregas dos produtos certos, na quantidade correta, na qualidade justa, no lugar certo, no tempo hábil, no método adequado, a um menor custo, causando uma boa impressão.

(RESULTADOS) Desta maneira, a empresa necessita levar muito a sério o atendimento aos clientes e ouvir o que eles têm a dizer, para aprimorar o serviço, e mais que isso analisar internamente se as funções estão adequadas e integradas consistentemente para atender à demanda. Os clientes, atualmente, possuem muitas alternativas e oportunidades de potenciais fornecedores e, portanto, mudar de um fornecedor para outro é algo que pode ser feito de maneira muito rápida. Tais dados foram colhidos no exercício do ofício de forma direta, indireta e sob prestação de serviço.

(CONCLUSÃO) É evidente que para chegar ao resultado final de entregar conforme combinado de uma forma eficaz e ágil em um ambiente com tantas restrições, a Riograndense Distribuidora precisa de todo o apoio tecnológico possível e que sejam aderentes as necessidades dos clientes. Agora, de nada adiantará utilizarmos ferramentas modernas se não entendermos antes o que realmente o cliente espera que atenda suas expectativas. Primeiro, é preciso entender as necessidades do cliente e compreender o que realmente importa para ele. Neste caso, o que realmente importa é o produto ser entregue na data que foi combinado e com a qualidade que fora prometida.

MARKETING DE VAREJO DIGITAL: NOVOS DESAFIOS PARA A EMPRESA MARIA FULÔ NA CIDADE DO NATAL/RN

Autor(es):

Sandro de Souza Grilo: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Os clientes estão exigindo cada vez mais que as empresas tenham uma presença na web, e quem estiver fora ou não estiver pensando em ações de marketing digital, tende a perdê-los hoje e, principalmente, nos próximos anos. Mediante o exposto e a necessidade de um estudo mais aprofundado surge uma questão que irá nortear esta pesquisa: como uma empresa do segmento de roupas e acessórios pode melhorar seu desempenho e aumentar suas vendas utilizando as ferramentas do marketing digital? Cabe a empresa buscar diferenciação no mercado ser diferente, distinta e inovadora. A partir desse entendimento, é que surgiu a necessidade de se fazer um estudo de caso na Empresa Maria Fulô em desenvolver estratégias de marketing de varejo digital em querer aumentar sua competitividade, e no objetivo de desenvolver estratégias de marketing digital para a empresa.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa que foi utilizada neste trabalho é uma pesquisa descritiva, em que os dados a serem investigados, interessa mais pelo processo do que pelos resultados, os dados são examinados de maneira indutiva e privilegiam o significado. O universo (população) da pesquisa é representado por usuários de internet da cidade do Natal, que é de aproximadamente 38%, segundo o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2012), de um total de 803.739 habitantes, e assim, nortear um contingente aproximado ao qual se deve tomar a pesquisa. Vale destacar que a intenção deste trabalho foi tentar chegar a um quantitativo de forma probabilística da amostra. Assim, o universo pesquisado onde servem para exemplificação e entendimento do trabalho, com margem de erro de 5% e com nível de confiança de 95% chegando ao total de 384 pessoas, o tamanho recomendado para a amostra, de um universo de 306 mil habitantes da cidade do Natal que possuem internet. O método de amostra a ser utilizado será a probabilística e aleatória simples.

(RESULTADOS) Com resultados parciais foi observado que grande maioria dos entrevistados de (18,08% do total) e composto por homens com 62% e que na decisão de compra de um produto de roupas e acessórios de moda os fatores que mais influenciam é o preço com 35%, seguido por qualidade 27% e atendimento da loja com 22%. A respeito em comprar roupas e/ou acessórios de moda pela internet 54% dos entrevistados não comprariam roupas ou acessórios enquanto 46% já utilizaram a internet para adquirir os produtos citados. E um bom termômetro quanto a forma de pagamento os números mostram que a forma de cartão de crédito a prazo e a melhor opção para 43% dos entrevistados, seguido por dinheiro a vista com 29%.

(CONCLUSÃO) Após o que foi exposto, conclui-se que a Maria Fulo passara a inovar seus conceitos de comercialização de roupas e acessórios, aderindo ao marketing de varejo virtual. A Maria Fulo disputa com grandes lojas nesse segmento tão concorrido entre empresas virtuais e físicas, do mercado da moda e acessórios e tentará ocupar uma importante parcela do mercado no setor em questão. Para isso é preciso admitir as características deste novo instrumento, saber como explorá-la, com quais objetivos. As novas possibilidades que a tecnologia digital oferece só vêm a acrescentar ao mix de ações empresariais. Expor a possibilidade de uma relação mais integrada entre empresa e mercado, entre produto e consumo, considerando até mesmo as características individuais. E essa pesquisa irá nortear suas ações.

NOSQL -- UMA NOVA FORMA DE BANCO DE DADOS PARA WEB

Autor(es):

Flávio Soares de Sousa : Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Herbert Wagner Viana Moraes: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Kleyton Peres Batista: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Maurício Pereira Martins: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O volume de informação compartilhada se ampliou significativamente e tende a tornar mais complexa a forma de organização de dados com a disseminação de serviços web no mundo, sobretudo os relacionados à redes sociais, fortalecidas pela expansão da conectividade da internet pelo planeta e o crescimento de seu número de usuários. Os banco de dados Not Only SQL (NoSQL) emergem como resposta à este cenário, buscando superar alguns limites de bancos de dados tradicionais, especialmente os banco de dados do tipo relacionais ou objeto-relacionais. Neste trabalho, pretendemos observar como os autores comparam o NoSQL com outros tipos de bancos de dados e comentam sobre a sua aceitação nas comunidades de BD.

(METODOLOGIA) A metodologia empregada consiste na revisão bibliográfica de artigos que apresentam as características do NoSQL, preferencialmente os que também comparam o NoSQL com os tradicionais bancos de dados relacionais no contexto de aplicações para Web.

(RESULTADOS) A maioria dos autores analisados sustenta que os bancos de dados relacionais apresentam limitações para lidar com grande volume de dados utilizados serviços em rede e sistemas distribuídos, característica presente no que frequentemente se denomina Web 2.0. Houve unanimidade em constatar que a principal contribuição dos banco de dados não relacionais do modelo NoSQL é atender à demanda de escalabilidade e disponibilidade típicas de serviços que lidam com redes sociais com mais eficiência que os banco de dados relacionais. Um dos principais ingredientes de tal inovação é a deixar de seguir a propriedades ACID de Atomicidade, Consistência, Isolamento e Durabilidade, para adoção de abordagens menos consistentes, que podem ser chamadas de BASE, Basically Available, Soft state e Eventually consistent (basicamente disponível, estado leve e eventualmente consistente). A escolha da abordagem se baseia no Teorema de Brewer ou Teorema CAP que afirma ser possível garantir a ocorrência de somente duas dentre as três propriedades: Consistência, Disponibilidade e tolerância à Partição, também denominada como tolerância a falhas. Quanto à aceitação do NoSQL nas comunidades de desenvolvimento de banco de dados, discute-se se este seria uma substituição do SQL tradicional, ou seria uma evolução, ou uma moda passageira. Pelos exemplos apresentados, parece evidente que as diferentes soluções que podem ser agrupadas como NoSQL foram desenvolvidas caso a caso. A constatação geral é de que os bancos de dados NoSQL mais comuns podem ser distinguidos em quatro tipos: orientados a documentos, orientados a chave-valor (ou armazens de chave-valor), orientado a família de colunas, orientados a grafos. Cada tipo se desenvolveu segundo a necessidade apresentadas pelos serviços, o orientado a documentos é apropriado quando a duplicação de dados f acilita sua distribuição pelo sistema, o orientado a chave-valor facilita a busca de objetos de tabela hash através de sua chave, o orientado a familia de colunas se aplica quando muitos registros podem ser organizados em poucas colunas, e o orientado a grafos é utilizado quando os dados topológicos ou de conectividade entre os dados são significativos para o serviço.

(CONCLUSÃO) Alguns autores dão mais destaque para a escalabilidade horizontal e nas vantagens de redução de custos ao poder ampliar a quantidade de máquinas na rede horizontalmente, outros dão mais ênfase à rapidez conquistada pelo uso de APIs que intermediam o tratamento de dados com menos restrições de consistência. Em suma, as necessidades atuais de armazenamento de dados tem sido um tema de discussão e pesquisa nos últimos tempos.

O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Elane Félix da Silva : Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Aluísio Alberto Dantas

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O tema possui como desígnio analisar o impacto e relevância do envelhecimento populacional sobre o crescimento econômico e social do estado do Rio Grande do Norte. Demonstrando importante relevância para a caracterização do mercado Norte-rio-grandense, o mercado de trabalho, igualmente para a economia, as novas tendências do mercado e anseios dos consumidores como a demanda de recursos produtivos para a sua manutenção, políticas públicas, legislação previdenciária, e todos os fatores econômicos e sociais.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa foi desenvolvida em duas fases; a primeira fase corresponde ao levantamento de referências bibliográficas e documental como artigos, pesquisas, estudos econômicos, revistas, jornais, publicações oficiais e outros documentos que continham elementos condscendentes com o tema, também foram utilizados. Na segunda fase constituiu na análise qualitativa e quantitativa dos dados obtidos. Por fim, a interpretação dos dados da pesquisa de maneira a avaliar os impactos do envelhecimento populacional sobre a economia do estado.

(RESULTADOS) Segundo a literatura, a relação entre taxa de dependência e crescimento econômico tende a ser negativa, pois a produtividade da economia, principalmente o fator trabalho, taxa de investimento, a taxa de poupança, tende a se reduzir à medida que a população envelhece e implicam maiores despesas previdenciárias e tais fatores reforçariam os efeitos negativos sobre o crescimento econômico. A concentração de alta população idosa ainda é incipiente no estado do Rio Grande do Norte, apesar da queda na taxa de fecundidade geral em todas as regiões do estado, também se observou, entretanto, um aumento da expectativa de vida total ao nascer, passando de 67,0 anos em 1998 para 70,8 anos em 2008. Por imediato, temos um aumento absoluto e relativo da população idosa (60 anos ou mais) do Estado, a região de Caicó apresentou o maior índice de envelhecimento nos respectivos anos. A razão de dependência é um indicador demográfico importante para o estudo do mercado de trabalho, pois, expressa a proporção de pessoas em idade potencialmente inativas (crianças de 0 a 14 anos e idosos de 65 anos ou mais) em relação a 100 pessoas em idade potencialmente ativas (15 a 64 anos). Em 2008 o estado do RN, possuía (51,8%) e a 3ª menor razão de dependência do Nordeste, sendo superado apenas por Bahia (50,9%) e Sergipe (49,0%) - a menor razão de dependência da Região. Percebem-se desigualdades regionais acentuadas, devido aos diferentes processos reprodutivos do país. Embora a mudança de uma população jovem para uma mais envelhecida possa, inicialmente, impulsionar as perspectivas de crescimento econômico, poderá estabelecer uma ameaça, se as políticas adotadas não forem adequadas. De um lado, poderá haver outra janela de oportunidades: o crescimento positivo no grupo etário que inclui trabalhador sênior, que normalmente possuem maiores taxas de emprego do que a mão-de-obra júnior, também, maiores contribuições fiscais. De outro lado, o desafio será mais difícil se este trabalhador sênior não estiver preparado ou estiver subempregado, nestas situações, o bônus demográfico gerado pela menor pressão por novos postos de trabalho pode perder sua eficácia inicial.

(CONCLUSÃO) Precisando, portanto, de uma melhor adequação da infraestrutura social (saúde, educação, previdência) e, especificamente, do aperfeiçoamento da assistência social ao idoso. Dessa maneira devem ser estudados e implementados planos de políticas públicas, econômicas e sociais adequadas para a nova configuração da economia e do abito social do estado.

O IMPACTO DO CLIMA ORGANIZACIONAL NO PROCESSO DE GERENCIAMENTO EM UMA EMPRESA DE ENGENHARIA

Autor(es):

Luanna Soares Macêdo dos Santos : Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O clima organizacional reflete diretamente na percepção das pessoas em relação ao seu ambiente de trabalho, por isso é de tal importância o conhecimento desta percepção, pois o sentimento que as pessoas têm sobre a empresa tem um impacto profundo sobre como e o quanto trabalham. O clima não é determinado nem pelo colaborador, nem pela empresa, nem pela liderança, mas cada um é responsável pelo espaço, com o tamanho da influência, afetando diretamente no desempenho dos negócios. O presente trabalho tem por objetivo diagnosticar o impacto do clima organizacional por processo de gerenciamento da empresa Alfa Engenharia. A análise baseia-se na verificação dos processos internos que interferem no relacionamento interpessoal e os aspectos que influenciam no clima organizacional. O clima organizacional influencia direta e indiretamente nos comportamentos, na motivação, na cultura, na produtividade do trabalho e também na satisfação das pessoas envolvidas com a organização, pois é através deste que se compreende o grau de satisfação material e emocional das pessoas no trabalho. Com base nisso, o presente trabalho abordará o tema “O Impacto do Clima Organizacional no Processo de Gerenciamento de uma Empresa de Engenharia” a fim de justificar o grau de relevância do estudo do clima como um indicador necessário para se obter informações sobre o andamento das atividades, e o comportamento das pessoas dentro da organização no que diz respeito ao comprometimento dos seus colaboradores, contemplando um ambiente agradável e satisfatório na obtenção de resultados excepcionais. Este projeto tem por objetivo identificar o quanto um clima organizacional interfere de forma negativa ou positiva dentro de uma organização e aduzir o quanto a satisfação no trabalho influencia positivamente no ambiente no qual o colaborador está inserido. O gestor enquanto estrategista, pode utilizar várias ferramentas para implementar um clima organizacional favorável, entre elas estão: empowerment, parcerias e a própria pesquisa de clima, onde esta tem como objetivo compreender a situação atual da empresa e identificar quais os fatores que se melhorados, aumentarão significativamente o engajamento dos mesmos e que quando feita de forma constante pode trazer vários aspectos positivos tanto para os gestores quanto para os seus funcionários. Desta forma, pode-se dizer que o clima retrata o estado de satisfação dos colaboradores em relação ao seu ambiente de trabalho, a empresa, a sua chefia, a seus colegas e a si mesmo.

(METODOLOGIA) A pesquisa teve caráter censitário, ou seja, com aproveitamento total do quadro funcional, não sendo necessário a utilização de amostra.

(RESULTADOS) Foram apresentadas as seguintes recomendações: criação de estratégias em torno da valorização e reconhecimento dos funcionários, processo de gerenciamento através da liderança, adoção de práticas voltadas a motivação, ligando-se intimamente aos aspectos internos (dentro da organização) do que aos externos (fora da organização) e de incentivo, visando o crescimento da produtividade.

(CONCLUSÃO) O estudo abrange questões que abordam relações interpessoais, condições de trabalho, valorização, estilo de chefia, reconhecimento, responsabilidade pelo trabalho e o sentimento de realização no trabalho.

O QUADRANTE MÁGICO DO GARTNER

Autor(es):

Nerthz Josuá Costa : Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Cristiane Clébia Barbosa
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) É fato que, nos tempos atuais, as empresas que conseguem maiores margens financeiras em suas operações comerciais, possuem como diferenciais a rapidez e a agilidade de adaptarem-se as mudanças de um mercado cada vez mais competitivo. Dentro deste contexto, observa-se uma crescente oferta de soluções tecnológicas para apoio as decisões nos seus mais diversos níveis: estratégico, tático e operacional. A aquisição dessas soluções tecnológicas envolvem custos altos e cobranças sobre o comprador, principalmente para acontecer o retorno do investimento da empresa.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa exploratória. A pesquisa realizada é composta de análise de publicações anteriores sobre o tema, observação e coleta de informações. Os dados serão analisados e apresentados por meio de imagens comparativas. Serão apresentados dois exemplos como ilustração.

(RESULTADOS) O Gartner Group é uma empresa de consultoria que desenvolve tecnologias relacionadas a introspecção necessária para seus clientes tomarem suas decisões todos os dias. Tem analistas, pesquisadores e consultores em mais de 75 (setenta e cinco) países pelo mundo. Periodicamente o Gartner divulga relatórios de análise das principais tecnologias do mercado através de um gráfico conhecido como "Quadrante Mágico do Gartner". O quadrante possui dois eixos: No eixo X (horizontal), tem-se a abrangência da visão da empresa em relação a tecnologia. No eixo Y (vertical), tem-se a capacidade de executar o que se propõem. Esses dois eixos acabam gerando quatro quadrantes: "Niche Players", empresas de nichos de mercado que não possuem grande expressão no mercado geral como um todo e comumente possuem produtos específicos; "Visionaries", possuem extrema inovação, mas não possuem tanta capacidade para entregar o que prometem; "Challengers", empresas com boa capacidade de execução, mas que não agrega tanto em inovação e "Leaders", possuem boa inovação e entregam o que prometem. Quanto mais a direita e acima, melhor posicionada está a empresa no quadrante.

(CONCLUSÃO) O Quadrante Mágico é uma representação gráfica do mercado por um determinado período. Isto apresenta a análise do Gartner de como certos fornecedores medem os critérios para aquele mercado. O Quadrante Mágico é destinado exclusivamente a uma ferramenta de pesquisa, e não pretende ser um guia específico para tomadas de ação. Cada necessidade de solução tecnológica é analisada do ponto de vista do cliente, e não do fabricante. Caso um Administrador deseje adquirir alguma solução em tecnologia e gostaria de uma referência para escolher as possíveis soluções que lhe atenderiam, o Quadrante Mágico do Gartner é um ótimo ponto de partida.

OS COMERCIANTES INFORMAIS E A REPRESSÃO DA FIFA NA COPA DE 2014

Autor(es):

Karol Hellen Dias Lima: Discente do curso Administração do UNI-RN
Kátia Natana dos Santos Fonseca : Discente do curso Administração do UNI-RN
Pollyana Pereira de Almeida: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúísio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O comércio informal é uma atividade que faz parte da cultura de nosso país. Não dá pra imaginar o Brasil sem suas feiras típicas e suas barraquinhas famosas. Este tipo de comércio consiste numa estratégia de sobrevivência para a população urbana de baixa renda ante o desenvolvimento econômico desigual. Trabalhadores e trabalhadoras que tentam ganhar a vida por conta própria, ante a oportunidade de um evento como a Copa de 2014 que será sediada no país, procuram se organizar para que possam aproveitar e atuar de forma honesta as oportunidades que o evento oferece. No entanto, o comércio informal não faz parte dos planos do país para este megaevento.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa em artigos de blogs e sites da internet, artigos científicos e entrevista com um professor de economia.

(RESULTADOS) A cidade de Natal foi escolhida pela FIFA como uma das 12 cidades que sediarão a Copa do Mundo de 2014. A zona leste de Natal é uma área caracterizada por forte presença de trabalhadores da economia informal, sejam eles ambulantes, camelôs, trabalhadores de quiosques, entre outros que ante este evento de grade porte, visam o surgimento de diversas oportunidades. Entretanto, a Fifa informou que as zonas de restrição comercial se estendem a hotéis, centros de mídia, etc. e que o comércio informal não autorizado era proibido não só nos estádios, mas também aos entornos dos estádios - em locais de eventos oficiais da Fifa que incluem as fan parks, grandes festas de torcedores geralmente montadas nos centros das cidades ou em praias -, dessa forma, os comerciantes informais devem se manter a uma distância de 100 metros destes locais (2 km no caso dos estádios), e incluindo aqueles que já vendiam nas proximidades dos estádios os quais tiveram que mudar de local de venda por causa das obras para o megaevento. Sabe-se que Juridicamente não é interessante que as empresas sejam informais, até porque o desenvolvimento da economia mede-se a partir das empresas formais. No entanto, este tipo de comercio proporciona bem a sociedade e a economia, pois ela gera empregos, remunera mão de obra, dá capacidade de compra para as os comerciantes informais, são prestadora de serviços além de serem importantes para as empresas formais, pois a relação entre elas é direta, não existe relação isolada entre a empresa formal e a informal. Agindo assim, a Copa passa a não ser para todos, porque a população pobre não vai ganhar com o evento e certamente o ambulante vai sofrer muito, pois o mesmo mantém a si mesmo e as suas famílias através deste comércio.

(CONCLUSÃO) Com base na hipótese do impacto que os eventos da copa podem propor para os comerciantes informais do nosso estado, pode-se concluir que uma vez que a FIFA declara que na Copa de 2014 haverá limites delimitados para o comércio, o qual exclui o comerciante informal que compõe a cultura de nosso país, o evento coloca cerca de 1.600 ambulantes, 1548 feirantes e 222 boxes de mercado fora de ação, o que prejudica economia urbana. Este tipo de comércio é de suma importância para o país e sua economia, deve ser reconhecida e valorizada e deve ter seus direitos respeitados e seus deveres regulamentados de forma justa.

OTIMIZAÇÃO DO RESSUPRIMENTO LOGÍSTICO: UM ESTUDO DE CASO NA EQUIPE PARAOLÍMPICA DE BASQUETE DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Alexsandro Guedes de Lima: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Adriano Macêdo dos Santos
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O foco do trabalho foi voltado para um estudo de caso da equipe paraolímpica de basquete do estado do Rio Grande do Norte, uma equipe de pequeno porte, porém suas necessidades logísticas não são diferentes das grandes equipes. Onde foi feita uma avaliação, correção e aplicação de procedimentos logísticos referentes a aquisições, ressuprimentos, armazenagem de materiais necessários para treinamentos e manutenções das cadeiras de rodas que são usadas em competições esportivas. O problema identificado na instituição esportiva foi à falta de um plano logístico específico, um plano direcionado para aquisições, ressuprimentos e armazenagem de materiais de uso em treinos, e peças que deverão ficar em estoque, com quantidades que sejam ideais para suprir a demanda necessária de reposições e manutenção das cadeiras de rodas usadas em treinamentos e competições, focando a não onerosidade de estoque; para isso acontecer foi necessário que a organização ou departamento logístico adquirisse conhecimentos para realização correta desses ressuprimentos. O objetivo do trabalho foi à elaboração de um plano de ressuprimento logístico que combatesse a descontinuidade do processo de treinamento e competição da equipe de basquete paraolímpica do Rio Grande do Norte. Através de um estoque adequado com os materiais e peças em quantidades necessárias; a conservação periódica do estoque referente a faltas e aquisições de materiais; a otimização do espaço utilizado para o estoque e por último abrir demanda para fornecedores dos insumos usados pela instituição.

(METODOLOGIA) A caracterização do tipo de pesquisa usada no trabalho foi de natureza descritiva, devido à particularidade do estudo demonstrar a necessidade do uso dessa ferramenta científica de pesquisa. O universo e amostra usados na pesquisa foi o estoque da organização e seus componentes. Foram usados como instrumentos de coleta de dados técnicas de observação não participante através de visita feita a sede da equipe, para a observação do funcionamento da mesma; também foram feitas entrevistas formais com perguntas estruturadas de fácil entendimento focadas na identificação dos procedimentos executados pela organização. O tratamento dos dados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa, devido o uso de tabelas estatísticas, classificando os dados coletados em frequências e porcentagens; também foram feitas análises interpretativas das respostas obtidas através das entrevistas feitas aos colaboradores da organização em estudo. **(RESULTADOS)** Os resultados dos dados que foram coletados estão em fase de conclusão. **(CONCLUSÃO)** Em fase de conclusão.

POSSIBILIDADES DE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS EM ÁREAS DE DESERTIFICAÇÃO NO RN

Autor(es):

Eduardo Bezerra da Silva: Discente do curso Administração do UNI-RN
João Ricardo Soares de Paiva: Discente do curso Administração do UNI-RN
Pedro Robério Mendes Pereira: Discente do curso Administração do UNI-RN
Pedro Rubens Santos de Oliveira: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O Rio Grande do Norte tem em sua região do Seridó, um arranjo territorial com características naturais, econômicas e sociais de desertificação, influenciada principalmente pela degradação de terras nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, decorrentes de variações climáticas e humanas. Esses fatores consolidaram o processo histórico de desertificação, explicados ao longo do tempo com as mudanças no processo produtivo da região. Atualmente, a região do Seridó está constituída como uma das áreas mais problemáticas do país, resultado da ação desastrosa do homem. A desertificação no RN se desenvolveu com a mudança do bioma caatinga, decorrente de práticas sem técnica adequadas da agricultura, pecuária, retirada de madeira para produção de lenha e carvão, além da atividade de mineração com a extração de argila do solo. Diante do cenário atual, o Rio Grande do Norte possui 97,6% de todo seu território, susceptível de processo de desertificação. Sendo o Seridó a região mais afetada, o grande desafio é tornar essa região, uma área atrativa para o desenvolvimento socioeconômico, e principalmente ambiental, o primeiro passo é mapear a região afetada, desenvolvendo estudos de potencialidades e desafios que as empresas precisam observar para a partir, dessa perspectiva micro e macroeconômica, desenvolver modelos de negócios sustentáveis, gerando desenvolvimento para a região, além é claro de lucratividade para as empresas que se submetam a tais ações de negócios.

(METODOLOGIA) A metodologia desenvolvida neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, livros, revistas, teses, relatórios de pesquisa, dentre outras, além de conter informações pertinentes ao tema em análise, serviu para fortalecer a tese do problema, auxiliando na abordagem ou enfoque, dando uma nova visão na tratativa da questão, além de proporcionar conclusões de abordagem diferente. A revisão bibliográfica possibilitou solucionar problemas relacionados ao tempo e custo com possíveis viagens ou pesquisas de campo, uma vez que tal estudo envolveria pesquisas de campo para coletar informações e assim, fixar uma base de dados que fosse parâmetro para desenvolver a tese em questão.

(RESULTADOS) Através da pesquisa, foi possível mapear nas áreas de desertificação suas potencialidades como, matéria-prima predominante, solo propício a determinada prática de cultivo, aspectos naturais viáveis para determinado negócio, tipos de exploração de energias alternativas para reduzir o impacto do corte da lenha, dentre outras características.

(CONCLUSÃO) Com o mapeamento das características encontradas na região de desertificação do Rio Grande do Norte, suas potencialidades, desafios, tornou-se viável e desafiador para os administradores, desenvolverem estratégias para aliar de forma equilibrada, o retorno financeiro esperado, bem como o desenvolvimento sustentável da região, contribuindo para a redução da desigualdade dessas regiões, desenvolvimento social, e principalmente manter o equilíbrio necessário para tornar os recursos naturais duradouros, dando às próximas gerações a possibilidade de um futuro sem tantos impactos ambientais e sociais.

PREPARAÇÃO PARA UMA OFERTA PÚBLICA INICIAL (IPO)

Autor(es):

Nerthz Josué Costa : Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Roberto Davi Miranda da Costa

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Oferta pública inicial (usualmente referida como IPO, do inglês Initial Public Offering) é um tipo de oferta pública em que as ações de uma empresa são vendidas ao público em geral numa bolsa de valores pela primeira vez. É o processo pelo qual uma empresa se torna numa empresa de capital aberto. Para que esse processo ocorra com sucesso, é necessário um conjunto prévio de ações e adequações internas a empresa, que o Administrador deva executar previamente, inclusive a análise se a própria empresa tem o perfil necessário. Isto porque o processo de preparação para uma IPO pode ser caro e demorado.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa exploratória. A pesquisa realizada é composta de análise de publicações anteriores sobre o tema, observação e coleta de informações. Os dados serão analisados e apresentados por meio de dados comparativos.

(RESULTADOS) O motivo pelo qual as empresas possuem uma oferta pública inicial é para levantar dinheiro. As principais motivações para uma empresa abrir o seu capital são: 1) Comprar equipamentos novos ou atualizar equipamentos antigos; 2) Expandir-se em uma nova região ou em um novo tipo de negócios; 3) Honrar dívidas antigas e evitar o pagamento dos juros respectivos: usar uma oferta pública inicial para refinanciar dívidas faz bastante sentido se uma grande parte do investimento inicial for proveniente de um empréstimo bancário; 4) Como uma "estratégia de saída" para o proprietário ou para os investidores originais: quando uma empresa é privada, os fundadores, alguns membros da equipe de gestão (ou todos os funcionários, dependendo da empresa) e investidores privados que ajudaram a fundar a empresa detêm as ações. Essas ações terão menos valor se forem comercializadas publicamente. Com a oferta pública inicial da empresa, essas ações podem aumentar em valor com uma margem enorme e 5) Enriquecer os proprietários e investidores originais. Há vantagens em ter uma oferta pública inicial em vez de levantar capital. Quando as ações da empresa vão a público, elas podem atrair muita atenção da mídia. Isso contribui para a publicidade gratuita da empresa.

(CONCLUSÃO) Uma oferta pública inicial bem sucedida exige um planejamento cuidadoso que envolve algumas iniciativas fundamentais. Analisados os fatores como razão da abertura de capital, nível de preparação da empresa para atender às exigências legais, equipe interna que trabalhará no pré e no pós-IPO, conjuntura do mercado e custos, os executivos da empresa começam a trabalhar no processo em si. O processo de abertura de capital envolve diversos agentes externos à Companhia emissora, entre eles, firmas de auditoria, escritório de advocacia, bancos de investimento, consultores e banco escriturador. Portanto, cabe ao Administrador envolvimento em diversas decisões estratégicas.

PROJETO PRO-SERTÃO - INTERIORIZAÇÃO DAS INDUSTRIAS NO RN

Autor(es):

Fernando Gonçalves Garcia : Discente do curso Administração do UNI-RN
Hugo Rafael Macedo dos Santos: Discente do curso Administração do UNI-RN
Rosemberg Galvao de Melo: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Alúísio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este projeto, prosertão, visa a interiorização das indústrias têxteis na região do sertão do Rio Grande do Norte, com o objetivo de criar novos empregos e renda onde for implantado com seus devidos incentivos, fiscais ou isenções e bonificações de cada município, bem como financiamentos obtidos através dos bancos de fomento da nossa região, Nordeste, Caixa, Banco do Brasil para compra dos maquinários modernos de países bem desenvolvidos no setor, tais como China, Indonésia e outros, além do apoio do Governo Estadual para implantação e facilitação burocrática desses projetos, afim de agilizar a implantação no Estado, principalmente com as licenças ambientais que costumam demorar a serem liberadas, prejudicando assim o bom andamento de vários projetos no nosso Estado.

(METODOLOGIA) O trabalho foi iniciado com a Revista da Indústria, No 3 - Setembro/Outubro de 2013, editada pela Comunicação Corporativa do Sistema FIERN (UNICOM), home: www.fiern.org.br, e outras pesquisas desenvolvidas pela internet em sites correlatos onde se demonstra o sucesso de outras indústrias implantadas nesse mesmo seguimento de interiorização industrial. Nos países mais desenvolvidos este sistema de interiorização de suas fábricas, foram bem sucedidos e até hoje a maioria perdura sua existência com amplitude e diversificação nos seguimentos industriais com novos produtos e padrões modernos.

(RESULTADOS) O projeto retoma a vocação natural da região de manufatura algodoeira dentro de uma nova realidade, lançado com a meta de gerar, até 2018, 20.000 empregos diretos no interior do Estado e estimular a instalação de 360 unidades fabris, chamadas de fábricas, para produzir confecções e chegar a produção de 150.000 peças por dia, levando a industrialização ao interior do Rio Grande do Norte. Evidente que para realização de todo esse empreendimento vultoso mas realizável, haverá a necessidade da participação de várias fontes de financiamentos bem estruturados e distribuídos nos seus devidos municípios e principalmente uma boa fiscalização da aplicação desses recursos, bem como a destinação de cada um deles in loco para o sucesso do projeto como um todo.

(CONCLUSÃO) Dentro da visão capitalista, que é o regime atual do nosso país, o projeto é viável e com possibilidades de um faturamento muito importante para essa região do Estado porque levará progresso industrial, absorvendo mão de obra local e bem identificada com a cultura algodoeira e com o apoio das indústrias têxteis dos grupos financeiros mais capitalizados como; Grupo Riachelo, Guarapes, Malhas Hering e outros que não financiarão todo o complexo industrial mas que também comprarão toda a produção para ser vendida na capital em suas lojas do mesmo grupo. O Governo Estadual irá também contribuir com algumas commodities e benefícios fiscais que é de praxe na implantação desse projeto piloto, que visa não só a fixação do homem no campo mas como também o desenvolvimento de uma região tão carente de recursos financeiros e bem estar social, onde após esta implantação haverá melhor distribuição de renda para todos; Governo Estadual, Municípios, Comércio e Serviços bem como ocupação de mão de obra terceirizada para suprir a demanda do mercado local.

PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS DE E-COMMERCE PARA VENDAS DE MÁQUINAS DE PADARIA NO RN

Autor(es):

Raquel do Nascimento Costa: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O desenvolvimento econômico do Brasil torna o país propício para prática do empreendedorismo. Dentro deste campo, as práticas de inclusão digital e expansão da banda larga, barateamento da internet, tornam o cenário propício para a criação de empresas voltadas para o mercado digital, e aqui se destacam os e-commerces, setor que cresce desde o início da última década mais de 32% ao ano. Para aproveitar esse momento oportuno será elaborado um plano de negócios para e-commerce de máquina de padaria no Rio Grande do Norte, setor este tradicional no Estado e País. Desta forma será dimensionado o tamanho do mercado de panificação do RN. Especificado o plano de negócio com propósito principal, estratégia, suporte, modelo de negócios e processo. Tal trabalho é importante pois o mercado virtual está em crescente expansão. Ela é oportuna pois grande parte da população consome diariamente produtos panificados. É viável pois o custo de uma loja virtual fica em torno de 30% a 40% mais barato que a loja convencional.

(METODOLOGIA) A pesquisa presente caracteriza-se quanto a natureza aplicada, a mesma tem como objetivo investigar, comprovar ou rejeitar hipóteses sugeridas pelos modelos teóricos. Quanto aos objetivos caracteriza-se como exploratória. Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Já quanto aos procedimentos técnicos é uma pesquisa de avaliação formativa, pesquisa feita quando o propósito é melhorar ou aperfeiçoar sistemas ou processos. Normalmente implica um diagnóstico do sistema atual e sugestão para a sua reformulação. O presente estudo tem como universo da amostra o mercado de panificação no Rio Grande do Norte. A tabulação desta será no excel e o plano de negócios do SEBRAE MG, "software plano de negócios 2.0", segundo o SEBRAE MG elaboração do mesmo aumenta em até 60% as chances de obter sucesso. Será simulado aquilo que será feito na prática

(RESULTADOS) O presente plano de negócio trata-se de um e-business da categoria e-commerce, ou seja, comércio eletrônico, a categoria do comércio eletrônico será Business-to-Business (B2B). A operação base da empresa consiste no fornecimento, armazenamento e envio dos produtos após a compra do cliente através da loja online. Os fornecedores serão os fabricantes dos produtos, o responsável pela armazenagem e envio dos produtos será o distribuidor. O responsável pela criação e manutenção do site será uma empresa especializada neste mercado. Nestes 10 anos observamos que os números só fazem crescer, o mundo online é bastante dinâmico e com certeza os números já estão maiores, o número de e-consumidores do Brasil é promissor, o que torna este comércio bastante animador, ficando clara a correlação faturamento/consumidores e tendência de crescimento.

(CONCLUSÃO) Foi constatado que 47% das padarias estão localizadas longe das proximidades da capital, significa dizer que é um mercado longe das lojas físicas e convencionais, o e-commerce leva ainda mais comodidade para esse consumidor que não precisará se deslocar para adquirir o seu material de trabalho. Se essa opção de compra já facilitará e muito os que moram próximo a lojas físicas, os que se localizam longe ajudará ainda mais.

SATISFAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA PERES E PERES IMÓVEIS

Autor(es):

Ana Beatriz Souza Peres: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo teve por objetivo verificar a importância da satisfação dos funcionários dentro da empresa PERES E PERES IMÓVEIS. Os objetivos são: Identificar o perfil dos funcionários da PERES E PERES IMOVEIS, analisar o nível de satisfação dos funcionários da PERES E PERES IMOVEIS, identificar o clima organizacional dos funcionários da empresa PERES E PERES IMOVEIS, descrever os aspectos positivos e negativos que influenciam na satisfação dos funcionários da PERES E PERES IMOVEIS. É necessário obter um diferencial competitivo desses funcionários na organização. No contexto organizacional, a satisfação está atrelada aos benefícios, qualidade no trabalho, formato de gestão, regras e salários, que influenciam na qualidade de vida e segurança financeira do funcionário, sendo na maioria das situações aspectos considerados decisivos na entrada e permanência na empresa. A satisfação do funcionário está diretamente ligada ao clima organizacional da empresa. A empresa precisa fornecer condições básicas para os funcionários trabalharem. Atrelado a isso, para uma melhor satisfação, os benefícios oferecidos pela empresa influenciam bastante na motivação e satisfação dos colaboradores e uma qualidade de vida no ambiente de trabalho.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa utilizada para a realização do trabalho foi basicamente pesquisas bibliográficas, uma vez que, foram utilizados livros, artigos e sites. Foi aplicado questionários com os funcionários da empresa, questionário esse dividido em 17 questões com 05 blocos de perguntas e por fim as sugestões dos funcionários. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória e caracteriza-se também com estudo de caso. Esse tipo de pesquisa estabelece relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado. Variáveis relacionadas à classificação, medida e/ou quantidade que podem se alterar mediante o processo realizado. A pesquisa exploratória permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado. Nesse sentido, caso o problema proposto não apresente aspectos que permitam a visualização dos procedimentos a serem adotados, será necessário que o pesquisador inicie um processo de sondagem, com vistas a aprimorar ideias, descobrir intuições e, posteriormente, construir hipóteses.

(RESULTADOS) Foi aplicado questionário para os funcionários que foi dividido em 17 questões com 05 blocos de perguntas e por fim as sugestões dos funcionários. Após a apuração dos dados fornecidos pelos funcionários, foram realizados os tratamentos com os mesmos através de planilhas no Excel, fazendo assim, a análise dos aspectos mais importantes que o estudo destacou. Os resultados apontam que a maioria dos funcionários está levemente satisfeitos e satisfeitos com as questões abordadas nos questionários. Dessa maneira a empresa irá propor ações a serem tomadas para uma melhor satisfação e motivação de seus funcionários.

(CONCLUSÃO) Percebe-se que o clima organizacional da PERES E PERES Imóveis é favorável, com um ambiente de trabalho agradável, com salas climatizadas, computadores e materiais para uma boa execução de suas atividades. Também possui uma copa bem arejada que a empresa disponibiliza para os funcionários fazerem as refeições e descansarem. Percebe-se também um bom relacionamento com a chefia com os colegas de trabalho. Por fim, a empresa precisa realizar um planejamento estratégico para obter um melhor nível de satisfação no que diz respeito à motivação e aos benefícios e salários dos funcionários.

SUSTENTABILIDADE: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O PROCESSO PRODUTIVO NA VISÃO DOS COLABORADORES DA CERÂMICA TAVARES

Autor(es):

Gleciane Alves Dantas: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara

Instituição de Ensino: UNI-RN

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Aluna: Gleciane Alves Dantas Orientadora: Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara **INTRODUÇÃO** Diante de um mercado acirrado é cabível as empresas manterem-se sempre atualizadas e buscar melhorias para seus processos produtivos como também atender as necessidades dos clientes mantendo a qualidade do produto, seriedade, ética e profissionalismo. O estudo sobre a sustentabilidade tem sido um dos grandes interesses mundial nos últimos anos, tanto pelas empresas privadas como órgãos públicos que são afetados pelas transformações globais cada vez mais notáveis no ambiente social e econômico. Desde a última década a sustentabilidade tem sido um dos grandes desafios enfrentados pelas organizações que procuram melhorar sua imagem como também a competitividade acirrada no mercado, buscando sempre uma maior rentabilidade nos negócios. Todos os entes do poder público sabem que as questões ambientais estão intrinsecamente ligados aos temas sociais e econômicos e que suas ações dependem do futuro próximo, por isso não se pode negar o vulto que esses problemas podem acarretar a sociedade como a economia em geral. Ao longo de seus 18 anos de existência, a Cerâmica Tavares passou por inúmeras reformas organizacionais e produtivas. Essas mudanças incluem entre outros pontos a tentativa de implantação de métodos e sistemas de produção que facilitassem o desenvolvimento da Cerâmica de forma sustentável e ecológica. Embora desempenhando um papel ecologicamente correto na sociedade, a Cerâmica Tavares vem encontrando dificuldades no que diz respeito a uma economia de sustentabilidade da atualidade referente à ausência de equipamentos e métodos consideráveis ambientalmente corretos para a fabricação de seus produtos. O presente trabalho tem como objetivo analisar e conhecer o processo produtivo da empresa cerâmica Tavares e através dessa análise identificar as dificuldades e oportunidades para a empresa. Portanto o intuito deste trabalho é conhecer as necessidades da empresa, conhecer os métodos de produção utilizados e principalmente criar oportunidades que sejam consideradas sustentáveis e ecologicamente corretas.

(METODOLOGIA) Como metodologia adotada foi aplicado um questionário aos colaboradores procurando conhecer o processamento da fabricação dos produtos e as fontes de matéria-prima utilizadas, tentando encontrar possíveis soluções para a implantação de medidas adequadas a empresa.

(RESULTADOS) Foram abordados ainda os resultados conseguidos sob uma análise minuciosa, mostrando as dificuldades e necessidades da empresa procurando evitar mais agravos. Os resultados também indicam que o desempenho medido por alguns indicadores usados, está relacionado como tipo de atividade praticado pela Cerâmica Tavares e pelas condições que lhes são oferecidas.

(CONCLUSÃO) Como conclusão buscou-se mostrar que a empresa deve investir mais e adotar políticas e métodos considerados mais sustentáveis, facilitando o processo de fabricação, reduzindo os custos da empresa em termo de matéria-prima e implantando o método da logística reversa aplicando o reaproveitamento, reduzindo os desperdícios e adotando práticas, técnicas, equipamentos e fontes alternativas para a produção. Diminuindo danos ao meio ambiente, evitando catástrofes e favorecendo a sociedade como toda. Uma maneira de conscientização para a sociedade, para seus concorrentes e para própria empresa, uma produção limpa com qualidade no produto e ética com a natureza e sua com sua gestão.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

XIII CONIC

Importância e abrangência
do empreendedorismo

2013

XIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

De 24 a 26 de outubro | Campus do UNI-RN



A ANÁLISE DA CONTABILIDADE DE CUSTOS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Renato Gonçalves da Trindade : Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O crescimento da economia brasileira teve início no momento em que a crise financeira atingia a conjuntura internacional no ano de 2008. O PIB do setor da construção civil obteve variações positivas a partir do ano de 2006. A ampliação de investimentos na área de infraestrutura foi a responsável direta para a alavancagem da economia brasileira. O objetivo desta pesquisa é investigar os índices que elevam os custos do setor da construção civil no Brasil, voltados para o setor obras residenciais, do programa minha casa minha vida, e a base para a formação de preço dos imóveis levando em consideração a qualidade e o poder aquisitivo em que a população se enquadra no programa, e as dificuldades encontradas pelos empresários do setor imobiliário.

(METODOLOGIA) A população-alvo deste estudo é composta por pesquisa realizada à fornecedores de materiais de construção civil, e índices registrados segundo a tabela de INCC (índice nacional de custo da construção), o INCC é um dos três índices que compõem o IGP (índice geral de preços) representando 10% do mesmo. O trabalho é baseado em uma pesquisa exploratória com amostra qualitativa, elaborando questionário por um especialista em construção civil, e em seguida aplicando as assertivas a 3 empresários do setor da construção civil. **(RESULTADOS)** O índice nacional de custo da construção mostra que os custos vem sendo elevado a cada ano, no ano de 2012 o índice apontou um acumulado anual de 6,91 pontos, o que teria sido menor que no ano de 2011 quando apontava 7,27 acumulado. O questionário aplicado aos entrevistados evidenciou além da elevação dos custos em matéria-prima um grande aumento representado pela falta de mão de obra direta qualificada, e que este problema seria uma questão de oferta e procura, o empresário qualificaria o funcionário e aumentaria o salário para contratar, impactando assim diretamente na elevação dos custos e na formação dos preços. **(CONCLUSÃO)** Esta pesquisa teve o objetivo de evidenciar os índices que elevam os custos da construção e os problemas encontrados pelos empresários entrevistados para a formação de preço, evidenciando como o maior problema a falta de mão de obra qualificada, para a formação de preço é considerado todos os custos e despesas incorridas desde o início até o final da produção do produto, mas na maioria das vezes é aplicado o preços pesquisados no mercado imobiliário, devido ao público alvo do programa minha casa minha vida ser de baixa renda.

A EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NO SETOR DA SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO NUM MUNICÍPIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Jonas Jenniffer Jácome Souza : Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Moisés Forgearini Pinheiro
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Na Constituição Federal de 1988, diz que os entes federativos são responsáveis pela: educação, saúde, bem como outras áreas. Como proporcionar eficiência dos gastos públicos, já que são tão “escassos” os recursos direcionados para atender uma volumosa população que desses cuidados precisam e atender eficientemente a todas as áreas mencionadas pela CF/88. Entre os diferentes gastos públicos existente no escopo do orçamento de qualquer ente federativo, verifica-se que um dos mais elevados é o pertencente à saúde. Tal situação foi constitucionalmente descrita, na Constituição Federal de 1988, art. 77, III, do ADCT da CR/88, que impõe por força de lei que os governos apliquem 15% das receitas resultantes de impostos em saúde. Os recursos para sustentação dos gastos com saúde são provenientes tanto das esferas federal e estadual quanto da municipal, através das suas políticas públicas. Desta forma os municípios passaram a ter maior responsabilidade, ocasionando numa parcela maior de recursos destinados para esse fim. Como contrapartida absorveram atribuições adicionais que resultaram em uma maior participação municipal nos gastos públicos globais.

(METODOLOGIA) Sendo a metodologia a sistematização das ideias, o método vem a ser o caminho a ser seguido, ou seja, o proceder para se alcançar um objetivo pré-estabelecido. Para a realização da pesquisa, esta será classificada de acordo com a tipologia (objetivo, procedimentos e abordagem) e serão utilizados os seguintes métodos para coleta de dados e tratamento destes. A pesquisa se caracteriza como sendo uma pesquisa descritiva, pelo fato de descrever as características dos municípios pertencentes à região do alto oeste do Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente o município de Pau dos Ferros. Quanto aos procedimentos, a pesquisa se caracteriza como sendo bibliográfica, pois para construção do referencial teórico será necessária a utilização de materiais já publicados, desde livros, sítios da internet, monografias, dissertações, teses, artigos científicos, dentre outros. A pesquisa também será classificada como sendo um estudo de caso, o campo da pesquisa irá abranger apenas o município de Pau dos Ferros da região do alto oeste do estado do Rio Grande do Norte/RN, com o intuito de identificar se a prefeitura esta cumprindo o que está disposto na LRF quanto aos gastos na área da saúde. A pesquisa também será classificada como sendo quantitativa (perfil das cidades, quantidade de servidores públicos, percentuais de receitas líquidas que estarão sendo destinada a saúde, etc).

(RESULTADOS) Foram realizadas 100 entrevistas, com aproximadamente 1 hora de duração e durante 3 dias, com pessoas que utilizam os atendimentos de saúde municipal, postos de saúde e hospitais, que são utilizados em sua maioria por moradores de bairros da cidade e de cidades vizinhas. Os entrevistados pertenciam a diferentes classes econômicas, com o objetivo de se obter uma visão mais completa dos atributos mais importantes na prestação de serviços básicos de saúde. A pesquisa visou à obtenção de informações que permitam a identificação dos principais atributos associados à utilização de serviços de saúde das unidades de saúde do município, atendendo ao segundo objetivo intermediário deste estudo. Os dados obtidos foram utilizados, em conjunto com as informações da revisão da literatura, na elaboração do questionário e na análise dos resultados.

(CONCLUSÃO) através dos estudo realizados foram identificados a efetividade dos gastos públicos alcançada pela prefeitura no âmbito dos gastos com saúde no período de 2008 a 2012.

A EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS: ANÁLISE DA GRI: UM ESTUDO EM EMPRESAS DO SEGMENTO DA ENERGIA LISTADAS NA BM&BOVESPA.

Autor(es):

Mychell Eduardo Machado Alves: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Lis Daiana Bessa Taveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O objetivo da contabilidade, segundo Hendriksen; Van Breda (1999, p.97) é prover informações relevantes e confiáveis aos seus diversos usuários. Essas informações não necessariamente têm que ser dados financeiros das empresas, mas também informações de cunho social e ambiental, já que há uma cobrança realizada tanto por legislações específicas quanto pela sociedade, que deseja conhecer as ações das organizações que lhe prestam serviços. Diante deste contexto surgem inúmeras formas de divulgação, atualmente as empresas divulgam seus relatórios de sustentabilidade seguindo o padrão do Global Reporting Initiative (GRI), este consiste em um padrão internacional de relatório, se tornando uma referência quando se trata de estrutura voluntária para evidenciar desempenhos ambientais e sociais de organizações governamentais e não governamentais. Em decorrência da grande necessidade e relevância da preservação do meio ambiente e das informações fornecidas pelas organizações que influenciam nas suas características, e na tentativa de atender as necessidades dos usuários sobre informações da interação da empresa com o meio ambiente, surge o seguinte questionamento: Como as informações socioambientais seguindo o padrão GRI, estão sendo evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor elétrico listadas na Bovespa?

(METODOLOGIA) A pesquisa é descritiva quanto aos objetivos, pois busca descrever sobre os relatórios de sustentabilidade listados pelas empresas. Quanto aos procedimentos é documental pois utilizará relatórios de sustentabilidade das empresas, quanto a abordagem é qualitativa.

(RESULTADOS) O modelo GRI pelas empresas de energia elétrica no Brasil. O principal motivador parece ser o fato de o modelo ser reconhecido internacionalmente. As empresas também destacaram o importante papel das diretrizes GRI na compilação e organização das informações econômicas, ambientais e sociais da companhia. O fato de a GRI possuir indicadores exclusivos para o setor elétrico também parece tornar este modelo adequado às companhias de eletricidade. No entanto, os indicadores GRI, apesar de ajudarem na compilação das informações, parecem não ser utilizados de maneira efetiva pelas empresas. Destacou-se que eles são usados para o acompanhamento do desempenho, mas ainda não se pode observar o estabelecimento de metas de performance para um determinado indicador

(CONCLUSÃO) O modelo GRI é amplamente utilizado pelas empresas brasileiras de energia elétrica, que se destacam na divulgação de investimentos socioambientais. Estas empresas, por serem fornecedoras de um serviço indispensável à população e, ao mesmo tempo, causadoras de grandes impactos ambientais e sociais, são alvo de constante cobrança da sociedade. Além disso, é importante ressaltar que as empresas do setor elétrico brasileiro são altamente dependentes das condições ambientais. A perenidade de suas atividades está, assim, estreitamente ligada à manutenção desses recursos, o que justifica o fato de a sustentabilidade ser uma preocupação constante destas companhias. A GRI é uma estrutura rica, interessante, que muito tem a contribuir para a transparência das empresas para com o seu público de interesse. Além disso, mostra-se um modelo adequado para o relato da sustentabilidade no setor elétrico brasileiro. Contudo, se não for garantido o seu bom uso e a veracidade das informações relatadas, poderá se tornar apenas mais um elemento de marketing, que ajudará a transmitir à sociedade a falsa imagem de uma empresa preocupada com as questões socioambientais.

ANÁLISE COMPARATIVA: UM ESTUDO DE RESULTADO ENTRE AS PREVIDÊNCIAS OFICIAL E A PRIVADA

Autor(es):

Sharly Soares Sales: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Os benefícios e auxílios da previdência dão ao cidadão um leque de opção para se prevenir de incidentes que costumam ocorrer no dia a dia tanto em sua vida familiar quando no ambiente de trabalho. Está oportunidade de proteção social independe da contribuição da sociedade que receba alguma remuneração através do trabalho informal. Mas é nesta contribuição facultativa que ocorre e é o que acontece dos recursos da previdência reduzirem com o passar dos anos. A diminuição da natalidade no país e o aumento do salário desestimulam as contribuições para sustentar os segurados do INSS, pois ela depende direta e indiretamente da sociedade para poder patrocinar os direitos comuns, os quais seriam: “previdência social, assistência social e a saúde”. A previdência social tem como finalidade principal a garantia de uma renda mensal para a aposentadoria ou invalidez, por isso deve haver recursos suficientes para cobrir a aposentadoria e os demais auxílios e benefícios. Os recursos insuficientes levam as opções como poupar dinheiro, fazer aplicações, ter uma poupança ou até investir, porém, há uma segunda renda mensal que é chamada de previdência complementar, esta previdência é concedida pelas instituições privadas que disponibilizam ao cidadão o direito de complementar a renda mensal da previdência social na aposentadoria. Está última facilita ao cidadão contribuir levando em conta às suas possibilidades e os impostos aplicados a renda podem ser definidos através do VGBL ou PGDL, dando uma maior fidelidade e transparência nas informações esperadas pelo segurado. Portanto, é preciso uma análise destas duas previdências para ter o conhecimento de como elas funcionam para poder possuir uma renda mais digna durante a aposentadoria.

(METODOLOGIA) Este trabalho tem como tema a análise comparativa: um estudo de resultado entre as previdências oficial e a privada. Houve ênfase nos esclarecimentos sobre os benefícios, beneficiados, auxílios, segurados, seguros, previdência fechada, previdência aberta entre outros, através das obras de autores e endereços virtuais como Hugo Goes: Manual de Direito Previdenciário, José Afonso da Silva: Curso de Direito Constitucional Positivo, Ivan Kertzman: Curso Prático de Direito Previdenciário, Constituição Federal, Ministério da Previdência. Foram essenciais para uma revisão bibliográfica. ESTA BIBLIOGRAFIA SE MOSTROU ESSENCIAL PARA O DISCERNIMENTO DO TEMA EM ANÁLISE.

(RESULTADOS) .

(CONCLUSÃO) Apesar das informações serem atualizadas e emitidas a todo o momento sobre a previdência, elas ainda são insuficientes ao se falar da relevância desta para o cidadão que detém este direito, mas não sabe como e quando obtê-lo, o resultado disto é o desconforto nos descontos da folha para o INSS, por não terem explicações sobre o que aqueles significam além de ser um encargo social obrigatório. A partir do momento em que há um esclarecimento sobre o tema, as pessoas, de certa forma, contribuirão para garantir, principalmente, o bem estar próprio, Decorrente dos anos de prestação de tributos, possibilitando outras formas de rendimentos e uma aposentadoria segura e sadia.

A RELEVANCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA CONTABILIDADE UM COMPARATIVO ENTRE ESTUDANTES INGRESSANTES E CONCLUINTES

Autor(es):

Felipe Gomes de Freitas: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O surgimento da contabilidade começou com os índios que mesmo sem saber fazia um controle de seu patrimônio. Ainda num tempo pré-histórico o livro diário era feito em pedra e o chefe da tribo tinha o controle do que entrava de mantimentos e do que saia trazendo para os dias atuais os contadores controlam as entradas e saídas das mercadorias. Com passar dos anos surgiram os guarda livros que preenchiam suas mesas pesadas e bem rudimentares de livros grossos com movimento da empresa vale ressaltar, naquela época os contadores trabalhavam escondidos em salas bem isoladas da empresa. Com a chegada da TI na contabilidade o contador se tornou a figura mais importante e visível da empresa. Pois toda informação de um patrimônio requerida pelo empresário o mesmo vai direto consultar o contador. Vou ter como objetivo responder a seguinte questão, como os estudantes estão se adequando a esta nova contabilidade cheia de novos desafios e expectativas. Os objetivos abordados no trabalho serão: A relevância da TI para os estudantes do curso de contabilidade para os alunos concluintes e quem esta iniciando o curso referente, fazer um comparativo entre essas duas classes de alunos citadas no texto, mostrar a historia da contabilidade no Brasil.

(METODOLOGIA) Foi usada neste trabalho uma metodologia com questionário para ingressantes no curso de contabilidade e concluintes. Este questionário ira conter dez questões objetivas mostrando se o ingresso no curso de contabilidade foi de impulso ou se o estudante já tinha conhecimento prévio da profissão. Este Para os concluintes como avaliam este curso quais suas melhorias e seu pensamento de futuro por ser uma profissão de diferentes áreas de atuação. O tipo de pesquisa que será abordado neste trabalho será exploratório, documental e bibliográfica. A apresentação dos dados será através de planilha Excel que conterà gráfico com amostra dos resultados deste questionário.

(RESULTADOS) Pretendo recolher informações com uma estimativa de (80%) de todos os alunos que estão referidos nesta pesquisa analisando não só alunos de uma instituição mais de três instituições mais importantes de Natal RN citados a seguir: UNI-RN, UNP, UFRN. Valendo ressaltar que em cada turma tenha 40 alunos e que respondam o exercício em media 35 alunos por sala.

(CONCLUSÃO) De acordo com a pesquisa que irá ser realizada estima-se que os concluintes tenham um desempenho melhor no questionário do que os ingressantes no curso de contabilidade. Porem por outra vertente também podemos nos surpreender com a grande capacidade dos alunos ingressantes com suas experiências em áreas que se assemelham com o curso ou ate mesmo com a TI. Preliminarmente se espera com os questionários que estão sendo aplicados respondam aos objetivos propostos pelo trabalho.

A RELEVÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO, COM A UTILIZAÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL, O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA, EM UMA INCORPORADORA

Autor(es):

Bruna Larissa Lima da Silva: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) As empresas têm como objetivo a busca da redução dos custos, uma das formas para esta redução esta sendo encontrada no planejamento tributário, tendo em vista a elevada carga tributária do país. A presente pesquisa teve como objetivo geral verificar relevância do planejamento tributário com a utilização do benefício fiscal, o Minha Casa, Minha Vida, em uma Incorporadora. O planejamento tributário nos últimos anos se tornou questão de sobrevivência para as empresas, pois devido à alta carga tributaria e a complexidade de entendimento e as mudanças diárias na legislação, as empresas encontram dificuldades no gerenciamento do pagamento destes tributos, que geralmente se tornam o custo mais elevado dentro do ciclo operacional das empresas.

(METODOLOGIA) Para obtenção dos objetivos do trabalho, foi realizada uma pesquisa explicativa. Esta pesquisa teve o objetivo analisar e interpretando os dados coletados, a fim de se aprofundar o conhecimento, foram coletados dados com faturamento mensal dos anos de 2011 e 2012. Quanto aos procedimentos adotados para conduzir o estudo, aplicou-se um estudo de caso, onde é possível explicar e descrever os fatos de forma real. A coleta de dados desta pesquisa foi pelo método da Documentação Direta, que consiste no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem. Portanto os dados serão extraídos de DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, Balanço Patrimonial e nas Declarações de informações fiscais.

(RESULTADOS) Analisando os dados do faturamento com vendas de unidades residências populares da entidade no ano de 2011 no qual apresentou um total de R\$ R\$1.007.387,20 e no ano de 2012 um valor de R\$1.154.000,00. Sobre este valor foi pago quatro tributos o IRPJ, CSLL, PIS e a COFINS que possuem alíquotas de 1,20%, 1,08%, 0,65% e 3% respectivamente, desta forma a entidade no período de 2011 apresentou um despesa tributaria de R\$ 59.738,06 e em 2012 R\$ 68.432,20. Ao utilizar o planejamento tributário e adotando o RET – Regime Especial de Tributação a empresa teria reduzido a despesa tributaria para R\$ 10.073,87 no ano de 2011 e R\$ 11.540,00 no ano de 2012, gerando uma economia acumulada de R\$ 106.556,39.

(CONCLUSÃO) Neste trabalho foi abordado o assunto, à relevância do planejamento tributário, com a utilização do benefício fiscal, o programa minha casa, minha vida, em uma incorporadora, e conclui-se que a empresa que optar por participar do RET – Regime Especial de Tributação obteve uma redução nos seus tributos em R\$ 106.556,39 acumulados nos anos de 2011 e 2012. Evidenciando assim a importância de se ter um planejamento tributário como forma de maximizar riqueza para os sócios ou acionistas da entidade.

ASSÉDIO MORAL EM RELAÇÃO AO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Autor(es):

Luzineide Oliveira Silva Inácio : Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Joana Darc Medeiros Martins

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O assédio é a palavra utilizada para designar toda conduta que cause constrangimento psicológico ou físico à pessoa. Já o assédio moral é caracterizado pelas condutas abusivas praticadas pelo empregador direta ou indiretamente, sob o plano vertical ou horizontal, ao empregado, que afetem seu estado psicológico. Normalmente, refere-se a um costume ou prática reiterada do empregador. Quando se vem notar a ocorrência do assédio, o trabalhador já se encontra 'debilitado', muitas vezes desacreditando nos seus potenciais, chegando até a acreditar não ser capaz de contribuir com o sucesso da empresa. Dada a gravidade desta reprovável prática no ambiente profissional, este trabalho se propõe a identificar se os profissionais contábeis sofrem assédio moral no ambiente de trabalho, bem como as formas de ocorrência do assédio moral e seus desdobramentos legais. O objetivo do estudo foi constatar o assédio moral no ambiente de trabalho contábil.

(METODOLOGIA) O método utilizado foi exploratório, descritivo seguido de um estudo de caso com os profissionais contábeis que trabalham em um único escritório de contabilidade sediado em Natal- RN. Foi aplicado um questionário contendo perguntas fechadas, o qual foi respondido por vinte e um funcionários escolhidos de forma aleatória e por conveniência. A coleta dos dados foi realizada no mês de setembro de 2013, e o seu tratamento se deu com auxílio de planilhas do Microsoft Excel.

(RESULTADOS) Foram entrevistados 21 (vinte e um) profissionais. Dentre os entrevistados, 20 (vinte) profissionais afirmaram que sabiam o que era assédio moral, o que equivale a 95,24%. Da totalidade dos entrevistados, 8 (oito) afirmaram que já sofreram assédio moral no ambiente de trabalho, o que representa 38,09%. Dentre os profissionais que afirmaram ter sofrido assédio moral, 5 (cinco) são mulheres, o que equivale a 62,5%. 75% (setenta e cinco por cento) dos profissionais que sofreram assédio estão na faixa etária de 18 a 35 anos. 62,5% possuem nível superior. Percebe-se que, independentemente do grau de instrução, pessoas são assediadas no ambiente profissional contábil. 40% possuem Pós Graduação. 4,76% possuem apenas nível médio. **(CONCLUSÃO)** O presente trabalho abordou o assédio moral no ambiente de trabalho Contábil, preocupando-se em identificar se o profissional contábil sofre assédio, bem como Identificar as formas de ocorrência do assédio moral, analisar suas conseqüências e os desdobramentos legais na atividade contábil. Isto porque, como se observou anteriormente, o assédio moral constitui um fenômeno relativamente novo. Na pesquisa ora desenvolvida, pode-se constatar algumas particularidades no ambiente contábil, tais como, a que aponta que o maior número de assediados são mulheres. Conseqüentemente, tão rápido quanto o seu surgimento está sendo a sua banalização, sua aceitação como "normal" do cotidiano laboral. Essa visão do tema deve ser combatida, vez que as conseqüências do assédio moral são devastadoras para a vítima do assédio. Torna-se necessário, acima de tudo, uma maior conscientização de todos os indivíduos sobre o assunto, empregados e empregadores, médicos e juristas, psicólogos e sociólogos, professores e estudantes. O combate ao assédio moral em todas as suas formas de manifestação passa pela conscientização para, depois, encontrar respaldo na responsabilização dos envolvidos.

CONTABILIDADE GERENCIAL: ESTUDO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Autor(es):

Ronalicy Rebouças de Oliveira Saraiva : Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Joana Darc Medeiros Martins

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho mostra a importância da contabilidade gerencial no planejamento estratégico para as políticas da empresa e para as suas próprias necessidades, bem como aponta para alguns dados de pesquisa a respeito da sua implementação. Para o desenvolvimento desse projeto, foi realizado um levantamento entre uma empresa multinacional que atua em diversos países e várias leituras bibliográficas sobre a temática. Portanto, para as principais análises e considerações, foram enfocados os resultados das pesquisas. O desenvolvimento do trabalho foi subdividido considerando-se as definições dos termos contabilidade gerencial aplicada no planejamento e estratégia, seguido das discussões sobre o planejamento estratégico, bem como alguns dos modelos conceituais de compreensão dos mesmos. Também as mudanças na área de gestão de pessoas são contempladas neste texto concluindo que a realidade brasileira apresenta-se em fase de transição, como algumas empresas que já realizam o planejamento estratégico, porém, de forma ainda tímida.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva em forma de estudo de caso. **(RESULTADOS)** Com as informações coletadas, elaborou-se a Matriz SWOT que possibilitou a elaboração do planejamento estratégico utilizando a ferramenta Balanced Scorecard. Onde a empresa estudada é uma multinacional que atua no seguimento de serviços gráficos, onde além de fabricar papel base de segurança nacional, foi à segunda empresa a ganhar o direito de possuir a máquina de fabricar dinheiro. No Brasil atua na fabricação de CNH, PID, RG, Cartões de Créditos com Chips, Cartões Telefônicos, Cheques e Sistemas de Identificação e Pagamento. Localizada em São Bernardo do Campo SP com várias filiais espalhadas em todo país e sedes internacionais. Atua desde 1957 no mercado nacional e internacional, onde a credibilidade conquistada junto aos clientes, grandes marcas do mercado financeiro, telecomunicações e também instituições governamentais, fez a empresa solidificar a sua liderança de mercado e virar referência de qualidade nas soluções governamentais. Na EMPRESA, as decisões estratégicas são tomadas inicialmente pelos seus gestores ligados a área, que em contato com sua equipe analisa a viabilidade de suas disposições. São considerados aspectos do ambiente externo e interno da empresa, e de posse destas informações, são realizadas as mobilizações necessárias. A empresa já possui um planejamento estratégico formal, entretanto todas as ações são devidamente analisadas e estudadas, através de contato direto entre os diretores e gestores. Foi elaborada uma matriz SWOT da EMPRESA, demonstrando os aspectos de fatores internos tais como forças e fraquezas e externos como oportunidades e ameaças, que será apresentada neste trabalho uma proposta de um BSC baseada nas necessidades da empresa levantadas durante o estudo de caso. Para as quatro perspectivas foram elaborados objetivos, metas e indicadores. Apresentar-se-ão também as relações de causa e efeito seguido do mapa estratégico.

(CONCLUSÃO) O objetivo geral do estudo é analisar a importância do planejamento estratégico na contabilidade gerencial. Com isso, através das informações e elaboração da matriz de swot possibilitou-se a elaboração do planejamento estratégico utilizando a ferramenta balanced scorecard. Onde o estudo de caso realizado mostrou-se uma boa ferramenta para levantamento dos pontos importantes da empresa, pois permitiu ao autor organizar as ideias apresentadas pelo entrevistado e sugerir melhorias visando à metodologia do balanced scorecard.

CONTABILIDADE INTERNACIONAL E TRIBUTOS

Autor(es):

David Carlos Pereira dos Santos: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

José Emerson Firmino
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A automação de serviços por empresas e outras entidades sobre áreas específicas, onde não possuem pessoal especializado no Brasil, comparando através dos impostos incidentes na tomada de decisões onerosas, como a política de tributação pode causar a inviabilidade de alguns setores e o desenvolvimento de novas empresas para no ramo de prestação de serviço sobre alguns serviços. A incidência de impostos como PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, CIDE. A busca por novos negócios tem levado a união entre os países, onde o Brasil já possui mais de vinte acordos internacionais, buscando diminuir a tributação, como também a bi-tributação entre esses países aliados, visando também a rigidez para os países que são classificados como paraísos fiscais, chegando a ser quase o dobro de impostos em relação ao que possui o acordo de cooperação tributária. Vendo que a incidência de impostos mesmo com o acordo de cooperação, ainda continua sendo bastante onerosa e ainda a margem para a bi-tributação de impostos que vem sendo contestados juntos aos tribunais e tendo casos positivos de baixa de impostos por decisão da justiça. A receita federal tem uma interpretação protecionista para a cobrança de impostos

(METODOLOGIA) Este trabalho traz uma abordagem qualitativa, pois pretende descrever os comportamentos e ações da amostra. A coleta dos dados será através de cálculos simulados sobre um valor hipotético e questões referentes à elaboração das demonstrações contábeis exigidas. Será um levantamento de dados com o intuito de evidenciar as práticas contábeis que são adotadas por estas organizações. Em relação aos objetivos da pesquisa, esta se classifica como descritiva, pois será feita a análise, o registro e a interpretação dos dados. A pesquisa descritiva visa a identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis. Para realizar a análise entre as entidades e a aplicação de formas de não tributação, será escolhida uma empresa não governamental do estado do Rio Grande do Norte. A escolha desta organização deve-se ao relevante serviço prestado por ela.

(RESULTADOS) RESULTADO ESPERADO Espera-se com este estudo, averiguar se a contabilidade pode evidenciar formas de tributação dos impostos sobre a importação de serviços do exterior. Análise e comparação sobre a tributação interna do Brasil e a tomada do serviço do exterior, ajudando a empresa a diminuir a carga tributária e organizando novas formas de como não onera as empresas, através de legislação vigente.

(CONCLUSÃO) .

CONTROLE INTERNO: ESTUDO SOBRE SUA IMPLANTAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE GOIANINHA, PEDRO VELHO E PUREZA DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Arivan Cavalcante Moreira: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Joana Darc Medeiros Martins
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO: A administração pública nos últimos tempos vem passando por várias mudanças, tendo como o objetivo da necessidade de implantação do Sistema de Controle Interno na administração pública municipal. O tribunal de Contas do Estado (2012) tem objetivo de implantar o controle interno em todos os municípios do Estado do Rio Grande do Norte, junto com Gestores públicos buscam maneiras de controlar melhor as entidades que dirigem. Cada vez mais o legislador brasileiro cria instrumentos legais na esfera pública para controlar e monitorar a aplicação dos recursos públicos, principalmente por serem estes escassos e necessários para atendimento de suas atividades perante a sociedade. Neste contexto, o objetivo do estudo foi de buscar o conhecimento do Sistema de Controle Interno na Administração Pública nos municípios de pequeno porte do Estado do Rio Grande do Norte, tendo como o responsável os Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios e Tribunal de Conta do Estado - TCE.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA: Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, onde se recorreu à literatura e leis que tratam do assunto. Também buscou-se informações na internet especificamente no portal do TCE-RN e Portal da Transparência. A amostra foi definida por conveniência e acessibilidade, é composta pelos municípios de Goianinha, Pedro Velho e Pureza - RN

(RESULTADOS) RESULTADOS: A instituição do Sistema de Controle Interno deverá ocorrer através de lei específica do ente federado respectivo e deverá abranger os Municípios. Compete a todo Município do Estado do Rio Grande do Norte, na forma da Lei, instituir, estrutura e implementar o funcionamento da unidade organizacional responsável pela coordenação, orientação e acompanhamento do seu respectivo sistema de controle interno, para fins de possibilitar a efetiva fiscalização da sua administração, na conformidade com o disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal. Cada órgão representativo do Poder Executivo e Legislativo de todo Município deverão possuir em regular funcionamento sua própria unidade de controle interno. (Art. 32, § 1º da resolução Nº 004/2013. O gestor de cada órgão ou entidade deverá encaminhar ao TCE/RN, no prazo de até trinta dias após o encerramento de cada semestre, demonstrativo concernente à Situação do Controle Interno. O estudo demonstrou que embora os municípios pesquisados tenham criado o controle interno, ainda está muito longe de atender as prerrogativas da Lei, onde verifica que efetivamente ainda não funciona adequadamente.

(CONCLUSÃO) CONCLUSÕES: O objetivo desse trabalho foi buscar o conhecimento do Sistema de Controle Interno na Administração Pública nos municípios de pequeno porte do Estado do Rio Grande do Norte, os resultados apontam que mesmo tendo implantado o controle interno, seu efetivo funcionamento ainda não atende aos objetivos deste sistema.

CONTROLE INTERNO NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: MODELO DE UM SISTEMA DE CONTROLE INTERNO PARA UMA PREFEITURA MUNICIPAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Gustavo Henrique da Silva: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Lis Daiana Bessa Taveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) No Brasil, na maioria dos casos investigados pelos órgãos públicos de controle, é comum haver fraudes e manipulação das licitações. A maior parte das irregularidades inclui o direcionamento da concorrência, através membros do governo articulando irregularidades com empresas para obter benefícios. Devido a esses e outros fatos fez com que os entes públicos municipais necessitassem de uma ferramenta para analisar, dar suporte nas tomadas de decisões, fiscalizar ações, verificar se os aspectos legais estão sendo cumpridos, atender aos padrões mínimos de verificação os quais contribuirão para a guarda dos bens, registro adequado das operações, tornando as ações mais eficientes e eficazes e reduzindo a ocorrência de fraude na administração do município. O tribunal de Contas do Estado (TCE) tem objetivo de implantar o Controle Interno em todos os municípios do Estado do Rio Grande do Norte, junto com Gestores municipais buscam meios para controlar e melhorar as entidades que administram. Diante do problema exposto, o objetivo desse estudo foi de indagar quais são os mecanismos para implantação de um Sistema de Controle Interno na Administração Pública no Município de pequeno porte do Estado do Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) Quanto aos objetivos desse trabalho, foi utilizada a pesquisa exploratória. Quanto aos procedimentos, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental. Também buscou informações na internet em especial no sítio do TCE-RN e do TCU. Quanto à forma de abordagem, de natureza qualitativa.

(RESULTADOS) É de responsabilidade de todo Município do Estado do Rio Grande do Norte, na forma da Lei, instituir, estrutura e implementar o funcionamento da unidade organizacional responsável pela coordenação, orientação e acompanhamento do seu respectivo sistema de controle interno. Com base nos dados colhidos por meio de questionário os achados da pesquisa mostraram que a prefeitura estudada possui um sistema de controle interno, mas infelizmente não atende a todos os requisitos das legislações específicas que norteiam a implantação de um Sistema de Controle Interno, e verificou que há muito que fazer para torná-lo mais eficiente para que atenda aos objetivos de promover operações ordenadas, econômicas, eficientes e eficazes, que proporcione oferecer serviços e produtos com qualidade à população e também dar suporte as necessidades do gestor.

(CONCLUSÃO) O objetivo desse Estudo foi buscar o conhecimento do Sistema de Controle Interno na Administração Pública em um município de pequeno porte do Estado do Rio Grande do Norte, os achados da pesquisa mostraram que a prefeitura estudada não utiliza todos os requisitos do estudado realizado e Sugere que a prefeitura realinhe seu modelo de controle interno para que possa se adequar.

CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADE

Autor(es):

Deyse de Carvalho Leite: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ridivalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Custeio Baseado em Atividade (ABC) é uma abordagem de custeio que atribui custos aos produtos, serviços ou clientes, baseado no consumo de recursos causados pelas atividades. A premissa dessa abordagem é que os serviços ou produtos de uma empresa são resultados das atividades desempenhadas; elas consomem recursos que incorrem em custos. Os custos dos recursos são apropriados às atividades e as atividades são apropriados aos objetos de custos, conforme a sua utilização. O ABC possibilita o reconhecimento a relação casual ou direta entre recursos, atividade e objetos de custo. O pressuposto fundamental do sistema ABC é a identificação das atividades como meio de alocação eficiente dos custos dos chamados “objetos de custo” (prestação de serviços). Portanto, o ABC permite aprimorar a alocação dos custos indiretos aos serviços, fato que é o diferencial em relação aos sistemas de custeio tradicionais e possibilita tanto evitar e controlar distorções de subavaliação ou superavaliação dos custos aos serviços como mensurar o quanto cada atividade agrega de valor aos serviços. O controle e o acompanhamento dos custos, viabilizados pela utilização do sistema ABC, proporcionam à organização melhor visualização dos fluxos dos processos operacionais e gerenciais. Os demais métodos, quando se aplicam os conceitos de custos, de controle e de planejamento é possível delinear o processo produtivo das organizações, identificar problemas financeiros e operacionais e, conseqüentemente, gerar informações confiáveis para a tomada de decisão (STRUETT, 2005). Diante das informações sobre o (ABC) percebe-se que foram mencionadas, que alguns aspectos que compreendem a gestão contábil-financeira, tais como o acompanhamento e controle dos resultados econômico-financeiros e a utilização de ferramentas de gestão de custos, ainda não fazem parte do cotidiano das instituições de ensino ou o desenvolvem de forma inadequada. Especificamente sobre a gestão de custos, há fortes evidências de que essas organizações necessitam de ferramentas que disponibilizem, no mínimo de sistemas e modelos de custeamento e de precificação dos serviços prestados, além de informações gerenciais para análise, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão. Sendo assim, observa-se que as Instituições de Ensino não dispõem de um sistema adequado para apuração e análise dos custos de suas atividades. Sem tal sistema, os gestores não têm informações adequadas que possibilitem avaliar o desempenho e a eficiência do uso dos recursos. Partindo desse pressuposto, este estudo tem como base a seguinte questão de pesquisa: O sistema Custeio Baseado em Atividade (ABC) pode ser considerado uma ferramenta que subsidie a análise de custos dos serviços prestados na Instituição de Ensino?

(METODOLOGIA) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS O método a ser abordado neste trabalho será um estudo de caso que estudará a implantação do sistema de custos em uma Instituição de Ensino. TIPO DA PESQUISA. A metodologia a ser utilizada neste trabalho é considerada exploratória, descritiva e explicativa, na qual será realizada a consulta em alguns livros sobre contabilidade de custos, contabilidade gerencial, além da busca de dados endereços eletrônicos e análise documental de materiais da empresa observada.

(RESULTADOS) Em análise.

(CONCLUSÃO) Em análise.

CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO NO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS CHINESES: UM ESTUDO DE CASO NA HAI IMPORTADOS

Autor(es):

Alan Bulhões Bezerra da Silva : Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ridivalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem o objetivo propor uma pesquisa sobre os custos e formação de preço na empresa Hai Importados, uma empresa que comercializa produtos de fabricação chinesa no atacado e varejo, localizada na cidade do Natal-RN no bairro do Alecrim, onde possui duas lojas em uma das ruas mais movimentadas da cidade. A pesquisa realizada tem como um dos objetivos analisar os custos dos produtos e o método utilizado pelos gestores na formação do preço de venda, tendo em vista que os preços sofrem uma grande influência do mercado, levando em conta o poder aquisitivo da população, qualidade, oferta e alternativas de escolha em função de suas preferências.

(METODOLOGIA) A presente pesquisa trata-se de uma pesquisa exploratória e quantitativa. Os dados são fornecidos pela empresa pesquisada, foram selecionados alguns produtos de maior circulação para a realização da pesquisa. As análises dos custos serão desenvolvidas a partir do mercado concorrente. Visando a melhor forma de a empresa trabalhar seus custos e preços. O universo da pesquisa é a empresa Hai Importados e seus concorrentes que comercializam os mesmos produtos. Trata-se da amostra os produtos selecionados para análise e os preços da empresa e da concorrência.

(RESULTADOS) Com a realização da pesquisa ficou claro, que a empresa pratica métodos muito simples de formação de preço, principalmente dos produtos de alta circulação e concorrência. Para chegar ao preço de venda a empresa utiliza como base todos os custos ocorridos com o produto até que, fique disponível para a venda, como, o valor do custo de aquisição, frete na compra do produto e os impostos. Como se trata de uma empresa que atinge o mercado varejista e atacadista conseqüentemente é atribuído duas margem de lucro desejada, de 80% a 100% no varejo e 30% a 40% no atacado, existe essa variação na margem de lucro de 20% no varejo e 10% no atacado, devido a forte concorrência no mercado, antes de definir os preços dos produtos a empresa faz uma pesquisa de mercado nos concorrentes próximos, para não ficar com seus preços fora do mercado. Exemplo: PRODUTO CUSTO FRETE IMPOSTO CUSTO TOTAL VAREJO 100% ATACADO 40% A 25,00 2,00 3,25 30,25 60,50 42,35 Observando o exemplo a cima a empresa esta utilizando a maior margem de lucro desejada tanto no varejo como no atacado, mas depois de fazer uma pesquisa de mercado e identificar que a concorrência tem um preço de R\$ 40,00 no atacado e R\$ 55,00 no varejo, ela autoriza os vendedores a baixar o preço.

(CONCLUSÃO) Esta pesquisa teve o objetivo pesquisar os custos e formação de preço de venda praticada pela empresa Hai Importados, a qual pratica métodos simples de formação de preço, mas nas maiorias das vezes os preços são definidos conforme pesquisa de mercado. A empresa tem uma atenção maior nas vendas em atacado devido ao grande volume de venda de cada produto.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS DO BANCO DO BRASIL, DE 2011 A 2012

Autor(es):

Chirlane Rodrigues de Araújo : Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Lis Daiana Bessa Taveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Diante das constantes mudanças no mercado mundial, os usuários da contabilidade necessitam de novos modelos de informação, mediante isso as empresas buscam produtos que atendam os padrões de qualidade e ações que promovam o desenvolvimento, capacitação e criação de condições que visem à competitividade das organizações, independente do seu segmento econômico e setor de atuação. Em 28 de dezembro de 2007 com a aprovação da Lei 11.638, que altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76, a Demonstração do Valor Adicionado antes considerada apenas uma demonstração complementar e facultativa, tornou-se obrigatória para as companhias de capital aberto, essa demonstração tem a finalidade de evidenciar o quanto a empresa gera de riqueza e como esta é distribuída com os diversos componentes da sociedade, sendo de muita importância dentro do balanço patrimonial, exigindo uma maior responsabilidade ética.

(METODOLOGIA) A pesquisa é de caráter descritivo e será realizada na DVA do Banco do Brasil, nos exercícios de 2011 e 2012. A realização do estudo ocorreu mediante pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, complementadas por um estudo de caso. A pesquisa bibliográfica ocorreu via levantamento teórico em livros e artigos, sobre a DVA. A pesquisa documental se deu em documentos divulgados pelo BB, disponível no site (www.bb.com.br), e teve o objetivo de obter as informações necessárias ao trabalho. A pesquisa foi caracterizada como estudo de caso por focar especificamente fenômenos ocorridos no BB em determinado período. No que se refere à abordagem do problema, caracteriza-se com pesquisa qualitativa. No que se refere à abordagem do problema, caracteriza-se com pesquisa qualitativa.

(RESULTADOS) A inclusão da obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado pelas companhias abertas, através da promulgação da Lei 11.638/07, contribuiu para a evidenciação deste compromisso, uma vez que a DVA demonstra não apenas o quanto de riqueza a empresa agregou no período, mas também como esta riqueza foi distribuída entre os agentes econômicos, stakeholders, relacionados à sua criação. Esta pesquisa almejou contribuir para a análise dos dados da Demonstração do Valor Adicionado e, assim, analisar a produção e a distribuição de riqueza entre os stakeholders do Banco do Brasil. Por meio dos dados obtidos verificou-se que, quanto às fontes de riquezas, a capacidade de gerar riqueza é da própria empresa, sendo que 91,94% da riqueza agregada é produzida no Banco do Brasil e, apenas, 0,85% é recebida de transferências. Quanto à distribuição da riqueza, constatou-se que a maior parte da riqueza agregada total da empresa foi reinvestida para os empregados, com uma média nos dois anos de 39,10%. Além disso, 27,69% da riqueza foi destinado ao governo. E por fim, o Banco do Brasil distribuiu 31,17% aos acionistas e o menor percentual, 2,03% de sua riqueza, para terceiros.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, percebe-se que a análise da Demonstração de Valor Adicionado é relevante para os usuários interessados, uma vez que assim, pode-se ter uma visão mais clara de como é originada a riqueza do Banco do Brasil e de como a empresa direciona esta riqueza aos seus diversos stakeholders. Como proposta final, ratifica-se a necessidade de se prosseguir pesquisando a DVA, estendendo-se a abrangência do estudo a outros segmentos ou grupos. Também se ressalta a importância de se normatizar a metodologia de elaboração, apresentação e análise desta demonstração, uniformizando e clarificando, assim, este processo, no intuito de ampliar o nível de confiabilidade e comparabilidade da DVA.

ESTUDO DE CASO NAS INSTITUIÇÕES HOSPITALARES DIANTE DA INADIMPLÊNCIA DAS OPERADORAS DE SAÚDE

Autor(es):

Igor Judson de Lima Teixeira: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Diante ao grande crescimento da área hospitalar do setor privado no estado do Rio Grande do Norte, pode-se afirmar que desde a década de sessenta com a criação da medicina em grupo, os planos de saúde surgiram focados no assunto da importância do acesso a saúde com qualidade, aproveitando a fragilidade do sistema público. As operadoras tiveram um significativo desenvolvimento econômico mediante a compra de serviços dos hospitais como: atendimentos de urgência, consultas, cirurgias, diagnósticos, acompanhamentos de pacientes, entre outros com clínicas e hospitais mediante contratos. O crescimento deste setor representou uma grande mudança no aspecto do oferecimento ao serviço de saúde a população. Este trabalho mostrará através de um estudo de mercado a situação da área hospitalar com que se refere à inadimplência dos planos de saúde. Tendo em vista o impacto que este assunto pode causar nas instituições prestadoras de serviços em saúde de um modo geral. Será realizada uma análise de dados de um hospital (nome não divulgado) identificando o impacto desta inadimplência no fluxo de caixa, capital de giro, porcentagens de glosas, índices de recebimentos no caixa da instituição, analisando também os prazos médios de recebimentos, comparando o acordado em contrato e na prática, por fim fazer uma comparação destes dados que serão levantados com outras instituições hospitalares na cidade. Os números obtidos mostrarão claramente o impacto da inadimplência no setor de contas a receber dos hospitais, quais as operadoras que mais atrasam ou até mesmo não quitam suas dívidas, podendo até causar o descredenciamento de ambas às partes e a população ficar sem acesso a prestação de saúde.

(METODOLOGIA) Neste capítulo, são expostos os procedimentos metodológicos que serão adotados para o desenvolvimento do presente estudo. Para tanto, apresentaremos a motivação para a escolha do método, as técnicas de pesquisa empregadas e o universo investigado. 3.1 TIPO DE PESQUISA Levando-se em consideração a problemática do trabalho, será do tipo exploratório podendo entender melhor o problema do tema da pesquisa e com isso adquirir maior experiência, a partir do acesso com a realidade do campo da atividade, identificando dados necessários à obtenção de resultados. De acordo com Salomon (1997, p.112), processo exploratório: “são as que têm por objetivo definir melhor o problema, proporcionar as chamadas intuições de soluções, descrever comportamento de fenômenos, definir e classificar fatos e variáveis” Será desenvolvido um estudo de caso para analisar os dados do ciclo financeiro do hospital ‘A’ (Nome não divulgado). Nessa análise, será empregado o método de procedimento comparativo com outros hospitais, a fim de detectar a realidade de outras instituições de saúde, se há diferentes comportamentos no prazo médio de recebimento das operadoras de saúde e como os hospitais se comportam com a inadimplência dos planos de saúde bem como sua realidade financeira.

(RESULTADOS) Em análise

(CONCLUSÃO) Em análise

ESTUDO SOBRE ROTINAS INTERNAS NAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Autor(es):

Danielly Lima de Andrade: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) As microempresas e as empresas de pequeno porte são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada no Brasil. Se somarmos a isso a ocupação que os empreendedores geram para si mesmos, pode-se dizer que os empreendimentos de micro e pequeno porte são responsáveis por pelo menos dois terços do total das ocupações existentes no setor privado. A sobrevivência desses empreendimentos são condições indispensáveis para o desenvolvimento econômico do país. E todos os estudos no Brasil e no mundo mostram que os dois primeiros anos de atividade de uma nova empresa são os mais difíceis, o que torna esse período o mais importante em termos de monitoramento da sobrevivência. De acordo com os estudos e pesquisas do SEBRAE elaborados em 2011, mostra que as taxas de sobrevivência estão aumentando. O dado mais recente mostra que a cada 100 empreendimentos criados, 73 sobrevivem aos dois primeiros anos de atividade. Com essa afirmação, esse respectivo estudo terá como finalidade verificar as microempresas e as empresas de pequeno porte e se suas rotinas internas são fatores para mortalidade precoce ou não. Analisar se as mesmas usam o controle interno como maximizador de riquezas e saber se a falta do controle interno ajudou o alto índice de falência na grande natal.

(METODOLOGIA) Nosso estudo será com base bibliográfica tendo como fonte, pesquisas do SEBRAE e questionários aplicados formalmente em micro empresas e empresas de pequeno porte nos fazendo conhecer as suas rotinas internas aplicadas.

(RESULTADOS) Espera-se, com o presente estudo, analisar se as rotinas internas ajudam na fixação das empresas no mercado atual. Espera-se também, saber se as empresas estudadas conhecem o controle interno e com elas o usam em seu dia a dia. Vamos ver, através dos questionários aplicados, se as ferramentas como; plano de organização, pessoal profissionalmente qualificado, controles contábeis, administrativos, operacionais dentre outros são usados.

(CONCLUSÃO) Com uma imensa quantidade que micro empresas e empresas de pequeno porte nascendo todos os meses no país, tem que existir técnicas que façam-nas sobreviver no mercado dos dias de hoje. A concorrência é muito grande para se abrir uma empresa de qualquer jeito, digo, sem planejamento, sem pesquisas de mercado, que é uma das coisas mais importantes hoje para ter sucesso. Portanto, pretendo entender as empresas dos dias de hoje, como elas lidam com a concorrência, como elas agem internamente com suas rotinas e se eles tem conhecimento do controle interno, da sua aplicabilidade dentro de sua empresa.

ÉTICA COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL

Autor(es):

Eneldisa Pereira do Nascimento: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Joana Darc Medeiros Martins

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A ética é indispensável em todos os aspectos da vida profissional e visando esta importância, este Trabalho tem como objetivo investigar sobre a necessidade da formação ética do profissional. A formação ética tem uma grande e determinante influência na vida pessoal e de todos os segmentos, refletindo em sua desenvoltura e responsabilidade no contexto cultural em que está inserida. Nesse sentido, o interesse pelo tema: Ética como elemento fundamental para o profissional contábil surgiu da necessidade de realizar um estudo mais aprofundado sobre esta questão.

(METODOLOGIA) Apresenta-se a seguir a descrição da metodologia utilizada neste trabalho com o objetivo de expor os caminhos percorridos não só no levantamento dos dados do estudo como também na forma de fazê-lo. Os dados pesquisados, segundo o método adotado e em articulação ao referencial teórico, pretendem dar algumas explicações com o intuito de responder o problema de pesquisa. Pesquisas bibliográficas foi à base do referencial teórico e constituiu o primeiro momento deste estudo. Foram elaborados questionários para pesquisa de campo com os docentes do curso de ciências contábeis do UNI-RN. Os questionários foram analisados e interpretados e serviu como instrumento para se propor ações visando a uma prática dos docentes.

(RESULTADOS) Percebe-se que a maioria dos contabilistas estão cientes de que a ética é essencial para a vida profissional, o que remete a pensar que mesmo não seguindo totalmente os ditames do código, os profissionais sabem o quanto a classe seria beneficiada se todos agissem com ética. No entanto é preciso um maior conhecimento desses profissionais, no sentido de tentar novos cursos de aperfeiçoamento, para auxiliar ainda mais seus clientes e a classe contábil. A ética em qualquer profissão necessita ser utilizada, sem ela é impossível favorecer a profissão que irá sofrer constantes negligências em virtude da falta de ética de um profissional, que irá prejudicar toda uma classe.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que, nem todos os profissionais do UNI-RN conhecem o código de ética. Se todos fossem conhecedores do código, estariam conscientes de seus deveres e das punições as quais estão sujeitos, saberiam que a conduta ética traz valorização para a profissão e iguala a concorrência entre os profissionais, e aplicariam os ditames do código em seu dia-a-dia profissional. O objetivo geral do trabalho foi alcançado, pois através da pesquisa identificou-se como o código de ética pode contribuir para a valorização dos profissionais de contabilidade. Sendo este tema muito abrangente, e de interesse para toda a classe de contabilista é preciso salientar que estudos mais aprofundados sobre o tema poderão apontar futuramente maneiras de unir a classe, e fazer com que os profissionais sejam ainda mais valorizados.

GESTÃO ESTRATÉGICA COMO FATOR DE SUCESSO EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

Autor(es):

Ana Geovana Ribeiro: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Joana Darc Medeiros Martins

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A palavra estratégia é definida como a busca deliberada de um plano de ação para desenvolver e ajustar a vantagem competitiva de uma empresa. Gestão deriva do latim *Gestiona*, que significa ato de gerir, gerência administrativa. Gerir é fazer as coisas acontecerem. A pessoa que faz gerência denomina-se gestor, é quem toma as decisões. As estratégias no contexto organizacional dependem, em ambas as definições, da determinação do ambiente ou situação e da visualização de caminhos alternativos a serem percorridos para que os objetivos possam ser alcançados. Uma boa estratégia deve considerar as diretrizes fundamentais e os planos para atingir os objetivos, pois o momento é marcado por uma grande concorrência, e a satisfação do cliente é sem dúvida o maior marketing. Os fatores-chaves de sucesso de uma organização contábil devem considerar a inovação e liderança no uso de tecnologia, o forte desenvolvimento dos serviços, a qualidade e o marketing efetivo. O objetivo do estudo foi analisar a execução do processo de gestão estratégica em um escritório de contabilidade.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi exploratória, descritiva seguida de um estudo de caso com os profissionais contábeis, gestor e contador de um escritório de contabilidade sediado em Natal/RN. Foi aplicado um questionário contendo perguntas abertas e fechadas, o qual foi respondido por nove funcionários, um gestor e um contador. A coleta dos dados foi realizada no mês de setembro de 2013, e o seu tratamento se deu com o auxílio de planilhas do Microsoft Excel.

(RESULTADOS) Foram entrevistados 11 (onze) profissionais. Dentre os entrevistados, 8 (oito) profissionais são do sexo feminino, o que equivale a 72,72%, e 3 são do sexo masculino, o que representa 27,28%. Dos entrevistados, 36,36% possuem superior completo, 27,27% tem pós-graduação e 36,36% estão cursando graduação em ciências contábeis. Como as estratégias são elaboradas, 72,72% respondeu que através de práticas da empresa, 9,1% afirmaram que através da cultura da empresa e 18,18% afirmaram que através de análise e planejamento.

(CONCLUSÃO) O presente trabalho abordou a gestão estratégica como fator de sucesso em um escritório de contabilidade, visando então desenvolver estratégias que criem vantagens competitivas. Considerando que as organizações prestadoras de serviços contábeis estão cada vez mais dependentes do ambiente externo, os gerentes destas empresas devem ter como principal objetivo a ser atingido, a satisfação do cliente, estabelecendo metas através de um planejamento estratégico eficiente que envolva a organização como um todo, utilizando os fatores-chaves de sucesso, dentro de uma estrutura sustentável. No atual mercado globalizado, a qualidade dos profissionais envolvidos com a produção dos serviços, é sem dúvida uma ferramenta indispensável para as empresas que desejam se manter competitivas, pois estes profissionais e a própria organização tem a obrigação de transferir informações eficientes, contribuindo para que os consumidores destes serviços de qualidade possam usufruir de tal característica.

IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CUSTOS EM UMA EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Daíla Jéssica Lima de Oliveira: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Lis Daiana Bessa Taveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A economia do Brasil vem crescendo a cada ano, e as Micro e Pequenas Empresas representam uma importante parcela no sistema econômico brasileiro, atuando praticamente em todos os setores da indústria, do comércio e serviços, responsável pela força do trabalho formal e informal e do aumento do PIB nacional. Dentre esse mercado econômico amplo se destaca o setor da construção civil, atuando em grande número entre as empresas de pequeno porte, é um setor que possui uma suma relevância para a economia do país, segundo o SEBRAE (2013) os fundamentos da economia mostram que, numa perspectiva conservadora, é possível sustentar uma taxa média de crescimento de 4% ao ano de 2007 a 2030. Apesar de ser um setor de constante crescimento e com um índice alto de lucratividade, existem diversas deficiências no controle do planejamento, e do gerenciamento de seus custos, segundo Santos (2009) “A pequena, a média e a grande empresa necessitam do controle e análise de seus custos. A análise foi colocada de propósito, pois não basta o controle sem a respectiva análise, a fim de se concluir e avaliar o desempenho como subsídio para novas decisões”. Com o surgimento de novos empreendimentos e o aumento da concorrência gerando assim mais competitividade no mercado, as empresas que tem por finalidade a maximização dos lucros, necessitam de mecanismos para aprimorar informações relevantes para auxiliar na tomada de decisão. Algumas empresas principalmente as Micro Empresas de Construção Civil e de Pequeno Porte não utilizam uma ferramenta que possa auxiliar nos gerenciamentos dos seus custos, auxiliando na tomada de decisão correta, e tendem a tomar decisões com base em suposições de custos equivalentes aos seus insumos (mão de obra, materiais, etc.), ou tomando como base dados de obras anteriores, levando em consideração que as obras tendem a ter proporções diferentes, causando um erro de forma que seria incapaz de fornecer de maneira precisa o custo real do empreendimento.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa é classificada como descritiva, com a finalidade de observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, entretanto, entrar nos méritos dos conteúdos. E acrescenta ainda que o processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo.

(RESULTADOS) Este estudo pretende implantar um sistema de custos, utilizando o método mais propício para uma empresa de pequeno porte de construção civil em Natal/RN.

(CONCLUSÃO) Este estudo evidenciará um impacto na gestão administrativa da empresa, auxiliando na tomada de decisão com o uso de ferramentas da contabilidade gerencial influenciando nos resultados da empresa, analisando os custos de seus insumos para assim obter melhores resultados, aumentando a sua lucratividade e gerando mais recursos, esta pesquisa irá ajudar o gestor a planejar de forma mais acertada, onde os objetivos da empresa sejam alcançados de forma eficiente.

MAGAZINE LUIZA: ANÁLISE ENTRE AS VANTAGENS E AS DESVANTAGENS DE OPTAR POR SER UMA EMPRESA DE CAPITAL ABERTO OU DE CAPITAL FECHADO.

Autor(es):

Gustavo Arruda Gesteira: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Roberto Davi Miranda da Costa

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O Brasil atualmente participa de forma incisiva no mercado internacional. Nos últimos dez anos, o Brasil teve um aumento significativo na abertura de empresas de capital aberto, as S.A, e empresas saindo da situação de capital fechado para capital aberto, buscando novos desafios, e claro, buscando ter um poder econômico maior no cenário atual da economia. Os EUA foi um dos primeiros países a criar um mercado de capital ativo. O Brasil hoje ocupa o 7º lugar no ranking da economia mundial, uma evolução clara para um país subdesenvolvido, e essa evolução nos abriu para a economia mundial. Ao abrir o capital, as empresas diminuem os riscos que sofrem no mercado econômico, por outro lado, podem ver o retorno do investimento diminuir, porém pode-se dizer que abrir o capital é um investimento de longo prazo, porém pode fazer a empresa crescer de forma grandiosa. Em relação a diminuição de retorno, se explica pelo fato de ao abrir o capital a empresa dividirá o capital social entre vários acionistas, diferentemente das empresas de capital fechado, que dividem muitas vezes os seus lucros com 2 ou mais pessoas, porém correm mais riscos.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi de caráter, exploratório, descritivo e explicativo. As pesquisas exploratórias são aqueles que têm o objetivo de explorar um assunto que não tem muito conhecimento, a fim de criar hipóteses e introduzi-lo no âmbito de pesquisa científica. As pesquisas descritivas se caracterizam pelo fato de descrever alguma situação existente, algo que já foi pesquisado, procurando mostrar outro ponto de vista. As pesquisas explicativas, que são as pesquisas que procuram explicar certa situação ou fenômeno, aprofundando-os de forma a acrescentar no conhecimento da situação proposta. Das centenas de grandes empresas de capital aberto do Brasil, foi escolhida apenas uma para a tal pesquisa, foi ela: Magazine Luiza, uma empresa genuinamente brasileira, que abriu seu capital em março de 2011, umas das principais empresas do setor de consumo no Brasil. Como foco principal da escolha, foi a recente mudança da empresa, que passou de capital fechado para capital aberto, facilitando assim a pesquisa, e a argumentação do trabalho em geral.

(RESULTADOS) Em 2010 a empresa Magazine Luiza tinha uma projeção de faturar 5 bilhões de reais. No mesmo ano a Magazine Luiza já estava fazendo uma estratégia para abrir seu capital futuramente. Com grandes pretensões de atingir o topo das varejistas do Brasil, deu-se o primeiro passo, e a Magazine Luiza adquiriu as lojas maia, que atuava no nordeste com grande força. As lojas maia foi adquirida por cerca de 300 milhões de reais, a fusão iria durar por volta de 2 anos, de lá pra cá as lojas da magazine Luiza passaram a se chamar de Lojas Maia

– Magazine Luiza, com força total nos 4 cantos do País, a projeção de faturamento em 2010 que era de 5 bilhões, passou a ser de 5,7 bilhões, em termos empresariais podia ser pouco, mas para a magazine Luiza foi o primeiro passo para a abertura de seu capital. Em 2011 a Magazine Luiza abriu o seu capital, e de lá pra cá teve um aumento significativo no seu faturamento, em 2011 o seu faturamento atingiu 7,7 bilhões, em 2013 a projeção é animadora, a empresa espera atingir a casa dos dois dígitos, chegando a 10 bilhões de reais.

(CONCLUSÃO) Concluiu que a mudança na situação de capital fechado para capital aberto, foi muito satisfatória, pois a empresa magazine Luiza saiu do patamar de faturamento de 5 bilhões de reais, e em apenas 2 anos após a abertura do capital, espera atingir 10 bilhões, o dobro.

MARKETING MULTINÍVEL: AS ANTIGAS PIRÂMIDES FINANCEIRAS SÃO OS NOVOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS.

Autor(es):

Whelborny Daijro Inoue: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

José Emerson Firmino

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A máquina de fazer dinheiro que Charles Ponzi criou em Boston, era elegante em sua simplicidade. Ela se baseava sob três pilares: primeiro ele convenceu um grupo de pessoas sobre uma forma de investimento financeiro; depois, ele prometeu um alto retorno sobre o capital investido. E em terceiro e último, ele construiu uma reputação de credibilidade distribuindo inicialmente promessas de que os juros, mais o capital principal dos investimentos anteriores, seriam pagos pelo dinheiro investido por aqueles que ingressaram posteriormente no esquema. Quase cem anos depois, milhares de pessoas se desfazem de investimentos com graus de risco dos mais variados níveis, para tentar a sorte em esquemas extra oficiais de investimentos. Recentemente, sob a égide de uma nova nomenclatura, denominada de Marketing Multinível, ou Marketing de Rede, o esquema de Ponzi ressurgiu, com um discurso diferenciado, e a gama de produtos e serviços é diversa, e sua solidez varia em extremos de insensatez. Vai do comércio de produtos para emagrecimento, até prestação de serviços de publicidade, passando por roupas, rastreadores e jogos on line.

(METODOLOGIA) Por causa do volume de dinheiro envolvido, e das consequências da insolvência de alguma destas empresas, o Governo Federal, através do parecer Em troca de lucros astronômicos, exige-se uma contrapartida financeira, e a prestação diária de serviços ou tarefas específicas, como forma de justificar o retorno financeiro prometido. Esta prestação diária de serviços é envolta em regras simples, normalmente feitas através da internet, e seu objetivo é tentar justificar a origem dos ganhos pagos aos que aderem ao esquema. Em geral são produtos ou serviços simples, sem muita sofisticação, e de fácil entendimento, mas que de uma maneira geral não possuem o retorno comercial que justifique, ou sustente, o lucro prometido. E é aí que surge a configuração do esquema criado por Charles Ponzi: a necessidade de ingresso de novos membros, de forma a manter o esquema. Cada novo membro recrutado, é a certeza de mais dinheiro que ingressa, e com isso o pagamento de “dividendos” dos operadores mais antigos é mantido, e o esquema garante sua sustentação. A receita do comércio de produtos ou serviços, aliada ao ingresso de novos membros, serve não apenas de sustentação, mas também torna-se a própria fonte e razão de existir da empresa.

(RESULTADOS) O crime de pirâmide financeira geralmente passa incólume, até que haja a falência da empresa, podendo resultar em uma quebra geral do comércio, mercado financeiro. Recentemente o judiciário bloqueou as finanças de várias empresas sob suspeita de praticarem esquemas de Ponzi, gerando a falência de outras empresas, e endividamento de pessoas. A ação da justiça também afetou outras empresas similares às de esquema ponziano, causando diminuição nos valores pagos a título de prestação de serviços, ou simplesmente a moratória dos valores que deveriam ser pagos, jogando pessoas e empresas em situação de inadimplência ou falência.

(CONCLUSÃO) É verdade que houve uma desaceleração no volume de pessoas que confiam suas finanças a empresas tidas como pirâmides, o que levou - em virtude de ser pirâmide - à escassez de recursos para honrar os pagamentos prometidos aos divulgadores mais antigos, provocando o abandono por parte dos divulgadores, ou o calote por parte das empresas. Ainda existem centenas de milhões de reais bloqueados pela justiça, e uma batalha jurídica em curso, o que tem impedido aos divulgadores recuperar seu dinheiro. Fato é, que mesmo que haja a devolução dos valores pagos, isso só ocorrerá dentro de alguns anos.

MODELO DE IMPLANTAÇÃO DO BALANCED SCORECARD: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO EM NATAL-RN.

Autor(es):

Andréa Calina de Oliveira Sampaio : Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Lis Daiana Bessa Taveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Devido à existência de falhas na gestão das escolas públicas bem como a falta de políticas preventivas, as instituições de ensino privadas passam a alavancar os resultados no âmbito geral. Desta forma, abre-se um leque de oportunidades para estas organizações de ensino, no entanto, elas enfrentam entre si uma série de dificuldades dentre as quais estão à falta de planejamento estratégico face à concorrência, a carência em comunicação escola/cliente, deficiência em desenvolver uma ferramenta para medir o grau de desempenho e a eficácia da Instituição. Diante desse fato, faz-se necessário que exista um Planejamento bem definido de gestão embasado na estratégia do negócio, alinhado a missão, visão e valores da empresa. Em decorrência dessa necessidade, fala-se muito de gestão de conhecimento e da valorização do capital humano, pois ambos agregam valores no ambiente em que estão inseridos. Assim, é relevante que seja implantado nas organizações com esse segmento uma ferramenta contemporânea a qual auxilie na mensuração da satisfação dos usuários das informações. Pois com o avanço tecnológico e o processo da globalização e a competitividade empresarial, é essencial a minimização de erros, atendimento aos clientes, retenção de funcionários, evitando a rotatividade, redução de custos, não havendo, necessariamente, foco apenas na parte financeira. Visto que o papel do sistema educativo visa a melhoria econômica criando vínculos entre nível de escolaridade, emprego, produtividade e mercado.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa será caracterizada quanto aos objetivos, como descritiva, Uma de suas características está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Este trabalho procurar descrever o grau de satisfação dos clientes internos e externos e os fatores que fazem com que a empresa seja referência no segmento educacional no mercado local. A respeito da análise dos dados foram utilizadas as formas qualitativa e quantitativa.

(RESULTADOS) Dos colaboradores entrevistados, 80% estão muito satisfeitos em relação a função que ocupa na instituição, 15% estão satisfeitos em relação às tarefas desempenhadas, e 5% consideram-se poucos. Este é um fator bastante positivo para empresa, uma vez que conta com pessoas satisfeitas com sua atividade e funções dentro do escritório. Com relação ao salário, cerca de 70 estão satisfeitos e 25% estão muito satisfeitos com o salário que recebe da empresa. Porém, nessa mesma questão 5% dos colaboradores se manifestaram pouco satisfeito e 0% insatisfeito. Os gráficos apontam um grande contentamento dos clientes em relação aos serviços prestados, sendo que 80% dos entrevistados consideram-se muito satisfeito e 20% consideram-se satisfeitos com o atendimento.

(CONCLUSÃO) Esta pesquisa foi desenvolvida com foco em avaliar o fator de sucesso da organização, utilizando-se como instrumento de mensuração de desempenho o Balanced Scorecard. Já que essa ferramenta engloba quatro premissas: financeira, cliente, processos internos e aprendizado e crescimento. Com isso a instituição obtém um sistema de controle mais eficaz o qual possa auxiliar nas avaliações e diagnósticos de resultados internos e externos, paralelo a isso contribui nas tomadas de decisões dos gestores. Os diretores da escola estão satisfeitos com os resultados da instituição em termos educacionais, porém pretendem investir em treinamentos e capacitação para os gestores com propósito melhorar as decisões financeiras e não financeiras, minimizar os custos e maximizar o desempenho organizacional.

O IMPACTO DO NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA ADOTADO PELA PETROBÁS S.A, DIANTE DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA ÚLTIMA DÉCADA.

Autor(es):

Nataly de Meireles da Silva: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O mercado acionário atual expõem o crescimento e desenvolvimento das empresas a maior aderência à abertura de capitais das empresas brasileiras, neste cenário as empresas buscam intensificar o grau de profissionalismo para transparecer maior credibilidade e confiança, dessa forma, atreladas aos conceitos de Governança Corporativa. Dessa forma as empresas optantes devem divulgar as informações suficientes para que seus usuários tenham acesso a real situação da empresa. Da análise das demonstrações contábeis, os usuários internos e externos da contabilidade obtém informações sobre a posição passada, presente e futura de uma empresa. Dentre as empresas brasileiras optantes pelas boas práticas de Governança, está a empresa Petróleo Brasileiro S.A – Petrobrás. O objetivo principal deste trabalho é analisar o impacto do nível de Governança Corporativa da Petrobrás, frente a análise das demonstrações contábeis na última década. Os objetivos secundários consiste em realizar a análise econômica – financeira da última década, utilizando séries temporais, Identificar a utilidade da análise das demonstrações financeiras sob a ótica dos níveis de governança corporativa exercido pela Petrobrás; Verificar a influência do Governo no exercício das boas práticas de governança corporativa imposta pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa).

(METODOLOGIA) Pode-se caracterizar este estudo como pesquisa descritiva e exploratória. Conforme Cervo e Bervian (1996, p. 47) “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los”. O objetivo é descobrir com precisão a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, natureza e características. Quanto os procedimentos, a tipologia de pesquisa deste trabalho está dividida em duas etapas: pesquisa bibliográfica e estudo de caso. O universo objeto deste estudo é a empresa Petróleo Brasileiro S.A, dessa forma serão analisadas as demonstrações contábeis da última década. Para o embasamento deste projeto de pesquisa, o primeiro passo a ser utilizado foi a coleta bibliográfica em livros, dissertações, teses, artigos, e demais publicações científicas relacionadas ao tema. Os dados a serem analisados, são as demonstrações contábeis da última década, assim como os relatórios de sustentabilidade, ambos foram publicados e disponibilizados pela própria empresa em questão em seu sítio eletrônico.

(RESULTADOS) Espera-se ao final deste estudo por meio do levantamento de dados, a avaliação econômica - financeira da Petrobrás, a demonstração da evolução dos indicadores como os índices de liquidez, de atividade, de endividamento, rentabilidade, índices de mercado e análise horizontal e vertical, como também a avaliação do nível de governança corporativa exercido pela Petrobrás na última década.

(CONCLUSÃO) Uma das funções da governança corporativa é assegurar a qualidade no processo de elaboração das demonstrações contábeis. Portanto, um dos objetivos desse trabalho é verificar se a adoção de padrões mais elevados de governança corporativa contribui de fato para o aumento da qualidade dos relatórios contábeis divulgados pela Petrobrás. A relevância desse estudo consiste na disseminação das práticas de Governança Corporativa e sua importância para as empresas atreladas a sua influência sobre a análise das demonstrações contábeis. Além de sugerir outras linhas de observações em relação ao tema que podem servir de base para outros estudos de relevância dessa área, que contribui para a construção do conhecimento acadêmico.

PARECERES TÉCNICOS: ESTUDO EM PROCESSOS JUDICIAIS, PERICIADOS NA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RN.

Autor(es):

Paulo Henrique Annes de França : Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Joana Darc Medeiros Martins

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A função do perito-contador no ambiente jurídico é elaborar um parecer técnico como provas periciais contábeis, auxiliando os magistrados nas tomadas de decisões que dizem respeito á interesses patrimoniais. Para que seja elaborado um parecer técnico, são necessários que seja disponibilizado para o perito, instrumentos que auxiliem na elaboração de laudos tecnicamente corretos e que sejam úteis aos interessados. Os instrumentos que são utilizados pelos peritos devem constar no despacho anexado ao processo, contendo o que pede a sentença, qual a intenção do exequente, os cálculos apresentados pelo autor e seu devido período.

(METODOLOGIA) O projeto está baseado no estudo de Martins e Ornelas (2007), onde foi feito uma pesquisa na Procuradoria Geral do Estado do RN. A pesquisa foi de caráter, exploratório, descritivo e explicativo. As pesquisas exploratórias são aquelas que têm o objetivo de explorar um assunto que não tem muito conhecimento, a fim de criar hipóteses e introduzi-lo no âmbito de pesquisa científica, “A pesquisa exploratória permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado” (DUARTE, 2013). Esse tipo de pesquisa estabelece relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado.” Para Duarte (2013) “considera-se ser este o tipo de pesquisa que explica a razão, o porquê dos fenômenos, uma vez que aprofunda o conhecimento de uma dada realidade”. Por fim, as pesquisas explicativas, que são as que procuram explicar certa situação ou fenômeno, aprofundando-os de forma a acrescentar no conhecimento da situação proposta. É a pesquisa que mais se aproxima da realidade, pois procura explicar à razão, trazendo à situação a realidade.

(RESULTADOS) Foi identificada a Procuradoria Geral do Estado do RN, na qual tramitam processos judiciais envolvendo causas trabalhistas de servidores do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de proceder a um levantamento dos processos dessa natureza em andamento, no período de 2000 a 2013. Para os processos acima citados, os pareceres contábeis foram selecionados diretamente na Divisão de Contadoria Judicial e Estatística, setor da Procuradoria Geral do Estado do RN em que são encaminhados os processos para a elaboração da perícia e confecção do parecer contábil. Assim, para realização deste estudo, foi feita a identificação dos processos judiciais que tratam de causas trabalhistas dos servidores do estado do rio grande do norte, bem como seus respectivos pareceres na Procuradoria Geral do Estado do RN. A análise dos resultados foi elaborada com uma análise descritiva dos pareceres técnicos contábeis analisados.

(CONCLUSÃO) .

PERÍCIA CRIMINAL CONTÁBIL: UM RELEVANTE INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO CONTRA OS CRIMES FINANCEIROS

Autor(es):

Ivanildo Praxedes dos Santos: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

José Emerson Firmino

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Muito se tem discutido recentemente, sobre o emprego e o aperfeiçoamento de técnicas e de políticas que possam reprimir e combater a progressividade do crime organizado, e especificamente os crimes financeiros. Dentre os quais se destacam como tendência mundial os crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro. Aonde, em mais de duas décadas vem numa grande ascensão, estratégias de suas atividades ilícitas, ramificando-as em diversos países do mundo, entre eles exemplo, o Brasil. Ambos são dolos tipificados, contudo a lavagem de dinheiro é uma ameaça iminente, continua e bastante preocupante, em virtude do volume exorbitantes, de recursos movimentados e absorvidos da economia mundialmente todos os anos. Neste contexto de complexidade, são imprescindíveis a cooperação internacional, com participação efetiva de órgãos reguladores e fiscalizadores, bem como, as solicitações de exames contábeis e financeiros: de escrituração, demonstrações contábeis, livros fiscais, etc. Procedimentos específicos e esclarecedores de ocorrências criminais contábeis. Uma responsabilidade exclusiva da Perícia Criminal Contábil, na pessoa do Perito Criminal Contábil, em virtude da complexidade, envolvida na materialidade comprobatório, de evidências apropriadas e suficientes, abalizadas pela sua percepção, de integridade, responsabilidade e confiabilidade, em consonância totalmente no âmbito da Lei.

(METODOLOGIA) O presente estudo só foi possível, em virtude das percepções dos autores, as colocações de conceitos e premissas, constatados no transcurso de cada leitura. Embasado na pesquisa descritiva de modo contínuo, a partir do seu planejamento até a sua conclusão. Norteado e definido pelas diretrizes conduzidas pelas informações auferidas de revisão bibliográfica de livros, periódicos, endereços eletrônicos da área de contabilidade e específica da Perícia, além da realização da pesquisa de campo, através da aplicação de questionário, realizado com os servidores federais.

(RESULTADOS) Os resultados demonstraram que 71,3 %, dos servidores entrevistados concordam que os laudos periciais contábeis desenvolvidos pelos peritos criminais contábeis são relevantes, com os textos de fácil visualização e interpretação, além de concordarem de forma unânimes, que os trabalhos realizados são bem executados, pois, refletem a materialidade suficiente para a produção de provas, utilizadas para coibir e combater os crimes financeiros. E afirmaram também a necessidade urgente de profissionais contábeis especializados para ingressarem nos quadros do Departamento de Polícia Federal, para suprir a demanda pericial.

(CONCLUSÃO) Na conjuntura atual a perícia criminal contábil é indiscutivelmente uma ciência em ascensão, se consolidando como instrumento de investigação de enorme importância, inseridas por técnicas e procedimentos científicos, para a comprovação e veracidade de fatos e atos contábeis e financeiros. Embasado legalmente em (normas, Leis e Resoluções) vigentes para a consecução da prova material, contundente da verdade fática, mediante metodologias inerentes a função, dos especialistas de conhecimentos técnicos e científicos aplicáveis à matéria em discussão. Sendo assim, recaindo a responsabilidade exclusiva ao perito criminal contábil, a materialidade de elementos comprobatórios para a emissão do Laudo Pericial Contábil. Servindo assim, como um auxílio primordial e decisório nos julgamentos nas instâncias judiciárias, propondo-lhes embasamentos contundentes para deferirem com segurança a sentença pertinente de forma irremediável e irrevogável.

PLANO DE NEGÓCIOS: ANÁLISE DOS PROCESSOS PARA ABERTURA DE UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

Autor(es):

Maria do Socorro Rocha: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O profissional contábil qualificado é a ferramenta fundamental no sucesso do empreendimento. Atualmente com a contabilidade globalizada com os padrões internacionais, fruto do aperfeiçoamento, com mudanças que abrangem principalmente as pequenas e médias empresas, a área da contabilidade torna-se mais competitiva. Diante desse ambiente altamente competitivo, a sobrevivência no atual mercado de negócios, depende da elaboração e aplicação de um planejamento que irá antecipar as oportunidades de crescimento, como também perceber as ameaças que possam levar o negócio à falência. Em decorrência das constantes atualizações e atribuições cada vez mais complexas que o profissional está exposto, como as inovações tecnológicas do Sistema Público de Escrituração Digital, Ponto Eletrônico, Certificado Digital além das novas leis e decretos que surgem a todo instante, a qualificação desse profissional seguido de um planejamento são essenciais no seu crescimento e diferencial no mercado de trabalho. Apesar do empenho de muitas instituições na divulgação da importância de um planejamento no empreendimento, os empreendedores brasileiros ainda tem dificuldades para entender que todo negócio precisa ser planejado detalhadamente antes de efetivamente abri-lo no mercado. O plano de negócios torna-se necessário na implantação de um empreendimento, antes de se tomar qualquer decisão a respeito do investimento para que se possa detectar o que será viável ou não, impedindo com isso que se corra o risco de que se perca tempo e dinheiro. Esta análise deve ser baseada não somente nas tendências que afetam a organização, como também na probabilidade dessas tendências tornarem-se eventos reais, evitando as ameaças reais e explorando as oportunidades da melhor forma possível. Uma análise dos fatores críticos é fundamental para o ambiente externo e interno do empreendimento. Esse procedimento pode ser feito através da ferramenta SWOT que consiste no cruzamento das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças podendo ser elas internas e externas.

(METODOLOGIA) Foi utilizado o método quantitativo e qualificativo. Quantitativo na análise dos valores monetários necessários para abertura de um novo empreendimento, como também qualitativo devido à análise dos contextos no processo da abertura de um novo empreendimento.

(RESULTADOS) Espera-se ao final desse estudo analisar o desenvolvimento de um plano de negócios na abertura de um escritório de contabilidade, destacando a importância da sua elaboração, verificando a importância do Plano de Negócios na diminuição dos riscos e no fracasso da empresa através da análise financeira e de investimentos.

(CONCLUSÃO) Este trabalho procura mostrar a importância de um plano de negócio no processo para abertura de um novo empreendimento, identificando as oportunidades que o mercado oferece como também as ameaças, facilitando o planejamento e preparando a empresa para riscos futuros, evitando assim o seu fracasso.

PROADI – ESTUDO DE CASO: EMPRESA PRIVADA DO RAMO DA INDÚSTRIA

Autor(es):

Elaine Daiane Araújo Oliveira : Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Lis Daiana Bessa Taveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O planejamento tributário é um procedimento imprescindível para as empresas que buscam o desenvolvimento e sobrevivência no mercado contemporâneo, que por sua vez, está mais competitivo. Com a alta carga tributária no Brasil, as organizações devem contar com programas de incentivos para que se possa diminuir o ônus fiscal. Uma alternativa que pode ser usada por essas organizações é optar pela concessão de incentivos fiscais. Pode-se citar como exemplo o PROADI (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte), criado pela Lei nº 5.379, de 11 de outubro de 1985 e alterado pela Lei nº 7.075, de 17 de novembro de 1997. É um benefício de financiamento que toma por base o valor do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) observando os percentuais de 60% e 75% do ICMS devido, dependendo da localização da indústria existente no território do Estado do Rio Grande do Norte (RN). A motivação deste trabalho é analisar a existência da redução de custos na indústria no segmento de vestuário no município de Parnamirim/RN, após a adoção do PROADI.

(METODOLOGIA) A pesquisa que se propõe será de caráter descritivo, visto que, será descrito sobre a redução dos custos de uma empresa, oriundos do PROADI. O procedimento a ser usado será um estudo de caso, este, será realizado em uma indústria de confecção no segmento de vestuário no município de Parnamirim/RN, onde será verificada a desoneração na empresa após a adoção do PROADI. Seguindo esta colocação a abordagem deste trabalho é qualitativa, e se justifica como uma pesquisa documental. Para montar os cenários econômicos, serão mencionados a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e o Balanço Patrimonial (BP).

(RESULTADOS) Para que o estudo componha os dados mais atuais foi utilizado como análise, o período do ano fiscal 2012, do mês de janeiro até dezembro. A apuração do ICMS, que para ser encontrada foram utilizadas as alíquotas de 12% (doze por cento), foram deduzidos os créditos advindos das compras, achando o valor devido por mês, onde somados chega a uma apuração anual de R\$ 1.766.044,47. O pagamento do mês corresponde à parcela desembolsada pela empresa que é calculado pela somatória de 40% de 1.766.044,47 mais IOF, totalizando 722.312,19. Os valores a financiar correspondem a 60% do valor apurado mês a mês, onde, total corresponde a 1.059.626,68. No Balanço Patrimonial nota-se que o valor do incentivo fiscal 1.059.626,68 gera uma reserva de incentivos fiscais e esta reserva é lançada no PL. Conforme a Lei 6.404/76 de 1976 a Reserva de Incentivos Fiscais é resultado das doações e subvenções para investimentos após serem reconhecidas como Receita na DRE.

(CONCLUSÃO) Nos resultados analisados vimos que a empresa teve uma redução da metade dos impostos incidentes sobre vendas, fato este gerado em virtude do benefício PROADI, que diminuiu os gastos sobre sua receita de 14,2% para 11,9%. A empresa teve uma economia em 2012 de R\$ 337.315,49, reservando deste valor 30% (trinta por cento) para quitar o financiamento no ano seguinte. Utilizou o restante para ampliar suas instalações, aumentar sua equipe de funcionários, ou seja, novas contratações, que levou a melhora nos serviços. Com os recursos advindos da economia do benefício financeiro, PROADI, a indústria ainda pode ganhar vantagem no mercado investindo na logística, aumentando conseqüentemente sua participação contínua no mercado, sendo possível fazer planos de investimentos e manutenção, aumentando expressivamente a produtividade e garantindo a liderança em relação à concorrência.

**QUALIDADE DA AUDITORIA INDEPENDENTE: UM ESTUDO SOBRE O JUGAMENTO DA ADOÇÃO DO
CPC 25 NAS COMPANHIAS DO SUBSETOR INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS LISTADAS NA
BOVESPA**

Autor(es):

Rammon da Costa Rodrigues: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

José Emerson Firmino

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Uma auditoria é um julgamento da conformidade das demonstrações financeiras, sistema financeiro, registros, transações e operações de uma entidade ou de um projeto, de responsabilidade da administração da empresa, com a finalidade de assegurar a fidelidade dos registros e proporcionar credibilidade às demonstrações financeiras e outros relatórios da administração. Em virtude dos escândalos contábeis ocorridos em grandes companhias nos últimos anos, foram realizados alguns estudos internacionais, como os de Hogan (1997); Palmrose (1998); Krishnan (2003); e Kallapur, Sankaraguruswamy e Zang (2010) que buscaram avaliar o aspecto da qualidade de auditoria. Diante disso temos a seguinte problemática: As empresas de auditoria Big Four possuem qualidade uniforme, em seus relatórios de auditoria independente, baseando-se no critério técnico de seu julgamento, quanto à adoção adequada ao CPC 25 pelas companhias abertas do Subsetor Intermediários Financeiros listadas na Bovespa. O objetivo do presente trabalho é analisar a qualidade dos Relatórios dos Auditores Independentes Big Four nas companhias do subsetor intermediários financeiros listadas na Bovespa, se esses possuem uniformidade quanto a adoção adequada ao CPC 25.

(METODOLOGIA) Os dados do referido estudo serão coletados através de análises realizadas nas demonstrações financeiras de dez companhias do subsetor intermediários financeiros listadas na Bovespa nos exercícios 2011 e 2012. Os dados serão tratados utilizando da técnica estatística descritiva com o auxílio do excel, onde serão registrados aqueles, considerados relevantes, que não foram informados nas demonstrações contábeis das instituições financeiras auditadas pelas empresas de auditoria Big Four.

(RESULTADOS) Firmino (2011, p. 19) afirma que “os benefícios econômicos das informações contábeis aumentam quando são auditadas, pois se acredita, a priori, que estão menos sujeitas a distorções do que aquelas que não foram examinadas pelos auditores”, para Firmino (2011) existem a expectativa que os serviços desempenhados pela auditoria venham contribuir adicionando qualidade às demonstrações contábeis. Com a exploração do tema proposto trazer à tona a qualidade da opinião emitida no Relatório dos Auditores Independentes, identificando as possíveis falhas baseando-se no critério técnico de seu julgamento com base no Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 25, onde, estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimentos e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e a ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

(CONCLUSÃO) Muitas empresas entendem que o principal objetivo de uma auditoria é de descobrir e de protegê-la contra fraudes e de evitar multas fiscais, esquecendo da importância dos objetivos básicos como da eficácia e eficiência. A auditoria é uma ferramenta importante para atestar a veracidade das informações contidas nos demonstrativos contábeis. Mesmo em alguns momentos existindo aspectos subjetivos, os usuários da informação contábil depositam confiança nas informações prestadas pela auditoria quanto aos aspectos econômicos e financeiros da entidade auditada (FIRMINO; DAMASCENA; PAULO, 2010).

QUALIDADE DA AUDITORIA INDEPENDENTE: UM ESTUDO NO JULGAMENTO DA ADOÇÃO DO CPC 27 NAS COMPANHIAS DO SETOR DE CONSUMO NÃO CÍCLICOS LISTADAS NA BOVESPA

Autor(es):

Kedijane Ferreira da Silva: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

José Emerson Firmino
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Resumo: Aproximadamente há três décadas surgiu no Brasil, especificamente em São Paulo a auditoria contábil, por meio do ICPB (Instituto de Contadores Públicos do Brasil), após esse acontecimento, houve o surgimento de novas instituições, tornando-se cada vez mais concreto esse artifício para a sociedade. A auditoria independente é uma das principais responsáveis pela redução das dispersões dos dados coletados em instituições que são sujeitas a uma análise. O crescimento da busca por informações mais seguras vem, exigindo maiores qualificações nos serviços prestados pelos auditores. Atualmente as principais empresas que prestam serviços de auditoria no Brasil (PricewaterhouseCoopers, Deloitte ToucheTohmatsu, KPMG e Ernst & Young) fazem parte do Big Four, o grupo conduz uma gama de serviços de alta qualidade, assumindo assim serviços de auditoria de empresas de grande porte. Diante da relevância dos serviços realizados pelos auditores independentes, tem-se o seguinte problema de pesquisa: as empresas de auditoria Big Four possuem qualidade uniforme em seus relatórios de auditoria independente, baseando-se no critério técnico de seu julgamento, quanto à adoção adequada ao CPC 27 pelas companhias abertas do setor de consumo não cíclico listadas na BM&FBOVESPA. Objetivos: Gerais: O objetivo desta pesquisa é verificar se as empresas de auditoria Big Four possuem qualidade uniforme, em seus relatórios de auditoria independente, baseando-se no critério técnico de seu julgamento, quanto à adoção adequada ao CPC 27 pelas companhias abertas do setor não cíclico da BM&FBOVESPA. Específicos: - Analisar se as companhias de consumo não cíclico estão divulgando adequadamente o CPC 27. - Identificar os auditores e tipos de pareceres emitidos e empresas que são auditadas pelas big four. - Analisar a uniformidade da qualidade dos relatórios emitidos pelos auditores independentes.

(METODOLOGIA) Metodologia: Este trabalho consiste numa pesquisa exploratória sobre o tema Qualidade da auditoria independente: Um estudo no julgamento da adoção do CPC 27 nas Companhias do Setor de Consumo não cíclico listadas na Bovespa. A pesquisa terá uma abordagem qualitativa focada nas análises dos relatórios, demonstrações e notas das empresas de alimentos diversos Não Cíclicos divulgadas no site da Bovespa, como também em documentos e pronunciamentos divulgados por órgãos reguladores, por fim, no exame das normas do CPC 027.

(RESULTADOS) Concluímos que as empresas de auditoria denominadas big four não possuem qualidades uniformes em seus relatórios de acordo com o cpc 027

(CONCLUSÃO) Concluímos que as empresas de auditoria denominadas big four não possuem qualidades uniformes em seus relatórios de acordo com o cpc 027

A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DOS COLABORADORES: UM ESTUDO NA KEKA EMBALAGENS DA CIDADE DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ-RN.

Autor(es):

Pedro Henrique da Silva Costa: Discente do curso Administração do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Pretende-se com este trabalho examinar a importância das pessoas nas organizações através de um estudo de caso na Keka Embalagens da cidade de São Bento do Trairi, Rio Grande do Norte. A valorização das pessoas é uma das práticas adotadas pelas empresas como estratégia para motivar seus colaboradores e direcioná-los para o foco organizacional. O objetivo deste trabalho é mostrar como a valorização das pessoas nas empresas é um processo diferencial no melhoramento da imagem da empresa como valorizadora do capital intelectual e um mecanismo capaz de aumentar os desempenhos das pessoas. A partir do que foi exposto tem-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o nível de valorização dos colaboradores da Keka Embalagens em São Bento do Trairi-RN?

(METODOLOGIA) A pesquisa é Exploratória e Descritiva. A técnica para a coleta de dados na pesquisa de campo foi o questionário com perguntas fechadas, contendo 18 questões, nos quais foram obtidos como retorno 23 questionários respondidos de um total de 35. Os resultados foram analisados e tabulados através da planilha do Excel e apresentados em forma de gráficos.

(RESULTADOS) O quadro de pessoal da Keka Embalagens é formado em sua maioria de pessoas do sexo masculino, composta na sua maior parte pela faixa etária de até 20 anos, possuem um estado civil solteiro (a) e o grau de instrução que prevalece é o de ensino fundamental incompleto. Percebe-se que não existe uma gestão de pessoas na organização, voltada para atender as necessidades básicas dos colaboradores. Para melhorar o clima organizacional sugere-se que sejam realizadas reuniões frequentemente com o intuito de coletar ideias e sugestões de melhorias pelos os funcionários da empresa. Com relação a salários e benefícios, a empresa deve rever as condições ou valores ofertados aos seus colaboradores que vem causando insatisfação. Percebe-se que o ambiente interno é inadequado para a produção dificultando a equipe operacional de realizar as suas tarefas. Constatamos que os funcionários trabalham num lugar escuro, sem ventilação e com pouco espaço para se locomover. Sugere-se que a empresa organize melhor seu ambiente interno, bem como contrate um técnico de segurança de trabalho para relacionar as medidas que deverão ser tomadas perante a situação da empresa. Identifica-se a necessidade de extintores de incêndios, máscaras para os colaboradores, óculos, luvas, botas, entre outros equipamentos para mantê-los seguros na execução de suas tarefas diárias, evitando acidentes e preservando a sua saúde física e mental. Para finalizar recomenda-se que a empresa prioriza a satisfação do seu cliente interno acima de tudo, pois satisfação alcançada, trabalho realizado com empenho.

(CONCLUSÃO) Ao término deste estudo acadêmico, pode-se concluir que a Keka Embalagens apresenta resultados variáveis de acordo com os dados dos questionários respondidos. Os gráficos, mostra que os dados oscilam, mas fica claro que a empresa apresenta pontos negativos na qualidade de vida no trabalho, na gestão administrativa e principalmente encontra dificuldades para gerenciar a quantidade de colaboradores com aptidões e necessidades básicas diversas, ocasionando um nível baixa de satisfação nos colaboradores. Portanto, os resultados mostra que a organização, apresenta um nível de valorização dos colaboradores regular de acordo com os entrevistados.

SATISFAÇÃO E MOTIVAÇÃO DOS FUNCIONARIOS DE UM ESCRITORIO DE CONTABILIDADE

Autor(es):

Maxwell Fernandes Chaves: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Joana Darc Medeiros Martins
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O mercado consumidor exige continuamente produtos e serviços de melhor qualidade e menor custo o que ocasiona uma verdadeira competição entre as empresas para conquistarem o cliente. Na prestação de serviços a busca pela excelência parte de mudanças que tem por finalidade oferecer um serviço com características peculiares que o diferenciam de outros que, eventualmente, já tenham sido criados. Contar com funcionários satisfeitos em um ambiente de trabalho é de grande importância para o crescimento da empresa. Esse traz benefício tanto para o profissional como para a empresa. O nível de satisfação dos funcionários é algo que influencia e refletem diretamente no desempenho da organização, tanto na relação com os seus clientes quanto com a sua concorrência. É muito provável que um funcionário motivado seja um funcionário satisfeito, o que o leva a ter melhor qualidade de vida profissional e pessoal. Robbins (2002, p.142) afirma que funcionários satisfeitos estão mais propensos a falar bem da organização, ajudar os colegas de trabalho e exercer as suas atividades cotidianas de forma a superar as expectativas da empresa, enquanto que os funcionários insatisfeitos apresentam atitudes negativas que podem prejudicar seriamente a organização.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi realizada com base na Teoria dos dois Fatores de Frederick Herzberg objetivando analisar o nível de satisfação e insatisfação dos funcionários de um escritório de contabilidade em relação aos fatores motivacionais e higiênicos presentes na empresa. Utilizaremos dois tipos de abordagens: o método qualitativo e quantitativo. Neste trabalho o método qualitativo se faz presente no levantamento das informações (pesquisas bibliográficas) para a produção da fundamentação teórica. E, o método quantitativo será utilizado no processo de quantificação dos dados obtidos, ou seja, na transformação das informações em números que possibilitará a sua análise para o trabalho.

(RESULTADOS) Dos nove empregados que pertencem ao escritório pesquisado, seis são do sexo masculino e três do sexo feminino. Quanto à faixa etária dos entrevistados, há cinco funcionários com idade entre 18 e 25 anos, o que nos apresenta um escritório composto por jovens profissionais da área. Com a análise do nível de escolaridade dos pesquisados, notou-se que cinco dos nove colaboradores ainda não concluíram o ensino superior. Apenas quatro funcionários possuem o curso de graduação completo. E, por fim, fez-se um levantamento acerca do tempo de empresa que os entrevistados possuem. Notou-se que quatro pessoas estão há menos de um ano na empresa; três funcionários têm entre um e cinco e somente dois dos colaboradores foi encontrado há mais de seis anos.

(CONCLUSÃO) Os resultados obtidos com a pesquisa reafirmam a ideia de que a motivação é intrínseca ao ser humano. Porém, estar em um ambiente de trabalho positivamente favorável a motivá-lo faz de um funcionário um indivíduo satisfeito tanto com a sua vida pessoal quanto com a sua vida profissional, pois se sentirá principalmente realizado e responsável por todo o seu crescimento na empresa e na sua vida particular. Entende-se, então, que a motivação dos colaboradores no seu ambiente de trabalho é algo que pode determinar o sucesso ou o fracasso de uma organização. Assim, a necessidade constante de capacitar seus profissionais e atualiza-los é igualmente importante e, por esta razão, torna-se possível afirmar que o ideal para uma empresa seria unir as suas necessidades a colaboradores que se consideram partes essenciais no processo de conquista dos objetivos almejados pela organização.

SPED FISCAL: ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS OCORRIDAS APÓS SUA ADOÇÃO NO SEGMENTO DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

Autor(es):

Lidiane Carine Ferreira Dias: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Em virtude das inovações tecnológicas e da alta competitividade em consonância com o volume de informações necessárias para a transmissão de dados para a Receita Federal, bem como os órgãos estaduais e municipais, os cenários empresarial e contábil têm vivenciado mudanças na sua forma de atuação, uma vez que tem se adaptado a novas ferramentas digitais cujo objetivo é agilizar e reunir num só documento digital todas as informações contidas no movimento mensal de uma empresa. Neste contexto, surge o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) com uma dinâmica digital que tem facilitado ao mesmo tempo em que tem obrigado as empresas contábeis a aderir a essa nova ferramenta, a qual une tecnologia e inovação, com um rápido sistema de conciliação, onde os valores por ela transmitidos são confrontados com as informações prestadas nos outros órgãos, unificando assim todas as peças. O SPED é composto pelos subprojetos da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Contábil Digital (ECD) e Escrituração Fiscal Digital (EFD). O SPED ou Escrituração Fiscal Digital (EFD) foi instituído através do Convênio ICMS 143, de 15 de dezembro de 2006, estabelecendo a sua obrigatoriedade, substituindo assim as escriturações de documentos tradicionais por um arquivo digital, onde estarão reunidas outras informações de interesse do Fisco, como registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelas empresas. Diante da sua importância e benefícios gerados, é de extrema relevância aprofundar os conhecimentos acerca deste assunto, acompanhando as principais mudanças com o advento do SPED, comparando com o modo antes utilizado pelas empresas, em especial os postos de combustíveis, destacando sua eficiência e eficácia. Este estudo tem como objetivo principal verificar as várias mudanças ocorridas após a dotação pelo SPED Fiscal nos postos de combustíveis.

(METODOLOGIA) Por não haver muitas fontes bibliográficas nem periódicos a principal fonte de pesquisa utilizada no desenvolvimento deste trabalho consiste em consultas a sites e legislação pertinentes ao assunto. Foi utilizado também a análise de declarações e obrigações acessórias, como método comparativo das ferramentas antes utilizadas e o uso do SPED Fiscal, especialmente no tocante aos postos de combustíveis.

(RESULTADOS) Com a realização deste trabalho visa-se demonstrar ao meio acadêmico, bem como ao público em geral, os benefícios do SPED nas empresas, em especial nos postos de combustíveis, confrontando a realidade vivenciada antes com os benefícios advindos com o SPED. Onde pode-se constatar que o SPED tornou-se uma ferramenta indispensável em todas as empresas, e que, cada vez mais vem sendo aprimorado e diversificando seu campo de atuação, minimizando a margem de fraudes e erros nas informações prestadas pelas empresas.

(CONCLUSÃO) Dessa forma, o SPED surgiu com o intuito de integrar e modernizar a escrituração fiscal, padronizando as informações através do confronto com todas as esferas e, conseqüentemente, reduzindo o espaço para fraudes e erros, agilizando o acesso às informações e a fiscalização efetiva destas.

UMA ANÁLISE COMPARATIVA EM UMA CONSTRUTORA COM O BENEFÍCIO DO PCMV NO ANO DE 2012

Autor(es):

Eroniza Tavares Brasil: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com o objetivo de analisar a redução tributária em uma construtora pela a utilização do programa minha casa minha vida no ano de 2012, pretende-se esclarecer as vantagens de desvantagens da empresa que aderiu ao regime especial de tributação. O Brasil vem vivenciando uma alavancagem das vendas no setor imobiliário. Neste contexto, o governo federal contribui de forma expressiva, uma vez que ele incentiva a aquisição de imóveis por famílias da classe C, considerada de baixa renda, através de programas de moradia, como o instituído pela lei 11.977, de julho de 2009, que foi alterada pela lei 12.024 de 27, o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, que tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais. Desta forma, tal programa ao mesmo tempo em que proporciona ao trabalhador de baixa renda a aquisição do seu imóvel próprio, contribui também para a geração de renda dos que compõem o setor imobiliário, desde as grandes construtoras, as quais seguem padrões em conformidade com o programa, como com a mão-de-obra direta, através da geração de empregos. (BRASIL, 2013). Desde a implantação do PMCMV houve uma expansão no âmbito da construção civil, beneficiando as empresas já existentes como também dando margem a abertura de novas empresas. Segundo o IBGE em todo o Brasil, a meta do Minha Casa, Minha Vida para 2013 é a construção de 22,2 mil habitações em assentamentos distribuídos por todos os estados. Para a construção das casas, serão disponibilizados créditos de R\$ 28,5 mil por família, gerando um investimento total que deve ultrapassar os R\$ 630 milhões até dezembro. Com isso o governo promoveu às empresas no ramo da construção civil a desoneração na carga tributária. Neste contexto, o benefício trouxe um desenvolvimento expressivo no ramo da construção civil, fazendo com que houvesse mais postos de trabalhos e consequentemente mais empregos e circularização de renda.

(METODOLOGIA) Quanto ao tipo de estudos abordado por esse trabalho, tratou-se de um estudo de caso com o objetivo do conhecimento e aprofundamento sobre o regime especial de tributação RET, em uma construtora no ano de 2012. A pesquisa descreveu o comportamento da empresa por meio de resultados analisados através de planilhas de Excel referentes os respectivos faturamentos, foram confrontados e evidenciados qual melhor de tributação em uma construtora com benefício e sem o benefício. Pesquisa descritiva: observou, registrou analisou e correlacionaram fatos, sem que aja interferência no ambiente analisados. As informações foram coletadas por meios de pesquisas e análises, sendo assim demonstrada através de quadros comparativos e por meio de planilhas do Excel. Com isso, esclareceu o assunto abordado e evidenciou o resultado do impacto na carga tributária da empresa optante pelo o regime especial de tributação.

(RESULTADOS) Com esse pretende-se identificar o impacto tributário causado pelo o regime especial de tributação, em uma construtora enquadrada no ano de 2012. Dessa forma, será evidenciado de forma clara o benefício ou não que a empresa poderá obter através do regime especial de tributação.

(CONCLUSÃO) Com o objetivo de esclarecer as vantagens ou desvantagens do regime especial de tributação, o estudo ira identificar os fatos relevantes perante o processo de adesão do benefício a uma empresa de construção civil. Assim, serão analisados quais pontos que apresentarão maior impacto para a empresa que opte em aderir ao benefício, uma vez que o mesmo trata de um regime opcional e não obrigatório.

**UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS DOS CLUBES BRASILEIROS DE FUTEBOL;
CORINTHIANS, SANTOS E INTERNACIONAL**

Autor(es):

João Paulo Nunes de Melo : Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO); A presente pesquisa teve como objetivo geral identificar as principais receitas dos clubes brasileiros de futebol; Corinthians, Santos e Internacional. O futebol Brasileiro é o esporte que atrai olhares do mundo inteiro. O campeonato brasileiro da série A, possui 20 clubes que almejam os mesmos objetivos, títulos, reconhecimento e divulgação de sua marca, e principalmente aumentar suas receitas. Entretanto, existe o fato de que o mercado do futebol é movido mais pelo lado da paixão do que o da razão, já que a maioria dos torcedores brasileiros não se importa com os gastos e arrecadação de receitas, e sim com os títulos e as contratações de jogadores de renome.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA); Quanto ao tipo de pesquisa, ela foi bibliográfica e exploratória. Quanto à abordagem do problema foi quantitativa. Toda fonte de pesquisa do trabalho foi feita através de revistas, jornais e principalmente dos sites dos próprios clubes que disponibilizam suas demonstrações contábeis. Os dados coletados foram às receitas com o futebol, suas despesas e os títulos conquistados, pois essas três informações estão ligadas diretamente com o resultado financeiro do clube.

(RESULTADOS) (RESULTADO); Para se obter sucesso em uma temporada os clubes dependem de vários fatores, como: investimentos, títulos, números de jogos e etc. O clube tem várias fontes de receitas como; Bilheteria, patrocinador, marketing, sócio torcedor, time mania, entre outros. Cada um dos clubes explora um ativo diferente para se obter a receita esperada, ou seja, ter lucro no final do ano. O Corinthians teve um aumento significativo depois da chegada do jogador Ronaldo ao clube, trazendo vários patrocinadores para a camisa do time o que rendeu uma receita milionária os cofres do clube, pois até então o Corinthians tinha como principal fonte de receita seu fiel torcedor que lota o estádio do Pacaembu em média de 27 mil torcedores por jogo. O Internacional sempre teve uma gestão invejada por todo seu patrimônio é imenso, dentro os mais valiosos estão o Sócio torcedor e o estádio Beira Rio, aonde é o palco de várias conquistas. Com seu sócio torcedor o clube tem uma receita fixa de 33 milhões por ano, o que se certa forma já deixa o clube se programar com algum tipo de investimento que queira fazer. Já o Santos cresceu significativamente a cada ano em números de arrecadação. Hoje se pode dizer que existe dois Santos, uma da era Pelé e outro da era Neymar. O clube santista explorou bastante o marketing do jogador Neymar, aonde passou ser para o clube a melhor opção de fontes de receitas. O clube teve um aumento em 20% o valor dos patrocinadores que queiram explorar a marca santista, e ainda o número do sócio torcedor também aumentou em 50 %.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO); No Brasil tiveram várias modificações em termo de legislação, depois da Lei Pelé e a Lei Zico o futebol começou a ser tratado como "CLUBE-EMPRESA". Pois os clubes começaram a fazer parcerias com empresas privadas. Outra Lei bastante importante para o futebol brasileiro foi a 10.672-03, onde os clubes passaram a ser obrigados a publicar suas demonstrações contábeis em jornais de grande circulação, assim esclarecendo aos usuários em geral como seu próprio torcedor. Portanto, nessa pesquisa procurou-se abordar um assunto de extrema importância no ramo de futebol e que é pouco explorado pelos usuários, pois a maioria está ligado apenas na emoção dos jogos e conseqüentemente nos títulos conquistados e esclarecer principalmente ao seu torcedor de que forma seu clube se mantém, como são feitos os investimentos, como funciona a sua legislação entre outros assuntos.

**UM ESTUDO COMPARATIVO DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS DO MEI NO BAIRRO DE NOVA
DESCOBERTA – NATAL/RN**

Autor(es):

Karine Araújo Bastos : Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO); Quem mora nas grandes cidades acompanha o aumento contínuo da presença da economia informal. As calçadas estão repletas de vendedores ambulantes e camelôs. As ruas ocupadas por pessoas vendendo todo tipo de produto. Famílias inteiras trabalham nas ruas da cidade. Trabalhadores sem registro em carteira, empregadas domésticas, faxineiras, é o setor informal que não para de crescer. O Micro Empreendedor Individual (MEI) foi criado no Brasil para que os trabalhadores informais estejam dentro da legalidade. Foi introduzido pela lei complementar 128/08 e inserido na lei geral da Micro e Pequena Empresa (lei complementar 123/06) que possibilita a formalização de empreendedores por conta própria como costureiras, salgadeiras, quitandeiros, quiosqueiros, açougueiros, verdureiro, mecânicos entre outros. O presente trabalho procurou mostrar os preceitos fundamentais e características essenciais do MEI, bem como, a comparação do Microempreendedor Individual com o trabalhador informal no bairro de Nova Descoberta – Natal/RN, discorrendo sobre as vantagens e desvantagens de se aderir a essa forma de tributação.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA); O estudo utilizou a pesquisa descritiva que têm como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis, sendo assim o presente projeto buscará a descrição das vantagens e desvantagens quanto à implementação do MEI no bairro de Nova Descoberta, Natal/RN. Quanto ao procedimento, a pesquisa utilizou o levantamento através de um questionário direto, que se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. O universo foi os trabalhadores do bairro de Nova Descoberta, Natal/RN, a amostra daqueles que aderiram ao programa a mais de um ano. A coleta de dados foi feita através do questionário evidenciando através de perguntas fechadas, os benefícios, problemas e limitações do MEI.

(RESULTADOS) (RESULTADOS); O presente estudo buscará a identificação dos microempreendedores e trabalhadores informais do bairro de Nova Descoberta, município de Natal/RN. Com a pesquisa espera-se detectar dados sobre a informalidade, constatar se essas pessoas têm conhecimento do MEI, caso sim, o porquê da não adesão, caso não, instruí-las. Foram entrevistados também os microempreendedores do bairro, notificando se existe satisfação de “ser” MEI. Com isso, comparando os pensamentos de ambos, destacando as vantagens e desvantagens na formalização de seus negócios.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO); A partir do estudo que será realizado, pretende-se demonstrar como a implementação do MEI pelo governo foi um impulso para aqueles trabalhadores que atuavam na informalidade e não vislumbravam uma maneira de legalizar seus negócios, bem como entender a não adesão por parte de alguns trabalhadores informais, dessa forma, traçando um mapa das vantagens e desvantagens do microempreendedorismo no bairro em que moro.

UM ESTUDO DE CASO NAS RETENÇÕES DOS IMPOSTOS NA EMPRESA DECONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Grazielle Mayara Silva Rocha: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo teve por objetivo geral a apuração dos impostos e retenções Federais, Municipais e Previdenciárias, tais como: PIS, COFINS, IR, CSLL, ISS, ICMS e INSS Pelo regime tributário do lucro presumido. E identificar as vantagens e desvantagens nas retenções dos impostos. Estudo de caso de uma empresa de construção civil tentando busca informações sobre as retenções dos impostos para melhor atende as empresa do seguimento, pois a carga tributaria dessa empresa são bastante elevadas. Irei fazer um estudo sobre a carga tributaria dessas empresas, com e sem retenções dos seus impostos, tais como PIS, COFINS, IRPF, CSLL, ISS. A retenção de tributos na fonte teve seu inicio com o Imposto de Renda, artigo 647 do regulamento do Imposto de Renda em 1999 em 2004 com o INSS por meio da Lei 10.833/2003, e com a iniciação da retenção do PIS, COFINS, e CSLL, em 2004 por meio do decreto 116/2003. As empresas estão sujeita à retenção na fonte da CSLL, da COFINS e do PIS/PASEP.e o do IRPJ. Essa retenção segue conforme art. 31 da lei nº 10.833/03, mediante a aplicação do percentual de 4,65% sobre o montante a ser pago, que corresponde à soma das alíquotas de 1%, 3% 1,5% e 0,65% aplicáveis na apuração da CSLL, da COFINS, do IRPJ e do PIS/PASEP, com isso a empresa fica livre o pagamento do PIS e da COFINS, e só pagara trimestralmente o IRPJ e CSLL da diferença.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi realizada através de um estudo de caso que terá por finalidade o conhecimento das retenções dos impostos atribuídos a construção civil. A metodologia foi construída através do levantamento da empresa de construção civil, Esta pesquisa se classifica como descritiva, foi feita uma análise, no registro e a interpretação dos fatos. A pesquisa descritiva visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis. Para realizar a análise entre as entidades e a aplicação. A coleta de dados foi feita através de planilha, demonstrações dos cálculos das retenções, será abordada uma descrição do Setor e do seu problema na contabilização existente nas construtoras com base nessa observação.

(RESULTADOS) É esperado uma analisar na forma de tributação das empresas de construção civil no lucro presumido e suas retenções, O lucro presumido por sua facilidade de tributação é um dos mais procurados pelas empresas de médio porte, pois nesse regime de tributação a vários benéficos e incentivos que podemos inserir dentro das empresas nesse seguimento, E com isso o grande aumento no faturamento dessas empresas. Um grande fator relevante nesse estudo é o resultado econômico que as empresas nesse seguimento têm com as retenções dos seus impostos principalmente prestando serviço para as entidades publicas.

(CONCLUSÃO) A retenção pode ter seus efeitos negativos ou positivos, as vantagens que o governo oferece com essas retenções pode não ser tão vantajoso para algumas empresas, pois as empresa podem não ter como paga seus custos pelo fato de não terem recebido o valor total do seu serviço prestado, mesmo as empresas não tendo condições de o paga seus impostos mensais, poderão optar pelo parcelamento da divida futuramente, com tudo isso as empresa são obrigada a reter do valor de 40% da Mao de obra do seu serviço prestado. Para as empresa não serem prejudicadas precisão ter num controle gerencial eficaz na sua empresa para não chega à falência.

UM ESTUDO SOBRE A APLICABILIDADE NA ITG 2002 NAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO RN

Autor(es):

Elisiane Borges de Oliveira: Discente do curso Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientadores(es):

Lis Daiana Bessa Taveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS SOCIAIS E EXATAS UM ESTUDO SOBRE A APLICABILIDADE NA ITG 2002 NAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR DO RN ALUNA: Elisiane Borges de Oliveira ORIENTADORA: Professora, esp. Lis Daiana Bessa Taveira INTRODUÇÃO O Terceiro Setor (Entidades sem fins lucrativos) passa a ganhar cada vez mais espaço na sociedade, em busca de subsidiar a qualidade dos serviços públicos, que estão, em algumas regiões, cada vez mais ineficientes. Estas entidades procuram, de forma voluntária, construir um bem comum, mediante ações, projetos e serviços no âmbito social, sem visar lucros aos seus sócios. Para superar os desafios existentes se faz necessário que as entidades sem fins lucrativos adotem práticas de contabilidade consistentes e eficazes, segundo a ITG 2002 (Interpretação Técnica – entidade sem finalidade de lucros), a qual descreve acerca de procedimentos de elaboração de relatórios e demonstrações financeiras, bem como dando as diretrizes no que tange a evidenciação de uma informação confiável, que retrate a realidade da organização, bem como auxiliem aos gestores na tomada de decisões. Dada a importância das entidades do terceiro setor perante a sociedade e a economia, a contabilidade se torna essencial a estas empresas, pois é necessário registrar e construir demonstrações e relatórios contábeis que retratem com fidelidade o destino destes recursos. Desta forma, este trabalho visa demonstrar a importância da contabilidade no terceiro setor como também a aplicação da ITG 2002 nestas instituições.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA Este trabalho traz uma abordagem qualitativa, pois pretende descrever os comportamentos e ações da amostra. A coleta dos dados será através da aplicação de questionários abordando questões referentes à elaboração das demonstrações contábeis exigidas. Será um levantamento de dados com o intuito de evidenciar as práticas contábeis que são adotadas por estas organizações. Em relação aos objetivos da pesquisa, esta se classifica como descritiva, pois será feita a análise, o registro e a interpretação dos fatos. A pesquisa descritiva visa a identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis. Para realizar a análise entre as entidades e a aplicação da ITG 2002, será escolhida uma organização não governamental do estado do Rio grande do Norte. A escolha desta organização deve-se ao porte, como também ao relevante serviço prestado por ela.

(RESULTADOS) RESULTADOS ESPERADOS Espera-se com este estudo, averiguar se a contabilidade da entidade do terceiro setor em análise está atendendo as especificações da ITG 2002. Analisar através dos dados obtidos quais práticas contábeis estão sendo utilizadas e de que forma esta Interpretação Técnica pode auxiliar os profissionais de contabilidade nestas organizações.

(CONCLUSÃO) .

DIREITO

XIII CONIC

Importância e abrangência
do empreendedorismo

2013

XIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

De 24 a 26 de outubro | Campus do UNI-RN



A ALOPOIESE DO SISTEMA JURÍDICO E A MITIGAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.

Autor(es):

João Henrique Tavares Lopes Cardoso : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

João Pedro de Araújo Medeiros : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Albenes Bezerra Junior

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa teve como objeto de estudo a alopoiese do sistema jurídico, tomando como caso paradigmático a decisão proferida pelo juiz da primeira vara federal da comarca de Natal, Magnus Augusto Costa Delgado, que em sede de medida cautelar, deferiu o pedido da SETURN para que a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar impedissem que na BR-101 houvesse manifestações sociais. Inicialmente, para explicar o conceito de alopoise, o trabalho lança mão das noções introdutórias sobre a teoria dos sistemas do sociólogo Niklas Luhmann, explicando o que é um sistema, as das noções de fechamento operacional, acoplamento estrutural, e por fim, qual a importância da independência funcional diante de outros sistemas. Após as introduções básicas sobre a teoria dos sistemas, analisamos a decisão liminar do juiz à luz da dogmática dos direitos fundamentais, explicitando o conflito de interesses que havia na demanda, e as colisões entre os princípios constitucionais. Finalizamos o trabalho com o acordão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reverte a decisão da primeira instância.

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta claramente dois momentos distintos, o primeiro que explica o problema do direito através da teoria dos sistemas, invocando para tanto postulados próprios e conceitos que fogem à inteligência do mundo do direito, e o segundo, que entende ser necessária a observância dos critérios hermenêuticos específicos para aferição dos direitos fundamentais, que são apontados por Ingo Sarlet em “A eficácia dos direitos fundamentais”. Sendo assim, o método utilizado foi o indutivo, cuja análise pormenorizada dos precedentes revelou os sintomas de um sistema alopoiético, diferenciando-se não pelo código lícito/ilícito, mas por outros de ordens diversas, sejam elas morais, econômicas, políticas, religiosas, científicas. Aliando essas duas perspectivas, Marcelo Neves em “A constitucionalização simbólica”, nos mostra a dificuldade na concretização dos programas da constituição e as suas normas de eficácia limitada, que apesar de muitas delas serem passíveis de aplicação imediata, ficam à mercê de contingências não jurídicas.

(RESULTADOS) Devido à natureza do trabalho que empreende uma pesquisa jurisprudencial aliada a uma análise sociológica, chegamos a resultados diversos. O primeiro deles é que a necessidade da escolha de critérios hermenêuticos específicos se mostra como um requisito essencial para motivação das decisões judiciais, e quando não respeitadas revelam um caráter atípico das atividades desempenhadas pelo judiciário. Aliado a isso, entendemos que a atividade jurisdicional não serve apenas para interpretar o ordenamento, resolvendo problemas fundamentais da sociedade, mas também se revela o meio legítimo para filtrar os valores da constituição, cujas normas de direitos fundamentais são mitigadas em face de interesses diversos, no caso em tela, especificamente, fora reduzida a normatividade do direito de ir e vir e do direito de reunião, imprescindíveis ao exercício da democracia.

(CONCLUSÃO) Em face do exposto, nossa pesquisa tenta fomentar algumas discussões a cerca do ativismo judicial, sobretudo quais são os limites que devem ser impostos aos juízes quando prolatarem suas decisões. Além disso, buscamos compreender o papel da dogmática dos direitos fundamentais neste processo, seja ela na vinculação das decisões aos ditames constitucionais, em respeito a um núcleo essencial e intangível, ou mesmo no uso do princípio da proporcionalidade, delimitando os bens jurídicos conflitantes ou concorrentes.

A APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO NO REDIRECIONAMENTO DAS AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL: ASPECTOS CONTROVERTIDOS NO ÂMBITO DO STJ

Autor(es):

Egle Karoline Martins de Azevedo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O estudo a seguir tem como proposta a análise dos julgados do STJ dos últimos cinco anos a fim de examinar a aplicação do artigo 174 do CTN e de seu parágrafo único, nos casos em que a prescrição quinquenal da ação de execução fiscal é aplicada, principalmente, no que se refere ao modo como é utilizada nos diversos casos julgados pelo tribunal. Neste contexto pretende-se expor os principais entendimentos adotados pelo STJ no concernente ao prazo prescricional e as suas nuances, demonstrando a partir da análise das causídicas a problematização a que é tangido o direito processual tributário, expondo assim a maneira mais adequada de aplicar a prescrição tributária, no sentido de garantir o devido processo legal e a segurança jurídica no âmbito das execuções fiscais.

(METODOLOGIA) Para alcançar os objetivos deste estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, mediante a análise de artigos em revistas jurídicas especializadas e de julgados aplicados a casos concretos, a fim de confrontar os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais, especialmente a própria divergência existente entre os doutrinadores e julgadores neste âmbito da execução fiscal, tornando assim, o método dialético o aplicado no presente trabalho científico.

(RESULTADOS) Da análise dos acórdãos do STJ sobre a matéria, constata-se que a aplicação da prescrição no crédito tributário constituído não é um assunto pacífico na jurisprudência e, tampouco, na doutrina, porém, os doutrinadores expõem maneiras mais adequadas para a utilização do prazo prescricional, tendo em vista a insegurança jurídica a que as pessoas envolvidas nas atividades empresárias estão sujeitas, por não haver uma regulamentação no ordenamento jurídico vigente que defina o prazo prescricional para o redirecionamento fiscal. Desse modo, verifica-se a ilegalidade no modo de agir da Fazenda Pública no que se refere ao redirecionamento da ação de execução fiscal, pois viola os princípios do devido processo legal e da segurança jurídica e compromete a higidez processual da execução fiscal, em razão de atribuir uma responsabilidade pessoal ao sócio administrador da empresa pelo crédito tributário, algumas vezes já prescrito.

(CONCLUSÃO) Então, para que haja a observância do devido processo legal e da segurança jurídica, é necessária a definição normativa e o entendimento jurisprudencial de um modo justo para a aplicabilidade da prescrição tributária, sem que haja variantes baseadas no caso concreto que está sendo julgado e, sim, previsões legais para a preservação da segurança jurídica. Pois, ao fazer a análise de julgados do Egrégio STJ percebeu-se a mutação do emprego do instituto da prescrição, em razão do crédito tributário quase nunca estar prescrito, seja pelo zelo da Fazenda Pública em sempre estar ativa no processo, seja pelo fato do prazo prescricional não iniciar a contagem para algumas pessoas físicas sem a intervenção do Fisco. Contudo, percebe-se a importância de uma norma regulamentadora que proporcione uma mudança no redirecionamento da ação de execução fiscal.

AÇÕES AFIRMATIVAS COMO GARANTIA DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE.

Autor(es):

Josiclécia Alves Firmino : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN LORENA
BRUNA GALVÃO DA SILVA : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Mellany Christini Feitosa: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com a presente pesquisa almeja-se analisar a atuação das ações afirmativas como garantidoras do princípio constitucional da igualdade, direcionado ao âmbito pátrio. Na medida em que se reconhece a existência de desigualdade social deve-se promover mecanismos que a minimizem e que atuem de maneira subsidiária a solução definitiva. É sob essa perspectiva que surgem as ações afirmativas ou políticas compensatórias. Nesse sentido, pretende-se fazer uma explanação das ações afirmativas adotadas pelo Brasil, mais precisamente no que concerne às cotas raciais e sociais nas universidades públicas, a oferta de bolsas para estudantes de escolas públicas nas instituições de ensino superior privada e as cotas para deficiente físico, bem como uma avaliação quanto a sua eficiência e eficácia.

(METODOLOGIA) Com o intuito de auferir os objetivos desta pesquisa utilizaremos a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, a partir da análise de artigos relacionados ao tema e consulta da doutrina, especialmente da área do Direito Constitucional, além da pesquisa analítica, de caráter histórico. Apresentaremos também a decisões mais relevantes do STJ referentes ao tema, bem como dados estatísticos. Quanto ao método de abordagem empregaremos o método dedutivo, de modo que partiremos da análise das ações afirmativas de uma maneira geral, até chegar nas cotas raciais, nas ações afirmativas socioeconômicas e nas cotas para deficientes físicos.

(RESULTADOS) Há uma grande divergência de opinião quando o assunto é política afirmativa, principalmente no que diz respeito às cotas raciais para negros. Muitos afirmam que é uma violação ao princípio da igualdade e que os negros não são mais desiguais que os desiguais e assim violariam o princípio da igualdade. Todavia, há direcionamentos no sentido de que se trata de uma medida emergencial de compensar prejuízos históricos causados a população negra. Segundo dados do INSPIR – Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Racial, os Negros trabalham mais, ganham menos e sofrem mais com o desemprego em várias regiões do Brasil. Outro fator preocupante mostra que a taxa de analfabetismo é maior entre negros, e quando possui algum grau de escolaridade, esse, por sua vez, é menor do que o do branco. O resultado disso é que apenas 2 % dos negros chegam às universidades.

(CONCLUSÃO) Consoante ao que foi explanado, conclui-se que é fundamental resgatar a integridade não apenas dos negros, mas dos grupos sociais, de uma forma geral, que historicamente tiveram seus direitos e oportunidade tolhidos de alguma maneira, e que por tanto, ao nosso ver, não estão em condições de “competir em pé” de igualdade com outras pessoas. Constata-se então a eficácia das ações afirmativas como instrumento de auxílio para promover a igualdade ainda que seja apenas a igualdade de oportunidades enquanto medida compensatória.

A DESCRIMINALIZAÇÃO FORMAL DA POSSE E DO PLANTIO DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL NA LEI 11.343/06 E A NECESSIDADE DE LEGALIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Autor(es):

Renato Brito Pontes: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A temática da descriminalização do uso de substâncias entorpecentes diz respeito à uma nova forma de lidar com este problema, tendo sido objeto de estudo e de políticas públicas em vários países. Consiste em não mais considerar o usuário como um criminoso, imputando-lhe penas privativas de liberdade e/ou restritivas de direito, mas oferecendo-lhe oportunidades para deixar de utilizá-las, desta feita reduzindo os efeitos negativos da criminalização. Com base no crescimento exponencial da criminalidade e do consumo de drogas no país, o tema se insere no contexto socioeconômico e político da atualidade. O modelo de guerra global contra as drogas, lançada por Nixon em 1971, falhou, com consequências devastadoras para indivíduos e sociedades pelo mundo (Comissão Global de Política de Drogas, 2011). Deste modo, percebe-se a necessidade de repensar este modelo de combate as drogas, uma vez que ele se mostrou ineficiente, como demonstram os dados estatísticos de análise da criminalidade, da população carcerária e do consumo de drogas nos Países que adotaram este modelo.

(METODOLOGIA) Pesquisa qualitativa, de caráter analítico-descritiva, mediante estudo bibliográfico de autores que tratam sobre o tema, de documentos emitidos pela comissão global de políticas sobre drogas e do caso concreto da Suíça.

(RESULTADOS) Parte da doutrina considera que houve a descriminalização da posse e do plantio de drogas para consumo pessoal na lei 11.343/06, embasados no artigo primeiro da lei de introdução do código penal, sendo esta conduta mera "sui generis" de crime, conforme preconiza o professor Luiz Flávio Gomes, outra parte considera que não houve a descriminalização, e sim mera mudança nas penas aplicáveis à conduta. Dados mostram que a criminalização do uso de substâncias entorpecentes trazem efeitos negativos para a sociedade, como o crescimento dos crimes contra o patrimônio, dos crimes contra a pessoa, a superlotação dos presídios e ainda influência no tratamento de dependentes químicos, que, privados do uso destas substâncias de forma compulsória, estão em situação de tortura, conforme relatório apresentado pela ONU em Genebra.

(CONCLUSÃO) Sob uma ótica positivista, percebe-se que, com o advento da lei 11.343/06, houve a descriminalização formal, nos moldes do artigo primeiro da lei de introdução do código penal, da posse e do plantio de drogas para consumo pessoal, uma vez que foi retirada a possibilidade de aplicação de pena de reclusão ou de detenção. Importante se faz a legalização e regulamentação do seu uso no país, como forma de se combater os efeitos negativos da criminalização do uso de substâncias entorpecentes.

ADVOGADO EMPREENDEDOR

Autor(es):

João Victor Maciel Barros : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Maxuel Batista de Araujo*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Estudo sucinto sobre as características e competências para uma advogador tornar-se empreendedor no mundo jurídico. Alguns profissionais acreditam, erroneamente, que montar um novo negócio é garantia de um emprego, em que eles mesmos sejam o próprio patrão, e em que definam o próprio salário, horário de trabalho e escolham realizar apenas as tarefas que mais lhes interessam, delegando a outras pessoas as demais funções e responsabilidade. Esse é um grave erro dos novos empreendedores. Por exemplo: se dois advogados que tem personalidade e perfil voltados para a área puramente técnica resolvem se associar para a montagem de um escritório jurídico, quem irá cuidar da área comercial e dá gestão do novo negócio? Essa é uma boa pergunta que merece uma reflexão séria antes do início do novo empreendimento. O mais comum é o advogado tornar-se vítima de suas próprias ações, ou seja, da "doença do empreendedorismo". Após investir seu tempo, recursos financeiros e esforços pessoais, apenas verá o negócio fracassar depois de vários anos de tentativas em vão. Esses recursos poderiam ter sido melhor utilizados em outra atividade que lhes renderia mais retorno profissional e financeiro.

(METODOLOGIA) Pesquisa bibliográfica, consulta a legislação e análise de Tabelas e Gráficos sobre o empreendedorismo no Brasil.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos permitiu a uma reflexão sobre como o planejamento e sistematização do conhecimento técnico-administrativo se faz necessário a um escritório de advocacia.

(CONCLUSÃO) Revela-se a necessidade crucial de abordar aspectos da administração, do empreendedorismo, da legalização e como as Sociedades de Advogados podem empreender com sucesso. O advogado de hoje não deixa de ser um empreendedor. Embora não exista o advogado perfeito, várias qualidades pessoais podem ajudar a construir um negócio próspero. Algumas características do advogado empreendedor são as seguintes: Delegar corretamente: Não importa o quão inteligente e ativo seja um profissional, muitas vezes será um erro imaginar que pode resolver tudo sozinho. Saber ensinar: Para delegar efetivamente, serão necessárias pessoas com habilidades apropriadas, e elas podem ter que aprender algumas dessas habilidades com você. Possuir automotivação: Ao administrar um escritório você não terá um chefe lhe dizendo quando e como trabalhar. Conhecer o trabalho com números: Para administrar um escritório será necessário passar uma boa parte do tempo analisando e calculando números referentes às despesas, receitas, impostos e outros. Saber conquistar: Um profissional empreendedor, naturalmente, terá que conquistar novos clientes. Precisar também manter estes clientes. A habilidade de cativar clientes certamente é uma característica de extrema importância. Não desistir facilmente: Manter um escritório implica enfrentar obstáculos que podem desestimular alguns indivíduos. Um profissional empreendedor terá mais sucesso se for o tipo de pessoa que aprecia enfrentar desafios. Uma boa dose de otimismo também é muito útil, pois ajudará a administrar as incertezas, que são parte de qualquer negócio.

A ESCRAVIDÃO MODERNA NAS PERSPECTIVAS DOS DIREITOS HUMANOS E DO DIREITO DO TRABALHO – AVANÇOS E NECESSIDADES

Autor(es):

Anita do Vale Palmeira: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
Thaíssa Louyse Bezerra da Câmara: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Flávio Macedo Freire
Instituição de Ensino: UNI-RN
Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho se propõe a conceituar a “escravidão moderna” e a expor sua abordagem sob as óticas dos direitos humanos e do direito do trabalho. A relevância do tema se concretiza nos casos onde o problema da escravidão se evidencia, fato inadmissível na história de uma sociedade que já chegou ao Século XXI e que coloca em situação de desrespeito à dignidade da pessoa humana as vítimas desse crime. A pesquisa foi guiada pela problemática que questiona os avanços e as necessidades pertinentes ao combate às práticas de escravidão moderna. A partir desses questionamentos e da busca por respostas não se pretende esgotar o debate sobre o tema, mas, sim, deseja-se, com os resultados, alertar para uma situação insustentável a esta altura da história da humanidade.

(METODOLOGIA) Por se tratar de problema concreto que atinge as sociedades, e diante da preocupação com o fato de que, ainda em tempos hodiernos, existem práticas análogas à escravidão, buscou-se orientação metodológica nas análises de dados, da doutrina, da legislação e da jurisprudência pertinentes, para verificar os instrumentos da luta contra tais práticas e o que ainda precisa ser concretizado nesse sentido. Lançou-se mão, para fins desta pesquisa, do método científico.

(RESULTADOS) Partindo da problemática que questiona os avanços e as necessidades pertinentes ao combate à escravidão moderna, com base nos dados, na doutrina, na legislação e na jurisprudência, percebe-se que, ao longo da história, há tentativas concretas de combate à escravidão moderna, tais como a criação de varas itinerantes na jurisdição trabalhista e a promoção do acesso à educação (BITTENCOURT DA SILVA, 2009), entre tantas outras. Porém, a comprovação da existência hodierna de casos de escravidão aponta para uma necessidade de se ampliar os conceitos relativos ao tema e, ainda, de se buscar meios mais rígidos de fiscalização nesse sentido.

(CONCLUSÃO) O objeto da pesquisa aqui proposta constitui problema tão grave, que é absurda sua existência na atualidade. O atentado contra a dignidade da pessoa humana através de uma prática há séculos condenada pela ética, pela moral e pelo direito só pode ser alvo de críticas e de severo combate. A ampliação do conceito de escravidão, atendendo-se para o fato de que o trabalho degradante, mesmo sendo remunerado, é, também, análogo à escravidão, e a fiscalização desse trabalho de forma mais rígida são necessidades que surgem no debate sobre o tema e parecem, ao final desta pesquisa, construir o caminho rumo à erradicação da escravidão moderna.

A FALÊNCIA DO SISTEMA CARCERÁRIO NORTERIOGRANDENSE E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Autor(es):

Fernanda Pinheiro Vilella: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Isaac Avelino Oliveira: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Clara Dias Rêgo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Tertuliano Cabral Pinheiro Junior: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN
Petruccia da Costa Paiva Souto
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) É notória a situação caótica hodierna do sistema prisional pátrio. Em se tratando do Estado do Rio Grande do Norte, não rareiam notícias veiculadas nos meios de comunicação que expõem os problemas do sistema carcerário, mormente no tocante às péssimas condições dos custodiados. Vários Princípios Constitucionais tem sido renegados bem como Direitos fundamentais básicos, apesar de Tratados Internacionais de Direitos Humanos terem sido ratificados pelo Brasil e incorporados pelo ordenamento jurídico interno. Projetos alternativos espelhados em ações de outras localidades são elaborados rotineiramente com o escopo de sanar pelo menos preventivamente tais problemas, o que deve ser um exemplo a ser seguido, todavia, devem-se buscar ainda medidas que mudem o quadro definitivamente do sistema prisional para que se possa verdadeiramente dar cumprimento às normas de direitos humanos.

(METODOLOGIA) No cumprimento dos objetivos da presente pesquisa, faz-se valer o método dialético concomitantemente com as fontes de informações a pesquisa exploratória e a revisão bibliográfica. Dessa forma, selecionamos as informações colhidas através de nossas fontes e dados relacionados ao sistema prisional do Rio Grande do Norte, a fim de demonstrar o desrespeito aos direitos fundamentais, o porquê disso acontecer, e quais mecanismos poderiam ser utilizados para melhorar tais condições. Para se valer desses argumentos, buscamos apoio na letra da lei, interpretando os preceitos expostos na Constituição.

(RESULTADOS) A adoção do sistema de Parcerias Público-privadas (PPPs) em presídios se mostra uma alternativa crível para ser aplicada no Brasil, ficando a cargo do parceiro privado o investimento para a construção do sistema penitenciário, a operação e manutenção desse sistema. Havendo o correto cumprimento das obrigações impostas a ambos os lados da parceria, tendo em vista o objetivo de recepcionar, na comunidade, um ex-detento ressocializado, esse novo modelo de gestão prisional se mostra eficaz ao passo que traz muitos benefícios para a sociedade.

(CONCLUSÃO) Nossa pesquisa tem o intuito de atentar para a realidade do sistema carcerário do Rio Grande do Norte, sistema no qual há uma coisificação do sujeito apenado. Diante dessa realidade, a função do sistema carcerário não atende ao duplo objetivo da teoria da pena. O objetivo preventivo, na generalidade dos sistemas carcerários, não se concretiza, e o objetivo repressivo se concretiza com inúmeras falhas, precipuamente com violações aos direitos humanos assegurados em Tratados Internacionais e aos direitos fundamentais resguardados na Constituição de 1988. Não obstante, porém, serem características genéricas do sistema prisional brasileiro a falta de respeito ao ser humano, a ausência de possibilidade recuperatória do detento e o descaso do poder público com a transformação deste sistema, algumas iniciativas ainda podem ser observadas na esperança de regeneração do complexo prisional.

A FALTA DE LEITOS DE UTI NO RN PARA PACIENTES QUE POSSUEM DECISÃO JUDICIAL PARA TANTO

Autor(es):

Aline Rosado Targino da Nóbrega : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Viviane Raquel Macedo de Gomes Pereira: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O tema abordado tem como objeto principal, a concretização do direito à saúde, tendo como referencial crítico a falta de leitos de UTI para pacientes que possuem decisão judicial. A partir da perspectiva do Direito Constitucional, delimitamos o tema, no ponto que se estende à garantia do Direito à Saúde. Contudo, o paciente pode acionar o Poder Judiciário para conseguir a concretização do seu direito, mas há ainda uma grande dificuldade dessas ações judiciais serem resolvidas a tempo de salvar a vida desses pacientes. Portanto, a proposta será analisar se essa judicialização está apresentando respostas positivas como solução eficaz para resolução do problema, ou tem gerado desobediência civil, e se, em havendo descumprimento da ordem judicial, quais as consequências jurídicas para essas autoridades públicas que infringem decisão judicial.

(METODOLOGIA) Para atingir os objetivos fixados, o método de abordagem utilizado para análise do caso, foi o dedutivo, partindo-se de uma proposição geral (a concretização do direito à saúde) em busca de aplicação para a solução de casos específicos (a falta de leitos de UTI no RN para pacientes que possuem decisão judicial para tanto). Assim, realizou-se uma pesquisa teórica e documental de cunho exploratório, mediante análise de artigos especializados e julgados aplicados a casos concretos, sendo também o método dialético aplicado no presente trabalho, mediante análise crítica, em face da não concretização do direito à saúde, que é garantido pela Constituição.

(RESULTADOS) Constatamos que a judicialização da saúde tem proporcionado soluções melhores para aqueles que precisam de assistência de uma UTI, porém ainda não são totalmente eficazes, na medida em que muitas decisões judiciais que determinam a disponibilização de leitos nestas circunstâncias simplesmente não são cumpridas. No entanto, o caminho para a concretização do direito à saúde no RN está em andamento, isso porque temos processos exigindo do governo(dentro do orçamento) a disponibilização para a população de novos leitos de UTI, tanto adultos como pediátricos. É certo que o cidadão tem direito de acesso à justiça para garantir seus direitos, principalmente, os fundamentais, que são estabelecidos pela Constituição. No entanto, há necessidade de uma atuação harmônica do poder público em nosso Estado de modo que o Judiciário não precise intervir em questões tipicamente próprias da função legislativa e executiva. Ademais, observa-se que os casos que estão resultando em desobediência civil, as autoridades públicas estão sendo responsabilizadas, com aplicação de sanções por improbidade administrativa.

(CONCLUSÃO) Concluiu-se que, efetivamente, o acesso aos leitos de UTI no sistema público de saúde no RN somente está sendo garantido mediante respaldo do Poder Judiciário. Contudo, reiteradas vezes, o andamento do processo judicial não é compatível com a urgência do caso, chegando muitos pacientes a óbito antes mesmo que a medida judicial seja implementada. Atualmente, pela omissão da administração pública estadual, são as tutelas antecipadas, oriundas das decisões judiciais, que estão dando a última oportunidade a quem não dispõem de recursos financeiros suficientes para o tratamento de saúde privado, o que representa uma distorção da função judiciária, que acaba tendo que gerir, em caráter precário e urgente, políticas públicas que deveriam ser planejadas e implementadas pelo legislativo e executivo, em total desrespeito ao Estado Democrático de direito e à ordem constitucional vigente.

A INCLUSÃO DA FELICIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Autor(es):

Thiago Reis e Silva: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com o intuito de analisar a possibilidade de promover a felicidade a status de direito fundamental, por meio de Proposta à Emenda Constitucional, conforme o artigo 60 da Constituição Federal Brasileira, de modo a estender o rol constitucional dos direitos sociais e dar maiores garantias ao cidadão, propõe-se a inserção da felicidade na Carta Magna, de modo a torná-la cláusula pétrea, ao firmá-la como direito e garantia fundamental.

(METODOLOGIA) Método teórico, análise de artigos e decisões do Supremo Tribunal Federal.

(RESULTADOS) Baseado em entendimentos do STF, Proposta de Emenda à Constituição, e até na filosofia epicurista, percebe-se que a felicidade é elemento central de debates e de anseios sociais. Nota-se tal anseio em grupos marginalizados pela sociedade que buscam o reconhecimento integral de seus direitos, como por exemplo, a nova “condição social” dos homoafetivos. A instância maior da justiça brasileira, o STF, vem julgando há certo tempo baseando-se na busca da felicidade como direito fundamental. Esse princípio é levantado sobretudo, em questões que dizem respeito à concretização de direitos fundamentais e sociais. E o fundamento para a utilização de tal princípio é que ele faz parte do princípio da dignidade da pessoa humana, e implicitamente, se destaca. Daí que vem a PEC nº19/2010, proposta pelo Senador Cristovam Buarque, propondo a alteração do artigo 6º da Constituição, com o intuito de tornar à busca à felicidade cláusula pétrea do nosso ordenamento jurídico. Tal documento tira toda a subjetividade do que significa felicidade, restringindo-se à felicidade coletiva, onde se analisa minuciosamente os direitos sociais, em prol de todos, e não apenas de um determinado indivíduo, sendo responsáveis pela efetivação de tal direito o Estado e a sociedade, em suas determinadas funções. Esta linha de pensamento de felicidade como direito fundamental já começa a tomar um rumo de unanimidade entre as nações. Este direito é garantido em declarações, como a Declaração de Direitos da Virgínia (EUA, 1776), e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, 1789), bem como em Constituições de outras nações. O que realmente se faz importante na inclusão da felicidade como direito fundamental é a relevância social que ela trará ao povo brasileiro, em especial aos grupos marginalizados pela sociedade, já supracitados, ao “surgir como ocorrência dos Direitos Fundamentais catalogados no sistema jurídico, que se projetam para a realidade pessoal dos cidadãos” (PINHEIRO, Rafael Fernando. A positivação da felicidade como direito fundamental: o Projeto de Emenda Constitucional n. 19/10. Jun 2012. Disponível em: www.egov.ufsc.br). Existiram outras Propostas que vieram com demasiada relevância social, e hoje se mostram indispensáveis ao nosso ordenamento, como a PEC da Moradia (2000), e a da Alimentação (2010).

(CONCLUSÃO) Como bem disse o filósofo Epicuro em sua Carta a Meneceu, “devemos estudar os meios de alcançar a felicidade, pois, quando a temos, possuímos tudo e, quando não a temos, fazemos tudo por alcançá-la. Respeita, portanto, e aplica os princípios que continuamente te inculquei, convencendo-te de que eles são os elementos necessários para bem viver”. Por isso, a felicidade deve sim ser incluída em nossa Carta Magna como cláusula pétrea, como direito fundamental indispensável para o bem-estar social do povo brasileiro, e como meio de ascensão das minorias sociais, garantindo o que está disposto no Preâmbulo: o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PENAS ADMINISTRATIVAS AD ETERNUM

Autor(es):

Anna Karinna Cavalcante da Silva Castro: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Albenes Bezerra Junior

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A Constituição Federal atesta em seu art. 5º, inciso XLVII, letra “b”, que não haverá aplicação de penas de caráter perpétuo. O que dizer, então, de penas administrativas que punem o servidor com demissão (definitiva já que não podem voltar depois de cumprido um determinado prazo de suspensão ou perdas de direitos) e mais ainda da proibição de reingresso no serviço público mesmo que por novo concurso? Por serem penas administrativas e não ligadas ao Direito Penal seriam possíveis? Em outras palavras, estamos diante de um assunto que gera questionamentos sobre sua constitucionalidade.

(METODOLOGIA) Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise crítica da aplicação de penalidades previstas na Lei 8.112/90, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Lei que, inclusive, serve de parâmetro e é seguida em sua forma por várias outras legislações estaduais e municipais quanto à aplicação de sanções e penas aos servidores.

(RESULTADOS) Na análise entre a proibição imposta pela CF 88 ,XLVII b, de que “não haverá penas de caráter perpétuo” e a Lei 8.112/90 em seu Art. 137 que estabelece a “demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos” e ainda traz o parágrafo único que “não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI”, fica evidente o efeito permanente tanto da demissão que é atemporal, quanto à impossibilidade de retornar ao serviço público federal. Assim, há um claro conflito entre a Constituição e a lei infraconstitucional. Causa surpresa o fato dessa inconstitucionalidade ainda persistir mais de uma década depois da edição da lei administrativa. Pois se nem a lei penal aplica penalidades ad eternum, como permitir que sanções administrativas tenham efeito permanente? Inconstitucionalidade seria a palavra mais correta para definir tal situação da pena em análise e inércia por parte dos interessados talvez explique o fato de tal situação ainda persistir.

(CONCLUSÃO) Pela ausência de um termo final à pena administrativa imposta ao administrado que cometeu ato considerado ímprobo, pode-se considerar desumana sua aplicação ad eternum, pois atinge a dignidade do punido. Isso porque não haveria, nesse tipo de penalização, um horizonte para que o condenado enxergasse o fim de sua punição e, por conseguinte de sua reabilitação. Sem essa possibilidade, ficaria o administrado punido condenado eternamente e proibido ao direito de regeneração e readaptação. A luz para aqueles que encontram-se em tal situação é recorrer ao Poder Judiciário, mais precisamente aos tribunais superiores que já vêm demonstrando opinião contrária à aplicação dessas penas perpétuas em julgados singulares. E a base do argumento em defesa dos punidos é a própria Constituição Federal, no título dedicado aos direitos e garantias fundamentais, pois ela afasta, inequivocamente, a instituição de pena de caráter perpétuo, não estabelecendo nenhum tipo de especificidade aos processos criminais. Portanto, aplicável a todos.

A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS NO BRASIL

Autor(es):

José Anderson Souza de Salles : Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A mera publicação das contas públicas nos órgãos oficiais de imprensa não pode ser considerada medida suficiente a suprir os anseios dos artigos 5º, inciso XXXIII e 37, §1º da Carta Magna que garantem o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral e o dever da publicidade dos atos administrativos se revestirem de um caráter educativo, informativo ou de orientação social. A intenção do legislador constituinte é fazer com que os atos da administração cheguem à compreensão dos administrados, garantindo acesso à informação e maior participação social na gestão da coisa pública. Neste contexto, este trabalho visa examinar se há inconstitucionalidade nas publicações das contas e possíveis soluções de como realizar um sistema orçamentário transparente, fiel ao estabelecido na Constituição. Em última instância, o simples envolvimento do cidadão com a matéria fortalece a democracia, o que por si, justifica a existência deste trabalho.

(METODOLOGIA) Através de pesquisa explicativa-descritiva, busca-se examinar a legislação vigente acerca do orçamento público e concluir se a Administração possibilita que os cidadãos compreendam a estratégia e o plano de governo proposto pelos Chefes do Executivo.

(RESULTADOS) O Brasil possui uma legislação forte, que urge amarrar o almejado pelo Chefe do Executivo no futuro e os resultados alcançados em sua gestão, o marco histórico desta regulamentação é a Lei nº 4.320/64, a Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A importância dada à transparência pela CF/88 e pela LRF, fez com que em 2002 o País aderisse ao Código Fiscal de Boas Práticas e Transparência, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e em 2007 ao manual das melhores práticas de transparência orçamentária, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de suas recomendações, o único instrumento não implantado em nosso sistema foi o Orçamento Cidadão. Sua ausência dificulta o engajamento dos cidadãos no processo orçamentário e transforma a prestação de contas em uma peça compreensível apenas para especialistas em administração, economia e contabilidade pública, deixando os cidadãos alheios ao que é feito de seus impostos, sem saber o que cobrar e esperar. Por sua vez, em 2009 a Lei Complementar nº 131, Lei de Transparência Fiscal, elevou a ideia de transparência a um novo patamar ao modificar e acrescentar dispositivos da LRF e determinar que os entes federados disponibilizem em tempo real, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira na internet, com prazos para a criação dos “portais da transparência”. Já a Lei nº 12.527 foi promulgada em 2011 para regulamentar o acesso à informação e assim ficou conhecida, aonde com pouco mais de um ano de atividade vem trazendo bons avanços para a democracia brasileira, mas encontra dificuldades de implantação no âmbito estadual e municipal.

(CONCLUSÃO) Nesse deslinde, se percebe que a divulgação dos atos e dos números de gestão são realizadas de forma inconstitucional, por isso é necessário avançar. É necessário que sua publicidade seja efetuada de forma que a população em geral tenha condição de interpretá-los. Nas diretrizes do escritor alemão Goethe, “o melhor governo é aquele que ensina o povo a governar a si mesmo”. Ou seja, é aquele que propicia transparência quanto aos seus atos e meios que permitam à sociedade opinar e participar das decisões de governo, esta é medida fundamental a possibilitar a implantação da democracia participativa proposta pelo constitucionalista Paulo Bonavides.

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA: SEUS ASPECTOS E A BUSCA DE UMA RELATIVIZAÇÃO QUANTO A PROPOSITURA DE DEMANDAS JUDICIAIS NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA.

Autor(es):

Breno Caldas Fonsêca : Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
Rhawenne Schiller Bezerra da Silva: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) É notório o crescente número de demandas judiciais dirigidas aos entes que integram a administração pública, determinando desde a prestação de serviços até o fornecimento de diversos medicamentos e materiais. Ainda que seja legítimo ao poder judiciário fiscalizar o cumprimento do dispositivo constitucional que declara a saúde como direito fundamental do cidadão e dever do Estado, o crescimento da chamada judicialização da saúde acaba por colocar em risco a própria continuidade das políticas públicas e o planejamento financeiro dos entes governamentais. Quanto aos efeitos da judicialização, o debate se intensifica ainda mais no que se refere aos impactos orçamentários das demandas judiciais de saúde, sobretudo em relação à finitude de recursos disponíveis para as políticas de saúde pública. Nesse contexto, fica clara a necessidade de formulação de medidas que diminuam a judicialização e seus efeitos desastrosos nos orçamentos públicos, buscando parâmetros racionais para orientar a atividade jurisdicional e soluções alternativas que viabilizem o atendimento dos que buscaram na justiça a salvaguarda do direito à saúde.

(METODOLOGIA) O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica onde, para o seu total desenvolvimento, foram utilizados livros doutrinários, dados coletados, jurisprudências, normas aplicáveis ao caso concreto, bem como uma vasta pesquisa em artigos científicos virtualmente publicados. A partir desse Projeto, é mostrado em linhas gerais desde a gênese da consolidação do Sistema Único de Saúde no país e a efetividade do direito à saúde no ordenamento jurídico pátrio para, então, desembocar no cerne do presente estudo, que é a judicialização da saúde e a busca pela relativização da propositura de demandas judiciais.

(RESULTADOS) Ao longo da pesquisa verificou-se que o fenômeno jurisdicional denominado “judicialização da saúde pública” a cada dia torna-se mais pujante no direito brasileiro. Ao tempo que foram expostas as principais características sobre o tema, mostrou-se que a judicialização excessiva desestrutura o planejamento orçamentário, sendo inevitável a relocação de valores para a cobertura dos gastos decorrentes da judicialização desenfreada de ações judiciais individuais, em detrimento da implementação e efetivação de políticas públicas na área sanitária. Faz-se, ainda, a sugestão de medidas que, se empregadas, culminarão com a possível diminuição da judicialização excessiva e, contrario sensu, preservará o orçamento público diminuindo a incidência do impacto financeiro ante as demandas judiciais na área da saúde pública.

(CONCLUSÃO) As decisões judiciais, em sua maioria, não levam em conta o apertado e já estagnado orçamento destinado às políticas públicas de saúde. O judiciário, guardião dos valores tutelados pela Constituição Federal, tem agido de maneira excessiva na busca de tutelar o direito à saúde. No entanto, impende destacar que ações individualizadas não tem o condão de melhorar a prestação dos serviços de saúde, ocorrendo justamente o contrário, onde o excesso de judicialização agrava o problema ao desestruturar o orçamento já insuficiente. É nessa hipótese que, em tal relação, surgirá o Ministério Público para garantir o racional manuseio da verba pública, bem como surgirá a implementação de programas de governo com o objetivo de resolver extrajudicialmente e administrativamente os pleitos que outrora incidiriam com a propositura de ações judiciais voltadas para a resolução de casos na área da saúde pública.

ALCANCE E EFICÁCIA DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: O CASO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE BELO MONTE

Autor(es):

Augusto César Costa Bezerra : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Bruno Rodrigues da Silva*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

Vânia Vaz Barbosa Cela

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte causará danos irreparáveis às comunidades que dependem do rio Xingu para sobreviver. A grandiosidade do dissenso social acerca do futuro da região de Belo Monte pode ser facilmente verificada quando averiguamos o número de ações judiciais relacionadas à UHE propostas no judiciário brasileiro. Os resultados dessas ações preocupam ambientalistas, representantes dos povos indígenas e outras parcelas da sociedade civil organizada, temendo que prejuízos irreversíveis possam ser gerados em função da morosidade da justiça brasileira, da não garantia de medidas cautelatórias e dos avanços do desenvolvimento da obra. Assim, foi através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que organizações sociais e de direitos humanos procuram defesa, através de petição solicitando medidas cautelares para garantir os direitos à saúde, alimentação, ao acesso à água, proteção à cultura, propriedade coletiva e individual e ao meio ambiente sadio. Portanto, o presente trabalho procurará analisar de forma crítica, a efetiva violação aos Direitos Humanos perante os indígenas, através da remessa do caso à análise da Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão vinculado ao sistema de direitos humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), ao qual o Brasil está submetido, como meio de promoção do acesso à justiça.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, onde aplica-se o método hipotético-dedutivo de abordagem. Dessa forma, a fonte de pesquisa fundamenta-se na análise minuciosa da denúncia submetida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, à Corte Interamericana de Direitos Humanos, concebendo-a como principal objeto deste estudo. Neste processo também serão tomadas por base a análise bibliográfica do texto da Convenção Interamericana de Direitos Humanos e demais referências que possibilitaram um subsídio teórico, garantindo a relação com esse específico contexto.

(RESULTADOS) O caso Belo Monte traz a luz a discussão acerca do processo de internacionalização dos Direitos Humanos no sistema jurisdicional que possibilita o acesso a justiça de maneira não limitada à circunscrição territorial dos Estados, bem como da importância da atuação das Organizações sociais de âmbito internacional para a garantia dos Direitos Humanos. E que apesar de todo o esforço da República Federativa do Brasil para realizar um respaldo das comunidades da região afetada, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos concluiu que o Estado brasileiro é responsável por violações ao regime de princípios jurídicos vinculantes estabelecidos pela Convenção Americana, concernentes as prerrogativas fundamentais tuteladas pela OEA.

(CONCLUSÃO) Com isso, pode-se afirmar a necessidade de estabelecer uma discussão crítica e que haja um embasamento legal sobre a viabilização e construção da Usina de Belo Monte, em favor da vida e integridade pessoal de comunidades indígenas da bacia do Xingu. Faz-se mister, também, que se estabeleça uma política séria, legal e ética dos estudos técnicos, possibilitando a não suplantação dos anseios das comunidades indígenas desamparadas pelo projeto da UHE de Belo Monte, e assim tenham êxito em um acordo multilateral, o qual vai dar sustentação para que as comunidades tenham um aparato recursal para o seu sustento a longo prazo. Dessarte, pretende-se assegurar que os direitos fundamentais sejam garantidos, a partir da compreensão de que só haverá espaço para dignidade humana, quando a liberdade, a autonomia, a igualdade e a integridade da pessoa humana, física e moral, em sua plenitude, seja efetivada.

ANÁLISE DA LEI DE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS, À LUZ DOS PRINCÍPIOS BIOÉTICOS CLÁSSICOS

Autor(es):

Igor de Oliveira Fernandes: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
Larissa Paim Veppo dos Santos: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Layla de Oliveira Lima Linhares: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
Linian Larielle de Paula Brasil: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Renan Brito Pontes: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Walber Cunha Lima
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem por escopo principal analisar a tendência das modificações legais nos últimos anos, no que tange à doação e transplante de órgãos, inicialmente regulamentados pela Lei n. 8.489, de 18 de novembro de 1992 e pelo Decreto n. 879, de 22 de julho de 1993, substituídos pela Lei n. 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, posteriormente derogada pela Lei n. 10.211, de 23 de março de 2001. Surgindo por último, em junho de 2004, o Projeto de Lei nº 3857/2004, hoje arquivado, que propunha a doação compulsória de órgãos aos condenados a penas superiores a 30 anos de reclusão. Inolvidáveis os Princípios da Dignidade, Integridade Física e Psicológica da Pessoa Humana. Busca-se, nesse intento, traçar o liame entre a Lei de doação de órgãos e os Princípios Bioéticos Clássicos, quais sejam: a Autonomia, a Beneficência, a Não Maleficência e a Justiça; no intuito de solucionar o seguinte questionamento: como estariam contemplados tais Princípios na Lei que trata da doação de órgãos humanos?

(METODOLOGIA) O método utilizado no presente trabalho baseia-se numa visão transdisciplinar do conhecimento, tendo como marco norteador o pensamento complexo exposto por Edgar Morin. Como afirma o referido pensador: "Devemos contextualizar cada acontecimento, pois as coisas não acontecem separadamente. Os átomos surgidos nos primeiros segundos do Universo têm relação com cada um de nós".

(RESULTADOS) Conclui-se, após análise da Lei 9.434/97, que em vários de seus dispositivos estão presentes os Princípios Bioéticos Clássicos, podendo-se constatar o exposto a partir do momento em que, por exemplo, é respeitada a autonomia do paciente quanto à revogação da doação de órgãos; proibida a doação não só aos menores de idade, mas também às gestantes; assim como o impedimento de doação realizada por pessoas vivas, em caso de comprovado prejuízo, preservadas a não maleficência e a beneficência, nos dois últimos casos. Diante do esclarecido, fomenta-se uma nova visão acerca do tema em debate, na tentativa de não apenas expor o lado jurídico, mas sim de integrar as concepções legais aos valores éticos, morais e sociais.

(CONCLUSÃO) Portanto, diante das informações retro explanadas, deve-se observar sempre o respeito ao ser humano e sua autonomia, como parâmetros para a justiça social, considerando-os também como preceitos fundamentais norteadores da conduta humana, sem deixar de levar em consideração o reflexo, no campo ético-jurídico, das preocupações despertadas pelos novos experimentos e avanços tecnológicos destinados à preservação da vida humana, sempre resguardada a relação interdisciplinar entre as mais diversas áreas do saber, o biodireito, a bioética, sem esquecer os princípios clássicos que a norteiam. Em suma: "Transplante é muito mais do que uma simples cirurgia. É um procedimento que envolve a mais profunda conexão entre seres humanos." (James F. Burdick)

**A OMISSÃO DO PODER EXECUTIVO NA EFETIVAÇÃO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS:
REFLEXÕES ACERCA DE LEGITIMIDADE DO ATIVISMO JUDICIAL**

Autor(es):

Ana Karolina de Sena Patricio: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Karoline de Aquino Dantas: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Elia Carolyne Mariano Barreto: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este estudo visa investigar a legitimidade do Ativismo Judicial. Pretende-se discutir a limitação da interferência dos poderes entre si, uma vez que estes devem ser harmônicos e independentes, questionando-se até que ponto o Poder Judiciário pode transformar questões de natureza política em Direito. Isso porque, hoje, aparentemente, vivemos em um momento no qual essa independência mostra-se relativa, posto que o Poder Judiciário tem interferido de forma direta nas questões políticas, de competência do Executivo. Assim, é preciso levar em consideração as garantias fundamentais propostas pela Constituição Federal de 1988, questionando se, de fato, elas têm sido asseguradas pelo Estado.

(METODOLOGIA) Este trabalho apresenta – para o cumprimento dos objetivos da pesquisa – os métodos de abordagem dialético, dedutivo e bibliográfico, assim como a análise da Decisão Judicial referente ao Processo nº 0101509-70.2013.8.20.0103, proferido pelo Juiz de Direito Marcus Vinícius Pereira Júnior da Comarca de Currais Novos – RN, levando em consideração, também, outras decisões sobre o tema. Visa-se, desse modo, a resolução do problema proposto, pontualmente no que diz respeito à Legitimidade e Competência do Poder Judiciário para interferir no Poder Executivo sem ferir o Princípio da Separação dos Poderes e as Garantias Constitucionais.

(RESULTADOS) Da análise da Constituição Federal de 1988, à luz da doutrina e de jurisprudência pátria, constatamos que o Princípio da Separação dos Poderes é relativo, assim como os demais, uma vez que a sua interpretação depende da análise de outros princípios e direitos fundamentais, como o direito à saúde, conforme analisado na proposição da presente pesquisa.

(CONCLUSÃO) Dessa forma, constatamos que a separação dos poderes, embora garantida constitucionalmente, pode – e às vezes até necessita – ser relativizada. Isso acontece quando um dos poderes não está agindo de forma adequada ao seu pleno funcionamento, o que pode gerar danos para a sociedade. Diante disso será preciso que o Poder Judiciário – através do Ativismo Judicial – viabilize o efetivo acesso aos direitos e garantias fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988, os quais abrangem – ou deveriam abranger - toda a população, e não apenas parte dela. Ademais, pode-se constatar tal conteúdo claramente em nosso trabalho, a partir da análise do Processo nº 0101509-70.2013.8.20.0103, já supracitado, o qual se trata da suspensão imediata de todos os serviços de propaganda/publicidade institucional do Governo do Estado do Rio Grande do Norte para que, dessa forma, o dinheiro destinado à publicidade foi redirecionado para a saúde pública. Ou seja, no caso analisado na presente pesquisa, podemos observar que o Poder Judiciário – na figura do Juiz de Direito Marcus Vinícius Pereira Júnior – interviu no Poder Executivo, após realizar uma ponderação de poderes constitucionais. Assim, tem-se o direito fundamental à saúde, garantido constitucional, como superior – nesse caso - ao direito estatal à publicidade.

A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NA EDUCAÇÃO ECOLÓGICA COMO EXERCÍCIO DA SUA CIDADANIA AMBIENTAL

Autor(es):

Mariana Oliveira Ferrolho de Carvalho: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Vânia de Vasconcelos Gico
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) É inquestionável neste início de século XXI que os novos conhecimentos científicos e biotecnológicos avançaram sensivelmente, embora não se possa negar, que muitos deles vieram a comprometer a qualidade de vida da maioria da população e do meio ambiente. Uma das faixas da população que mais vem usufruindo dos avanços desses conhecimentos e da qualidade de vida é a população de idosos, enquanto segmento com 60 anos e mais, embora também esteja presenciando uma degradação ambiental e uma desumanização da velhice, o que poderá ser superado a partir do exercício da cidadania ambiental. A pesquisa teve como objetivo analisar o papel do idoso na preservação do meio ambiente, tendo como viés temático a cidadania ambiental e a educação ecológica, tendo como referencial teórico reflexões respaldadas na macrobioética.

(METODOLOGIA) O estudo foi realizado a partir de uma visão transdisciplinar do conhecimento e realizou-se no Parque das Dunas em Natal/RN, com uma população de 26 pessoas que possuem acima de 60, no período de 13-16 de outubro de 2012. Após revisão da literatura, desenvolveu-se como estratégia da pesquisa para coleta de dados primários, uma pesquisa de campo exploratória com amostragem não probabilística, com entrevista qualitativa semi-estruturada e roteiro pré-estabelecido, indagando sobre o conhecimento do entrevistado a respeito da preservação ecológica da sua cidade de origem, a conscientização do mesmo em relação à preservação do meio ambiente e o papel que ele poderia desempenhar em relação à educação ambiental, complementada por um documentário fotográfico.

(RESULTADOS) A maioria dos entrevistados possuía 75 anos ou mais; 14 (53,85%) são do sexo feminino. No tocante ao nível de escolaridade, observa-se que 9 deles (34,62%) possuíam o ensino médio completo e apenas 1 era analfabeto. Dentre os entrevistados, 57,69% deles julgaram que durante a sua juventude essas cidades preservavam mais o meio ambiente, mesmo assim, 50% deles preferem a cidade como está atualmente, pois o desenvolvimento destas, apesar de ter causado impactos ambientais, facilitou-lhes a vida. Eles também consideram que atualmente a arborização é escassa, a reciclagem de lixo ainda é pouca e é constante a poluição de rios e praias, no entanto, o ar ainda é purificado, a poluição sonora não é constante, não há tanta poluição visual e 53,85% alude que o desmatamento ainda não é um problema. Coincidentemente 77% dos entrevistados acreditam que podem ajudar a solucionar os problemas ambientais educando as novas gerações e quando foram questionados a respeito das práticas de preservação que eles já realizam 22 pessoas (85%) afirmaram que já evitam agredir o meio ambiente e 18 (69%) já transmitem educação ecológica para as novas gerações.

(CONCLUSÃO) Verificou-se que durante a juventude dos entrevistados o meio ambiente era mais preservado, porém eles preferem a atual realidade, em virtude das facilidades que ela oferece. Os idosos têm consciência que são os responsáveis pela atual situação ambiental, pois no decorrer dos anos eles e seus antecedentes não preservaram o meio ambiente e só com o avanço da urbanização perceberam a devastação, pois, os problemas ambientais foram agravados e se tornaram mais visíveis; os dados demonstram que atualmente os idosos preservam o meio ambiente, tentam transmitir educação ecológica para as novas gerações e pretendem continuar exercendo a cidadania ambiental.

APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA AOS INIMPUTÁVEIS: UMA ANÁLISE DE SUA EFICÁCIA SOCIAL

Autor(es):

Chellida Uíara Paulino da Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Raquel Rocha Maia: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

Petruccia da Costa Paiva Souto

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo analisar a ineficácia no cumprimento das diretrizes constitucionais na aplicação da medida de segurança aos inimputáveis, que são esquecidos pela sociedade e pelo Estado. São inimputáveis aqueles que cometem fato típico e antijurídico, sendo tratados pela medida de segurança, são encaminhados a um hospital de custódia e sujeitos a tratamento ambulatorial. O princípio da dignidade da pessoa humana foi adotado pelo nosso sistema depois das atrocidades da 2ª guerra mundial, e tornou-se base de todo nosso ordenamento jurídico. Assim, nosso questionamento se dá no sentido de aferir se esse princípio é realmente respeitado nas instituições de aplicação das medidas de segurança.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada no nosso projeto de pesquisa foi a revisão bibliográfica, pois técnica foi a técnica mais eficiente para a rápida avaliação dos dados necessários ao nosso tema, por ser pouco discutido. Pesquisamos artigos científicos e trabalhos acadêmicos disponibilizados on-line. Além disso, assistimos reportagens sobre as situações precárias vivenciadas pelos inimputáveis, e buscamos perfazer uma análise jurisprudencial a respeito do tema. Com intuito de atendermos aos objetivos da pesquisa, utilizamos o método de abordagem dedutivo, partindo das premissas constitucionais de proteção dos direitos fundamentais para aplicação na realidade concreta dos inimputáveis.

(RESULTADOS) A partir das nossas pesquisas constatamos os problemas que já tínhamos noção da existência. Descobrimos que no Brasil existem 26 hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, ou seja, os HCTP's. No nosso estado, Rio Grande do Norte, contamos apenas com uma unidade, no bairro Santarém. Nestes 26 HCTP's encontram-se internados aproximadamente 4 mil pessoas, sendo elas inimputáveis que cometeram atos ilícitos, mas que devido a sua condição psicológica foram encaminhadas para unidades de tratamento. As situações mais comuns nesses estabelecimentos que ferem os direitos humanos são a tortura, o excesso de medicação, as péssimas condições de higiene e limpeza, alás sem condições de abrigar dignamente os indivíduos, além de outras situações que nem sempre puderam ser comprovadas.

(CONCLUSÃO) Os inimputáveis são duplamente estigmatizados; primeiro por sofrerem de uma doença psicológica e serem tido como "loucos" pela sociedade, e também por terem cometido ato ilícito, sendo excluídos tanto do meio social quanto do familiar. São, portanto, deixados ao encargo do Estado, para que se responsabilize por eles enquanto estão no hospital psiquiátrico, viabilizando o tratamento. O Estado, por sua vez, não consegue dar conta da demanda, e mostra-se despreparado para lidar com o auxílio que é dispensado aos inimputáveis, deixando-os em hospitais que não possuem condições de infraestrutura digna para a manutenção desses indivíduos. Além disso, não tratam o interno como deveriam, pois muitas vezes é submetido a tratamentos desumanos, enquanto está sob a tutela do Estado. Constata-se a inobservância do Estado quanto aos direitos fundamentais desses indivíduos, pois ao serem encaminhados aos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico não geram tanta preocupação social como os presos regulares das penitenciárias, tornam-se passíveis ao desrespeito do princípio da dignidade da pessoa humana, que é um princípio base para a concretização de todos os direitos fundamentais assegurados pela Constituição de 1988. Portanto, constata-se a existência de um total desrespeito aos artigos 1º e 5º no que tange às condições e qualidade do tratamento dos hospitais de custódia e tratamento.

A POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI PARA OS CRIMES DE CORRUPÇÃO

Autor(es):

Beatriz de Araújo Victor : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Luiza Arcoverde Pinto: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Está elencada no artigo 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal, a restrição à competência do Tribunal do Júri, delimitando-o a julgar unicamente os crimes dolosos contra a vida. No entanto, atualmente, corre-se a discussão no que tange à ampliação da competência deste tribunal a fim de torná-lo apto a proceder ao exame da causa relativa a outros crimes, sendo um deles o de corrupção. Isso porque, pleiteia-se por meio do projeto de lei PLS 39/2012, o julgamento de tal crime pela instituição do Júri. Nesse sentido, o senador Cyro Miranda (responsável por planejar essa lei) alude ao fato de que uma vez aprovado o projeto dificultará a atuação de indivíduos corruptos, meio pelo qual haveria um fortalecimento da democracia. Entretanto, verifica-se a problemática da antagonia entre tal projeto de lei e a cláusula pétrea prevista na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXVII.

(METODOLOGIA) Os métodos de abordagem utilizados na pesquisa foram o dedutivo, partindo da ideia geral do Tribunal do Júri para falarmos especificamente sobre sua competência e possibilidade de ampliação desta, e o método dialético, uma vez que usamos da contraposição de ideias para melhor analisarmos o tema. Acrescenta-se ainda, a revisão de obras, análise do texto constitucional, análise do projeto de lei acerca do tema e dos argumentos que se contrapõe a este.

(RESULTADOS) Examinando-se o artigo 5º, inciso XXXVIII, percebe-se que este é uma exceção ao artigo 93, inciso IX, pertencente ao mesmo dispositivo legal, que se refere à fundamentação da decisão judicial. Assim, enquanto o primeiro artigo exprime em uma de suas alíneas o sigilo das votações, o segundo garante que todas as decisões judiciais devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade. Verifica-se, portanto, uma antagonia. Esta pode ser solucionada por meio de uma interpretação sistemática dos dispositivos da Carta Maior, nesse sentido, tendo sido afirmado o artigo 5 pelo constituinte originário, não tem como se questionar essa competência; E dizer que ela pode ser ampliada pelo legislador ordinário, de maneira alguma. Primeiramente, porque ofende a constituição em seu artigo 93, inciso IX, e segundo, se for pelo constituinte derivado, através de Emenda Constitucional, ofende a interpretação sistemática e o devido processo legal que é cláusula pétrea.

(CONCLUSÃO) Analisando as possibilidades da ampliação do Tribunal do Júri por meio de uma interpretação sistemática acerca dos dispositivos jurídicos, conclui-se que elas vão de encontro aos princípios constitucionais, sendo inviável; Não cabe, pois, o julgamento de crimes de corrupção pelo Tribunal do Júri.

A POSSIBILIDADE DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA PARA A CONSTRUÇÃO E GESTÃO DAS CEDUCS

Autor(es):

Ana Beatriz Araújo de Andrade : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Ana Clara Araújo de Andrade* : Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN*Clarice Alencar de Medeiros*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Diante da atual situação caótica e indigna das unidades de internação (CEDUC) em que vivem os menores em confronto com a lei no Rio Grande do Norte aos quais recebem a medida de internação, a presente pesquisa tem como objetivo analisar possível adoção de Parcerias público-privadas (PPP) em concessão administrativa às CEDUCS, que venham tornar efetivo o cumprimento da medida socioeducativa: ressocialização e prevenção, de modo a respeitar efetivamente princípios constitucionais basilares como o da dignidade da pessoa humana e o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, assim como ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

(METODOLOGIA) Com vistas a demonstrar a necessidade e possibilidade de adoção da PPP às CEDUCS, foi utilizada a pesquisa exploratória e qualitativa, com base em dados concretos, considerando notícias do Portal Judiciário do Rio Grande do Norte, constatando a evolução da situação das unidades desde 2010, utilizando, ademais, o método de procedimento histórico. Fizemos análise das Leis concernentes ao tema, quais sejam, o estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Parceria público-privada (lei 11.079/2004), bem como da Constituição Federal, com o intuito de demonstrar a real possibilidade de adoção da PPP, mediante utilização do método de abordagem hipotético-dedutivo.

(RESULTADOS) Partindo da análise do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei de Parceria público-privada (lei 11.079/2004) e da Constituição Federal no tocante às medidas de internação a menores em confronto com a lei, analisando a estrutura física e os serviços prestados pelas unidades do Rio Grande do Norte, constatou-se que, no mínimo, há 03 anos as unidades estão em situação caótica e indigna, violando determinações constitucionais como o respeito à dignidade da pessoa humana, à condição peculiar do menor em desenvolvimento e a posição de prioridade dos adolescentes nas ações do Estado. Ocorre que também há violação do determinado no ECA, em seus arts. 124, principalmente ao determinado nos incisos V, VI, X, XI e XII, e 125, que não estão sendo respeitados nas unidades locais. Deste modo, a PPP em concessão administrativa não feriria os princípios da indelegabilidade da jurisdição e jurisdicidade da execução penal como também estaria de acordo com a CF, art. 24, XV.

(CONCLUSÃO) Para que se observe ao que determina a Constituição Federal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a atual situação das unidades deve sofrer modificações, uma vez que, necessita de melhorias na prestação jurisdicional, nas condições necessárias ao funcionamento, na disponibilidade de vagas, na segurança interna, na qualificação do pessoal, como veio sendo detectado, desde 2010, em inspeções, estudos e pesquisas como o realizado pelo Programa Justiça ao Jovem, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e pelo próprio MP/RN. Constatou-se que a FUNDAC não vem exercendo sua política governamental às crianças e adolescentes, com programas de estudo dos problemas e encaminhamento de soluções. Chegando ao ápice em setembro de 2013, com a determinação da juíza da infância e juventude da comarca de Mossoró, Anna Isabel de Moura Cruz, do bloqueio de mais de 360 mil reais da conta do Estado para reformas no sistema da cidade. Deste modo, com a adoção da Parceria público-privada (lei 11.079/2004) em concessão administrativa consideramos que seria possível o pleno exercício das disposições concernentes aos jovens em confronto com a lei, presentes na Constituição e no ECA.

**A POSTULAÇÃO DE UM CIDADÃO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO DIREITO FUNDAMENTAL
POSITIVADO NA ESFERA DO DIREITO CONSTITUCIONAL.**

Autor(es):

Isabella Jamel Lauar DosSantos: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Mozângela Míria de Medeiros: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Paula Oliveira Cacho

Instituição de Ensino: UNI-RN

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com o intuito de estabelecer uma ligação entre os Direitos reconhecidos aos cidadãos e a atual realidade vivida pelo povo Brasileiro, buscamos fazer uma crítica ao descaso do cumprimento dos Direitos Fundamentais dos cidadãos brasileiros, demonstrando a lonjura entre o cidadão e os seus representantes no Congresso Nacional.

(METODOLOGIA) O método adotado para a pesquisa foi o Estudo da Realidade Social, com base na ineficiência do cumprimento dos Direitos fundamentais dos cidadãos Brasileiro.

(RESULTADOS) Diante da delimitação feita nas 12 estrofes do Cordel, relacionada com uma analogia aos Direitos Fundamentais dos cidadãos brasileiros, contemplamos os seguintes resultados: Nas 2º, 4º e 5º estrofes, ele fala que respirou quando nasceu, e foi intitulado com a certidão de nascimento tornando-se cidadão, garantindo assim seus direitos (Art. 2º Código. Civil - A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.); Ele, também, faz uma equivalência com o Direito Romano, de onde se originou o Direito Civil Brasileiro. Nas 6º, 7º e 8º estrofes, fala dos deveres do cidadão, que são passados de geração para geração, e da sanção sofrida com seu descumprimento. Nas 12º a 14º e 20º a 24º estrofes, fala dos direitos individuais e coletivos do Cidadão Brasileiro (Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes) Nas 15º a 19º estrofes, se faz uma crítica, entre a riqueza do país, e a má distribuição dos recursos financeiros. Com a falta de interesse dos representantes do povo em resolver os problemas básicos do cidadão brasileiro. Nas 25º a 28º estrofes, se observa a dificuldade, do povo Brasileiro, ao reconhecimento das leis e dos obstáculos encontrados para exigir seus direitos executados com eficiência. Nas 29º a 32º estrofes, insinua-se que o povo Brasileiro vive de esperança, sonhando com seus direitos. E, faz-se uma crítica aos Direitos Fundamentais dos Cidadãos brasileiro, adquiridos, quando muda de nome, ascensão social.

(CONCLUSÃO) Desse modo, contata-se a indignação das classes sociais desfavorecidas com a estagnação dos Direitos Fundamentais, e com a falta de manifestação dos representantes do Povo Brasileiro, no Congresso Nacional, a sua solução, tornando-se assim um problema quase secular.

A PROBLEMÁTICA DA TAXA DE SERVIÇO NO CONTEXTO JURÍDICO SOCIAL BRASILEIRO

Autor(es):

Fernanda Moraes Alecrim Baião : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Isaac de Araújo Mendes : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Karina Rodrigues de Lima: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Mayara Marina de Souza Cardozo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho visa esclarecer e dirimir as dúvidas referentes à taxa de serviço e a relação triangular da mesma entre: consumidor-empregador-empregado. Tendo em vista os conflitos jurídicos existentes a respeito dessa temática e, a enorme adoção da prática da cobrança da taxa de serviço em bares, restaurantes, motéis e hotéis, buscamos interpretações jurídicas a respeito do tema, norteando-se por jurisprudências e opiniões técnicas a respeito do tema. Discutimos a respeito da problemática, analisando a aplicabilidade da taxa de serviço em outros países, bem como as falhas legislativas existentes a respeito do tema em nosso ordenamento jurídico, o qual propicia inúmeros conflitos jurídicos

(METODOLOGIA) Para a realização deste trabalho, buscando as melhores respostas para as dúvidas existentes acerca do tema tratado, realizamos uma pesquisa documental, de caráter exploratório, mediante análises dos artigos do Código de Defesa do Consumidor e da Consolidação das Leis do Trabalho, além de jurisprudências (principalmente do Tribunal Superior do Trabalho), súmulas e demais opiniões técnicas a respeito do tema. Dessa forma, fizemos um trabalho de acordo com o método dialético

(RESULTADOS) Diante dos constantes casos de cobrança da taxa de serviço aos consumidores em geral (principalmente de bares, restaurantes, hotéis e estabelecimentos similares) e dos casos de reclamações dos empregados por não receberem o dinheiro referente a essa taxa, constatamos através de pesquisas no ordenamento jurídico que a questão é abordada de forma genérica em lei, tendo em vista o art. 457, caput e inciso III, único dispositivo legislativo a citar o fenômeno da gorjeta. Nas jurisprudências e na súmula nº 354 do TST é onde encontramos um posicionamento que obriga o empregador a dispor o valor arrecadado na taxa de serviço aos empregados. No entanto, por não ser claramente regulamentada (por não haver menção ao seu valor, a sua obrigatoriedade e nem a forma como essa taxa deve ser repassada pelo empregador aos seus contratados) torna-se uma taxa facultativa tanto para os clientes que não se sentem a vontade para paga-la, como para os donos de estabelecimentos que suporem precisar dessa taxa e optarem por não repassa-la aos seus funcionários, sendo necessário então que este (caso não receba o valor da taxa de serviço e o queiram receber) entre na justiça para tentar obter o acesso ao valor da gorjeta, embora se tenha reiteradas decisões a respeito do tema, em favor do empregado, na jurisprudência trabalhista brasileira

(CONCLUSÃO) A problemática da taxa de serviço gira em torno de uma relação triangular: consumidor-empregado-empregador, em que não há respaldo jurídico a fim de basear a obrigação do pagamento por parte do consumidor e nem regulamentação sobre como a repartição das gorjetas recebidas devem ser feitas, sendo evidente a não obrigatoriedade do pagamento dessa taxa, como observado nas jurisprudências produzidas, embora se mostre claramente necessário uma regulamentação sobre como deve se dar a distribuição do valor das taxas recebidas pelo empregador, ao(s) empregado(s)

A QUEBRA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NA ORDEM CONSTITUCIONAL AOS CASOS DE ABORTO FRENTE AO ESTUPRO

Autor(es):

Juliana de Souza Marques Santana: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Em meio a tantos tempos polêmicos, a proposta por este trabalho não é novidade alguma, mas como boa parte das grandes polêmicas, ainda traz muita divergência. A temática aborto e o tema trazem um viés interessante e questões a se pensar. As estatísticas, pesquisas, locais e comparações das opiniões e avanços técnicos demonstram a gravidade de uma das questões que envolve a vida mais debatidas em sociedades em sociedade! Leitura científica, artigo dos mais diversos e conceituados escritores, e livros de acesso geral — pessoas comuns, não só acadêmicos leem. E casos reais foram usados como fonte, e representam a diversidade do alcance da problemática. Por ser inviável mencionar o nome das obras ao presente resumo, adianto apenas o caráter conflituoso dos textos. Não assumi, é claro, nem direcionei os produtos direcionados do trabalho, mas é admitido o quanto houve de desconstrução de opiniões já há muito firmadas: pessoais, claro, e que agora já não representam mais minhas escolhas.

(METODOLOGIA) Embora algumas leituras evidentemente, circundam o tema e são úteis, mesmo não falando diretamente de ABORTO e sim de suas questões acessórias. O que está em jogo é bem maior e significa nada mais nada menos que a justificção para tal prática, envolta em argumentos certos e fechado sobre temas ainda mais amplos como a autonomia da vontade, a liberdade de culto, expressão e uso do corpo. Preciso tocar também em quesitos como o porquê de fetos resultantes de aborto não tenham a mesma segurança jurídica do que fetos concebidos em amor. Hoje vemos fetos segurados até em testamentos “ganhadores” de processos em que recebem por danos morais causados enquanto imersos nas barrigas das mães — a exemplo do caso da ditadura em que o feto foi considerado preso político. Veja quantas questões de liberdade são acometidas aqui e imagine quanto a vida. Fetos anencéfalos também merecem ser citados já que são a outra exceção aceita pelo ordenamento jurídico. Nítido são os lados em meio ao dilema, nesta quebra de braço não há trégua de nenhum, precisa-se até que imaginemos o que cada feto faria se ciente na luta pela vida ou ainda do que cada um de nós seria capaz de fazer pela nossa já que estes se defendem através de outros.

(RESULTADOS) O que posso adiantar de conclusivo são alguns dos argumentos levantados pelas vertentes. Por um lado o da inevitabilidade e da dignidade, o feminista e o apelo ilegítimo as emoções, argumento social e o direito à vida, o da potencialidade e da cultura de morte, defesa de premissibilidade do aborto, viabilidade e direito a vida a partir de quando. Como os de o aborto ser uma cirurgia de alto risco, a vida de quem é mais importante. Pelo mesmo argumento, o aborto justificaria várias mortes e até poria em risco a vida da humanidade, aborto clandestino e a vida, questões particulares do casal ENFINDAS, método contraceptivo usado, entre muitos outros. Muito embora o foco seja o princípio da isonomia, vale falar dos demais pontos da temática.

(CONCLUSÃO) Ainda há muito o que se avançar em pesquisa e desenvolvimento, tanto técnico quanto intelectual, argumentos postos, pesquisa feita e razões dadas, fica a critério dos avaliadores, que fala em todos os leitores e não só nos membros da banca, as conclusões individuais e avaliação geral do trabalho.

A QUEBRA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NA ORDEM CONSTITUCIONAL NOS CASOS DE ABORTO FRENTE AO ESTUPRO

Autor(es):

Juliana de Souza Marques Santana: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A proposta por este trabalho não é nova, mas ainda provoca polêmica, trazendo divergências. A temática aborto e o enfoque dado pela pesquisa acrescentam novas problemáticas às possibilidades abortivas previstas no ordenamento, bem como àquelas a que se pretende revestir de legalidade. As estatísticas, pesquisas, contextos locais e comparações das opiniões e avanços técnicos demonstram a importância das questões sobre a vida enquanto bem juridicamente protegido. Como método e referencial, realizou-se a leitura científica, focando em artigos diversos, conceituados escritores e livros de acesso geral, ou seja, não específicos da ciência jurídica. O desenvolvimento do trabalho passa pela desconstrução de conceitos enraizados pelo conhecimento empírico e cultural na busca de resposta à problemática proposta. Pretende-se analisar se há permissibilidade legislativa da interrupção gestacional nos casos de estupro, enfrentando-se uma quebra do princípio da isonomia. A questão se torna relevante, uma vez que o mesmo ordenamento que reconhece ao nascituro o direito fundamental à vida, dentre outros direitos, nega-os aos que são frutos de uma relação não consentida. Porque um feto merece maior proteção que outro? Que aspectos são trabalhados na ponderação da aplicação das leis nos casos concretos? Essas são perguntas que esbarram não apenas em critérios jurídicos, mas sociais e antropológicos relacionados à possibilidade de mácula do princípio da dignidade da pessoa humana.

(METODOLOGIA) É importante deixar claro os perigos de confundir questões pessoais e religiosos com o tema em tela. Embora algumas leituras que circundam o tema são úteis, o que está em jogo é bem maior. É necessário tocar também em quesitos como o porquê de fetos resultantes de aborto não tenham a mesma segurança jurídica do que fetos concebidos em amor. É aqui que um dos pontos do direito encontra-se com mais fervor com o aborto. Vê-se fetos segurados até em testamentos “ganhadores” de processos, recebendo danos morais causados enquanto nas barrigas das mães — a exemplo do caso da ditadura em que o feto foi considerado preso político. Há questões de liberdade e seu desrespeito na análise concreta de situações reais. Fetos anencéfalos também merecem ser citados, sendo outra exceção aceita pelo ordenamento jurídico.

(RESULTADOS) O que se pode adiantar de conclusivo são alguns dos argumentos levantados pelas vertentes. Por um lado o da inevitabilidade e da dignidade, o feminista e o apelo ilegítimo as emoções, argumento social e o direito à vida, o da potencialidade e da cultura de morte, defesa de permissibilidade do aborto, viabilidade e direito a vida a partir de quando. Como os de o aborto ser uma cirurgia de alto risco, a vida de quem é mais importante. Pelo mesmo argumento, o aborto justificaria várias mortes e até poria em risco a vida da humanidade, aborto clandestino e a vida, questões particulares do casal ENFINDAS, método contraceptivo usado, entre muitos outros. Muito embora o foco seja o princípio da isonomia, impossível dissociar-se das micro-temáticas que envolvem a questão.

(CONCLUSÃO) Ainda há muito o que se avançar em pesquisa e desenvolvimento, tanto técnico quanto intelectual, argumentos postos, pesquisa feita e razões dadas, fica a critério dos avaliadores, que fala em todos os leitores e não só nos membros da banca, as conclusões individuais e avaliação geral do trabalho.

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE A (IN)CONSTITUCIONALIDADE À LEGITIMIDADE PROCESSUAL DO CIDADÃO

Autor(es):

Hadamylla Walleska de Oliveira Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Juliana Marja de Gois Pereira*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Tamires da Silva Regis*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho aborda um tema de extrema importância para os brasileiros, uma vez que têm seu regime pautado na democracia e sua base na constituição: A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Tal dispositivo é dado à sociedade com a finalidade de resguardar os preceitos fundamentais. No entanto, a ADPF tem sua aplicabilidade reduzida em função de dois fatores: 1) O veto do poder executivo ao Art. 2º, II, da Lei nº 9.882/99, suprimindo o poder do cidadão comum em reclamar diretamente à Corte Suprema o descumprimento ou desrespeito ao preceito fundamental; 2) o tratamento subsidiário dado ao referido dispositivo, tendo em vista que a ADPF só tem serventia quando se exaurem todos os outros meios de acesso ao judiciário. Nesse sentido, será aqui analisada o quão inócua encontra-se a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – que tem traz em seu bojo essenciais discussões sociais – quando se exclui do indivíduo a capacidade de postulação e, não obstante, é tratada de maneira dispensável.

(METODOLOGIA) Para desenvolvimento do projeto, a metodologia tomou como ponto de partida a utilização das doutrinas, a análise do referencial teórico que versam sobre o assunto abordado, além de utilizar a lei 9.882/99, e a constituição de 1988. Utiliza-se o método dedutivo, partindo-se da análise conjugada da doutrina especializada e da lei aplicável para a realidade dos casos concretos. Ademais, utiliza-se o método dialético para a construção das premissas necessária à formulação dos debates teóricos pertinentes à matéria, a partir da análise de posicionamentos doutrinários divergentes.

(RESULTADOS) Por meio das pesquisas realizadas, pode-se perceber que a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) - uma forma de controle, com a função de reparar e resguardar as lesões aos preceitos fundamentais, causadas por atos de poder público - não é tão usada atualmente. Não se ouve falar sobre esse instituto e a causa disso - como pode ser visto em Lênio Streck, no seu livro “Jurisdição Constitucional e Hermenêutica” –decorre da forma subsidiária de sua aplicação em relação a outras formas de acesso direto ao STF (Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Direta de Constitucionalidade), o que termina por transformar a ADPF em algo esquecido, e sua ação se torna inútil. Além disso, esse acesso ainda é precário para o cidadão, que se vê à mercê da decisão do seletor legitimados pelo do art. 103, CF, para postulação da ADPF. Eis que surge a maior problematização, na qual a arguição integra uma ação em si inconstitucional, uma vez que o acesso ao direito constitucional é dificultado, causando uma restrição desse cidadão, que constitui o Brasil e para quem a Constituição é direcionada.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, faz-se necessário uma nova regulamentação para a ADPF, de modo a tornar o cidadão parte legitimada para ter acesso a esse instrumento, sem necessidade de representação do Procurador Geral da República, tudo isso no sentido de conferir real eficácia a tão importante instrumento de cidadania criado pela vontade democrática do Poder Constituinte. Tendo em vista que o citado instrumento visa efetivar os direitos fundamentais, torna-se imperioso, sob pena de total desrespeito à Carta Magna, que seja estabelecida uma maior eficácia social à ADPF, no sentido que garantir-lhe acesso diretamente ao cidadão brasileiro, sob o fundamento da garantia constitucional da inafastabilidade do Poder Judiciário perante qualquer conflito que surja na sociedade, seja para defender um interesse pessoal ou coletivo.

A SISTEMÁTICA DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA: PECULIARIDADES E PONTOS POLÊMICOS

Autor(es):

José Américo Ferreira da Silva Neto : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Moisés Gonçalves de Oliveira : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Robson Ricardo Machado Lima de Carvalho: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Ronaldo Ramon Aguiar Da Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Wallace Bruno de Oliveira Paiva: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Albenes Bezerra Junior
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Código de Processo Civil Brasileiro, A Lei 11.232/2005 inseriu o art. 475-A e seguintes no introduzindo o processo sincrético como regra para a execução de sentenças judiciais. Ocorre que, no que tange às condenações ao pagamento de quantia certa, o procedimento estabelecido foi completamente novo, e, apesar da digna finalidade de conferir maior celeridade e eficiência às execuções de sentença, trouxe à luz diversos questionamentos. . Inicialmente, cumpre estabelecer sua aplicabilidade à execução de sentenças judiciais ou provimentos equiparados proferidos fora do processo em que se busca sua efetivação, como as sentenças penais e as arbitrais. passa-se à análise da adequação da execução provisória ao art. 475-J, principalmente no que tange à incidência da multa de 10% nele estabelecida, tendo em vista sua incompatibilidade com o direito de recorrer. Em seguida, serão abordadas questões relativas à contagem do prazo de 15 dias para cumprimento espontâneo e ao ato de intimação que rende ensejo ao início do prazo, com ênfase no entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Determinado a forma como se inicia o cumprimento de sentença, serão estudados alguns aspectos da defesa do executado por meio da impugnação, notadamente o cabimento da exceção de pré-executividade e a possibilidade de condenação em honorários advocatícios quando do julgamento deste incidente. Por fim, será estudada a compatibilidade da novidade introduzida pela Lei 11.232/2005, com as disposições relativas aos Juizados Especiais, sejam os Estaduais ou os Federais. Isto porque, as leis que instituíram esta justiça especializada visaram estabelecer um procedimento específico e adequado às causas submetidas à sua jurisdição. Assim, cabe avaliar se o art. 475-J será aplicado às sentenças proferidas no âmbito dos Juizados Especiais e em que termos. Nota-se, portanto, que não há uma conclusão única para o presente estudo, visto que serão abordados diversos pontos, que gozam de certa independência, apesar de inseridos no mesmo tema. Desta forma, após cada ponto é exposto o entendimento mais correto na visão deste autor. Não se busca examinar o tema do cumprimento de sentença ao máximo, mas tão somente tratar dos aspectos mais polêmicos e que ensejam discussões mais acirradas entre os operadores do direito

(METODOLOGIA) Conforme exposto acima, a execução de sentenças é um tema que evoluiu bastante nos últimos tempos, no intuito de lhe conferir celeridade e efetividade, mas as alterações legislativas apresentaram diversas lacunas, notadamente quanto ao procedimento a ser adotado, o que gerou o surgimento das diversas correntes doutrinárias e jurisprudenciais expostas acima. Como visto, em sua grande maioria, cada entendimento apresenta argumentos fortes e razoavelmente sustentáveis, o que dificulta a pacificação dos temas referentes ao cumprimento de sentença.

(RESULTADOS) Diante disso, percebe-se que o cumprimento de sentença é um tema que ainda permite diversas reflexões, estando muito distante de uma definição exata sobre seu procedimento.

(CONCLUSÃO) No entanto, a solução mais perfeita das celeumas aqui tratadas passa também por uma complementação legislativa, a qual, infelizmente, sempre tende a ser mais demorada e não acompanhar as necessidades dos jurisdicionados e operadores do direito

ASPECTOS JURÍDICOS DA PESQUISA EM SERES HUMANOS

Autor(es):

Gleiciane Trindade Cavalcante: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN*Juliana Dal Ava Augusto*: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN*Luciana Mauricio Costa*: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN*Ricardo Rodrigues Pereira*: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Walber Cunha Lima

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) As questões éticas nas pesquisas tem tomado uma importância crescente nos dias atuais. Há anos utiliza-se o ser humano como objeto de pesquisa, na área biomédica, que fez com que pesquisas e ensaios clínicos se tornassem estudos mais comuns. Acontece que, para alcançar este objetivo, devemos respeitar a sua dignidade em todos os aspectos sejam eles morais, éticos ou jurídicos. A pesquisa em humanos é essencial para o desenvolvimento da ciência aumentando a qualidade de vida, mas como esses estudos podem interferir de maneira prejudicial para os sujeitos que dele fazem parte foi necessário iniciar a discussão a respeito do tema. Tais problemas obrigaram os eticistas a considerarem disciplinas específicas e estabelecer fronteiras com diversos campos do conhecimento, como direito, medicina, filosofia, obrigando-as a mergulhar nas complexas realidades emergentes das situações criadas por esta evolução científica. Na história moderna a primeira declaração internacional sobre o assunto foi tratada no Código de Nuremberg (1947), em consequência genocídio causado pelo nazismo. A partir daí a Assembleia Geral das Nações Unidas criou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que surgiu na 18ª Assembleia Geral da Associação Médica Mundial, esta mundialmente aceita e importante para a história. Doravante surgiram mais normatizações em resposta às atrocidades cometidas, com princípios inerentes a bioética, como o Relatório de Belmont (1947), que estabeleceu a observância da ação de princípios como o respeito as pessoas, beneficência e justiça na abordagem de temas bioéticos. Este trabalho visa analisar se, no Brasil, há regulamentação ética e jurídica eficaz que delimite tal atividade, a partir de diretrizes e princípios universais oriundos de declarações e tratados internacionais.

(METODOLOGIA) O método empreendido no presente trabalho tem como marco norteador a visão transdisciplinar de conhecimento, visto que perpassa por várias áreas do saber, como, as jurídico-sociais e a biomédica, interligando às Ciências Humanas, como Direito e a Filosofia, às Ciências da Saúde.

(RESULTADOS) Em se tratando de pesquisa em seres humanos, podemos dividi-la de algumas formas, como pesquisas comportamentais, psicológicas, antropológicas, que visam estudar o comportamento social humano, e as pesquisas clínicas que são estudos que garantem a segurança, eficácia e qualidade de medicamentos e produtos para a saúde. Resultado disso é a participação dos comitês de ética na revisão e controle social das pesquisas no intuito de proteger a finalidade social desta, além de coibir a divulgação de falsos resultados com pura intenção financeira e também de suspender pesquisas que imponham grande risco aos voluntários.

(CONCLUSÃO) O surgimento do Biodireito enquanto fruto da transição paradigmática pelo qual atravessa a ciência jurídica, vem firmar a necessidade da interligação dos saberes nas relações científicas que envolvem a pesquisa em seres humanos. Também como microsistema, o Biodireito faz sua parte na regulação normativa nos aspectos da vida humana, sendo um saber inseparável com a Bioética e apenas unidos podem alcançar um resultado satisfatório em meio a revolução científica que passamos. Cada área com seus princípios deve contribuir de forma consoantes uns aos outros para o desenvolvimento social adequado a necessidade de melhorar a qualidade de vida, mantendo sempre a dignidade da pessoa humana. A divulgação desse tema é fundamental na medida em que há uma certa discrepância entre o que está normatizado e a realidade das pesquisas no Brasil, não obstante este quadro encontra-se em constante mutação.

ASPECTOS LEGAIS ACERCA DA PROFISSÃO CUIDADOR DE IDOSOS

Autor(es):

Rebeka Souto Brandão Pereira : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O objetivo do presente trabalho foi promover uma reflexão sobre os aspectos legais acerca da profissão cuidador de idoso. É oportuno ressaltar que, este trabalho é um breve resumo de um capítulo de um livro intitulado “ Guia prático de cuidado à saúde da pessoa idosa” (In press), direcionado à Cuidadores de Idoso, com o afã de contribuir na formação do conhecimento dos cuidadores de idosos.

(METODOLOGIA) Foi realizada uma revisão na literatura jurídica do Direito do Trabalho, analisando autores como Vólia Bomfim Cassar em sua obra Direito do Trabalho e Renato Saraiva, do mesmo título. Corroborando com a doutrina, foi também analisada a Constituição Federal de 1988, assim como a Consolidação das Leis trabalhistas, dentre outras legislações pertinentes à caracterização das três vertentes da profissão do Cuidador de Idosos, no que se refere especificamente ao exercício da atividade profissional de cuidador de idosos.

(RESULTADOS) O profissional desta área, a depender das características do pacto de trabalho com o empregador, pode ser considerado: empregado doméstico, empregado (apenas) ou voluntário. O primeiro é aquele que executa serviços na casa do patrão, ou a mando deste em instituição de longa permanência para idoso (ILPI), sendo certo como importante detalhe que seu patrão não vise nenhuma atividade lucrativa com a atividade empreendida, o cuidador será considerado empregado doméstico, e seus direitos contemplados no artigo 7º, PU da Constituição Federal, nas Leis 5.859/72 e 11.324/2006. Noutro caso, quando o cuidador prestar serviços para pessoa jurídica, empresa, a instituição deverá formular contrato individual de trabalho, ou seja, uma relação envolvendo empregado e empregador, neste caso, os direitos estarão previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O voluntário, para fins trabalhistas não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim. É exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o voluntário, devendo constar o objeto e as condições de seu exercício. É regido pela lei nº 9.608/1998.

(CONCLUSÃO) Em resumo, é possível afirmar que a pessoa do cuidador de idosos poderá estar inserido em três modalidades de sujeitos de direitos, (a) empregado regido pela CLT, quando prestar serviços para pessoa jurídica e com fim de lucro; (b) empregado equiparado a doméstico, quando prestar serviços para pessoa ou família sem fins lucrativos e, finalmente, (c) quando o trabalho não tiver remuneração em virtude da prestação de serviços, será considerado trabalhador voluntário. Nesta perspectiva, conclui-se que é nesta perspectiva que, o direito do trabalho, em sua função normatizadora vem avançando e abarcando as diversas modalidades de vínculos trabalhistas entre empregado e empregador, com o afã de tutelar e garantir os direitos dos hipossuficientes.

AS PULSEIRAS E TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS E A SUPERLOTAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA

Autor(es):

Gabriel Sorrentino Baena de Souza: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Natasha Leite Peixoto: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lincoln José Rufino

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho destina-se a fazer um estudo sobre as pulseiras e tornozeleiras eletrônicas que, atualmente, vêm sendo bastante testadas no Brasil, relacionando-as com a superlotação da população carcerária. Este assunto vem trazendo muitas polêmicas, já que alguns acreditam que seria um benefício tanto para o Estado, que reduziria grande parte dos gastos com o preso, diminuindo a quantidade de detentos nas penitenciárias de todo o país, como para o próprio preso, que poderia retornar ao convívio social (família e sociedade em geral). Por outro lado, parcela da comunidade acadêmica acredita que a utilização dessas pulseiras não seria uma boa alternativa, tendo em vista que a sociedade brasileira ainda é muito preconceituosa, fazendo com que a dignidade do preso reste abalada, tornando o sistema de ressocialização ineficaz. No entanto, pretendemos demonstrar que, cada vez mais, com o avanço tecnológico e com o conhecimento das pessoas a respeito do tema, as pulseiras e tornozeleiras eletrônicas têm se tornado mais discretas, fazendo com que, seus usuários, não sejam alvo de discriminação.

(METODOLOGIA) O método de pesquisa utilizado pelo grupo consistiu em uma coleta de dados e informações em sítios na internet, casos concretos e pesquisa realizada com alunos da própria instituição, além de alunos de outros cursos e de faixas etárias diferenciadas, possibilitando que o grupo possa valer-se de casos reais, resultando em uma explanação mais ampla do assunto abordado. A partir das informações adquiridas, o grupo realizou uma triagem para que fossem selecionadas apenas as melhores e mais relevantes informações, sempre buscando opiniões e pontos de vista de pesquisadores, estudiosos, membros de governos de vários Estados e membros do alto escalão relacionados com superintendência de penitenciárias, de modo a garantir uma maior riqueza ao trabalho que se presente apresentar.

(RESULTADOS) Pode-se considerar como resultados obtidos: a grande diminuição dos gastos com os presos por parte dos Governos, possibilitando um melhoramento em outras áreas (saúde, educação, transporte, segurança etc) com o dinheiro que será poupado, bem como possibilitar ao preso uma reinserção na sociedade e o convívio com a sua família. Devemos considerar, porém, que existem alguns resultados negativos, como o aumento do preconceito contra os presos que porventura venham a utilizar o tipo de tecnologia abordado pelo trabalho, mesmo considerando que o avanço tecnológico tem dificultado a visualização da pulseira ou tornozeleira eletrônica, em face de sua forma e tamanho, além da grande preocupação existente em relação a saber se esse método será realmente eficaz e conseguirá controlar um grande número de presos ao mesmo tempo, sem ocorrer nenhuma falha que possibilite a fuga destes. Outro problema observado é o fato de que alguns equipamentos enviam dados por satélite para um banco de dados no exterior, que posteriormente repassa os dados para o nosso país, o que não se pode admitir, já que esses dados pertencem ao grupo da segurança estadual, nacional e do indivíduo, restando a dúvida: será que o sigilo das informações será realmente mantido?

(CONCLUSÃO) Não existe uma conclusão fechada sobre a qual podemos nos referir. A conclusão a qual chegamos, é que se faz necessário que sejam feitos estudos mais apurados, além de testes a respeito das pulseiras e tornozeleiras para que, quando de sua efetiva utilização, não venham a ocorrer graves falhas que possam prejudicar o sistema penitenciário, ressaltando que o uso dessa tecnologia mostra-se capaz de reduzir, significativamente, a população carcerária.

ATIVISMO JUDICIAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE: UM DEBATE A LUZ DAS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS

Autor(es):

Amanda Louise Dias Barros de Azevedo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Beatriz Mariz Lobo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Luiz Gonzaga Neto: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Raissa Eduarda Nunes Rêgo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como escopo dissertar sobre um fenômeno que vem ganhando notável importância no universo jurídico, qual seja, o ativismo judicial à luz do princípio da proporcionalidade. Efetivar normas jurídicas colocando-as no plano da efetividade é o principal desígnio do ativismo. Isto decorre de uma omissão do legislativo ou uma deficiência do executivo. A falta de obediência aos preceitos constitucionais tem como consequência omissão legislativa que culmina em inconstitucionalidade permanente, gerando assim, uma desestabilização social e política de um dos mais basilares e importantes ideais, o de justiça. A responsabilidade do judiciário com o ativismo é colocar-se perante uma postura pró-ativa de maneira que vislumbre um papel de instrumento para responder às reivindicações da sociedade.

(METODOLOGIA) Para fins de cumprimento dos objetivos desta pesquisa, adotamos o método de abordagem dialético, não obstante, com mesmo intuito, também utilizamos a pesquisa exploratória e qualitativa, mediante revisão bibliográfica visando encontrar ferramentas teóricas para solucionar a problemática apontada. Ademais, fizemos uso de uma análise jurisprudencial de julgados que demonstre a pertinência da proposição de pesquisa.

(RESULTADOS) Analisando vertentes distintas sobre o assunto, apresentamos duas teses opostas. Em crítica ferrenha, o professor Nelson Nery Junior, afirma que “o ativismo judicial é outra imbecilidade que inventaram e que estão apoiando. Essa história de ‘Supremo protagonista’ é contra o Estado de Direito, isso é autoritário, o Supremo não pode mudar a Constituição. Ele não foi eleito pelo povo para mudar a Constituição, só pode decidir o caso concreto.”. Por outro lado, o jurista José Afonso da Silva afirmou que o ativismo judicial se caracteriza por um modo pró-ativo de interpretação constitucional pelo Poder Judiciário, de modo que, não raro, os magistrados, na solução de controvérsias, vão além do caso concreto em julgamento e criam novas construções constitucionais. Completou afirmando que o ativismo judicial é uma forma de interpretação constitucional criativa, que pode chegar até a constitucionalização de direitos, pelo que se pode dizer que se trata de uma forma especial de interpretação também construtiva.

(CONCLUSÃO) A hermenêutica mecânica colocava o magistrado em uma posição de mero ajustador da lei. Dessa forma, o juiz não estava autorizado a sentenciar de forma criativa, aplicando princípios como ponderação, proporcionalidade, razoabilidade, mas sim, se detia, exclusivamente, aos ditames da regra jurídica. Os códigos, portanto, acabaram gerando uma impermeabilidade, que impossibilitava a integração do conteúdo normativo aos anseios sociais. Neste contexto, observa-se o avanço representado pelo ativismo judicial. As classes desfavorecidas, arrebatadas pelas péssimas condições e pretensões de direito, ainda se deparam com uma situação de total omissão do poder público, tornando inócua a proteção constitucional dos direitos fundamentais. Vem então o ativismo judicial, embasado pelo princípio da proporcionalidade, trazer esperança aos que já estavam desacreditados no poder estatal. Mais do que uma inovação no direito e uma interferência nos três poderes, o judiciário com o ativismo, endossa os ideais de justiça a todos sem distinção de raça, gênero ou cor, e reforça a dignidade da pessoa humana, protegendo a confiança do cidadão em relação ao cenário do direito, com uma segura cobertura de toda a seara constitucional.

ATIVISMO JUDICIAL, DIFICULDADE CONTRA MAJORITÁRIA E A RESERVA DE CONSISTÊNCIA

Autor(es):

Carlos André Maciel Pinheiro Pereira : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*David Fonseca de Sá* : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Emival Cruz Cirilo da Silva*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Felipe Nascimento Bezerril*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Albenes Bezerra Junior

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo discutir o caráter democrático da Jurisdição Constitucional, analisando a aplicabilidade da dificuldade contramajoritária e o elemento definidor da auto-conteção judicial, denominado Reserva de Consistência, visando relacionar este instituto com os Direitos Fundamentais, a Separação dos Poderes.

(METODOLOGIA) Como substrato para materializar a busca pelo conhecimento necessário ao desenvolvimento dos objetivos, elegemos o método dedutivo, partindo de uma construção geral para obter resultados específicos, mediante a adoção de pesquisa qualitativa, debruçada sobre fontes bibliográficas e jurisprudenciais relacionadas ao tema em discussão, de modo a encontrar uma resposta viável e pertinente.

(RESULTADOS) No que cinge aos resultados, encontramos a conceituação e inaplicabilidade da dificuldade contra majoritária, em face da premente crise democrática pela qual passa o Brasil. Entendemos a importância dos Direitos Fundamentais, os quais possuem supremacia perante a Separação dos Poderes, possibilitando a Corte Constitucional ter um papel ativo em sua aplicabilidade, dentro dos conformes previstos pela Reserva de Consistência, através da confecção de uma argumentação jurídica plural e representativa, nos termos prescritos pela obra de Peter Häberle. Ademais, visualizamos os elementos que infirmam a importância da aplicabilidade das normas constitucionais, conforme a teoria de Konrad Hesse. Por fim, encerramos os questionamentos sobre o caráter democrático das decisões do Supremo Tribunal Federal na obra de Ronald Dworkin, com vistas aos princípios da soberania popular, da efetividade e defesa dos direitos das minorias.

(CONCLUSÃO) Diante da temática exposta, podemos concluir que a reserva de consistência, que nada mais é que o limite que o Poder Judiciário pode chegar, em razão necessidade de fundamentação da decisão que cria a dita norma. Visualizamos também a inaplicabilidade da dificuldade contra majoritária e a existência de um caráter democrático e plural nas decisões da Corte, uma vez que a figura do *amicus curiae* proporciona a participação dos setores da sociedades que tenham interesse na demanda. Noutro pórtico, também encontramos que a decisão da Corte Constitucional tem grande valor na defesa dos direitos das minorias, que muitas vezes não possuem representação no processo democrático. E por derradeiro, concluímos que o Judiciário é um palco político tão eficaz como o Congresso Nacional, uma vez que as demandas que resultam na atuação da Corte Suprema significam uma representação direta da necessidade da população, uma vez que o direito à ser aplicado será criado diretamente nos termos da lide, tendo forte e emblemática participação e contribuição na efetivação dos Direitos Fundamentais.

ATIVISMO JUDICIAL E O PODER CONTRA-MAJORITÁRIO DO STF

Autor(es):

Bruna Brandl Cañete : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

Ronaldo Alencar dos Santos

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Atualmente, um comportamento inusitado vem ocorrendo por parte do Poder Judiciário, a adoção de posições ativistas no teor de suas decisões. Esse fenômeno não é exclusivo nosso, em diversos países, cortes constitucionais foram protagonistas de decisões que abordavam questões de alcance político, as quais buscavam efetivar garantias constitucionais. No Brasil, a ineficácia do Poder Público em promover políticas públicas, acentuou o fenômeno do ativismo judicial e assim, diversos questionamentos surgiram, abordando se essa postura poderia influenciar a harmonia entre os poderes e gerar uma crise institucional. A partir disso, o presente artigo, busca responder questionamentos como se o ativismo judicial poderia gerar uma crise institucional ou seria um meio de suprir a inexistência de políticas públicas que garantem a aplicação de garantias constitucionais. Ademais, procura-se examinar os fundamentos legais que conferem respaldo à adoção de uma postura ativista por parte do Poder Judiciário.

(METODOLOGIA) Busca-se, confrontar diversas teorias sobre o tema e atingir uma conclusão razoável. Ademais, visa-se a análise de decisões judiciais que exteriorizem uma postura ativista, para, a partir disso, examinar as consequências político-sociais de tal postura. Para tanto, utiliza-se o procedimento auxiliar de análise conjunta de acórdãos proferidos pelo STF e de correntes doutrinárias divergentes sobre a matéria a luz das garantias e direitos fundamentais elencados pela Constituição.

(RESULTADOS) A pesquisa revela a existência de três correntes doutrinárias mais relevantes sobre a matéria. De um lado, aquela que se opõe à postura ativista do Judiciário, sob o fundamento da existência de um déficit democrático, na medida em que os magistrados não seriam eleitos pelo povo e não possuem legitimidade para intervir em matérias de cunho político. De outro, há a existência de corrente doutrinária tendente a defender o ativismo judicial, considerando que a legitimidade para intervenção na concretização das políticas pública encontra-se na CF88, precisamente na eficácia normativa da Constituição, a qual exige efetividade na garantia dos direitos fundamentais. Em uma posição intermediária, há a corrente teórica que admite o ativismo judicial para defesa de direitos fundamentais, mas que combate os seus excessos através da aplicação do princípio da proporcionalidade e da ponderação entre valores constitucionais.

(CONCLUSÃO) Constata-se, com base na análise de casos concretos, a necessidade de decisões ativistas no âmbito do Judiciário brasileiro visando assegurar direitos constitucionais, os quais, devido à inércia dos demais poderes, encontram-se ameaçados. Observa-se que os riscos para harmonia institucional se amenizam na medida em que os intérpretes atenham para a aplicação da Constituição como representantes da vontade indireta da sociedade. Assim, a análise do ativismo judicial, em face das decisões contra-majoritárias do STF, nos conduz a conclusão de que suas consequências são muito mais benéficas do que prejudiciais para a sociedade, no sentido de garantir direitos constitucionais os quais, reiteradas vezes, não são aplicados por falta da implementação de políticas públicas. Nesse sentido, prioriza-se a defesa do ativismo judicial embasado no princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional. Assim, as decisões judiciais que buscam efetivar as normas constitucionais expressam a tentativa de defender a eficácia social destas e contrapor-se a ideia de que o magistrado deve fundamentar-se somente no teor da lei e eximir-se de adequá-la a realidade social.

ATIVISMO JURÍDICO APLICADO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS E À CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS

Autor(es):

Mariana Socoloski Fernandes de Jesus: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Raiza Bandeira Guerra: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Considerando a polêmica e atual discussão acerca do tema ativismo jurídico, no tocante a legitimidade do Poder Judiciário ao praticá-lo, além do respeito ao artigo 3º da Constituição Brasileira, este trabalho tem como objetivo embasar a necessidade do ativismo em favor da concretização de direitos sociais, previstos em nossa Carta Magna, através de políticas públicas, com foco na área da saúde e utilizando como exemplo e base a decisão proferida pelo TJ-RN (processo de número 2011.015060-8). Além disso, é gritante o despreparo e a negligência, por parte da Administração Pública, referente ao planejamento de políticas públicas que venham a permitir o reconhecimento dos brasileiros, como verdadeiros cidadãos, faltando-lhes elementos básicos para a ciência de seus direitos políticos e sociais. É diante destes pontos supracitados, que esse trabalho vem a analisar a essencialidade da proatividade judicial neste âmbito.

(METODOLOGIA) Os métodos de pesquisa utilizados estão pautados no levantamento de artigos científicos, julgamento de caso concreto e livros de autores possuidores de forte embasamento teórico ao tema ilustrado. Através disso, diante das informações colocadas, se verifica presente a pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que houve um recolhimento de informações previamente analisadas. Assim, tais informações servirão de alicerce para o desenvolvimento, resolução do problema e alcance do objetivo a ser explorado.

(RESULTADOS) Diante da função judiciária no tocante a questões que, teoricamente, viriam a ser de competência dos outros poderes, essa noção de ilegitimidade é alterada quando referente a direitos fundamentais não aludidos na produção legislativa e executiva. A Tripartição dos Poderes também aborda funções atípicas para cada Poder de modo a equilibrar suas bases de atuação. Sendo assim, considerando o direito a saúde como um direito social além de fundamental, segundo nossa Constituição, conferindo um mínimo existencial às pessoas de direito, o Judiciário tem competência para interferir em políticas que venham a negligenciá-lo, como na legítima decisão proferida pelo TJ-RN, obrigando o Estado do RN e o município de Natal a aumentarem seus leitos hospitalar públicos em 7%. Além disso, fica evidente que a contemplação de direitos fundamentais em políticas públicas como estas não extrapola os limites da reserva do possível, uma vez que esta deve estar de acordo com condições mínimas de existência abordadas por tais políticas. É diante de decisões como esta, que o judiciário incorpora seu papel social corroborando para que direitos fundamentais venham a ser contemplados pela atuação pública, de forma legítima, de modo a reconhecer sua população carente e “subexistente” como sujeitos de direitos e deveres, concretizando a ideia de cidadania.

(CONCLUSÃO) Como ponto final e conclusivo para este trabalho, fica evidente que o ativismo judicial no âmbito da concretização dos direitos sociais tão fundamentais para o mínimo existencial dos homens e mulheres, de forma a contribuir para seus respectivos reconhecimentos pessoais acerca de seus direitos tornando-os verdadeiramente cidadãos, é não apenas legítimo no ordenamento jurídico vigente como, necessário. É num cenário de extrema desorganização política-administrativa no Brasil contemporâneo que esta atuação proativa, por parte daqueles a quem é atribuída a função de julgar casos a eles provocados, em assuntos políticos de execução e criação normativas torna-se fundamental para a concretização dos direitos mais emergenciais visando uma vivência digna entre o povo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REEDUCAÇÃO E REINSERÇÃO DO APENADO NA SOCIEDADE

Autor(es):

David Lins Sales Gama: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A seguinte pesquisa tem como objeto expor e analisar que ao longo dos anos tornou-se perceptível a existência do indivíduo qual transgredirá os limites impostos a sociedade, mostrando também que o estado ao passar dos anos passou a repugnar a autotutela trazendo para si o papel de resolução e punição dos conflitos, sendo detentor do jus puniendi. Porém, o estado geralmente na aplicação de suas sanções, que possuem um dos fundamentos a reeducação e reinserção social, acaba marginalizando o delinqüente, criando uma incompatibilidade da ideal eficácia do sistema estatal punitivo com os reais efeitos apresentados. **(METODOLOGIA)** Com o intuito de responder o problema de pesquisa formulado, precisamente ao questionamento sobre a eficácia do sistema punitivo estatal brasileiro em seu quesito de reeducar e reinserir o detento na sociedade, utilizei uma abordagem dedutiva, expondo a doutrina geral para o problema específico, assim como o dialético, considerando a divergência doutrinária na aplicação ao problema concreto. A técnica de pesquisa utilizada foi a coleta e análise de dados através de revisão bibliográfica e análise de artigos. **(RESULTADOS)** “As penas de prisão são destinadas, em primeiro momento, a proteger o patrimônio e, em segundo momento, a vida.” (SIQUEIRA, 2001) Segundo Baratta, o sistema punitivo é utilizado como um mecanismo capitalista e burguês de controle social das massas em função da segurança pessoal e do patrimônio, instrumento de coerção e mecanismo de controle social da violência. Sistema que tem um ideal de regenerar, reabilitar e reintroduzir aqueles indivíduos que transgrediram os limites sócias, porém em sua eficácia real apenas seleciona e marginaliza essas pessoas. Um sistema cujo o processo se inicia com a retirada do delinqüente da sociedade, privando de tudo e de todos, para que haja o “despojamento do eu”, seguindo o de “reorganização da personalidade na base de novos padrões”.

(CONCLUSÃO) O sistema punitivo brasileiro demonstra a necessidade de um processo de modificação, humanizando esse procedimento de reabilitação e reinserção do apenado para sua maior eficácia, a prisão produz efeitos devastadores para a personalidade do encarcerado, pois o leva à “perda de sua auto-imagem, da identidade e da auto-estima”, deve-se assegurar e manter padrões de comportamento e de convivência mais similares da vida em liberdade, incentivando o detendo a se adequar ao mundo prisional, o regenerando para uma possível vida em liberdade. “A melhor prisão é aquela que não existe e o cárcere será tanto melhor quanto menos cárcere for. Sendo quanto melhor as condições de vida no cárcere, melhor será para o futuro daquele que cumpre a pena.” (BARATTA, 2011)

COTAS RACIAIS: AÇÕES AFIRMATIVAS E A RESPONSABILIDADE HISTÓRICA EM FACE DA EXCLUSÃO SOCIAL VIVENCIADA PELOS AFRODESCENDENTES NO BRASIL

Autor(es):

Anna Beatriz Gadelha Gondim: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
BARBARA PORPINO MIRANDA: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa refere-se às cotas raciais como ações afirmativas e a responsabilidade histórica em face da exclusão social e política vivenciada pelos afrodescendentes no Brasil. Depois de anos tratados como excluídos e sofrendo discriminação da sociedade, as ações afirmativas tentam através da reserva de vagas nas instituições públicas ou privadas, garantir a essa minoria a busca pela igualdade de oportunidades que não puderam usufruir ao longo desses anos. Esses avanços sociais são garantias fundamentadas na Carta Maior de 1988, especialmente no que se refere ao princípio da isonomia, o qual aduz que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Esse trabalho busca explicitar que tais ações afirmativas tem como intuito, além de tentar amenizar os problemas do passado, construir um melhor futuro por meio do incentivo à educação para tentar suprir a deficiência vigente no nosso sistema.

(METODOLOGIA) Para a realização deste estudo utilizou-se o método de abordagem dedutivo, já que partiu-se da análise dos preceitos constitucionais, no sentido de aplica-los à realidade a que estão submetidos os afrodescendentes no Brasil. Também foi utilizado o método de abordagem dialético e o método auxiliar histórico, com o objetivo de, respectivamente, debater os argumentos favoráveis e contrários às cotas e analisar a historicidade do tema. Para tanto, realizamos uma pesquisa de cunho teórico e documental, mediante análise da Constituição Federal, da doutrina especializada, da jurisprudência aplicável e de dados estatísticos.

(RESULTADOS) As ações afirmativas tem como finalidade gerar oportunidades para afrodescendentes ingressarem nas universidades, situação essa, que no passado era incomum de se presenciar. Isso porque, mesmo depois do fim da escravidão os negros ainda não recebiam a mesma espécie de tratamento, se comparado ao atribuído às demais pessoas, tanto na esfera política, social, quanto educacional. As ações afirmativas das cotas raciais surgem nesse plano com o propósito de tornar igualitária uma situação que já se inicia desigual. Um dado importante que deve ser citado é que o plenário do Supremo Tribunal Federal considerou como sendo constitucional as cotas étnico-raciais. Alguns Ministros utilizaram de argumentos como o próprio princípio da isonomia e o artigo 3º da Constituição Federal como forma de reparar os danos históricos sofridos pelos negros. As cotas não devem ser vista como um privilégio e sim como um meio de alcançar a igualdade, na medida em que “deve-se, tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem”.

(CONCLUSÃO) A educação tem um papel primordial no desenvolvimento de qualquer indivíduo, já que é ela que ajuda a combater a pobreza e capacita as pessoas com o conhecimento, habilidades e a confiança que precisam para construir um futuro melhor. Mas, infelizmente, a educação não é oferecida para todos de uma forma igualitária e justa. Na tentativa de amenizar essa situação de preconceito vivenciada pelos afrodescendentes, foram criadas ações afirmativas que através de medidas gradativas vem melhorando a vida dos afrodescendentes. Devido à utilização desse recurso, o número de alunos que entraram e estão cursando o ensino superior está aumentando e pode-se dizer que as diferenças que antes eram tão evidentes entre essas pessoas, está diminuindo. Medidas que incentivam o cidadão a continuar a estudar devem ser aceitas da melhor maneira possível, pois é através do ensino que é possível se tornar um profissional competente em qualquer área e, principalmente, independente da sua cor.

CRIMES CIBERNÉTICOS

Autor(es):

Cícero Alves de Sousa Neto: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN*Matheus Santos do Nascimento*: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A sociedade vivencia várias revoluções, a mais recente foi a tecnológica. Dentro dessa revolução, percebemos uma série de inovações, inclusive o uso dessas novidades para cometer crimes. O crime cibernético é praticado contra o sistema informático ou através dele, compreendendo os crimes contra o computador e seus acessórios ou através deste. O crime cibernético, não envolve apenas a internet, mas o sistema informático por completo, os crimes via internet são apenas uma área. O objetivo da pesquisa compreende esclarecer os crimes digitais verificando amparo da legislação penal. Procura-se também, elucidar as questões processuais e investigativas. Por fim, uma análise do Direito comparado, tendo como propósito, a identificação e resolução de lacunas na lei.

(METODOLOGIA) O projeto será fundamentado nos procedimentos: Indutivo, compreendendo uma abordagem de casos particulares da realidade para uma conclusão geral, durante a tipificação e definição dos crimes, na exposição dos aspectos processuais, na perspectiva investigativa do Ministério Público e Polícia Federal, na análise e comparação de dados estatísticos disponibilizados por órgãos nacionais e internacionais, e explicação da legislação brasileira sobre essa conduta criminosa; Dialético, verificando-se uma abordagem teórica conflitante, na abordagem do Direito comparado, o qual consiste na análise da legislação de diferentes países sobre os crimes cibernéticos. A pesquisa sustenta-se em documentações doutrinárias, artigos científicos, na legislação nacional e internacional vigentes.

(RESULTADOS) Nas tipificações e condutas criminosas estudadas, verificou-se uma maior incidência da pedofilia, constatou-se grandes dificuldades ao combate desta, pois os delinquentes possuem complexos recursos tecnológicos. Encontra-se uma resistência por parte dos delinquentes na identificação desses crimes. A denúncia, ainda é o meio mais eficaz para se chegar nesses criminosos. Relativo aos aspectos processuais, identificou-se o uso da analogia, por falta de legislação específica. O procedimento de analogia utiliza uma lei aplicada em um caso semelhante ao que o juiz se depara. Na investigação, encontra-se uma dificuldade na identificação dos criminosos, visto que, utilizam de uma série de bloqueios, dentre os principais temos: utilização de máquinas públicas, camuflagem do IP, uso de informações alheias, etc. Na análise do Direito Comparado, é visível a maior articulação de alguns países para prevenir os crimes digitais, levando em consideração a existência da internet e dos computadores a mais tempo. O nível de especificidade é tão alto ao ponto de verificar o envolvimento de questões ligadas a Responsabilidade Civil.

(CONCLUSÃO) O Brasil precisa urgentemente criar leis mais eficazes para crimes cibernéticos, uma vez que, a internet tornou-se indispensável, através de um caráter multifuncional. A jurisprudência tem se mostrado a favor da responsabilização/condenação dos indivíduos que cometem delitos através da internet, mas por haver lacunas na lei, ainda existem criminosos que não foram condenados. Após o estudo, se faz necessário a imediata tipificação em nosso ordenamento jurídico, de crimes praticados pela internet. O Brasil está atrasado juridicamente, deve igualar-se aos países que já possuem legislação avançada para esses crimes. Porém, vale salientar, que a revolução tecnológica chegou no Brasil na década de 90, portanto é de se esperar que o País esteja em processo de adaptação, logo, deve-se elaborar uma legislação adequada, uma investigação tecnológica equiparada ou superior ao dos delinquentes.

DESERDAÇÃO POR FALTA DE AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PARENTAL

Autor(es):

Amanda Oliveira da Câmara Moreira : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Isabella Jamel Lauar DosSantos: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com o afã de promover uma visão moderna para a deserdação, regulada pelo Direito das Sucessões, oferecemos um novo olhar acerca desta forma de exclusão sucessória evidenciando o Princípio da Afetividade como principal justificador para aplicação do instituto. Apesar da expressão “afetividade” não está explícita no texto da Constituição Federal Brasileira de 1988, o Estado impõe a si obrigações que serão refletidas nos direitos individuais e sociais, visando firmar a dignidade de todos. Segundo Maria Berenice Dias, em “Manual dos Direitos das Famílias” (2013) tal postura do Estado nada mais é do que o compromisso de assegurar o afeto, pois o primeiro a garantir o afeto por seus cidadãos é o próprio Estado.

(METODOLOGIA) O Método adotado para o estudo é o teórico, firmando uma análise realizada a partir de publicações acadêmicas em sites.

(RESULTADOS) Quando um herdeiro necessário for excluído da sucessão, por meio de testamento, com fundamento em um dos motivos permitidos pela lei, e tal exclusão for confirmada por sentença, estará configurada a deserdação. A deserdação por falta de afetividade na relação parental decorre da ausência da convivência familiar, tendo em vista que durante determinado lapso temporal o possível herdeiro não criou laços, nem comprovou o que está presente no binômio necessidade/possibilidade que ensejasse qualquer contrapartida patrimonial por parte dos genitores. Nas palavras de Paulo Lôbo (2013) o afeto não é fruto da biologia. Os laços de afeto e de solidariedade derivam da convivência familiar, não do sangue. Os róis expostos nos artigos 1.962 e 1.963 da Lei 10.406/2002, Código Civil Brasileiro, que tratam da exclusão dos herdeiros necessários, são meramente exemplificativos, deflagrando a necessidade de avaliar a casuística do procedimento que resultará na deserdação. Daí constata-se a possibilidade de inserir a falta de afeto como motivação para possível exclusão sucessória de tais herdeiros. No pensamento de Carlos Roberto Gonçalves (2013) a ofensa física ou sevícia demonstra falta de afetividade, de carinho, de respeito, legitimando, por isso, a deserdação.

(CONCLUSÃO) Ab initio, diante do que foi exposto, observa-se a necessidade do ordenamento jurídico reconhecer o Princípio da Afetividade, tendo em vista que este Princípio é responsável por nortear o Direito das Famílias e, conseqüentemente, a interagir na etapa sucessória dos membros que a formam. É preciso atribuir valor jurídico ao afeto e efetivá-lo como agente influenciador nas decisões tocantes à herança. Na reflexão posta à luz por Maria Berenice Dias (2013) o sentimento de solidariedade recíproca não pode ser perturbado pela preponderância de interesses patrimoniais.

DESOBEDIÊNCIA CIVIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS MANIFESTOS EM NATAL/RN 2012-2013

Autor(es):

Fernanda Souza de Oliveira: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Jarlanny da Silva Campos*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Priscila Freire da Silva*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Rafael Gouveia Costa dos Santos*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Ronaldo Alencar dos Santos

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) Este presente trabalho tem como escopo fazer uma análise da desobediência civil, dentro dos limites da legalidade, legitimidade, e democracia, das manifestações ocorridas em Natal/RN, isso deve-se a ocorrência de um grande número de protestos na cidade do Natal nos últimos meses. Assim, faz-se necessária uma análise para a compreensão dessa revolta populares, uma vez que elas demonstram a insatisfação popular frente aos atos considerados ilegítimos pela comunidade do governo legal. Essas formas de manifesto no qual a sociedade por meio de uma ação conjunta, busca a efetivação da igualdade que, conforme afirma Hannah Arendt, só pode ser adquirida com o acesso ao espaço público e à cidadania em prol de um bem comum.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) A metodologia empregada para a realização deste trabalho teve como base referências bibliográficas específicas no assunto de autores conceituados, bem como busca de forma ampla em jornais eletrônicos e sites.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) A legalidade é a existência de um conjunto escalonado de leis, estruturado em função de um conceito de poder público e a conformidade de todos os atos praticados tanto pelos governados quanto pelos governantes. Ainda o poder legítimo deve ser baseado na binomia certeza e segurança, assim como em um contrato definido como acordo de vontades entre as partes, com o fim de adquirir, resguardar, transferir, modificar, conservar ou extinguir direito firmado, entre o Estado e a Sociedade Civil. Relativamente à legitimidade que consiste na atribuição dada a um valor pela sociedade, sendo o elemento caracterizador a "auctoritas majorum", se apresenta uma elaboração racional, em termos de ideias, valores e crenças da comunidade. Dessa forma, não se pode provar fisicamente a existência da legitimidade, mas não se pode deixar de reconhecer a presença de inúmeras justificativas acerca da natureza das obrigações jurídicas que várias representações de legitimidade buscam oferecer. Diante dessa multiplicidade de modelos, o verdadeiro poder legítimo será aquele cuja aceitação não se dá através da persuasão ou da coação, e sim de argumentos comuns e opiniões favoráveis da comunidade. A partir dessa perspectiva pode-se considerar que em um Estado Democrático de Direito quando não cumpre a sua obrigação do vínculo contratual, e é considerado legal, mas não legítimo, leva-se a desobediência civil. Nessa conjuntura tomando como exemplo as manifestações que ocorreram em Natal no Rio Grande do Norte tem-se que os manifestos que atuam de maneira não violenta no âmbito da ordem jurídica instituída, não pretendendo rompê-la, mas demonstrando uma ânsia por mudanças no domínio político-econômico, por intermédio do exercício da cidadania, e assim se caracterizando a desobediência civil. Dessa forma o consenso geral da comunidade reconhece a legitimidade do ordenamento jurídico como um todo e também do próprio governo; porém, discorda do regime político-econômico adotado e quer ver nele transformações que garantam a igualdade diante da imposição de leis, e atos governamentais ilegítimos. **(CONCLUSÃO)** (CONCLUSÃO) Ao estudar a desobediência civil nos limites da legalidade, legitimidade, percebe-se o contestador civil aceita a estrutura da autoridade estabelecida e a legitimidade geral do sistema de lei, mas discorda e clamar por uma maior participação das decisões políticas. Assim, a desobediência civil constituir-se numa resposta à crise de participação da sociedade nas decisões políticas.

DESPERSONALIZAÇÃO DO PRESIDÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE À LUZ DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA E DA ÉTICA HEGELIANA

Autor(es):

Silverio Alves da Silva Filho: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A partir da leitura do art. 59 do Código Penal e da contemporânea doutrina penalista, percebemos a importância dada, no estudo teórico da pena, à prevenção, notadamente em seu caráter ressocializador. Porém, ao confrontarmos a teoria com a realidade concreta, constatamos a total contradição entre o que preleciona a lei penal e o que se observa na realidade carcerária brasileira. Desta forma, percebe-se, com notoriedade, que a prevenção especial positiva presente na pena (o seu caráter ressocializador), tão exaltada pela doutrina, não está sendo cumprida. Tendo como base este contexto, pretendemos demonstrar, à luz da ética hegeliana, principalmente por meio do seu conceito de “reconciliação com a sociedade racional”, que o sistema penal está conduzindo os presos à despersonalização e não à “reconciliação” com o seio social. Ou seja, ao caminho contrário do que assevera a lei.

(METODOLOGIA) Para a efetivação dos objetivos suscitados pelo presente trabalho, utilizamos, como técnica de pesquisa, revisões bibliográficas e documentais, cujo intuito precípuo foi o aprofundamento tanto na seara da ética hegeliana quanto nas críticas à criminologia e ao Direito Penal. Partindo da fundamentação adquirida desta base, procedemos com o método de abordagem dedutivo, tendo como escopo a aquisição de evidências da “despersonalização” do preso brasileiro ocasionada pelas falhas do sistema carcerário, no que tange à ressocialização.

(RESULTADOS) Tendo em vista que uma média de 70% dos presos brasileiros reincidem, segundo pesquisas realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça no ano de 2011, e considerando que pouquíssimos aspectos deste meio mudaram daquele tempo até o presente, partimos da confrontação da realidade carcerária e destes altos índices de reincidência nacionais ante o conceito de “reconciliação com a sociedade racional” (advindo da ética hegeliana), percebendo-se que o sistema carcerário não vem cumprindo eficientemente uma de suas funções precípuas, a saber, a da ressocialização. Levando em conta que a efetivação desta função fundamental, para o pensamento de Hegel, serviria como um dos instrumentos educacionais que contribuiriam para que o presidiário adquirisse, de fato, personalidade e pudesse viver eticamente, constatamos, conseqüentemente, que o presidiário brasileiro é conduzido, pelo próprio sistema penal, à sua despersonalização e à conseqüente impossibilidade de viver de maneira ética.

(CONCLUSÃO) O processo de ressocialização presente no Brasil é extremamente falho, sendo, além de inerte, “motivador” da permanência, ou até aperfeiçoamento, na conduta desviante. Como corolário, temos que, por mais que os presos venham, posteriormente, a se “reconciliar” com a sociedade racional e o seu conjunto de instituições, agindo de modo a fortalecer o jogo democrático, respeitando os direitos e deveres de outrem, esta conduta dificilmente ocorrerá mediante influência positiva do nosso sistema carcerário. Agindo diferentemente do que assevera a função da educação na ética hegeliana, a qual aplicamos de maneira analógica ao objetivo ressocializador da pena, o nosso sistema penal conduz o presidiário comum à permanência na marginalidade, dificultando que este se conceba enquanto parte da substância racional em que consiste a sociedade. Visto que a liberdade, para Hegel, assim como uma vivência ética, só pode ser alcançada quando o indivíduo se compreende como parte desta substância, as sequelas do cárcere, no Brasil, têm efeitos claros e decisivos no que diz respeito a agravar a restrição não só da vida ética como também da liberdade, ambos direitos subjetivos do ex-apenado.

DEVER DA VERDADE VERSUS O DIREITO DE MENTIR

Autor(es):

José Américo Ferreira da Silva Neto : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Moisés Gonçalves de Oliveira : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Robson Ricardo Machado Lima de Carvalho: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Ronaldo Ramon Aguiar Da Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Wallace Bruno de Oliveira Paiva: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho vem discutir um tema pouco explorado, porém bastante polêmico. A garantia constitucional do direito ao silêncio. O direito ao silêncio foi eleito à categoria de garantia fundamental na Constituição Federal do Brasil de 1988, que em seu art. 5º, inciso LXIII, diz: “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”. Esta garantia implicou na posterior alteração do Código de Processo Penal, que dizia, no art. 186, “antes de começar o interrogatório, o juiz observará ao réu que, embora não esteja.

(METODOLOGIA) Infelizmente, não existe o crime de perjúrio no ordenamento jurídico pátrio. Por outro lado, não há dúvida sobre o direito ao silêncio, podendo o réu durante o seu interrogatório nada responder sobre uma ou todas as questões que lhe forem dirigidas, sem que isso possa lhe acarretar qualquer prejuízo. Todavia, uma coisa é permanecer em silêncio, ato nitidamente omissivo, outra bem diferente é mentir, conduta altamente ativa, antiética e contrária aos valores mais mezinhos da sociedade. Na verdade, não estamos diante de um direito de mentir, mas simplesmente da não punição criminal da mentira, salvo se a sua postura redundar na inculpação de terceiros, no desvio da investigação para a busca de fatos inexistentes, ou mesmo se consubstanciar na assunção de ilícitos executados por outras pessoas (com o objetivo de inocentar o real criminoso, dando-lhe proteção em troca de uma promessa de recompensa ou qualquer outra espécie de benefício escuso). Não se pode tolerar o perjúrio como se fosse uma garantia constitucional, até pelo fato de o réu não precisar mentir para exercer o seu direito ao silêncio. A verdade é sempre um valor a ser defendido pelo Estado, o qual jamais poderá permitir e estimular a mendacidade. Se o réu/acusado não está obrigado a falar, está cristalino que não precisa mentir. “Parece-nos, assim, que se o juiz constatar que o réu mentiu, poderá considerar tal circunstância no momento da pena. Não é que se esteja estimulando a confessar – até porque para isto já há uma circunstância atenuante genérica.

(RESULTADOS) A mentira jamais poderá ser interpretada como direito ínsito, mas como subterfúgio repudiável ao exercício da atividade investigativa e judicante. “é de ter-se sempre em conta que onde o silêncio for útil, não se justifica a mentira”, pelo que “do direito de calar não decorre um direito de falsear uma declaração”. a “verdade brilha e guia a nossa liberdade e a nossa vontade”, ao passo que a mentira, ao contrário, “conduz à escuridão e ao vazio”.

(CONCLUSÃO) O direito ao silêncio representa uma garantia de autodefesa que é dada ao imputado para não produzir provas contra si mesmo. Esse direito-garantia está assegurado na Constituição Federal de 1988, e acarretou uma séria mudanças na nossa lei processual penal. Erroneamente, parte de nossa doutrina e jurisprudência vêm entendendo que desse direito-garantia surge o direito de mentir. Porém, algumas questões nos levam a pensar em sentido contrário, entre as quais podemos citar: Em primeiro lugar, o direito ao silêncio é uma garantia assegurada na Constituição Federal e, tanto nela, como na lei processual penal, não se fala em mentir. Em realidade, fala-se somente em o imputado poder permanecer calado e não responder perguntas que lhe sejam formuladas, sendo que este silêncio não importará em confissão.

DIREITO À PRIVACIDADE E À INTIMIDADE EM FACE DAS CÂMERAS DE SEGURANÇA

Autor(es):

Brenda Jordana Lobato de Araujo Teixeira: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Marcela Maria Gomes do Nascimento*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Marília Guedes de Carvalho Souza*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Ferreira Cunha*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O advento de novas tecnologias, como o uso de câmeras para proporcionar segurança para a população, invadiu limites impostos por direitos anteriormente criados em nossa Constituição Federal, tais como o direito à privacidade e à intimidade. As transmutações sociais, tecnológicas e legislativas implicam em transformações no modo de vida de toda a população mundial. Evoluções em um ramo aleatório acabam atingindo limites impostos anteriormente em outro. As leis devem acompanhar as alterações decorrentes das mudanças sociais, o direito deve progredir com a sociedade; mas, nem sempre isso acontece e, quando acontece, não é algo que possa ocorrer rapidamente. Enquanto não ocorrem mudanças legislativas, muitas vezes, conflitos podem acontecer entre elas. No presente trabalho, aborda-se a questão nas quais dois direitos fundamentais entram em conflito, o direito à segurança e o direito à privacidade e à intimidade.

(METODOLOGIA) Como substrato para materializar a busca pelo conhecimento necessário ao desenvolvimento desse trabalho, elegemos o método qualitativo, partindo de uma construção geral para obter soluções, mediante a adoção de pesquisa qualitativa, debruçada sobre fontes bibliográficas relacionadas ao tema em discussão, de modo a encontrar um desfecho para o conflito existente entre o direito à privacidade e à intimidade em face das câmeras de segurança.

(RESULTADOS) Como resultado de tal trabalho concluímos que para chegar aos direitos atuais à intimidade e à privacidade ocorreram diversas alterações no decorrer do tempo, permitindo que as ideias iniciais fossem superadas pela necessidade de mudança nas leis, que se adaptam ao contexto histórico vivido pela sociedade em cada época. O conflito existente entre esses direitos à intimidade e à privacidade e as câmeras de segurança podem ter diferentes resultados, dependendo do caso concreto. Por não existirem legislações com todos os casos explícitos que podem ocorrer, ou legislações que impeçam o uso das câmeras, para a solução desse conflito, se pôde observar através dos estudos que os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da ponderação serão responsáveis por expor o resultado analisando caso a caso, definindo por fim o grupo de normas que irá prevalecer.

(CONCLUSÃO) O objetivo deste estudo foi demonstrar a interação existente entre os direitos à intimidade e à privacidade e as câmeras de segurança, dando enfoque especial, ao modo como pode ser resolvido a tensão existente entre eles. Partindo inicialmente do estudo histórico dos direitos fundamentais, dos direitos à intimidade e privacidade e das câmeras de segurança e o seu papel na sociedade, findou nos métodos de resolução do conflito existente, sendo possível ao final extrair conclusões sobre a temática abordada.

DIREITO, ARGUMENTAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE AUTOMATIZAÇÃO, MEDIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE RACIOCÍNIOS JURÍDICOS

Autor(es):

Nailton Gomes Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O estudo da argumentação no direito, em regra, é justificado pela sua função de referência para validar e permitir o controle da atividade judicante através da análise de suas decisões. De outro modo, é exclusivamente por meio da argumentação que se produz o conhecimento jurídico em teorias, teses, pedidos e/ou determinações. Levando em conta esse papel primordial, uma gama variada de pesquisadores, nas últimas décadas, almejou desenvolver peculiares instrumentos eletrônicos envolvendo a argumentação, a inteligência artificial e o direito. A propósito, de experiências advindas de aplicações da informática no direito surgiram diversos e singulares instrumentos eletrônicos/virtuais jurídicos, em perspectiva mundial, cada qual com objetivos bem específicos. Nessa senda, quer-se, neste estudo, identificar e apresentar as principais ferramentas desenvolvidas sobre automatização, mediação e representação de raciocínios e explicitar os principais ganhos, se existentes, da utilização destes instrumentos.

(METODOLOGIA) Para tanto, foram levantadas e consultadas publicações e avanços técnico-científicos sobre ferramentas de automatização, mediação e representação de raciocínios jurídicos. Especificamente, da base teórica utilizada, pode-se destacar autores como: Renato Vasconcelos MAGALHÃES, Edwina L. RISSLAND, Kevin D. ASHLEY, Bart VERHEIJ, Henry PRAKKEN, Thomas F. GORDON, Nikos I. KARACAPILIDIS, R.P. LOUI e Chris REED.

(RESULTADOS) Como resultados da investigação por ferramentas sobre automatização, mediação e representação de raciocínios jurídicos foram encontradas diversos sistemas eletrônicos. A seguir, elencam-se alguns projetos singulares e de relevante contribuição para a argumentação e informática jurídica: HYPO desenvolvido por K. D. Ashley e E. L. Rissland (1991); Room 5, por Loui et al. (1997); Zeno, por Gordon e Karacapilidis (1997); Argue! e ArguMed, por Verheij (1998-2001); PROSUPPORT, por Prakken e Vreeswijk (2002); e Araucaria, por Reed e Rowe (2006). No tocante aos ganhos efetivos da utilização de sistemas de automatização, mediação e representação de raciocínio, verificou-se, em apertada síntese, que (1) argumentos podem ser representados graficamente através de sistemas de processamento eletrônico de dados; (2) a representação de argumentos torna a estrutura dialética do argumento evidente; (3) teorias de argumentação podem ser utilizadas para compor uma ferramenta eletrônica para construir argumentos e auxiliar na atividade argumentativa de alguém.

(CONCLUSÃO) Muito embora não se tenha encontrado ferramentas já desenvolvidas de automatização, mediação e representação de argumentos no cenário brasileiro e, inclusive, pouca discussão se fomenta sobre esses instrumentos na literatura nacional, não se pode negligenciar a relevância desse tipo de sistema na área jurídica. Em suma, os instrumentos eletrônicos podem ajudar a ampliar e modificar as formas tradicionais de ensino e aprendizagem, o que, inegavelmente oferece uma série de ideias inéditas que contribuem para o avanço da ciência e tecnologia nacional. De outro modo, através da análise de publicações e aplicações desenvolvidas na Europa e América do Norte, vê-se a possibilidade de engendrar e produzir uma ferramenta tecnológica brasileira que seja instrumento de ensino e produção em argumentos jurídicos.

DIREITO CIVIL, A SUCESSÃO DO COMPANHEIRO SOBREVIVENTE NA UNIÃO ESTÁVEL

Autor(es):

José Américo Ferreira da Silva Neto : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Moisés Gonçalves de Oliveira : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Robson Ricardo Machado Lima de Carvalho: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Ronaldo Ramon Aguiar Da Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Wallace Bruno de Oliveira Paiva: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Esse trabalho tem a finalidade de mostrar os entendimentos doutrinários no que se refere a sucessão do companheiro sobrevivente na união estável, inicialmente, denota-se que, por força dos artigos 1790 e 1845 do Novo Código Civil, o companheiro, ao contrário do cônjuge supérstite, não figura como herdeiro necessário, o que acarreta a possibilidade do autor da herança dispor, em testamento, da integralidade de seu patrimônio(CC, artigos 1845, 1846, e 1857), ressalvado, conforme o caso, ao companheiro sobrevivente o direito de meação quanto aos bens adquiridos onerosamente na constância da união estável. Ademais, pela leitura do caput do artigo 1790 do CC/2002, constata-se a restrição de que a participação do companheiro na sucessão do outro somente incidirá sobre os bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável. Valendo advertir que esta restrição não imperava na Lei n. 8971/94, em que o companheiro poderia herdar a integralidade do acervo quando não existisse descendente ou ascendente

(METODOLOGIA) Merecem destaque especial, para os devidos aprofundamentos no dispositivo mais criticado e comentados da atual codificação privada é o relativo à sucessão do companheiro E bem notório que a norma está mal colocada, introduzida entre as disposições gerais do Direito das Sucessões. Isso se deu pelo fato do tratamento relativo à união estável ter sido incluído no CC/2002 nos últimos momentos de sua elaboração. Pelo mesmo fato, o companheiro não consta da ordem de vocação hereditária, sendo tratado como um herdeiro especial Surge, como primeira polêmica, problema referente aos bens adquiridos pelo companheiro a título gratuito (v. g. doação). Se o companheiro falecido tiver apenas bens recebidos a esse título, não deixando descendentes, ascendentes ou colaterais, os bens devem ser destinados ao companheiro ou ao Estado? Filia-se ao entendimento de destino ao companheiro, pela clareza do art. 1.844 do CC, pelo qual os bens somente serão destinados ao Estado se o falecido não deixar cônjuge, companheiro ou outro herdeiro Quando a pessoa falece sem deixar algum dos tipos de testamentos previstos na legislação pátria, ou seja, testamentos ordinários, que são os enumerados no art. 1.862 do CC (público, cerrado ou particular), ou ainda, os testamentos especiais, que são os descritos no art. 1.886 (marítimo, aeronáutico ou militar), é a Lei quem determina a ordem em que serão chamados os sucessores para herdarem a herança do de cujus.

(RESULTADOS) É evidente que deve haver uma ordem legal a ser observada, quando o autor da herança não dispôs em testamento a sua última vontade. Afinal, os sucessores em que são beneficiados com a herança são os parentes mais próximos do de cujus, excluindo-se os mais remotos. Para que o herdeiro receba a sua parte na herança, a legislação impõe uma linha a ser respeitada, pois, senão, alguns herdeiros herdariam antes do que os outros, o que não seria coerente. O art. 1.790 do CC, em seus respectivos incisos, determina essa regra, pois a ordem dos herdeiros na Sucessão se dá através de classes.

(CONCLUSÃO) Como já fora dito em linhas anteriores, a ordem determinada pelo legislador é em consideração ao grau afetivo entre o sucessor e o autor da herança, pois geralmente os mais próximos seriam os que o autor da herança beneficiaria. Se assim não fosse a sua última vontade, ele disporia parte do seu patrimônio em testamento

DIREITOS & EDUCAÇÃO INFANTIL: OS CAMINHOS E DESCAMINHOS ENFRENTADOS NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA CIDADE DE NATAL

Autor(es):

Wilussandra Leiros de Araújo Dias Alves : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Paula Oliveira Cacho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho pretende discutir o atendimento às crianças de 4 a 5 anos e 11 meses em um Centro Municipal de Educação Infantil da cidade de Natal, no que tange a qualidade oferecida por estas instituições e apresentar algumas sugestões para que minimize as dificuldades encontradas por todos os atores envolvidos, especialmente alcançando com isso a satisfação dos direitos às crianças, alvo central de toda a discussão.

(METODOLOGIA) Está análise foi realizada a partir de dados coletados na observação direta da dinâmica de um CMEI da rede municipal de Natal de acordo com fundamentação teórica de Barbosa, Kramer e Oliveira ao longo de três anos.

(RESULTADOS) Destaca-se inicialmente o direito ao acesso postulado pela Constituição Federal em seu Art. 7, Estatuto da Criança e Adolescente Art. 53 e 54 inciso IV e § 1º e 2º, Lei de Diretrizes e Base da Educação da Educação Nacional, Lei nº 9.394 Art. 4, inciso I. Contudo, uma questão se apresenta: em que medida este acesso ofertado pela Secretária Municipal de Educação de Natal, órgão responsável pelo cumprimento deste direito, através de seus estabelecimentos de ensino e servidores, a saber, educadores infantis e equipe gestora tem destinado a qualidade e de fato a garantia do cumprimento legal do atendimento. Quando o que encontramos in lócus mediante a observação e posterior análise são espaços inadequados, casas adaptadas com deficiência nas condições básicas de higiene e saúde como, por exemplo, a necessidade de água, ausência de profissionais auxiliares em muitos CMEI's sendo substituídos por ASG's, educadores infantis desmotivados com o descumprimento dos acordos salariais, com os planos de cargos carreiras e salários, funcionários com pagamentos atrasados e atualmente muitos com o aviso prévio de trabalho em curso. Declínio das condições inviabilizando um trabalho pedagógico que promova uma relação real e significativa entre as ações do cuidar e do educar, postulados pelos Referenciais Curriculares da Educação Infantil pelo MEC.

(CONCLUSÃO) Constatamos na prática um amontoado de crianças em espaços inadequados, sendo guardados durante as horas em que é oferecido o atendimento sem a garantia real da regulamentação exigida em lei. Desta feita, enquanto não resolvido completamente os problemas estagnadores encontrados na instituição pesquisada, que por sua vez reflete a realidade da maioria das instituições de educação infantil, a SME, equipe gestora e profissionais envolvidos não conseguirão cumprir com os ditames legais e assim não assegurarão à educação infantil a qualidade prevista para esta faixa etária. Para tanto o que se sugere é criação do cargo do Cuidador Infantil/ Auxiliar de sala, cumprimento dos acordos instituídos pela SME e SINTE/RN, ajustes nos pagamentos com as terceirizadas envolvidas nas contratações de funcionários, uma política de médio e curto prazo para reformas e construções de novos CMEI's pensamos que poderão equacionar esta realidade tão inviável destinada às crianças de nossa cidade que necessitam da educação infantil pública e de qualidade.

DO CRIME SILENCIOSO: OS ASPECTOS LEGAIS ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA IDOSO

Autor(es):

Rebeka Souto Brandão Pereira : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lincoln José Rufino

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O objetivo do trabalho foi promover uma reflexão sobre os aspectos legais relativos ao envelhecimento humano e as respectivas formas de violência contra idosos, buscando ressaltar os principais crimes e tecendo reflexões a partir do Código Penal e do Estatuto do Idoso. Tendo como liame central a preocupação acerca das violências sofridas, posto que a cada dia, uma nova pessoa se torna vítima de todo tipo de violência possível, e nesta ótica, o idoso, por ser pessoa ainda mais frágil, acaba se tornando vítima de um crime silencioso, tendo em vista os diversos abusos psicológicos e físicos sofridos.

(METODOLOGIA) Foi realizada uma revisão na literatura jurídica e na legislação brasileira sobre as formas de violência sofrida pelas pessoas idosas.

(RESULTADOS) Os números relativos ao envelhecimento humano, segundo as previsões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é cada vez maior no Brasil. De acordo com o Censo de 2000, a população total do nosso país alcança o patamar de 170 milhões de pessoas, sendo que 8,6% são idosos. Neste sentido, o IBGE fez uma projeção, na qual, em 2050, a população brasileira alcançará 238 milhões de habitantes, dos quais 52 milhões terão atingido mais de 60 anos de idade. Neste panorama, espera-se, segundo o órgão responsável pela pesquisa, que haja um estacionamento do crescimento populacional, e que a expectativa de vida do brasileiro, chegue a pouco mais de 73 anos, logo, ultrapassando a marca atual, que hoje, gira em torno de 68,5 anos. Portanto, neste cenário, e por se tratar de um crime silencioso, devemos atentar para a importância dos institutos que protegem a dignidade da pessoa idosa, com a efetiva postura positiva do Estado, uma vez que, violência doméstica é considerada como um grave problema social e jurídico, pela falta de denúncia do agressor por parte do ofendido, o que dificulta a efetiva ação dos órgãos do Poder Público, visando defendê-los dos abusos e agressões cometidos por sua família. O Estatuto do Idoso descreve vinte novos crimes em que o idoso se apresenta como sujeito passivo e no art. 4º mostra que “nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”. Os parágrafos §§1º e 2º, aduzem que “é dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso”. E que, “as obrigações previstas nesta Lei não excluem a prevenção a outras decorrentes dos princípios por ela adotados.” Especificamente em Natal, uma Ação Civil Pública impetrada em 2008 pela 30ª Promotoria de Justiça da Comarca de Natal afirmou que “é prioritário a preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas, bem como na destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso”.

(CONCLUSÃO) Assim, diante do cenário permeado pela violência e pelo descaso contra a pessoa idosa, torna-se premente a promoção de discussões sobre o tema, visando garantir a integridade física e, sobretudo, a dignidade da pessoa humana, expressa na Carta Magna de 1988, como fundamento de nossa República.

DOS CRIMES AMBIENTAIS: CRIMINALIZAÇÃO DA PRÁTICA DA VAQUEJADA NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Samantha Rique Ferreira: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem como objeto a criminalidade dos eventos populares, tendo como referência a prática das vaquejadas no Rio Grande do Norte. Atualmente há uma discordância entre os defensores da permanência da prática tradicionalista contra os defensores dos animais que vão de acordo com o Direito Ambiental Brasileiro, gerando importantes debates em razão da ilegalidade da modalidade. Neste sentido, os ambientalistas defendem a interdição da vaquejada que submete os animais a crueldade.

(METODOLOGIA) Com o intuito de respondermos ao problema de pesquisa formulado, é necessário o questionamento sobre o direito que irá prevalecer, se é aquele a favor da proteção ambiental que está previsto na Constituição Federal no artigo 225, VII, o qual visa “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade”, ou o direito dos que defendem a continuação da vaquejada por ser uma prática cultural, aludindo a proteção constitucional do art. 215, §1º. Quanto ao método de abordagem, utilizamos o método dialético, com o intuito de construirmos possíveis respostas ao problema de pesquisa, a luz de um referencial teórico que enfrenta as divergências argumentativas entre o Direito dos animais previsto na Constituição e o direito do exercício cultural também protegido constitucionalmente.

(RESULTADOS) Da análise da legislação brasileira aplicável, a luz do direito comparado e da jurisprudência do STF, a livre manifestação cultural não é hábil a permitir a submissão de animais a práticas cruéis. Portanto, as argumentações no sentido de que a vaquejada se constitui em prática cultural nordestina não merecem prosperar, pois, no âmbito criminal, a Lei de Crimes Ambientais (Lei no. 9.605/98), em seu art. 32, considera crime contra a fauna “praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”, cuja pena é de “detenção, de três meses a um ano, e multa”. Nesse mesmo sentido, o art. 10 da Declaração Universal dos Direitos dos Animais estabelece que “nenhum animal deve ser usado para divertimento do homem. A exibição dos animais e os espetáculos que utilizem animais são incompatíveis com a dignidade do animal”.

(CONCLUSÃO) A vaquejada faz parte da cultura no estado do RN, onde as disputas ocorrem entre várias duplas de vaqueiros que montados em seus respectivos cavalos tem como objetivo derrubar um boi dentro de uma demarcação puxando-o pelo rabo. Esta “prática esportiva” submete tanto os bois como os cavalos a intensos níveis de maus tratos e crueldade. À vista do que estudamos na legislação brasileira, podemos observar a inconstitucionalidade e a ilegalidade da prática da vaquejada no Estado. Nesse sentido, essa tradição arraigada à cultura nordestina viola a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela UNESCO em Bruxelas, no ano de 1978. Adotando procedimentos similares a este, temos a “farrá do boi” em Santa Catarina e no Rio de Janeiro com a proibição das famosas “brigas de galo”, em relação às quais foram constatadas práticas ofensivas aos direitos dos animais, prevalecendo, assim, o seu bem-estar. Desta forma, atos ofensivos à dignidade dos animais, ainda que praticados com respaldo nas tradições folclóricas e culturais para fins de diversão, são passíveis de punição, a qual deve atingir não só quem os pratica, mas também, em co-autoria, os que os incitam, pois, além das consequências físicas, devem ser levadas em consideração questões morais e éticas sobre a dignidade dos animais.

EMBARGOS INFRINGENTES NO ÂMBITO DO STF: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JULGAMENTO DOS MENSALAIROS (AÇÃO PENAL N. 470)

Autor(es):

Gustavo Araújo de Medeiros Dantas : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Ramon Rodrigues Lopes*: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN*Wendell Luiz Bezerra Barbosa*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa visa, fundamentalmente, analisar os pressupostos válidos para a admissibilidade da utilização dos Embargos Infringentes no âmbito dos julgados do STF, nas ações de sua competência originária. A utilização desses será discutida e apresentada de forma com que demonstre a possibilidade da sua aplicabilidade diante o caso do “Mensalão”, trazendo as considerações feitas de forma doutrinária e jurisprudencial, baseadas na lei 8.038/90, referente à regulamentação das atividades do STF. Assim, é preciso analisar essa situação jurídica, baseando-se num estudo dialético, para que possamos avaliar os votos dos Ministros na ação penal n. 470 e os seus argumentos, sejam eles contrários ou favoráveis, e levarmos em conta a repercussão social trazida por esse caso para, então, resolvermos as questões subjacentes à pesquisa, visto que nesse caso há divergências na interpretação da legislação aplicável, além de existir um confronto de leis.

(METODOLOGIA) Fizemos uso – para a satisfação dos escopos da pesquisa – dos métodos de abordagem dialético, dedutivo, no contexto de uma pesquisa de cunho exploratório, teórico e jurisprudencial. O procedimento adotado foi a exploração argumentativa dos votos dos ministros na Ação Penal de nº 470 (mensalão), tendo como relator o Ministro Joaquim Barbosa. Assim, confrontamos os argumentos constantes nos votos ministeriais com o conteúdo da Lei 8.038/90 que regula os procedimentos do STF, objetivando a solução da objeção proposta, no que tange à admissibilidade da interpelação dos embargos infringentes em face do processo do mensalão, visto que esse recurso não está autorizado expressamente pela Lei 8.038/90.

(RESULTADOS) Da análise do art. 333 do Regimento Interno do Supremo (RISTF), dispozo que “cabem embargos infringentes à decisão não unânime do Plenário ou da Turma”, concomitante com a análise da lei 8.038/90 a qual não impede a interpelação desse recurso, atenta-se ao princípio do duplo grau de jurisdição, ou seja, a possibilidade de reexame, de reapreciação da sentença definitiva proferida em determinada causa, por outro órgão de jurisdição que não o prolator da decisão. Conforme se observa no teor de sua redação, tal disposição constante no Regimento Interno não é aplicável em sede de competência originária do STF, uma vez que seria uma decisão prolatada pelos mesmos julgadores não fazendo sentido a aplicação do aludido dispositivo do Regimento Interno.

(CONCLUSÃO) Com base nos estudos jurisprudenciais e doutrinários, tendo como diretriz, o método dialético, constatamos que, enquanto pertencer ao RISTF, o art. 333 legitimará a discussão sobre a interposição dos embargos infringentes em ações penais originárias da Suprema Corte e em seu art. 12 do referido foi expressamente estabelecido que “finda a instrução, o tribunal procederá ao julgamento, na forma determinada pelo regimento interno”. No entanto, na interpelação desse recurso, há confronto de leis, justamente com a lei que rege o próprio STF, 8038/90, porém, até que ponto essa lei especial revoga a lei geral? A partir de então, vê-se que mesmo o regimento interno dando possibilidade de uso dos embargos como um recurso, não há uma garantia de que o segundo julgamento suplantará o já analisado anteriormente, podendo assim, utilizar-se do Duplo Grau de jurisdição, caso outro órgão pudesse ser encarregado de julgar tal acórdão, e sendo este o julgador desta fase do julgamento, com os mesmos ministros, a segunda decisão também pode estar suscetível a falhas ou imprecisões, assim como a primeira, podendo, até, reformar uma decisão inicialmente acertada.

ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA SOB A ÓTICA DO ESTADO DE NATUREZA DE THOMAS HOBBS

Autor(es):

Alessa Sanny Lima Pereira: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Laís de Andrade Diniz: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Natalia de Carvalho Menezes: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN
Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A literatura, por meio da sua forma peculiar e poética de expressão ao retratar realidades sociais, é uma disciplina que muito pode contribuir para a compreensão ciência jurídica, pois representa um campo fértil, através de seus artifícios linguísticos, para a proposição de desafios e críticas a conteúdos jurídicos. Levando-se em consideração a colaboração dessa interdisciplinaridade para o Direito, este presente trabalho se debruça sobre a análise das relações da obra Ensaio Sobre a Cegueira de José Saramago e o ordenamento jurídico vigente, fundamentado sobre a perspectiva teórica do Estado de Natureza de Hobbes. Em face do Estado de exceção representado na obra, no qual ocorre a interrupção de direitos e garantias fundamentais, propõe-se a análise da importância do direito como instrumento fundamental para a pacificação e desenvolvimento social. Além disso, o trabalho questiona até que ponto se pode considerar válido uma forma de governo que venha a suspender direitos individuais essenciais segundo a visão hobbesiana sobre a legitimidade de um poder desde que este seja capaz de manter a paz interna e proteção externa.

(METODOLOGIA) Com o intuito de respondermos ao problema de pesquisa supracitado, utiliza-se nesse trabalho o método indutivo de abordagem, pois parte-se de uma análise ampla da obra, selecionando-se pontos de interseção a serem relacionados com o ordenamento jurídico. O método auxiliar empregado foi o transdisciplinar, visando o diálogo entre o Direito, a Literatura e Ciência política, com fim de relativizar a visão positivista do Direito além de afastar a interpretação meramente literal de princípios que norteiam a manutenção e respeito à ordem vigente.

(RESULTADOS) Pela interdisciplinaridade do campo jurídico com o literário, é possível perceber uma visão mais ampla do Direito, voltada para aspectos concretos da realidade social, por serem abordados pelo ponto de vista de um autor que também está presente em um contexto real. Portanto, através do estudo comparado da teoria hobbesiana com a obra literária, constata-se a influência e veracidade do postulado de Hobbes no contexto dos acontecimentos fictícios e não menos realistas do livro, no qual a ação humana está sempre no centro dos conflitos e guerras e o seu entendimento é indispensável para que seja instaurado um mínimo de paz. O próprio enredo demonstra um Estado de Exceção capaz de aflorar a natureza humana, neste se faz de tudo pela sobrevivência. A partir disso, verifica-se que em uma sociedade na qual não haja a compreensão de justiça, e nem a força coercitiva da lei que imponha a obrigação do respeito mútuo, toda a espécie humana estaria extinta.

(CONCLUSÃO) Pela leitura da obra de José Saramago e a análise da teoria do Estado de Natureza de Thomas Hobbes, conclui-se a existência de uma necessidade inata pela instauração de uma ordem que imponha limites às condutas humanas e assegure o bem-estar social. Através da coercibilidade que o direito possui, é que se impõe deveres a todos indivíduos capazes de estabelecer o respeito às liberdades individuais, ou seja, o direito é o instrumento encontrado pela sociedade contemporânea para a resolução dos seus sempre recorrentes conflitos de interesses e indispensável para a manutenção desta.

ENSINANDO DIREITO: ANÁLISE DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Autor(es):

Maxuel Batista de Araujo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho procura, de forma sucinta, observar o ensino jurídico no Brasil na primeira década do século XXI (2001 a 2010), objetivando revelar os entraves, dificuldades e a qualidade desse ensino frente também ao Exame Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Configura-se um cenário de crise no processo ensino-aprendizagem nos cursos de Direito que para compreendê-la, necessariamente, tem-se de contextualizá-la na realidade multifacetada que lhe dá origem.

(METODOLOGIA) Esta proposta resulta de observações e análises do ensino Jurídico brasileiro no sentido de discutir de uma forma mais ampla, as modificações, avanços e retrocessos, onde se reflete no Exame da Ordem Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Nesse sentido, entende-se que, é através de discussões, análises, novas leituras e releituras de determinados fatos históricos, métodos, formação e didática docente que marcaram o ensino jurídico no Brasil. Para se fazer uma investigação que, venha contribuir para a possibilidade de uma nova visão de conhecimento da forma de tratar o ensino jurídico no século XXI principalmente utilizar-se-á, num primeiro momento, fontes secundárias como livros, revistas e artigos, a fim de conhecer a literatura existente, isto é, uma pesquisa histórico-documental sobre o tema, bem como a definição do campo de pesquisa e dos instrumentos de trabalho. Num segundo momento, o confronto e análises documentais da bibliografia consultada, com novas formas e indícios de abordar esta questão, destacando um debate simples, didático e amplo.

(RESULTADOS) O Despertar das Faculdades, Ministério da Educação e a própria Ordem de Advogados do Brasil para a melhoria da qualidade do ensino e não mais o foco apenas de aumentar as vagas dos cursos é preciso melhorar primordialmente a técnica para mostrar aos futuros alunos que o curso de direito não forma só um bacharel, e sim aquele que vai defender os direitos do cidadão. O curso precisa atender às necessidades do mercado e do povo brasileiro, que anseia pela defesa de seus direitos, assim, nesse estudo pode-se observar que há sim uma real e constante preocupação na melhoria do ensino.

(CONCLUSÃO) O século XXI e principalmente sua primeira década (2001 a 2010) marcou a transformação do ensino, onde as disciplinas propedêuticas ganharam mais espaço e importância, bem como as disciplinas técnicas não se tratam mais de "decorar códigos e leis", dessa forma inaugura uma nova esperança para a real melhoria no ensino jurídico no Brasil, onde sua qualidade reflita de forma contundente nos índices de aprovação no Exame da Ordem(OAB) e ENADE (MEC).

ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO: UMA ANÁLISE À LUZ DA DIMENSÃO ECOLÓGICA DA DIGNIDADE HUMANA

Autor(es):

João Henrique Tavares Lopes Cardoso : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN *Júlia Barreto Machado* : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa parte do questionamento sobre a adoção, ou não, do modelo socioambiental de Estado pela CF88, no sentido de verificar se houve, na atual ordem constitucional, a efetiva proteção da dimensão ecológica da dignidade humana. Em face do reconhecimento da proteção ambiental como um direito fundamental, a análise da evolução do Estado Democrático de Direito para um Estado Socioambiental de Direito é de extrema relevância para a solução dos problemas decorrentes no Brasil e no mundo, atualmente. Porém, apesar da importância do meio ambiente para a manutenção da vida no planeta, observa-se que o tratamento da questão ambiental ainda encontra-se destituído de verdadeira eficácia, tanto no meio social, quanto no meio jurídico.

(METODOLOGIA) Considerando o problema de pesquisa formulado e com o intuito de alcançar os objetivos propostos, elegemos o método de abordagem dedutivo, partindo-se da análise dos dispositivos constitucionais aplicáveis, especialmente no que tange ao princípio da dignidade humana em sua dimensão ecológica, com o intuito de confrontar a aplicação de tais dispositivos à realidade concreta, no sentido de aferir se, efetivamente, vivemos em um Estado socioambiental de Direito.

(RESULTADOS) Constatamos que a Constituição de 1988 insere a proteção ao Meio Ambiente no contexto da ordem social, estabelecendo, no art. 193, que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo, o bem-estar e a justiça social. Com o intuito de garantir o bem-estar da sociedade humana, a Constituição estabelece, no art. 225, a proteção ao “ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Entretanto, quando fizemos o estudo sobre os direitos fundamentais constitucionais, não encontramos nenhuma menção expressa a respeito da proteção ambiental como direito fundamental do homem, nem sequer vislumbramos no contexto da proteção da dignidade humana (art. 3º, III da CF) a inclusão de sua dimensão ecológica. Não obstante isso, não se pode negar a presença da tutela constitucional específica ao meio ambiental, embora sistemicamente tenha sido tratada fora do contexto dos direitos e garantias fundamentais.

(CONCLUSÃO) Da análise da Constituição brasileira, a qual consagra a dignidade humana como princípio fundamental, e como fonte de legitimação de todo o sistema jurídico, pode-se observar a ausência da tutela ambiental como parte integrante da dimensão ecológica da dignidade humana. O ideal seria que o texto constitucional inserisse a proteção ambiental, não como uma questão periférica, atrelada meramente à ordem social, mas que a incluísse no rol dos direitos fundamentais. Constata-se que o tratamento constitucional da proteção do meio ambiente, de certa forma, periférico, reflete uma concepção disjuntiva entre direitos humanos e meio ambiente, a qual precisa evoluir para uma compreensão integrada e interdependente entre tais dimensões da dignidade humana, que seja capaz de trazer a questão ambiental para o centro da tutela dos bens jurídicos mais relevantes em patamar de igualdade com a proteção dos direitos humanos. Assim, a adoção efetiva do modelo socioambiental de Estado requer a proteção do mínimo existencial ambiental como questão social, política e jurídica central, integrada à proteção dos direitos humanos, a qual reconhece que a dignidade humana depende de uma proteção integral que garanta a dignidade planetária.

EXCESSOS NO ATIVISMO JUDICIAL: ATIVISMO SOMENTE PARA GARANTIR DIREITOS FUNDAMENTAIS

Autor(es):

Gustavo Santiago Gomes: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Nalã Ewert Cabral de Paula Salustino : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Renato Pinheiro Hissa: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Victor Veloso Barbosa: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa visa discutir, fundamentalmente, a prática o ativismo judicial, apontando para um possível excesso no uso do instituto pelas cortes brasileiras, pois é público e notório a interferência do Poder Judiciário na esfera de competência dos poderes legislativo e executivo, vale dizer, esse trabalho científico tem por objetivo estabelecer limites para o ativismo, qual seja: somente para a garantia dos direitos fundamentais. O tema é de importância vital para a manutenção do Estado Democrático de Direito e da harmonia entre os poderes estatais instituídos, tendo em vista que o STF tem tomando decisões e aplicado medidas que exorbitam, muitas vezes, sua função constitucional, desvirtuando sua função típica de julgador. Portanto, como problemática de pesquisa estabelecemos o seguinte questionamento: A garantia dos direitos fundamentais devem ser o limite para o ativismo judicial?

(METODOLOGIA) O método escolhido para atender os objetivos estabelecidos na pesquisa é o de abordagem dialética, não obstante, com mesmo intuito, também será utilizado à pesquisa exploratória e a revisão bibliográfica para solucionar a problemática apontada, assim como uma análise jurisprudencial de julgados que demonstre a pertinência da proposição de pesquisa e conduza a uma conclusão coerente com os resultados e argumentos, esposados no presente trabalho científico.

(RESULTADOS) Tomando como base a análise doutrinária e jurisprudencial, especialmente em face do STF, no que tange a posição intempestiva do Judiciário, constata-se que o mesmo tem tomado medidas ativistas excessivas, já que existem inúmeros julgados que comprovam a sua interferência exacerbada. Tais práticas precisam submeter-se a limites, pois quando o judiciário pratica excessos os demais poderes são fragilizados, o que compromete o Estado Democrático, ferindo a representatividade da sociedade, uma vez que o povo não elegeu os magistrados, podendo gerar problemas irreversíveis, como a defesa de interesses de grupos privados. Na visão de Lênio Streck, o ativismo judicial tornou o judiciário protagonista dos debates sociais, no entanto, não o legitima a subverter a Constituição Federal de 1988, do qual é guardião. De outro modo, o ativismo judicial é benéfico para suprir as lacunas e omissões dos poderes, em especial do legislativo, vale dizer, o cidadão não pode ficar prejudicado devido à displicência daquele, logo, posições ativistas são necessárias para a manutenção (lê-se proteção) dos direitos fundamentais.

(CONCLUSÃO) Nesse contexto, constata-se que o Ativismo Judicial intervém fortemente nas esferas dos outros poderes. Nem sempre a postura ativista é pertinente e o que verdadeiramente existe é a politização do judiciário, podendo ensejar prejuízo e desrespeito a determinadas garantias fundamentais, no que concerne a não compatibilidade com alguns princípios constitucionais. No entanto, percebe-se que, em certo sentido, o legislativo dá margem a atuação excessiva do Judiciário, tal é o tamanho das inconformidades e omissões perpetradas pelo legislativo. Neste caso, vale dizer, uma posição ativista é necessária, pois a atuação do legislativo gerou uma comoção social de revolta pela impunidade. Portanto, o ativismo judicial deve continuar existindo, mas não com as proporções que tomou, isto é, não deve haver excessos por parte do Poder Judiciário, já que as decisões de cunho ativista só devem prevalecer para proteger e garantir os direitos fundamentais, consubstanciadas na dignidade da pessoa humana.

EXECUÇÃO EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA E A MOROSIDADE NO PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS NO ÂMBITO DO RN EM 2012

Autor(es):

Amanda Oliveira da Câmara Moreira : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Albenes Bezerra Junior
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) No estudo sobre a fase de execução contra a Fazenda Pública, esta atuará nas causas em que figurem como parte a União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Abrangendo-se para as autarquias e federações públicas. Em relação à execução propriamente dita, há algumas peculiaridades até chegarmos à expedição do precatório (regra). A exceção se dá em relação aos valores menores, que será expedido uma Requisição de Pequeno Valor (RPV). Salientando, que, em regra, os bens da Fazenda Pública, não poderão ser alienados ou penhorados, caso figure como devedora. Todavia, essa regra não é observada quando a Fazenda Pública é parte credora. Contudo, quando o executado é o particular para que seja satisfeita a execução, poderão os bens ser penhorados, desde que obedeça a ordem dos arts. 655 e 655-A, CPC.

(METODOLOGIA) Método indutivo: Passaremos da análise da execução contra a Fazenda Pública propriamente dita, para a análise dos dados referentes ao pagamento dos precatórios no âmbito do Estado do RN, no ano de 2012. Pesquisa de campo: Foi realizada entrevista com a magistrada titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de Natal, acerca de pontos incontroversos na doutrina. Análise de caso: de renúncia de valores para expedição de RPV, ao invés do precatório. Assim como, análise acerca da possibilidade de fragmentação da execução quando se trata de Ação Civil Pública.

(RESULTADOS) Muitas são as divergências e grande é a morosidade no pagamento dos precatórios. Devendo ser cumprida uma ordem cronológica de pagamento destes, que deverá ser direcionada ao Tribunal de Justiça, até 1º de julho do ano corrente, para entrarem na folha de pagamento do ano seguinte, desde que o Tribunal faça o requerimento da destinação da verba do pagamento ao Estado, para poder extinguir a execução. Tanto é, que no TJRN, no ano de 2012, na lista de precatórios, o primeiro da fila é do ano 2001 comprovando que nem sempre a teoria indica a obrigatoriedade do cumprimento na prática. Porém, na posição número 82 da lista, há um precatório a ser pago datado do ano de 1988, o que possivelmente configuraria algum precatório expedido com algum erro e voltou posteriormente para a fila. O que demonstra a morosidade no pagamento dos instrumentos, que ultrapassa o período legal previsto em lei.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, observa-se que a Execução contra a Fazenda Pública tem um grande óbice para que seja totalmente efetivada, que é o precatório. Porém, o maior descrédito dos representantes da Fazenda Pública, está em relação ao momento do pagamento do precatório, quando, os credores demoram anos para ter sua prestação jurisdicional satisfeita. Além da Fazenda Pública não ser uma pessoa física, obedece um rito específico para a execução. Assim, não poderá ter seus bens expropriados. No que tange ao pagamento de precatórios, deve-se obedecer a uma ordem preferencial de satisfação dos mesmos. A inobservância desta preferência poderá acarretar em um possível sequestro de verbas públicas para o adimplemento da obrigação, como também, a não destinação orçamentária do valor necessário para a satisfação do débito. A maior análise crítica, que gera preocupação está em torno da satisfação do crédito, ou seja, do pagamento do precatório. Pois o Estado se encontra em mora com os credores, devendo estes, esperarem anos para terem satisfeitas suas execuções. Além disso, há prazo para o pagamento dos precatórios, que não está sendo obedecido. Assim, não se observa nenhuma solução plausível para que sejam cumpridas essas obrigações, até porque, apesar da previsão constitucional, não resta concretizada.

FEMINICÍDIO: UMA NOVA CONCEPÇÃO PARA A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

Autor(es):

Amanda Felix de Lima: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Isabella Jamel Lauer DosSantos: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

João Paulo de Sousa Canário: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Larissa Lamas da Cunha: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Rodrigues Machado Filha de Melo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Paula Oliveira Cacho
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O termo feminicídio é secular e foi cunhado com o afã de caracterizar o assassinato de mulheres. Retomado de forma crítica há poucas décadas pela teórica feminista Diana Russel, durante um depoimento perante o Tribunal Internacional de Crimes Contra a Mulher, em 1976, na cidade de Bruxelas. A expressão foi definida pela teórica em sua obra “Feminicídio: as políticas de matar mulheres”, em 1992, como sendo o contínuo abuso sexual, físico e psicológico, marcados por escravidão sexual, mutilação genital, maternidade forçada, homofobia (quando a mulher é morta por ser lesbiana) e racismo, entre outros atos misóginos.

(METODOLOGIA) O método abraçado pela pesquisa é o teórico, apoiado em um complexo configurado pela leitura de artigos relacionados ao tema, análise de dados estatísticos, bem como o estudo do Projeto de Lei nº 292/2013, em comparativo com a Lei Maria da Penha.

(RESULTADOS) Tal temática decorre de uma retrospectiva histórica marcada pela submissão da mulher perante a sociedade pelo simples fato de ser mulher, sendo a sua condição de gênero considerada insignificante ou de mero objeto. São marcadas pelo seu sexo, como já previa Simone de Beauvoir. Neste contexto, dentro das relações sociais entre gêneros, o homem vê-se legitimado a tirar a vida da mulher por inseri-la como parte do seu patrimônio, herança notória do patriarcalismo enraizado em nossa cultura. O rebaixamento das mulheres é a ponta do iceberg nos assassinatos de antemão autorizados. Diante desta realidade surgiu, inicialmente, a Lei Maria da Penha para inibir essa prática monstruosa. Embora tenha tido resposta imediatamente favorável com pontual redução do número de agressões, esta se mostra ineficaz posteriormente, com o aumento da mortalidade de mulheres. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito aprovou o Projeto de Lei nº 292/2013 que prevê a tipificação do crime de feminicídio no Código Penal pátrio, em três situações: 1) Quando há relação íntima de afeto ou parentesco entre a vítima e o agressor 2) Quando há prática de qualquer violência sexual 3) Em casos de mutilação ou desfiguração da mulher. Segundo fontes do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher no cenário internacional, o feminicídio foi tipificado como crime em países como Chile, México, Guatemala, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Peru. O Brasil aparece ocupando o 7º lugar no ranking dos países com maior número de casos de feminicídio. A Lei Maria da Penha foi avaliada pela CPMI como sendo um ponto de partida, e não de chegada, no combate à violência contra a mulher. Daí a defesa da inclusão do feminicídio no CP brasileiro.

(CONCLUSÃO) Por fim, resta claro que a construção histórica patriarcal ainda influencia as relações familiares quanto à percepção da mulher como ser subalterno e submisso ocasionando inúmeros casos de violência e assassinatos. Nestes termos, tal qual o genocídio, o feminicídio não atinge o indivíduo, mas a categoria a que ele pertence. Buscando identificar uma linha tênue entre o feminicídio e a Lei Maria da Penha, pode-se afirmar que para esta, a morte acontece como consequência de maus tratos que, muitas vezes, se estendem por anos a fio; Em contrapartida o feminicídio traz requentes de maus tratos mas tem em sua essência a morte em seu princípio, meio e fim. É notório, portanto, a relevância do tema quando nos deparamos com milhares de casos de feminicídio em nossa sociedade. Nesta perspectiva surge o debate da introdução do feminicídio no Código Penal, tentando assim, mais uma vez, inibir os agressores e aumentar a consciência dos operadores do direito.

GRAUS DE DEMOCRACIA DIGITAL NO PORTAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Danilo Gurgel Dávila : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Fabio Fidelis de Oliveira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) As Mobilizações de Junho evidenciaram a crise representativa atravessada pelo atual modelo democrático, onde o distanciamento entre as esferas civil e política aparenta ser uma realidade cada vez menos tolerada. Com o advento da internet, surge a possibilidade de maior inclusão da sociedade na condução das atividades políticas, através do Governo Eletrônico (e-gov). Dentro desse contexto, a governança eletrônica deve ter por pressuposto básico a oferta de serviços e informações ao cidadão, fomentando, assim, a participação civil nas práticas públicas por meio do desenvolvimento da democracia digital. Nesse diapasão, pretende-se investigar como ocorre o Governo Eletrônico oferecido pelo portal da Assembleia Legislativa estadual, sobretudo se são oferecidos instrumentos que proporcionem a participação democrática, estimando quais graus de democracia digital são encontrados.

(METODOLOGIA) A presente pesquisa foi elaborada a partir da análise do portal www.al.rn.gov.br, inserindo-a no conceito dos cinco graus de democracia digital propostos por Wilson Gomes. Assim, o primeiro grau caracteriza-se pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na prestação de informações e serviços públicos à população. No segundo grau, é observada a preocupação do Estado em disponibilizar ferramentas eletrônicas para captar a opinião do cidadão sobre temas da agenda pública. Numa democracia digital de terceiro grau, predomina a ideia de accountability, o que significa uma maior transparência das atividades e contas públicas. No quarto grau temos um modelo de sociedade menos passiva, passando a interferir na decisão pública, junta à classe política, por meio de um sistema deliberativo. Por fim, o quinto grau se equipara ao ideal de democracia direta, dividindo a capacidade decisória dos políticos entre a população em ambientes virtuais.

(RESULTADOS) Não foram encontrados elementos pertinentes ao quarto e quinto grau. A melhor estruturação ocorre com o primeiro grau, de aspecto informativo. Assim, verifica-se a disponibilidade de endereço físico e telefones dos gabinetes dos deputados; presença de legislações; possibilidade de “inserção de dados” pelo usuário e consequente obtenção de informação do tipo “consulta automatizada”, além de notícias sobre a atuação do legislativo, ainda que de cunho propagandístico. Quanto ao segundo e terceiro grau, mesmo sendo observadas algumas de suas substâncias, não é possível atribuir uma existência estruturada. A presença do segundo grau limita-se à disponibilização de ferramenta do tipo “ouvidoria”, destinada à coleta de críticas, dúvidas e sugestões, não evidenciando um real interesse na participação popular para construção da agenda pública. Já o terceiro grau é apontado apenas pela disponibilização de dados financeiros, o que apesar de importante, não significa o todo necessário para efetivá-lo, devido à indisponibilidade de pré legislação e fóruns temáticos do tipo discursivo, por exemplo.

(CONCLUSÃO) A análise do portal dentro do conceito de graus de democracia digital manifesta uma fraca governança eletrônica, reveladora do desinteresse político em se aproximar da população. Não observamos a existência de efetivos canais de diálogo e participação popular, o que impossibilita a coleta da opinião pública na tomada das decisões políticas. Desse modo, o atual modelo de e-gov não representa um ambiente destinado à discussão da realidade local, tampouco estimula o engajamento político do cidadão e sua investigação das ações e gastos do poder público, demonstrando a dificuldade do legislativo estadual em adaptar-se aos novos anseios populares.

**INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES JUDICIAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE DO CASO
DANIELLA PEREZ**

Autor(es):

Alana Câmara Queiroz : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Carolina Regis de Souza: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Beatriz de Lemos Romão : Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
Mirley de Almeida Cardoso: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Renato Santos Veras Saldanha: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A mídia consiste em um importante meio de informação e conhecimento, o qual vem adquirindo, notoriamente, força diante da sociedade. Tal influência é tão marcante que se torna capaz de influenciar tanto no campo político-social, quanto no jurídico, assumindo, assim, uma função distinta de sua finalidade originária, uma vez que, deixa de ser meramente informativa, constituindo-se em uma perigosa forma de alienação. O objetivo deste trabalho é demonstrar as proporções que a influência da mídia pode exercer nas decisões judiciais, através da análise do caso Daniella Perez, no qual observa-se uma influência audaciosa, de forma que confronta alguns princípios garantidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, tanto princípios constitucionais, quanto o princípio da última ratio do Direito Penal.

(METODOLOGIA) O método utilizado neste trabalho é o dedutivo, e está fundamentado em revisões bibliográficas, análise de artigos científicos, análise da jurisprudência aplicável ao caso Daniella Perez, e pesquisa de campo, incluindo abordagem do público com a finalidade de chegar a um consenso a respeito da opinião popular sobre o referido tema.

(RESULTADOS) Partindo do pressuposto de que a mídia exerce forte influência na sociedade, pretendemos demonstrar que essa influência transcende o plano político-social e atinge o plano jurídico, através da análise do caso Daniella Perez. Os movimentos em prol da punição dos responsáveis pelo assassinato de Daniella Perez resultaram na criação da lei nº 8.930/94, que passou a tratar das qualificações do crime. Em 2006, Glória Perez liderou um movimento, pelo qual conseguiu que os homicídios qualificados, como o que aconteceu com Daniella, fossem convertidos em crimes hediondos. Daniella Perez foi assassinada em dezembro de 1992, entretanto, o julgamento do acusado só ocorreu em janeiro de 1997, mas ainda assim, este foi rotulado e tratado, socialmente, como culpado, muito antes da decisão judicial ser prolatada, fato que fere o art.5º, inciso LVII, da Constituição Federal, dispositivo que trata do princípio da não culpabilidade, ou da presunção de inocência. Outro princípio afetado pelo poder da mídia é o princípio da intervenção mínima do Direito Penal, que consiste no fato de que o Direito Penal só deve punir, quando estritamente necessário, em razão da gravidade de suas penas. A mídia enfraquece este princípio na medida em que propõe o Direito Penal como solução para todos os problemas, gerando o efeito analgésico.

(CONCLUSÃO) Diante dos fatos expostos, é constatado que a mídia, por vezes, transmite os fatos da maneira como lhe é conveniente, assumindo a função de manipular, em detrimento da função de informar. Em vista disso, a solução proposta para a problematização do presente trabalho, como forma de garantir que os fatos sejam expostos de maneira correspondente à realidade, é a aplicação do princípio da boa-fé objetiva. A aplicação deste princípio se dá de maneira analógica como é utilizado no direito civil, uma vez que, o princípio da boa-fé objetiva é constituído por três pilares: o vínculo jurídico entre as partes, a confiança e o comportamento gerador de expectativa. Dessa forma, as partes corresponderiam a mídia e a sociedade, em polos distintos. O vínculo entre elas deveriam respeitar os requisitos constituintes da boa-fé objetiva, como o dever de informação, de agir com lealdade, respeito, cooperação, e o dever de agir conforme a razoabilidade, pois, o comportamento da mídia é gerador da expectativa de transmitir os fatos conforme a realidade. Dessa forma, uma vez ferido algum dos requisitos, deveria haver punição da parte infratora.

JURISDIÇÃO SIMBÓLICA NO STF: REFLEXÕES SOBRE UM POSSÍVEL “ATENTADO” CONTRA A AUOPOIESE DO SISTEMA JURÍDICO

Autor(es):

João Henrique Tavares Lopes Cardoso : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

João Pedro de Araújo Medeiros : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Júlia Barreto Machado : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN *Marcilio*

Luiz Messias Diogenes: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN *Matheus*

Barradas Alves de Lima: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Fabio Fidelis de Oliveira

Instituição de Ensino: UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Muito se vem discutindo a respeito da jurisdição constitucional, principalmente do chamado ativismo judicial, politização da justiça e da judicialização da política, como se tudo significasse uma só coisa. Propõe-se que além deste tipo de desdiferenciação do sistema jurídico há um outro que denominamos, a partir do conceito de A Constitucionalização Simbólica de Marcelo Neves, de Jurisdição Simbólica. Objetivamos analisar (possíveis) casos de jurisdição simbólica no Supremo Tribunal Federal e quais são suas consequências para o Direito, isto é, se há um atentado, neste tipo de jurisdição, contra a autopoiese do sistema jurídico que é diferenciado funcionalmente.

(METODOLOGIA) Utilizamos como método de abordagem o indutivo, partindo da pesquisa de julgados do Supremo Tribunal Federal (STF). Para tanto, destacamos como campo específico para a presente pesquisa o caso do julgamento a respeito da criação do Instituto Chico Mendes, que consideramos um exemplo-forte, em razão do seu alto grau de “politização”. Assim, partimos da análise deste julgado para ir, posteriormente, a observação da Jurisdição Simbólica. A perspectiva com a qual abordamos o objeto da pesquisa é a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann. De modo que, sendo coerente com o enfoque adotado, fizemos uso dos conceitos de sistema, fechamento operacional, autopoiese e acoplamento estrutural. De Marcelo Neves adotamos o significado de simbólico e a transposição da tipologia tricotômica da legislação e constitucionalização para a jurisdição.

(RESULTADOS) Constatamos que ocorreram casos no âmbito do Supremo Tribunal Federal de jurisdições simbólicas, isto é, de jurisdições que não são pautadas pelo código do sistema jurídico lícito/ilícito nem pelos critérios e programas deste, haja vista que nessas decisões observamos uma alopoiese do direito, que passa a ser decidido pelos códigos de outros sistemas alheios ao jurídico, sendo eles principalmente os da moral (bem/mal), política (poder/não poder), economia (lucro/prejuízo), amizade (amigo/inimigo), dentre outros. Analisamos prioritariamente a apreciação feita pelo STF em relação à lei que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), tendo a Corte inicialmente entendido pela inconstitucionalidade parcial da lei e um dia depois mudado de posicionamento, julgando, agora, que considerava constitucional a criação do Instituto. Tal mudança repentina, única na história jurisdicional do STF, se deveu a algum fator jurídico ou se trata de elementos alienígenas ao Direito? Para mim, se trata de uma ‘colonização’ do jurídico pelo político, contribuindo negativamente para a continuidade autopoietica do sistema jurídico.

(CONCLUSÃO) Este trabalho busca oferecer sua singela contribuição para o estudo da jurisdição constitucional. No contexto de uma panaceia e de intrincamentos confusos de conceitos, buscamos diferenciar uma jurisdição simbólica de uma jurisdição ativista. Para tanto, apresentamos o caso do julgamento do STF a respeito da criação do Instituto Chico Mendes, que enquadramos na espécie de jurisdição-álibi. No enfoque de um aspecto negativo, vejo que a jurisdição simbólica, na medida em que de jurídico só tem a sua aparência, contribui deveras para o destrutivo processo de desdiferenciação funcional do sistema jurídico, o que atenta contra todo o desenvolvimento histórico que foi preciso para o Direito poder apartar-se do quadro de dependência legítima pela religião, depois pela política e por fim pela economia, até se diferenciar funcionalmente e se tornar um sistema parcial do sistema social.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO DA PUBLICIDADE X PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.

Autor(es):

Barbara Marques Putrique: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Isabella Jamel Lauar DosSantos: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Glaucineia Gomes de Lima
Instituição de Ensino: UNI-RN
Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com o intuito de estabelecer um estudo adequado do tema busca-se realizar uma discussão interdisciplinar entre as áreas do Direito e da Psicologia. Entendendo que os direitos de cada cidadão devem ser resguardados busca-se discutir os direitos da criança, a partir da investigação dos impactos causados pela publicidade sobre o público infantil. Nas palavras de Lipovetsky (2005) na atualidade a sedução tomou o lugar do dever o bem-estar tornou-se Deus e a publicidade é o seu profeta. O discurso da publicidade oferece as possibilidades de bem-estar ao adquirir os bens de consumo ofertados pela indústria e a criança hoje consome horas de seu dia diante da tela seja do computador do ipad do tablet do iphone. Intencionando fornecer os subsídios necessários à análise do impacto e da relevância social do tema discutir as consequências do discurso publicitário para que possamos refletir sobre a atuação e sustentação do Direito como agente protetor da integridade da criança.

(METODOLOGIA) O método adotado para a pesquisa é o estudo teórico apoiado na pesquisa de livros e artigos de revistas científicas e em publicações acadêmicas em sites tais como Google acadêmico e scielo. **(RESULTADOS)** A criança é um consumidor em potencial na sociedade capitalista e as grandes empresas publicitárias enxergam nesse público a enorme possibilidade de consumo presente e a fidelização do sujeito que é reduzido a público alvo. O bombardeio publicitário ao qual as crianças são expostas reserva um novo lugar para a infância: deixa de ser período de construção da subjetividade e dos valores tornando-se mero precedente de uma posição no mundo mercadológico. A sociedade globalizada e a revolução tecno-científica retiraram a criança da posição de receptor passivo de ideologia incluindo-a no processo de produção e reprodução de cultura mais do que em qualquer outro cenário da história como demonstra a reprodução fiel pelas crianças, das peças publicitárias que exacerbam a necessidade de ter como garantia a inscrição na sociedade. Em “O Tempo e o Cão” (2009) a psicanalista Maria Kehl afirma que a publicidade teria transformado a felicidade em uma sucessão de frases imperativas que nos faz consumir. Entretanto sem garantias de plenitude com a permanência imperativa do vazio. Não contamos hoje com legislações específicas que abordem de maneira satisfatória e objetiva regras tocantes à publicidade infantil. Há no ordenamento jurídico pátrio o reconhecimento constitucional da necessidade de tutelar a pessoa e a família diante da publicidade nociva. Ademais o ECA prevê, timidamente, uma repressão à classificação indicativa que infelizmente não é aplicada à publicidade. O CDC vem mencionar de forma pontual e com norma bastante genérica a vedação de conteúdo publicitário que se aproveite de deficiência de julgamento e experiência da criança.

(CONCLUSÃO) Nas palavras da psicanalista Glaucineia Gomes de Lima, em “Criança: objeto a liberado?” (2009) como consumidor em potencial na sociedade de consumo, a criança é reduzida a objeto, esvaziada de subjetividade e condenada a sucumbir como objeto-dejeto da miséria da sociedade globalizada (...). O direito econômico ficou de fora das mãos do Estado. A ponderação de valores ao mitigar o caráter absoluto a qualquer direito confronta a liberdade de expressão comercial com o direito à proteção da criança deixando em evidência que a necessidade de preservar o sujeito hipossuficiente irá prevalecer. E não haverá que se falar em liberdade de expressão se o conteúdo a ser vinculado é degradante ao desenvolvimento da criança enquanto ser social.

MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO - PL Nº5.807, DE 2013: UMA ANÁLISE SOBRE UM POSSÍVEL EXCESSO DE INTERVENCIONISMO POR PARTE DO ESTADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Autor(es):

Germano Praciano de Sousa Junior: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Augusto Teixeira Maia de Oliveira : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A partir da análise da atividade mineradora no Brasil e do PL Nº 5.807, de 2013 (Novo Marco Regulatório da Mineração), é importante ressaltar que “a mineração é uma indústria, por tanto ela depende de tecnologia, de talentos técnicos/profissionais, de intenso capital de risco, e é uma atividade de longa duração, exigindo atributos especiais nas legislações que a orientam” . O referido projeto de lei tem como principais características: A regulação, ou seja, tem o intuito de trazer uma nova legislação mineral; A segunda característica é administrativa/institucional, visa à criação da Agência Nacional de Mineração (ANM) e do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM); E a terceira tem o caráter de tributação e taxação, estando relacionado com o aumento da CFEM (compensação financeira pela exploração de recursos minerais). Nesse contexto será problematizado se há abuso do poder estatal, quais são os seus limites e quais as consequências de uma possível aprovação deste projeto de lei.

(METODOLOGIA) Foi utilizada pesquisa teórica de caráter exploratório, mediante análise de artigos em jornais, palestras, projeto de lei, Constituição Federal e discussões com geólogos, empresários e profissionais da área jurídica como também da área de geologia e mineração com a finalidade de ter uma melhor compreensão dos limites estatais, mas também das consequências positivas e negativas da implantação do PL Nº5.807, de 2013 para o Brasil. Utilizou-se, para tanto, o método de abordagem dialético.

(RESULTADOS) Ao confrontar a pretensão e argumentos do Estado mediante a implantação do PL Nº5. 807, de 2013 com as pretensões e argumentos da classe mineradora, foi observado uma grande contradição. O governo diz que quer modernizar a lei, quer atrair investimentos, quer uma melhor exploração dos recursos minerais e tem o interesse de beneficiar a sociedade com tais alterações no marco regulatório. Porém, a “sociedade” (em especial a classe empresarial e trabalhadora) afirma que esta medida resultará em um exagerado intervencionismo, ou seja, o PL concentrará o poder nas mãos do governo federal e ainda mais, afirmam que o novo marco regulatório não tem nada de moderno, pois é uma cópia do recente modelo que regula as atividades do petróleo e gás natural, só que de forma inversa, tendo a principal função de estender o monopólio estatal para todos os bens minerais, gerando riscos/prejuízos incalculáveis para todo o setor.

(CONCLUSÃO) É notória a necessidade de que o Estado também se beneficie da atividade mineradora (tributos, controle, fiscalização...), isso é indiscutível. Porém, o atual marco regulatório é avaliado como um bom código, pois reflete a atual estabilidade política, econômica e legal no setor. Como todo e qualquer ordenamento, é passível de aprimoramento, de se adequar à evolução social, como também à própria atividade. Neste contexto, consideramos que a medida mais prudente nesse determinado momento seja a de manter o atual código, seguindo com as discussões cabíveis entre os poderes e a sociedade (sem pressão), de forma democrática, visando o melhor para o país, mas não impedindo a sua modernização, melhoramento, aperfeiçoamento através dos mecanismos legais, que possam implantar as mudanças necessárias.

MARKETING MULTINÍVEL: O CASO TELEXFREE E A TUTELA JURISDICIONAL

Autor(es):

Eliabi César Dantas da Silva : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Francisco Renato Ribeiro Júnior : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Mateus Martins Barreto Lins: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como finalidade realizar estudo sobre um fenômeno econômico-social, o Marketing Multinível, utilizando como parâmetro de pesquisa o caso Telexfree. É um dos objetivos desta pesquisa analisar o amparo legal deste modelo de negócio e ainda, verificar no ordenamento jurídico vigente, os limites que asseguram seu funcionamento. Neste caso, é possível observar uma linha tênue entre o dito legal e o ilegal, sendo a real distinção tarefa complicada de se realizar por se tratar de um plano que vai além da mera letra da lei. A Telexfree, empresa de razão social Ympactus Commercial S.A., instituição financeira devidamente constituída junto à Receita Federal, atraiu a atenção de toda a sociedade; órgãos como o Procon e o Ministério Público desencadearam diversas investigações que suscitaram vários efeitos, entre eles, a saber, o bloqueio dos bens da empresa e de seus diretores. Desde então várias foram as reações no meio social, nos veículos de comunicações, intrigas, confusões e protestos. Sobre estes fatos, nos diferentes meios – social, jurídico e econômico – este trabalho, a título de iniciação científica, se desenvolve.

(METODOLOGIA) Partindo da análise crítica sobre o Marketing Multinível, exatamente o caso Telexfree no Brasil, procuramos encontrar os limites jurisdicionais que sustentem, ou não, esse modelo de negócio econômico. Os métodos utilizados para a pesquisa são: O Indutivo, a observação de fatos históricos, a raiz cronológica do marketing multinível e os casos de pirâmides financeiras, resultando em possíveis conclusões. Método Dialético, a partir da comparação entre ideias de teóricos e juristas, que versem a favor e/ou contra ao modelo de negócio, e a pesquisa jurisprudencial sobre decisões dos tribunais regionais e superiores sobre o assunto.

(RESULTADOS) A recorrente divergência no campo da ideia doutrinária sobre o Marketing Multinível e suas variações, contribui para o enriquecimento do estudo e a construção de um resultado crítico. Nossa Constituição Federal prevê em seu Art. 170, Caput que a Ordem Econômica deve ser fundada “na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa” e “tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social”. No entanto, a Lei 1.521 de 26 de Dezembro de 1951, que altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular (Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 – Código Penal), dispõe que são crimes desta natureza: “obter ou tentar obter ganhos ilícitos em detrimento do povo ou de número indeterminado de pessoas mediante especulações ou processos fraudulentos (“bola de neve”, “cadeias”, “pichardismo” e quaisquer outros equivalentes”. É esta uma das principais divergências de nosso ordenamento jurídico quanto ao tema.

(CONCLUSÃO) O Marketing Multinível no Brasil carece de uma regulamentação mais abrangente, que apresente caminhos que delimitem bem a visão legal sobre esse modelo de redes de negócio. Assim, à vista do que propomos a legislação brasileira parece ser omissa em razão da modalidade do Multinível, como o caso proposto a Telexfree. A prática do modelo de negócio da Telexfree mostra um produto, a empresa cumpria suas responsabilidades fiscais, contudo, havia a necessidade de que novos associados entrassem na empresa. Essa foi a brecha encontrada pela justiça para enquadrar a empresa como exercendo atividade ilegal. Esse procedimento jurídico que delimitou a atividade das empresas de Marketing Multinível no Brasil na realidade é prova de que não existe uma tutela jurisdicional atual que acompanhe esse tipo de atividade econômica.

MERCADO HUMANO: A CAPITALIZAÇÃO DO CORPO

Autor(es):

Celina Lemos: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN*Danielle Sousa da Silva*: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN*Katherine Alessandra Fernandes Pereira*: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN*Luciana Felix de Lima*: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN*Silvania Medeiros dos Santos*: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Walber Cunha Lima

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho objetiva verificar o mercado humano frente os avanços da biotecnologia, especificamente no que tange ao chamado mercado humano. Segundo Garrafa e Berlinguer, 2001, a coisificação do homem surgiu com a escravidão, quando seres humanos eram alienados como se mercadoria fosse. Com os estudos biotecnológicos sobre o indivíduo, o mercado humano se sofisticou, atualmente é possível, apensar de ilícitamente, alienar partes do corpo para transplante, vender temporariamente as funções reprodutivas, ceder o corpo para experimentos científicos genéticos. Nesse contexto, no mercado humano atual, o corpo vivo ou morto é objeto para ganhos de capital, moeda de troca. O tema é polêmico, portanto, bastante relevante para análise. A prática do mercado humano é proibida pela legislação brasileira, pois, o direito ao corpo apesar de ser individual e personalíssimo, é também indisponível. Nesse sentido, a Bioética possui princípios clássicos que tutelam a pessoa humana, quais sejam, não-maleficência e justiça de cunho deontológico, beneficência e autonomia, de cunho teleológico (Garrafa apud Diniz, 2009). Segundo Diniz (2009) “os bioeticistas devem ter como paradigma o respeito à dignidade da pessoa humana, que é fundamento de todo o ordenamento jurídico (CF, art 1º, III)”. Contemporaneamente, muitas são as modalidades do mercado humano, indo desde a cessão do corpo para pesquisa até a comercialização de partes do mesmo.

(METODOLOGIA) Aplicação do método dialético, confrontando os dados de pesquisa de cunho bibliográfico e transdisciplinar, religando as diversas áreas do saber

(RESULTADOS) A prática do mercado humano afronta o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento maior do estado democrático de direito, especialmente aqueles indivíduos social e economicamente desfavorecidos. A relação homem como mercadoria, desenvolveu-se de tal forma que gerou o mercado clandestino de partes do corpo, órgãos, material genético, bem como a cessão do corpo com a finalidade de práticas ilícitas. Os avanços biotecnológicos devem, portanto, acontecer em consonância com os princípios bioéticos clássicos que são ferramentas capazes de combater o mercado humano, quando objetiva que o homem possa viver com respeito a sua integridade física e moral, de forma a evitar quaisquer danos a sua dignidade **(CONCLUSÃO)** Os avanços biotecnológicos muitas vezes contribuem para que a pessoa humana seja coisificada, retirando-lhe aquilo que possui de mais sagrado: sua dignidade. Nesse contexto, a Bioética, através de seus princípios possui um relevante papel para a proteção do ser humano como um todo. O Biodireito por seu turno, capitaneado pelos questionamentos Bioéticos inibe coercitivamente a prática do mercado humano. Desta forma, conclui-se a necessidade da interligação dessas áreas do saber, como forma de evitar a capitalização do corpo através do mercado humano.

MÍDIA E IMAGEM: A SUA INFLUÊNCIA SOBRE OS JULGAMENTOS CRIMINAIS

Autor(es):

Amanda Macedo Cabral: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Anna Leticia Araújo Colares: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Anne Carolynne Macêdo Albuquerque: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
José Soares de Miranda Neto: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O tema abordado trata-se da influência da mídia e imagem perante as decisões judiciais referentes ao Direito Penal, a verdade midiática que é propagada em nome da liberdade de manifestação do pensamento, aplicada de forma abusiva com base no sensacionalismo, induz a formação da pressão pública sobre os julgamentos criminais. É evidente, a necessidade da liberdade de imprensa que possibilita a notificação de fatos, devendo ser narrados de forma imparcial para que se evitem conclusões precipitadas e distorcidas sobre os acontecimentos de cunho social. É possível verificar, no Brasil, que a informação não é transmitida aos telespectadores com valor ético, mas simplesmente visando o lucro. Portanto, para imprensa não interessa como se vende e até que ponto a informação sem fundamentação adequada é prejudicial ao devido processo.

(METODOLOGIA) Para alcançar os objetivos deste estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, mediante análise de artigos em revistas jurídicas especializadas, bem como de julgados de casos de grande repercussão social, a fim de demonstrar a influência midiática nas decisões judiciais, tornando assim, o método indutivo o aplicado no presente trabalho científico. Durante todo o trabalho serão expostos aspectos de casos particulares com o intuito de demonstrar a necessidade de delimitar (sem grandes prejuízos ao direito público) o direito à liberdade de expressão e informação em prol de um devido processo justo.

(RESULTADOS) A lei acaba sendo um produto espalhafatoso dos meios de comunicação em massa. Eles não têm o devido cuidado de criar consciência social e estigar o debate público. Buscamos mudança nos meios de comunicação social. Mas acreditamos que a maior mudança deve ocorrer no receptor da notícia que precisa compreender que a informação nunca é repassada de forma inocente, pois há sempre uma malícia por trás de toda notícia. A mídia tem ultrapassado a linha tênue do cumprimento do seu dever. A liberdade de imprensa e expressão está presente na nossa Constituição, mas acreditamos que seja o dever da mídia atuar e divulgar embates de ordem pública, sem trazer um julgamento pronto, pois esta função de sentenciar cabe ao judiciário.

(CONCLUSÃO) Constata-se através dos dados coletados a ocorrência e inobservância dos prejuízos causados ao processo criminal, pela falta de interesse de desmistificação da verdade midiática e principalmente por má utilização do poder de informação que é concedido à mídia em prol de garantir o direito à liberdade de expressão, a todos sem distinção de qualquer natureza. Em questões de dignidade é garantido ao apenado o direito ao devido processo legal de forma imparcial, como individuo lhe são assegurados todos os demais direitos necessários a uma vida digna. Nesse contexto, concluímos que se faz necessário à delimitação clara e explícita, por parte dos órgãos competentes, entre o direito de informar e o direito ao processo justo. Assegurar a transparência dos atos jurídicos, como dos fatos sociais torna-se imprescindível, desde que seja limitada a manifestação de pensamento quando por em risco a segurança ao processo criminal, pois este é inerente à dignidade de qualquer individuo e berço das demais liberdades públicas, asseguradas na Carta Maior.

MISTANÁSIA COMO CONSEQUÊNCIA DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA

Autor(es):

Ana Larissa Vasconcelos Parente: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN*Ana Priscyla Braga Lima*: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN*João Paulo Batista da Silva*: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN *Mariana**Oliveira Ferrolho de Carvalho*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Raphaella Maria Falcão Lima*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Walber Cunha Lima

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Ainda que o Brasil tenha normas constitucionais tão garantistas, tem sido cada vez mais frequente a morte de milhares de pessoas sem nenhuma assistência, jogadas à própria sorte, em lixões, debaixo de pontes, nas ruas, e também em casa ou nos hospitais. Mistanásia é um termo da bioética, surgido para representar a morte miserável fora e antes da hora, ocorrendo em circunstâncias de extermínio de pessoas taxadas como indesejáveis; em sistema precário de saúde ou ausência do mesmo; sujeição a práticas perigosas por necessidade e a iatrogenia, comumente conhecida como erro médico. Constitucionalização Simbólica é o processo no qual textos constitucionais cuja referência manifesta à realidade é normativo-jurídica, mas que servem, primária e hipertrofiadamente, a finalidades políticas de caráter não especificamente normativo-jurídico, criados para não ter eficácia. De acordo com a Constituição, é dever do Estado garantir os direitos fundamentais. Tem-se percebido a mistanásia como consequência do simbolismo presente no texto constitucional. A pesquisa teve como objetivo investigar a relação existente entre a mistanásia e o simbolismo constitucional. **(METODOLOGIA)** Utilizou-se como método de abordagem o dialético, confrontando o fenômeno da mistanásia e a teoria do simbolismo na Constituição Federal de 1988, como forma de busca dos resultados; como método de procedimento, o comparativo e como instrumentos do método de investigação, os de caráter bibliográfico. **(RESULTADOS)** Inferiu-se que a mistanásia é consequência da falta de concretização normativo-jurídica do texto constitucional que prevê que são deveres do Estado a garantia da segurança pública, saúde, educação e o lazer, bem como, inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; e que esta está associada à função hipertrofiadamente simbólica de orientação social democrática da Constituição brasileira de 1988. É simbólica porque há o predomínio, no que se refere ao sistema jurídico, da função simbólica da atividade legiferante da lei, sobretudo em detrimento da função jurídico-instrumental. No âmbito da retórica do reformismo constitucional, os programas de governo ficam reduzidos a programas de reforma da constituição, contudo as respectivas estruturas sociais e relações de poder permanecem intocáveis e tem sido ocultado o fato de que os problemas jurídicos e políticos causadores da mistanásia estão associados à falta de condições sociais para a realização de uma Constituição inerente à democracia e ao Estado de Direito do que nos próprios dispositivos constitucionais.

(CONCLUSÃO) Observado o caráter garantista do texto constitucional e a forte intenção meramente simbólica neste, que acaba por impedir a efetivação das garantias capazes de evitar a prática da mistanásia, conclui-se que a Constituição Brasileira de 1988, ainda que - formalmente - possua preceitos que visem coibir ou evitar a mistanásia, finda cooperando para a efetivação desta, enquanto que se apresenta como norma carregada de simbolismo.

NECESSIDADE DE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO - PRINCÍPIO DA ISONOMIA

Autor(es):

Paulo Marcelo de Medeiros Jordão : Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
Paulo Rafael Soares Mesquita de Medeiros: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem como fito mostrar a necessidade de aplicação de diferentes jornadas de trabalho relacionando cidades e suas peculiaridades buscando uma fundamentação científica e não apenas social. Tendo em vista que a jornada de trabalho na história foi estabelecida inicialmente para diminuir os conflitos e os clamores sociais que começaram a se expandir pelo mundo com pensamentos socialistas/comunistas, alguns países começaram a ceder as pressões sociais onde inicialmente em 1º de maio de 1886 em Chicago EUA, milhares de pessoas se manifestavam nas ruas em prol da redução da jornada de trabalho para 8h/dia, dando início a uma greve geral, o resultado desta manifestação foram mortes e ferimentos de dezenas de pessoas, logo depois em 1890 o EUA tornou-se o primeiro país a declarar a jornada de trabalho em 8 h/dia. Após ser fundada a OIT em cumprimento de tratado internacional estabelecido uma grande parcela dos países acordaram uma jornada de trabalho máxima de 8h/dia e de 48h/semanal.

(METODOLOGIA) A pesquisa deste trabalho foi fundamentada na doutrina constitucional, na doutrina trabalhista, em dados de pesquisas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em instituições de saúde nacionais, em instituições da Saúde internacionais, em dados estatísticos de institutos renomeados de pesquisas e outros meios conveniente para respaldar fundamentalmente o tema abordado, assim trazendo pensamentos e dados estatísticos que enlaçam a discussão.

(RESULTADOS) São vários e bons os resultados que proporcionam a redução da jornada de trabalho como exemplo nos EUA e em alguns países Europeus. Dados estatísticos feitos a partir de pesquisas demonstram uma melhor qualidade de vida, pois proporciona mais tempo ao zelo familiar, mais tempo para investir em atividades físicas, mais tempo para se cuidar melhor, mais tempo para investir em capacitação sem falar no aumento de milhares de empregos. A implementação de jornada de trabalho não superior à 6h/dia para operador de telemarketing foi uma evolução social atendendo dados científicos e á na ciência que este trabalho se baseia.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que é notória a necessidade de uma mudança na jornada de trabalho no Brasil que se adéque a sua real necessidade, assim levando em conta o princípio constitucional da isonomia, tratando os iguais como iguais e os diferentes como diferentes, este trabalho vem com um viés de mostrar uma das possíveis soluções para amenizar em parte o sofrimento dos trabalhadores e trazendo uma idéia que cidades devem ter jornadas de trabalho diferentes por estar em condições diferentes (isonomia), levando em consideração fatores como poluição, transito, saúde física e mental, qualidade de vida familiar dentre outros.

NORMA JURÍDICA, PRINCÍPIO JURÍDICO E CÓDIGO JURÍDICO NÃO ESCRITO

Autor(es):

Gabriela Cavalcanti Carvalho de Lima: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Lucas Antonio Rosso Gomes Caldas*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*silmara chiara dias pinheiro*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Talyta Betyna Brasil de Macedo*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Tiago Araújo Câmara* : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Ronaldo Alencar dos Santos

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A discussão deste tema, embora basilar, é de fundamental importância visto que existem diversos casos dentro de nosso ordenamento jurídico em que, em sua maioria são resolvidos pela lei, pela norma jurídica, não vingará em todos os casos; existem casos em que um costume jurídico ou um princípio que rege o ordenamento pode resolver a questão. A proposta é apresenta-los (norma, princípio e costume), de maneira conflitante, entre si para demonstrar essa questão que é presente no Direito brasileiro, e no direito internacional. Exemplo disso é a proposição de normas e protocolos em conselho internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU) em face ao Princípio da Soberania de cada integrante.

(METODOLOGIA) Para apresentar essa temática, utilizar-se-á o método dialético, que consiste na contraposição de ideias, em que, se colocará frente a frente os subtemas do que é proposto, ou seja, contrapor norma jurídica, princípio jurídico e costume jurídico com a finalidade de reforçar a discussão existente acerca destes nas decisões judiciais, em que sua maioria se vale da norma. Para isso também foi utilizada a doutrina na constituição da pesquisa, aquisição do conhecimento necessário acerca do tema e, também, engajar uma discussão de um tema basilar, porém importante no Direito.

(RESULTADOS) O resultado que pode ser atingido com tal feito, com a contraposição de norma jurídica, princípio e costume, é que se colocam frente a frente diversas teorias e vários grandes juristas e escolas jurídicas, demonstrando a discussão deste tema importante ao direito. Na maioria dos casos em que se há um processo judicial, na sentença, o entendimento é baseado na norma jurídica, entretanto, também se pesa os princípios que regem o ordenamento jurídico e, em casos específicos e raros, o costume interfere numa decisão judicial. Vão existir casos também em que a norma (lei) será mais injusta que o costume presente na sociedade ou que o princípio será mais justo que a lei. Outra questão é que, como citado na introdução, existem exemplos como a ONU, em que decisões lá tomadas são vistas, de certa maneira, como normas, entretanto, devem submeter-se ao Princípio da Soberania que rege cada país. Outra contraposição faz-se presente em situações em que se aprova uma lei e nesse país a sociedade fazia uso de um costume que, antes visto como permitido na sociedade, o costume *Secundum Legem* (segundo a lei) torna-se *Contra Legem* (contra a lei), passa a haver um choque na sociedade devido à necessidade de se adaptar a “nova realidade” que fora proposta com a nova norma. A própria teoria confronta-se quanto a o que cada escola jurídica e seus teóricos e juristas defendiam como a teoria *Jusnaturalista* aduzia que o judiciário detinha função aplicadora do direito e o *Juspositivismo* aduzia que o judiciário detinha uma função criativa do direito.

(CONCLUSÃO) Diante do que fora demonstrado, conclui-se que, com tal discussão, necessita-se de que se observe atentamente o caso concreto a ser proposto e que se observe também qual permitirá uma resolução mais justa de um caso judicial. Outro objetivo é o de remontar a discussão existente sobre este tema com o intuito de fazer com que o jurista brasileiro expanda seu conhecimento deste tema basilar, mas, importante para o direito brasileiro e internacional, com as teorias de teóricos como Hans Kelsen, Herbert Hart e escolas jurídicas como a Escola da Exegese.

O ATO MÉDICO E SUA APLICABILIDADE NA REALIDADE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE ACERCA DE SUA VALIDADE E EFICÁCIA SOCIAL.

Autor(es):

Catherine Carvalho de Oliveira: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
Lara Fernandes de Queiroz: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Rayanne Barbosa de Sousa: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN
Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Diante da problemática surgida no final do primeiro semestre de 2013, a população despertou e foi às ruas pleitear melhorias na administração pública, resolvemos direcionar nossa pesquisa a uma das críticas feitas: o Ato Médico. Este consiste no Projeto de Lei 7.703/06 que regulamenta a Medicina com o intuito de salvaguardar a saúde populacional, aperfeiçoando o diagnóstico, os procedimentos terapêutico e profilático. Com isso, objetivamos analisar e esclarecer o conteúdo legal do Ato, interpretado de forma errônea, e a problematização em sua validade e futura eficácia social.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa utilizará o método dedutivo, partindo de doutrinas e leis que se complementam, averigua o fenômeno social sobre a validade e eficácia da lei. Utilizando o método dialético, é elaborado um diálogo entre os pontos favoráveis e contrários. No que tange ao método de procedimento, aplicará o estudo de caso e o método documental, buscando jurisprudências dos nossos tribunais, além de promover uma maior compreensão social e atenuando a má interpretação do texto legal. Além disso, a análise em questão ancora-se num referencial teórico, estabelecendo uma relação mais apropriada com a realidade.

(RESULTADOS) Segundo uma base teórica firmada no Projeto de Lei 7.703/06, em doutrinas, jurisprudências e numa análise sociológica, certifica-se que a aprovação do Ato Médico, para corrente contrária, aumentaria a monopolização dos médicos sobre a área da saúde e além disso, a corrente interliga o conteúdo legal do Ato com o caos na saúde pública, baseando sua opinião numa interpretação errônea sobre o Projeto de Lei, em reflexo da alienação midiática e da falta de interesse da sociedade brasileira em conhecer o texto legal integralmente. Por outro lado, a corrente favorável à aprovação do Ato Médico, diz que através dele haveria uma especificação nas funções médicas, ocorrendo uma delimitação dos deveres referentes a profissão. Em consequência, a sociedade iria se beneficiar com sua efetividade, trazendo uma maior segurança no atendimento dos pacientes. O artigo terceiro do Ato Médico traz que não haverá monopolização: "O médico integrante da equipe de saúde que assiste o indivíduo ou a coletividade atuará em mútua colaboração com os demais profissionais de saúde que a compõem." Portanto, o Projeto de Lei visa um objetivo: salvaguardar os direitos do cidadão e os deveres dos médicos.

(CONCLUSÃO) Respeitando o Princípio da Isonomia, o Ato Médico é uma medida justa aos médicos porque existem regulamentações da atividade profissional das demais áreas da saúde. Os médicos e a sociedade seriam beneficiados pois delimita as funções médicas e o paciente gozará de uma maior segurança, havendo um aprimoramento dos procedimentos terapêuticos e profiláticos. Os artigos do PL 7.703/06 apenas reafirmam a existência de uma multidisciplinaridade na área da saúde, devendo ser respeitada em conformidade com o que é previsto nos atos normativos existentes das outras profissões. Em relação ao Ato e o caos no Sistema Único de Saúde (SUS), vale esclarecer que não se deve confundir a gestão pública legislativa, responsável pela regulamentação da Medicina, com a gestão pública executiva, responsável pela administração dos serviços públicos. Portanto, não há motivos pertinentes para desaprová-lo, o que ocorre são conflitos aparentes, já que a maioria da sociedade será indubitavelmente beneficiada acarretando em uma maior segurança para o paciente, igualdade dentro da área da saúde e uma maior ordem na atividade médica.

O ATIVISMO JUDICIAL E A QUESTÃO DA PUBLICIDADE NO RN: ANÁLISE DE SEUS ASPECTOS JURÍDICOS CONTROVERTIDOS

Autor(es):

Andressa Alves de Souza: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Larissa Martins da Silva Barbosa: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
Mauricéia Cabral Machado: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
Vitor Emanuel Teixeira de França: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Nosso trabalho aborda a origem do ativismo judicial – que consiste na atividade mais expressiva do Poder Judiciário -, a partir da necessidade da flexibilização do princípio da separação dos três poderes, em resposta à ineficiência dos Poderes Executivo e Legislativo, no cumprimento de suas funções típicas. Nesse contexto, analisamos o caso concreto de aplicação do ativismo judicial pelo Juiz Marcus Vinicius Pereira Junior, da comarca de Currais Novos - RN, que suspendeu os serviços de propaganda/publicidade pagos pelo Estado, que estavam sendo utilizados de forma desproporcional, devido a uma necessidade maior: a proteção à saúde; tendo em vista ser esta um dever do Estado, previsto na Constituição. Assim, o trabalho suscita a indagação a respeito da legitimidade do ativismo judicial para redirecionar recursos públicos da pasta da publicidade estatal para a pasta da saúde.

(METODOLOGIA) Para alcançar os objetivos deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise de artigos em revistas jurídicas especializadas, bem como do processo em tramitação nº 010509-70.2013.8.20.0103, a fim de explorar a realidade do ativismo do Judiciário através de embasamentos teóricos que gerem reflexão, mediante contraposição de ideias, tornando assim, o método dialético o aplicado no presente trabalho científico. Foi examinada também a origem da separação dos poderes e do ativismo judicial, utilizando-se, dessa forma, o método histórico como método auxiliar de pesquisa; bem como o estudo de caso, devido à análise da decisão do Juiz Marcus Vinicius Pereira Junior.

(RESULTADOS) O trabalho torna perceptível que a atuação judicante ativista está cada vez mais presente, buscando efetivar direitos sociais não realizados; transcendendo suas funções típicas como propõe a teoria da separação dos Poderes. A partir dessa atividade, observamos o surgimento de um caso inédito: o da suspensão das verbas destinadas à publicidade, até que sejam atendidas as demandas judiciais relativas à saúde. Nessa decisão, foi notado que houve a preponderância dos valores relativos ao direito à saúde frente ao direito à publicidade.

(CONCLUSÃO) Apesar de a separação dos Poderes ser um princípio fundamental no ordenamento constitucional brasileiro - protegido, em nível de cláusula pétrea fundamental, na nossa Constituição, em seu artigo 60, § 4, III -, percebemos que é inevitável a interferência do Poder Judiciário nas funções dos demais poderes, devido a muitas vezes haver inércia destes e os cidadãos não poderem ficar à mercê do jogo político do Legislativo e Executivo, sendo necessário a efetivação dos seus direitos. Como verificamos no caso em estudo, o Poder Judiciário ficou em oposição ao Poder Executivo, onde na determinação do juiz, este Poder foi vencido, significando a vitória para a sociedade, uma vez que as decisões geralmente refletem os direitos constitucionais já previstos. Portanto, a partir do exposto, consideramos legítimo o uso do ativismo judicial presente na decisão em que o magistrado redirecionou verbas públicas da publicidade para a saúde; tendo como base, também, o artigo 461, caput e § 4º, do Código de Processo Civil, a partir do qual podemos entender que quando houver deferimento do pedido em desfavor do Estado e, se mesmo assim, este relutar em cumpri-lo, poderá ser feito o sequestro de verba pública para custear o que foi determinado e aplicar multa moratória. Além da visível desproporcionalidade dos investimentos nas respectivas áreas no RN, com gastos anuais de 16 milhões para a publicidade e 11 milhões para a saúde.

O BIODIREITO E A PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA E DE SUA DIGNIDADE

Autor(es):

Filipe Manuel Morim Peixoto: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Walber Cunha Lima
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) As experiências realizadas em seres humanos devido a diversas atrocidades cometidas durante a II Guerra Mundial e as preocupações da Bioética na atualidade, reforçam a necessidade de controle do progresso biotecnológico pelo Biodireito em nome dos direitos fundamentais do homem relacionados à sua vida, saúde, reprodução e morte.

(METODOLOGIA) O método empreendido foi o cartográfico ao estilo do renomado Boaventura de Sousa Santos que consiste na análise das principais idéias contidas na pesquisa bibliográfica.

(RESULTADOS) A Bioética foi e é o instrumento que colocou em destaque a utilização de cobaias humanas por cientistas alemães, na introdução de doenças contagiosas, na esterilização de judeus e ciganos e no congelamento de partes do corpo, para pesquisas no tratamento da hipotermia, da malária, tifo, tuberculose entre outras doenças. Assim como ao observar a possibilidade de se desvendar o código genético, assim como a clonagem humana reprodutiva, a Eugenia e os organismos geneticamente modificados na análise de respectivos efeitos. Deste ponto, o que se observa é a violação da dignidade humana e a necessidade de proteção da pessoa, porque a morte, males físicos, e psicológicos despertam a transdisciplinariedade do Biodireito, para que a lei possa dar melhores garantias à espécie humana.

(CONCLUSÃO) O Biodireito e a Bioética são valiosos para a recuperação dos valores humanos, o Cód. de Nuremberg por exemplo, é o conjunto de princípios éticos que regem a pesquisa com seres humanos, em 1964 foi redigida a Declaração de Helsínquia onde passou-se a integrar os princípios éticos na relação médico-paciente. As manipulações em alimentos, servem para suportarem melhor as condições climáticas, pragas e para crescerem mais rapidamente fazendo face ao alto consumo de carne e legumes. Não é justo ver os três poderes inertes perante o poder da ciência sobre o genótipo humano, mas denote-se que com o tempo será difícil deixar de proporcionar maior qualidade de vida às famílias, com o código genético temos remédios mais eficazes e novas terapias imunoterápicas, no combate e prevenção de doenças. Os produtos para a pele e cabelo, atingem “bons resultados” no entanto são à base de produtos químicos, ou derivam de matérias primas que sofreram manipulação genética, porem a taxa de morte por câncer no Brasil nos anos 80 era de 8%, e em 2011 aumentou para 15,1% e o relevante fato de haver cada vez mais pacientes com demências mentais como Alzheimer e Parkinson, atualmente em torno dos 50 anos de idade, são alarmes importantes para o reconhecimento da Bioética e do Biodireito no controle do progresso biotecnológico para que tenhamos um mundo cientificamente equilibrado, na medida da proteção da pessoa humana e de sua dignidade, para Maria Helena Diniz, é necessário uma “biologização” da lei, estabelecendo bases, impondo limites sobre as evoluções científicas da ciência da vida, a fim de ser resguardado o direito à identidade pessoal e à dignidade humana de forma que os avanços da engenharia genética proporcionem benefícios ao homem, e não sejam usados com outros fins.

OFENDÍCULOS: VISÕES E CONTROVÉRSIAS NA DOCTRINA BRASILEIRA

Autor(es):

Leni de Melo: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Luciana Santana Pessoa: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Gabriela Furtado Marinho: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Veridiana Avelino da Silva: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Rogério Tadeu Romano

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O Direito Penal, como ciência cultural e normativa, caminha ao lado de diversas ciências com o intuito de efetivação do Estado Social de Direito, sendo intrínseca sua relação com as mudanças sociais, o que permite sua evolução pela necessidade de abarcar as problemáticas sociais emergentes, dentre estas, o avanço da criminalidade. Os ofendículos figuram como opção para tentar minimizar os efeitos dos malefícios oriundos desses avanços, uma vez que figuram como método suplementar de proteção à família e à propriedade. Atualmente a utilização desses dispositivos é crescente, que podem ser ativos ou passivos, havendo diversidade tanto no âmbito da zona urbana como rural. O trabalho exposto visa realizar uma abordagem introdutória sobre os ofendículos, tratando de forma dialética as doutrinas elaboradas por grandes juristas brasileiros, bem como oferecer subsídios para formulação de entendimento sobre o paradigma de antijuricidade em que está situado, se legítima defesa ou exercício regular de direito, abordando a responsabilidade penal subjetiva decorrente do excesso em sua utilização.

(METODOLOGIA) O trabalho desenvolver-se-á através de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial com fins de conhecimento teórico. Para isso, serão elaborados pesquisas dentre os renomados doutrinadores do Direito Penal Brasileiro, bem como no site do Supremo Tribunal Federal, onde serão pesquisadas as jurisprudências relacionadas ao tema.

(RESULTADOS) Dentre a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial obtida, tem-se que os ofendículos são objetos de controvérsia doutrinária, sendo que alguns doutrinadores os caracterizam como exercício regular de direito, outros os classificam como meios de legítima defesa. Há ainda a teoria mista, que seria inicialmente exercício regular do direito e após consumado o objetivo de proteção, impedimento, seria legítima defesa. Entretanto, temos que majoritariamente, os ofendículos situam-se no campo da legítima defesa. É cabível a responsabilidade penal subjetiva, quando há ações que lesionam vítimas inocentes, que são atingidas pelos mecanismos de defesa dos ofendículos.

(CONCLUSÃO) Os ofendículos são mecanismos de defesa organizados estrategicamente com o único intuito de proteção, prevenção e bloqueio de atitudes ilícitas por parte de um invasor para que o bem jurídico não seja violado, podendo ser este de ordem material ou até mesmo, a vida. Segundo pesquisa realizada, os ofendículos, como meio de legítima defesa preordenada, apresentam implicações jurídicas, pois o abuso empregado nas instalações podem cominar em institutos jurídicos penais diversos. A responsabilidade penal subjetiva poderá ocorrer, se verificado excesso ou abuso de direito, o que poderá excluir a antijuricidade e caracterizar a tipificação penal, que estará sujeita a sanções.

O LEITO DE PROCRUSTO NAS REDES SOCIAIS

Autor(es):

Anna Karinna Cavalcante da Silva Castro: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Albenes Bezerra Junior
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Procrusto é um personagem da mitologia grega que vivia na serra de Elêusis. Ele tinha em sua casa uma cama de ferro, que oferecia para seus hóspedes deitarem. O problema é que a cama tinha seu exato tamanho e se os hóspedes fossem demasiados altos, ele amputava o excesso de comprimento para ajustá-los à cama. Já os que tinham pequena estatura eram esticados até atingirem o comprimento suficiente. Detalhe: a vítima nunca se ajustava exatamente ao tamanho da cama porque Procrusto, secretamente, tinha duas camas de tamanhos diferentes.

(METODOLOGIA) A proposta é apresentar no pôster um paralelo entre o personagem da mitologia, que representa intolerância e arbitrariedade na aplicação da justiça, com os homens dos tempos atuais. Leigos, magistrados, promotores, sejam eles quem forem, precisam atentar ao fato de não representarem um novo Procrusto, que significa a intolerância do homem em relação ao seu semelhante procurando, arbitrariamente, moldar o outro adaptando-lhe às suas próprias medidas.

(RESULTADOS) Neste trabalho observamos que nos tempos atuais, existe uma espécie de fenômeno Procrusto especialmente nas redes sociais, onde sujeitos utilizam seus espaços de comunicação para criticar e julgar com argumentos subjetivos de suas próprias medidas da justiça. Os Procrustos modernos continuam a, de modo figurado, serrar friamente os membros alheios ou esticá-los até atingir o tamanho do leito escolhido, para que se alcance a "justa medida da cama escolhida". Além disso, a opinião pública como fenômeno de massa, também tem apresentado camas como medidas padrões de justiça e que tentam de certa forma vincular decisões judiciais, pressionando magistrados e tribunais. Entretanto, as camas mudam de tamanho de acordo com os hóspedes, tal qual Procrusto. E mais: as medidas de justiça variam quando individualmente, essas mesmas pessoas que compõem a opinião da massa são questionadas se o julgamento fosse alguém próximo a elas. No seu caso (alguém ligado a você), o parâmetro seria o mesmo? Risco maior, entretanto, é quando vemos autoridade legalmente constituídas, como juízes ou promotores, emitindo opiniões e influenciando seguidores públicos, sobre os tamanhos das camas (medidas de justiça) que deveriam ser aplicadas. E mais: quando eles (juízes) escolhem a cama previamente e suas sentenças nada mais são que ajustes dos hóspedes ao tamanho delas.

(CONCLUSÃO) O Procrusto da mitologia terminou seu reinado de terror quando capturado pelo herói ateniense Teseu que prendeu Procrusto lateralmente em sua própria cama e cortou-lhe a cabeça e os pés, aplicando-lhe o mesmo suplício que infligia aos seus hóspedes. Isso mostra que nem mesmo o dono da cama cabe em sua medida, se colocada nela sob um outro ângulo. Nos tempos atuais a preocupação maior é que a justiça seja norteada em parâmetros que sejam o mais imparcial e menos subjetivo possíveis, respeitando direitos e princípios legais que limitem a arbitrariedade, seja das autoridades legalmente constituídas, seja da própria pressão da opinião pública. Para os Procrustos de hoje uma reflexão: negligenciar a mensagem contida neste mito pode ser nosso silente preparo do leito de Procrusto, do qual ninguém está livre.

O PEQUENO PRÍNCIPE NO DIREITO CIVIL: UMA ANÁLISE DA OBRA DE EXUPÉRY COM BASE NA EVOLUÇÃO DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO.

Autor(es):

Cassiene Silvério da Silva : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Isabella Jamel Lauar DosSantos: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Ana Paula Oliveira Cacho
Instituição de Ensino: UNI-RN
Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com o intuito de estabelecer uma intertextualidade entre Direito e Literatura, buscamos uma relação entre a obra *O Pequeno Príncipe*, de Antoine Saint Exupéry e a evolução do Direito Civil Brasileiro.

(METODOLOGIA) O método adotado para a pesquisa é o teórico, com a busca do espírito do Direito Civil Brasileiro na obra *O Pequeno Príncipe* de Antoine Saint Exupéry.

(RESULTADOS) Diante da delimitação feita na obra *O Pequeno Príncipe* em três capítulos e relacionando-os com o Direito Civil Brasileiro e a sua evolução diante das novas faces sociais, contemplamos os seguintes resultados: No capítulo VII, ao descrever a sua Rosa, o *Pequeno Príncipe* a caracteriza como ingênua, fraca e incapaz de se defender sozinha, além de mencionar que a mantém sob uma redoma. Tal descrição pode ser diretamente visualizada no antigo Código Civil (1916), no qual os direitos da mulher estavam diretamente submissos ao chamado 'patrio poder'. Exemplo claro seria a perda da sua capacidade, tornando-se relativamente incapaz, ao contrair matrimônio. No capítulo XIII, o *Pequeno Príncipe* chega a um planeta habitado por um Homem de Negócios, cuja rotina consiste em contar estrelas, que ele afirma lhes pertencer. O ritmo adotado pelo Homem é técnico, calculista e individualista, completamente distante das reais necessidades coletivas do seu planeta, deflagrando uma postura oposta ao Princípio Basilar da Sociabilidade, abraçado pelo Novo Código Civil, que pode ser claramente visualizado na preocupação do legislador em estabelecer uma função social ao contrato. No capítulo XV, o *Pequeno Príncipe* encontra um planeta, onde um geógrafo é residente e domiciliado. Estagnado em sua mesa de estudos, o Geógrafo apenas elabora teorias sem nenhuma intenção de aproximar-se com a realidade do meio que o cerca. Tal postura pode ser visualizada no espírito dominante do Código Civil Brasileiro de 1916 que, diante dos novos espelhos sociais, se mantinha distante de ser o reflexo esperado da sociedade. Na tentativa de reduzir a distância entre a lei e o meio social, surge um Novo Código Civil.

(CONCLUSÃO) Desse modo, contata-se a intertextualidade entre a obra *O Pequeno Príncipe* e a constante evolução do Direito Civil Brasileiro. Fica clara assim, a importância do Direito Civil continuar o percurso de sua evolução, para ser sempre o instrumento regulador da sociedade em sua plenitude, alcançando os ideais de justiça tão exigidos e almejados pelos cidadãos.

O PRINCÍPIO DA LAICIDADE DO ESTADO: REFLEXÕES ACERCA DE SUA APLICABILIDADE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Autor(es):

Cassio Fernandes Neto: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
João Henrique Tavares Lopes Cardoso : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Marcilio Luiz Messias Diogenes: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Matheus Barradas Alves de Lima: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
William Emile Germain: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem como o objeto de estudo o princípio da laicidade do estado na sociedade brasileira que está assegurado na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 19. Pretendemos analisar os antecedentes históricos que levaram a adoção de tal princípio na Constituição Brasileira, conceituar e diferenciar Estado laico de Estado teocrático, ateu e confessional, além de analisar de forma breve algumas situações que afrontam o Estado laico, como o ensino religioso em escolas públicas, a questão dos feriados católicos, e a adoção de símbolos em repartições públicas. Diante de tantos temas polêmicos verificamos a aplicabilidade e efetividade do princípio da laicidade no atual cenário político e social brasileiro.

(METODOLOGIA) Com o intuito de alcançarmos os objetivos que foram propostos para a realização do artigo científico, utilizamos vários métodos de pesquisa para a coleta de informações que serviram como base para a elaboração do artigo. Dentre tais métodos de pesquisa que empregamos está o método histórico, pelo qual analisamos os antecedentes históricos que levaram até o momento da instauração do Estado Laico no Brasil. Além deste, o estudo de caso, em que exploramos casos concretos em contraposição ao princípio da laicidade. Bem como, a pesquisa bibliográfica mediante análise de artigos em revistas jurídicas especializadas e também de estudos publicados por diversos doutrinadores.

(RESULTADOS) Verificando a historicidade do princípio da laicidade, observamos que o caminho até o atual Estado Laico foi longo e data desde os tempos da proclamação da República, em que o Estado brasileiro foi legalmente separado da Igreja. Verificamos que o objetivo principal do princípio da laicidade é garantir e proteger a liberdade religiosa e filosófica de cada cidadão, impedindo que alguma religião exerça controle ou interfira em ações políticas. Porém, através da análise de casos concretos, como a utilização de símbolos religiosos em órgãos públicos, os feriados católicos e o ensino religioso em escolas públicas, percebemos o claro favorecimento de uma religião sobre as demais e averiguamos que o referido princípio não vem sendo devidamente respeitado no presente quadro político e social do Brasil. Dessa forma, constatamos uma grave violação a esse importante princípio de nossa Constituição e demonstramos a sua relevância perante a concretização do Brasil como um Estado democrático de direito.

(CONCLUSÃO) O Brasil é um Estado Laico, o que significa – em tese - que não se confunde com nenhuma religião, não possui uma religião oficial, permite a mais ampla liberdade de crença e descrença, com igualdade de direitos para ambas, no qual fundamentações religiosas não podem influir nos rumos políticos e jurídicos da nação. Porém, ao longo de nossa pesquisa, constatamos que há uma grande contradição entre a teoria e a prática no cenário brasileiro. Apesar do anseio do Constituinte de 1988 de dar continuidade ao projeto de construção do Estado laico idealizado pelos republicanos de mais de um século atrás, a realidade jurídica ainda está bem distante da realidade fática brasileira. Em nossa pesquisa observamos que, passados mais de 20 anos de sua promulgação, o desejo da Constituição de 1988 ainda não foi completamente realizado e que ainda vivemos em um Estado fortemente influenciado pela religião. Em vista disso, entendemos que o cumprimento do princípio da laicidade é um elemento de fundamental importância para o estabelecimento de uma democracia autêntica no Brasil.

O QUE É UM ASSISTENTE DE ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA?

Autor(es):

Nailton Gomes Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

José Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A partir do final da década de 40 até atualmente, pesquisadores de diferentes áreas (v.g. lógica, direito, ciência da computação, filosofia, psicologia, teoria da argumentação) deram início a vários projetos singulares no campo da Inteligência Artificial e Direito, focados, principalmente, na compreensão e modelagem do raciocínio jurídico. Dentre esses projetos, destacou-se a ideia de uma ferramenta que pode ser empregada para auxiliar alguém enquanto faz declarações, afirmações, conclusões e/ou fornece exceções, isto é, argumenta. Nessa vereda, quer-se essencialmente identificar o conceito de assistente de argumentação jurídica e inferir sua utilidade e aplicações no cenário acadêmico.

(METODOLOGIA) A preparação teórica deste estudo consistiu na leitura e análise de publicações e de programas de computadores (softwares e websites) que auxiliam na atividade argumentativa de alguém – tanto os sistemas de raciocínio automatizado como os sistemas de assistência à argumentação. Da base teórica consultada, destacam-se autores como: Bart VERHEIJ, Thomas F. GORDON, Nikos I. KARACAPILIDIS, R.P. LOUI, Chris REED e Glenn ROWE. Noutro ponto, dos sistemas e projetos analisados, destacam-se o Room 5 desenvolvido por Loui et al. (1997); Zeno, por Gordon e Karacapilidis (1997); Argue! e ArguMed, por Verheij (1998-2001) e Araucaria, por Reed e Rowe (2006).

(RESULTADOS) Como resultados, fora observado que “Assistente de Argumento ou de Argumentação”, em apertada síntese, corresponde ao instrumento eletrônico capaz de fornecer elementos para formular, organizar e apresentar argumentos. No tocante à utilidade dessa ferramenta, se extraiu que, de maneira específica, um assistente de argumentação pode ser empregado para (a) administrar e supervisionar o processo argumentativo de seus usuários; (b) ter o controle das razões aduzidas, das conclusões obtidas e dos contra-argumentos que são alegados; (c) avaliar a qualidade da justificação das declarações feitas; e (d) verificar se os seus usuários obedecem às regras pertinentes à boa argumentação. Noutro ângulo, de modo geral, verificou-se que um assistente de argumento pode servir para elaborar materiais didáticos em raciocínio crítico, lógica informal e teoria da argumentação. Além disso, permite o estudo dos esquemas de argumentação, em sala de aula, por mestres e por alunos, sendo, inclusive, possível a reutilização e partilha de materiais e argumentos entre docentes e discentes. A propósito, como estrita consequência dessas observações, há a possibilidade da construção de um grande repositório "online" de argumentação jurídica a partir de um assistente de argumento.

(CONCLUSÃO) A condução do conhecimento deve se valer de todos os meios disponíveis, especialmente os tecnológicos. A propósito, há algum tempo as tecnologias de informação alcançaram os meios educacionais e ofertaram soluções que serviram de instrumentos de ensino e produção, combinando o ensino presencial ou à distância (via satélite) com o virtual (via internet). Assim, como observado, o assistente de argumento é mais uma ferramenta que vem facultar a oportunidade de aprender a argumentar e de facilitar esse aprendizado através da metodologia do “learning doing” (aprender fazendo).

ORTOTANÁSIA: DIREITO À MORTE DIGNA.

Autor(es):

Willig Sinedino de Carvalho: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Luciana Flávia Nunes Casimiro

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Desde muito tempo, o Homem busca meios para interferir no momento da morte, criando mecanismos procrastinadores desse fato natural. Com o desenvolvimento da biociência, nos meados do século XX, proporcionou o aprimoramento de tecnologias de prolongamento artificial da vida, mesmo que não haja cura para a doença e nem meios para oferecer mais conforto nesse termo final. Mas, sobre esse prolongamento, questiona-se: até que ponto é válido se levar adiante a vida a qualquer custo, sem observar os parâmetros mínimos de existência de vida digna? Submeter o paciente a tratamentos inúteis e dolorosos não caracterizaria afronta aos seus direitos da personalidade? É lícito dar ao paciente terminal a chance de optar pela suspensão do tratamento ineficaz, mantendo-se apenas os cuidados com a dor através da medicina paliativa? Nessa pesquisa objetiva-se responder a esses questionamentos a partir de uma reflexão acerca da prática da ortotanásia: um tema pouco popular, mas de grande relevância jurídica por envolver os conceitos de morte digna e a manifestação da última vontade, que muitas vezes esbarra em questões éticas e religiosas. Oferece-se, então, um panorama geral do tema, abordando a legalidade e constitucionalidade do tema, bem como sua função garantista dos direitos da personalidade e da dignidade humana.

(METODOLOGIA) Aborda-se os conceitos de dignidade e o direito fundamental à vida, bem como o conceito de vida digna, a relação entre vida e morte e a ideia de morte digna, através de pesquisas bibliográficas, documentais e exploratórias, fazendo uso da lei, da doutrina e da jurisprudência como fontes.

(RESULTADOS) Afere-se que a ortotanásia não está relacionada com o ato de abreviar a vida do doente razão pela qual não deve ser utilizada sob emoção e nem revestida de interesses pecuniários. Trata-se de procedimento sério que livra o paciente terminal de doença grave e incurável de ser submetido a tratamentos dolorosos e ineficazes, optando apenas pelo tratamento da dor através da medicina paliativa, garantindo uma morte natural e digna.

(CONCLUSÃO) O presente trabalho objetivou gerar uma reflexão acerca da morte digna a partir da ortotanásia como garantia da aplicabilidade do princípio da dignidade da pessoa humana no último processo do ciclo vital. Garantindo o direito de morrer dignamente, o Estado expressa respeito aos valores éticos e morais inerentes ao ser humano. E isso somente é possível quando se enxerga que a morte é tão importante- ou até mais- quanto a vida; Sem a morte a vida não passaria de uma repetição de eventos enfadonhos e entediantes. O fim de um ciclo significa o começo de outro.

OS ABUSIVOS ENTENDIMENTOS POR ANALOGIA DO STF

Autor(es):

José Américo Ferreira da Silva Neto : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Moisés Gonçalves de Oliveira : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Robson Ricardo Machado Lima de Carvalho: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Ronaldo Ramon Aguiar Da Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Wallace Bruno de Oliveira Paiva: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O trabalho tem como objetivo apresentar os posicionamentos do STF, diante decisões segundo entendimento por analogia, enfocaremos a respeito da adoção por casais homoafetivos, destacando decisão favorável a esse tipo de adoção, argumentando que se prezam pelo bem-estar da criança. Além disso, este assunto enfatiza, também, que a adoção é fruto de um ato de amor, pois o que deve ser levado em consideração é o amor que os adotantes podem oferecer, bem como garantir o bem-estar no âmbito social. Por outro lado fere a constituição em seu artigo 227, por se tratar de um país considerado por muitos como preconceituoso, ou podemos ver como uma nação de base Cristã, onde seus princípios estão aliados a lei da natureza, a qual é imutável

(METODOLOGIA) Sabe-se que, por muitos anos, a sociedade não concebia que uma família poderia ser considerada como tal se estivesse fora dos padrões tradicionais: pai, mãe e filhos, unidos pelo casamento. Vale destacar que o sistema educacional deixou de considerar este modelo como ideal, normal e desejado e passou a incluir a realidade de outros arranjos familiares - filhos de pais separados, de família monoparental, de famílias recompostas, de união estável, da convivência com membro do grupo familiar ampliado, etc. - retirando, dessa forma, o estigma de 'anormalidade' desses novos modelos familiares, fazendo com que as crianças deixassem de se sentir diferentes e excluídas do sistema educacional. A escolha do tema é justificada porque nos faz saber como estão se posicionando os Tribunais de Superposição acerca da adoção por casais homoafetivos. Enfim, esta pesquisa firma-se na justificativa de que deve pensar muito mais no interesse dos menores do que nos preconceitos da sociedade; isto porque os filhos, gerados ou adotados de forma responsável, como fruto do afeto, merecem a proteção legal, mesmo quando vivam no seio de uma família homoafetiva, analisamos o que diz o Art. 227 da CF, e a teoria segundo Jean-Paul

(RESULTADOS) "o Art. 227. e "Existencialista do marxismo, segundo Jean-Paul Sartre, a essência do homem é não ter essência, a essência do homem é algo que ele próprio constrói, ou seja, a História. "A existência precede a essência"; nenhum ser humano nasce pronto, mas o homem é, em sua essência, produto do meio em que vive, construído a partir de suas relações sociais"

(CONCLUSÃO) Em um país seja preconceituoso ou de base Cristã, uma criança na situação de adotado por Homo afetivo, sem sombra de duvida muitos seriam desrespeitados, sofreria discriminação, opressão e passando por constrangimento, por causa de um medíocre entendimento, o qual desfaz o que chamamos de lei soberana no Direito Brasileiro, segundo ECA que defende o Melhor Interesse Da Criança e do adolescente, muitas situações como exemplo a citada nesse trabalho, o menor, não expressa a sua vontade, seria regra a todos os jovens, que uma criança não sofreria nenhuma influencia vivendo ao lado de casais do mesmo sexo, ou o meio da convivência influenciaria, muitas conclusões o homossexual, não é uma opção nasce sendo, deixo a terceira idéia que: pode não ser opção, como até mesmo nascendo sendo, mais sua formação pode ser enriquecida pelo brilho do seu meio

OS ANIMAIS COMO SUJEITO DE DIREITOS: UMA ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE PROTEÇÃO

Autor(es):

Aiany Régia Ferreira da Silva : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Patricia Correia de Lima: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Thiago da Silva Araújo : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa visa o estudo da proteção aos animais existentes no território brasileiro, com base na Legislação Brasileira de proteção aos animais, bem como se propõe analisar a questão dos maus tratos e também aferir a eficácia de tais instrumentos de proteção. O Poder Público do Brasil vem se preocupando com a proteção dos animais desde a publicação do Decreto Lei nº 24.645, de 10 de julho de 1934, que em seu art. 1º diz que “Todos os animais existentes no País são tutelados do Estado”. Isso mostra, de forma legal, o cuidado que os legisladores tiveram para com os animais. O mesmo Decreto considera, em vários artigos, que os que praticam maus tratos aos animais são passíveis de punição. No Art. 3º, o inciso a seguir, dentre outros, mostra o que são maus tratos: “I - praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal”. A Lei Federal dos Crimes Ambientais, nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988, também assegura proteção a animais silvestres e domésticos, nativos ou exóticos, e prevê punição aos que transgredirem a Lei. Procuramos também aferir a real aplicação dessas Leis àqueles que as transgredirem e comprovar a existência de efetiva punição de alguém que porventura tenha praticado maus tratos a animais.

(METODOLOGIA) Com o propósito de cumprir os objetivos desse trabalho, utilizamos a pesquisa teórica de cunho bibliográfico, explorando os artigos existentes nas leis de proteção aos animais; de publicações nos aparelhos de comunicação em massa, tais como jornais e revistas; bem como fizemos uso de sites de pesquisas acadêmicas, principalmente de decisões dos tribunais aplicando a Lei de Proteção aos Animais. Fizemos uso do método de abordagem hipotético-dedutivo, já que partimos tanto da análise de situações concretas de violação do direito dos animais para a abordagem das normas gerais abstratas, quanto partimos de princípios gerais para sua aplicação em situações concretas.

(RESULTADOS) Quando fizemos levantamento de dados para responder a proposição desse estudo, descobrimos a existência de leis e a aplicação delas, principalmente de um caso ocorrido em 2011, no Distrito Federal, quando uma enfermeira agrediu um cachorro até a morte e foi punida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, a pagar multa de três mil reais. Por mais que esse episódio se traduza em aplicação da lei de forma isolada, ela não deixou de ser eficaz, servindo de exemplo para desencadear em todo território nacional uma melhor vigilância daquilo que a Lei de Proteção aos Animais se propõe a fazer – proteger os animais. Também constatamos a existências de vários casos de maus tratos a animais domésticos e silvestres, sem que tenha havido punição para os transgressores.

(CONCLUSÃO) Descobrimos nessa pesquisa que estabelecer Leis sem a criação de mecanismos de aplicação, torna-as ineficazes, bem como constatamos que a inobservância dos preceitos legais constitui uma clara afronta a Lei e ao poder da aplicação dela. É cabível a crítica às instituições competentes que têm o poder de aplicar as Leis e que foram instituídas para serem guardiães delas, que deveriam resguardar o seu cumprimento em observância dos direitos e garantias conferidos pela Lei maior do país, mas que apenas servem de reprodução no plano teórico, não repercutindo, adequadamente, no seu contexto prático de aplicação.

**OS EMBARGOS INFRINGENTES E SUA DESNECESSIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO:
ANÁLISE CRÍTICA DA ADMISSÃO DOS MESMOS NO PROCESSO DO MENSALÃO (AÇÃO PENAL N. 470)**

Autor(es):

Lindaray Pereira de Lima Aguiar. Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Foi analisado o cabimento dos embargos infringentes nos tribunais, dando ênfase à análise da decisão que tratou de tal apreciação no âmbito do STF, especificamente no acórdão da Ação Penal n. 470, referente ao caso dos “mensaleiros”. Procura-se argumentar a pertinência do posicionamento pela desnecessidade de tal modalidade de recurso em nosso ordenamento, especialmente em face dos princípios da celeridade e efetividade processual, considerando o número excessivo de recursos disponibilizados pelo arcaico sistema processual brasileiro, o qual requer uma reforma urgente, visando o atendimento dos anseios sociais pela maior efetividade da justiça. Os embargos infringentes só existem em nosso país e retirados do sistema em face da redação do Novo Código de Processo Civil, em atendimento a instrumentalidade e funcionalidade processual. **(METODOLOGIA)** Para obter os objetivos deste trabalho foi utilizada a pesquisa do tipo exploratória e descritiva, mediante análise da doutrina processual aplicável, bem como da legislação e das Súmulas do STF, especialmente em face do julgamento do “mensalão”, o qual gerou grande repercussão nacional, em razão do risco de que a admissão de tais embargos tragam impunidade ou inexpressividade das penas aplicáveis que possivelmente serão revistas. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, de modo que parte das regras e princípios aplicáveis a luz de correntes doutrinárias divergentes para a análise do caso concreto do mensalão. Ademais, para o tratamento argumentativo das questões divergentes, utilizou-se o método dialético.

(RESULTADOS) Observa-se que os embargos infringentes, ao contrário do ideal proposto pelo judiciário, zelador da celeridade de processos, desencadeiam ainda mais lentidão ao sistema processual. O direito brasileiro conta com uma série de recursos modernos, um a menos não traria prejuízo ou desarmonia ao sistema recursal brasileiro, pelo contrário, sua exclusão traria um grande benefício à celeridade processual. Seu acolhimento no Plenário do STF no caso do mensalão é, no mínimo, curioso, visto que, o posicionamento vigente na Corte era pela sua inadmissibilidade nas ações de competência originária do STF. Ocorre que o recurso viola o ideal propagado no exercício da função jurisdicional, que é, a tão sonhada prestação jurisdicional ágil, efetiva e, portanto, justa, já que, justiça tardia já é injustiça!

(CONCLUSÃO) Como se pode vê, os embargos são um entrave para o direito processual brasileiro, sendo o Brasil o único país com o recurso em vigor. Constatou-se que sua aplicação traz desconforto e morosidade ao sistema processual, o que potencializa a aplicação do instituto da prescrição, com consequente extinção da pena, gerando impunidade em processos de grave repercussão social e política, caso do “mensalão”. Portanto, não se pode admitir que com a velocidade dos acontecimentos e informações na realidade contemporânea, a justiça brasileira ainda se utilize de mecanismos ultrapassados e desnecessários ao seu bom funcionamento. O poder judiciário não pode andar em desacordo com a nova ordem processual, inclusive com suas próprias decisões mais atualizadas e harmônicas com os novos tempos, as quais tem aplicado, em sua maioria, entendimento restritivo ao cabimento dos embargos infringentes, constituindo-se, o caso do mensalão como uma exceção, cujo entendimento adotado pelo STF não se coaduna com o sistema processual que está sendo construído, muito menos está de acordo com os anseios da sociedade expressos nos protestos democráticos protagonizados pelos cidadãos nas ruas do Brasil, durante o memorável mês de junho de 2013.

OS IMPACTOS SOCIAIS DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN

Autor(es):

Fernanda de Oliveira Justino: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

Sandresson de Menezes Lopes

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem como objeto a análise dos direitos e garantias do adolescente no município de Natal, a luz da CF/88, do CP e do ECA. Em face da importância do tema, será adotado como base de discussão o sistema de direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente que tem como meta integrar a proteção infanto-juvenil, conforme expõe o artigo 1º e 86 da Lei no 8.069/90. Diante disso, é possível analisar as situações de risco/vulnerabilidade as quais os jovens, em conflito com a lei, são expostos. Assim, a interferência da justiça, do modo apresentado hoje, vem aprofundar a criminalidade gerando uma rotulação social pela falta de credibilidade da aplicação das medidas socioeducativas, já que nosso sistema de garantias de direitos é deficiente, deixando apenas para o poder judiciário a tentativa de efetivar o direito às políticas públicas (**METODOLOGIA**) Com o intuito de respondermos a problemática formulada, precisamente ao questionamento sobre se o sistema de garantias de direito da criança e do adolescente é eficaz no que se diz respeito aos elementos preconizados na CF/88 e no ECA, será utilizado o método dedutivo de pesquisa, a partir das análises descritivas dos dados do “Sistema Integrado de Administração Jurídica e Financeira” – SIJAF, dos autos de alguns processos referentes a casos concretos pertinentes ao objeto de pesquisa, bem como de pesquisa de campo. Procura-se, ademais, perfazer uma análise sociológica e familiar dos adolescentes e seus atos infracionais por meio da divulgação de dados estatísticos oficiais

(RESULTADOS) Segundo pesquisa da ONU, países que consideram a maioridade 16 anos são os que possuem menor IDH, exceto EUA e Inglaterra. Focando a análise para um âmbito local, município de Natal, constatamos que os impactos sociais causados pela redução da maioridade tem ligação direta com o IDH, isso implica dizer que a queda deste índice está diretamente relacionada com o aumento da criminalidade; já que a principal variável corresponde à esperança de vida. Entre as variáveis que compõe o IDH (Renda, Longevidade e Educação), a longevidade é determinante para melhoria das condições de vida no município de Natal, entre 2000 e 2010. Dos casos existentes na Vara da Infância e do Adolescente apenas 6% correspondem as medidas de restrição de liberdade, dos quais 1/3 estão relacionadas a homicídios; ou seja, alto IDH do município (0,763 – Alto) reflete a baixa criminalidade juvenil se compararmos a outros municípios com IDHs menores. No entanto, as entidades políticas e midiáticas tendem a evidenciar os casos de maior comoção social com a intenção de provocar a redução da maioridade como fator de solução do problema da criminalidade

(CONCLUSÃO) Constata-se que a real solução do problema da criminalidade encontra-se na concretização dos direitos fundamentais sociais, que é capaz promover o desenvolvimento humano através da implantação, com seriedade, de políticas públicas que garantam a eficácia do acesso aos direitos sociais a médio e longo prazo. Os impactos sociais acarretados pela redução são de extrema relevância, pois, vem demonstrar que a violência urbana é consequência da ineficiência do Estado. É sabido, que os presídios são verdadeiras escolas de criminosos, além do déficit de vagas acarretando a superlotação também de delegacias. Com relação aos CEDUCS, não são como devem ser, porém, são melhores no que se refere à internação do adolescente. O perfil social do adolescente que comete atos infracionais segue um padrão de pobreza e dependência química, devido à ausência de políticas públicas que deveriam ser proporcionadas pelo Estado

O SISTEMA CARCERÁRIO NO RN À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

Autor(es):

Luana Jaslana Oliveira do Nascimento: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Rafaela Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Rhuama Duarte Medeiros de Oliveira: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Thaiana Carla Mesquita de Sousa: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Vanessa Simões do Nascimento: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O seguinte trabalho de pesquisa faz uma análise do Sistema Carcerário no Rio Grande do Norte, à luz do princípio da dignidade humana. Traz conceituações dos estabelecimentos prisionais, buscando identificar as diferenças entre os modelos que deveriam ser adotados, com os que são utilizados atualmente. Discute brevemente a atual falência do sistema penitenciário, buscando levantar os maiores problemas que assolam as casas de recuperação em nosso Estado, como a saúde precária, a superpopulação, a visão da sociedade atual no tocante ao preso, as penas e o estabelecimento penitenciário, colocando em questão, o princípio a respeito da dignidade humana, estabelecendo conceitos e comparações quanto a realidade atualmente.

(METODOLOGIA) No cumprimento dos objetivos da presente pesquisa, nos fazemos valer do método dedutivo, ou seja, partimos da análise legislativa e da Constituição Federal, especialmente no que tange a aplicação do Princípio da Dignidade Humana, para a incidência da mesma à realidade concreta do Estado do RN, demonstrando o tratamento desumano a que os detentos são submetidos, sem levar em consideração o previsto no art. 5º da Constituição Federal de 1988.

(RESULTADOS) Com o trabalho realizado pudemos observar que o Sistema Penitenciário do Estado é muito precário e que os detentos são a todo o momento desrespeitados. Não há uma preocupação em inserir novamente o preso na sociedade, diferentemente do que diz o Código Penal Brasileiro, que adota a teoria mista, em que a pena tem uma função dupla: retribuir e prevenir. O que se observa é que a pena tem a função apenas de punição.

(CONCLUSÃO) Conforme exposto, o Sistema Carcerário do Rio Grande do Norte no que tange questões relacionadas à dignidade da pessoa humana, é falho e carece de profundas mudanças. A Constituição Federal vigente no Brasil assegura aos presos direitos que muitas vezes não são respeitados pelo Estado. A dignidade da pessoa humana é um direito fundamental de todo ser humano, muito embora na maioria das vezes, não se aplica ao preso. O tratamento dado às pessoas condenadas está muito aquém do estabelecido pela Carta Magna, o que acaba gerando um aumento na criminalidade, já que o presídio é considerado uma faculdade do crime. O art. 1º da Lei de Execuções Penais estabelece que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”, além disso, a mesma norma prevê assistência, educação e trabalho, aos apenados, sendo que tal não está sendo cumprida pelo Estado. Resta por fim, a esperança de que num tempo muito breve, haja efetivação dos Direitos que deveriam ser de fato, garantias fundamentais não só dos presos, mas de todos aqueles que ainda vivem em condições de miserabilidade total.

O TRABALHO INFANTIL NO RIO GRANDE DO NORTE: AS CONSEQUÊNCIAS E A INEFICÁCIA DOS PROGRAMAS DE ERRADICAÇÃO

Autor(es):

Fernanda Lopes de Freitas Rodrigues: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Flávio Macedo Freire

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) É fato que trabalho infantil hoje é uma das maiores preocupações mundiais. No Brasil, segundo o último censo do IBGE em 2010, são em torno de 3.406.517 milhões de crianças nesta situação entre 10 a 17 anos, e mesmo tendo o valor diminuído em relação a 2000 em 13,44 %, os números ainda são altos principalmente na faixa etária entre 10 a 13 onde o trabalho infantil voltou a subir em 1,56%, diz o estudo do Fórum Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil, em Brasília de 2012. É considerada toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes, abaixo da idade mínima permitida pela legislação. No Brasil, é qualquer trabalho exercido por menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, onde em condições especiais, se pode exercer uma profissão condizente com o art. 7º da CF. Alguns juízes que atuam nas Varas da Infância ainda autorizam a prática, com base no argumento de que o adolescente que trabalha pode ajudar a família a ter condições de garantir seu próprio sustento, o que é uma evidente declaração de incompetência do próprio Estado, que constitucionalmente deve garantir todos os direitos fundamentais, não sendo de nenhuma forma responsabilidade da própria criança ou adolescente trabalhar para se sustentar. A maioria das crianças é do sexo masculino e as que começam antes dos 10 anos de idade não são alfabetizadas, as que começam depois dos 10 na sua maioria são alfabetizadas, porém quase nenhuma tem carteira assinada, ou seguem as regras para se enquadrarem como Jovem Aprendiz, quase todos deixam de frequentar a escola. Além de altos números, é frequente a situação desumana que essas crianças são expostas no seu trabalho, normalmente lugares inóspitos e sem nenhuma proteção.

(METODOLOGIA) Por se tratar de um problema concreto que atinge a sociedade mundial, e frente à parcela de responsabilidade do poder público em todas as esferas, buscou-se orientação metodológica na análise de dados nas pesquisas referentes, fóruns e doutrina pertinentes ao caso.

(RESULTADOS) O Rio Grande do Norte tem 43.304 menores em situação de trabalho infantil segundo o IBGE em 2010, o que correspondia a 9% da população de 10 a 17 anos no estado, tendo Natal como ponta nos números. Na cidade, isso corresponde a 20,7% que não frequentam a escola, e em alguns municípios o número ainda aumenta. Segundo dados da SDH (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República), em 2010, o RN apresentou o maior índice de exploração entre os Estados, com 19,31 casos por 100 mil habitantes. Partindo do problema dos altos números de trabalho infantil, percebemos que a solução dada até o momento pelas entidades públicas ainda se encontra ineficaz, a fiscalização ainda precisa de mais reforço e a boa educação precisa se sobrepor ao trabalho. Verificou-se que tais resultados vão de encontro com a legislação primária de qualquer País e que prejudica de forma direta o desenvolvimento destes.

(CONCLUSÃO) Segundo estudo da OIT, a proposta é erradicar o trabalho infantil até em 2015. No RN, a Delegacia Regional do Trabalho do Estado (DRT/RN) vem organizando atividades de conscientização pelos municípios. Contudo, conforme resultado da pesquisa, com todo o esforço os números ainda não representaram nenhuma regressão representativa no que se refere à erradicação pretendida. Para que se chegue a esse objetivo em 2015, teremos que manter o foco e pensar em ações governamentais para garantir às crianças e adolescentes, antes de mais nada, o direito à educação.

PARA ALÉM DO ESPELHO DE NARCISO: UMA REFLEXÃO ACERCA DAS CONCEPÇÕES DAS ALUNAS DE DIREITO

Autor(es):

Wilussandra Leiros de Araújo Dias Alves : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Rasland Costa de Luna Freire

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) As mulheres têm alcançado cada vez mais espaços nas diversas áreas profissionais na sociedade. Este fato também se apresenta na esfera jurídica, posto que elas têm sido maioria das ingressantes nos cursos de direito nos últimos anos, na maior parte das universidades públicas e privadas do país. De acordo com o Inep, na década de 90 do século XX as mulheres eram maioria neste curso no Brasil, e os percentuais tem aumentado, de acordo com a Unicamp elas representam 52% a 77% do total de títulos em direito, segundo a FUVEST em 2012, as mulheres foram 50,9% das ingressantes no referido curso. Partindo do pressuposto que o retorno financeiro e o status social têm sido os fatores de principal atrativo para os profissionais nesta área, o que torna esta uma problemática preocupante, uma questão nos parece pertinente: como a formação poderá sedimentar a construção de uma profissional que ultrapasse os ideais narcisístico-dionísios - que consistem na apologia à vaidade e a busca incessante dos próprios desejos, tão presentes nesta profissão - e seja uma representante dos reclames sociais, razão precípua para a atuação dos profissionais desta área? A partir desta perspectiva, este trabalho busca analisar o porquê da escolha do curso e as concepções acerca da profissão das alunas dos variados períodos do curso de direito do Uni-RN, para identificar, a partir dos seus discursos, elementos configuradores das representações sociais acerca do seu papel como futuras operadoras do direito.

(METODOLOGIA) O estudo, de natureza empírica e crítico-analítica, realizou entrevistas, com uma amostra de 12 alunas do primeiro período, até então, do curso de direito UNI-RN.

(RESULTADOS) O curso de direito do UNI-RN procura formar profissionais com uma sólida base de conhecimentos sociais, filosóficos e políticos, a partir da preocupação legítima de sistematizar logo no primeiro ano uma consolidação de conhecimentos humanos basilares às disciplinas do direito, contribuindo para que seus alunos construam uma dimensão crítica profissional, que venha favorecer o rompimento, ou ao menos minimização, desta busca inicial do curso como um mero trampolim para a conquista de status social e salários desejados. Nas entrevistas realizadas, quando perguntado às alunas o porquê da escolha do curso de direito, estas afirmaram: “devido a abrangência de possibilidades das carreiras”, “pela sua utilidade em várias áreas do conhecimento”, “por vocação”, “por interesse”, “por que a família está inserida na área”, “influências familiares”, “identificação com o curso” e “necessidade de mudar algo”. Observamos que nas primeiras respostas a escolha se deu pela ampla possibilidade de emprego que o direito oferece. Fato confirmado quando foi respondido qual era a expectativa com o curso: “A minha expectativa é de ampliar meus conhecimentos e assim me garantir profissionalmente”, “Pretendo investir em concursos voltados à área”, “me preparar profissionalmente para o mercado de trabalho”, “Espero me formar e possuir um currículo acadêmico para entrar no mercado de trabalho” e “ocupar um espaço promissor no mercado de trabalho”.

(CONCLUSÃO) Analisamos que embora algumas alunas expressem sua identificação e interesse em aprofundar conhecimentos e tornarem-se profissionais competentes e melhorar a situação jurídica do país, encontramos a confirmação evidente, em aproximadamente metade das entrevistadas, que o seu objetivo com o curso era a busca de um bom emprego, um bom salário e conseqüentemente a satisfação de seus alvos pessoais, enquadrando-se assim nas hipóteses levantadas nesta pesquisa.

PRESCRIÇÃO NO REDIRECIONAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA ELECADA NO ART. 135, III, DO CTN

Autor(es):

Egle Karoline Martins de Azevedo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Pretende-se analisar a prescrição no âmbito do redirecionamento fiscal, da pessoa jurídica, para a pessoa dos administradores, com fulcro na imputação de tal responsabilidade pessoal aos diretores, gerentes e representantes de pessoas jurídicas de direito privado (art. 135, III, CTN) sobre o crédito tributário constituído em face da sociedade empresária, a qual está no polo passivo de ação de execução fiscal. Ocorre que o crédito tributário tem um prazo prescricional quinquenal, nos termos do art. 174, caput do CTN, o qual é interrompido com o despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal (art. 174, parágrafo único, I, CTN). Entretanto, a citação interrompe a prescrição para a sociedade empresária e os seus administradores que podem ou não estar incluídos na Certidão de Dívida Ativa. Desse modo, a doutrina e a jurisprudência confrontam teses distintas a respeito da prescrição nesse tipo de situação, sendo aplicado, a depender do caso concreto, entendimento diverso. Neste contexto, pretende-se construir uma interpretação razoável a cerca do tema, no sentido de buscar a aplicação da lei de forma mais justa, considerando os direitos fundamentais do contribuinte.

(METODOLOGIA) No cumprimento dos objetivos da presente pesquisa, nos fazemos valer do método dialético e o hipotético-dedutivo, considerando as divergências doutrinárias e jurisprudenciais a respeito do tema. Para responder ao questionamento formulado, precisamente no que tange à prescrição incidente sobre o redirecionamento da execução fiscal, da pessoa jurídica, para a pessoa dos administradores, realizou-se uma pesquisa de cunho teórico, exploratório e qualitativo.

(RESULTADOS) Ao confrontar o teor do art. 174 do CTN e a efetiva aplicação da prescrição nos processos de execução fiscal, a partir da análise de julgados do STJ sobre a matéria, constata-se a existência de múltiplos entendimentos jurisprudenciais contraditórios entre si, precisamente no que tange ao prazo para imputação da responsabilidade tributária das pessoas elencadas no art. 135, III do CTN. Ocorre que a prescrição da sociedade empresária não alcança as pessoas presentes na CDA e, tampouco, as que posteriormente possam vir a ser inscritas, demonstrando a ilegalidade no modo de agir da Fazenda Pública, já que o instituto da responsabilidade tributária dos sócios tem sido aplicado indiscriminadamente sem que haja a comprovação da prática de atos ilícitos no cumprimento da obrigação tributária.

(CONCLUSÃO) Constata-se a adoção por parte do STJ de diversos entendimentos relativos à aplicação da prescrição em execução fiscal, a depender do polo passivo da demanda e da situação observada, tendo em vista que a prescrição para a sociedade empresária se interrompe com o despacho do juiz que ordena a citação, e que o prazo prescricional para as pessoas do art. 135, III do CTN só inicia com o redirecionamento. Nesse sentido, pode ser aplicada a prescrição intercorrente, a qual possui o mesmo prazo quinquenal e ocorre posteriormente a citação do sócio-gerente incluído na ação. Desse modo, entende-se que o sócio administrador da sociedade empresária pode ser responsabilizado a qualquer tempo, logo não há a observância do princípio da segurança jurídica. Portanto, o referido redirecionamento fiscal baseado na “ausência” de prescrição do crédito tributário precisamente contra os administradores da sociedade denota “injustiça tributária”, já que viola frontalmente o princípio da segurança jurídica e distorce o disposto no art. 174 do CTN, por não haver uma regulamentação específica, no ordenamento jurídico brasileiro, das situações jurídicas apresentadas.

PRISÃO EM FLAGRANTE E LIBERDADE: ASPECTOS PROCESSUAIS

Autor(es):

Pedro Ruben Peres da Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Vitor Lopes Varella: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Sandresson de Menezes Lopes

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivos: realizar um estudo analítico sobre prisões, mais especificamente as prisões em flagrante delito, enfatizando suas características dentro do Processo Penal brasileiro e diferenciando-a dos outros tipos de prisões; abordar os sujeitos, objeto e finalidade das prisões; estudar as várias espécies de prisões em flagrante, sob a perspectiva das ações da força policial; e analisar a legalidade dessas ações, para estabelecer as peças cabíveis diante de cada caso. A relevância do presente trabalho se concretiza na familiarização do aluno com a prática jurídica, aplicando seus conhecimentos ao caso concreto, para utilizar a peça jurídica adequada para cada espécie de prisão em flagrante, e mostrando que a realidade da prática não está tão distante do que ele aprendeu em sala de aula.

(METODOLOGIA) Os integrantes do presente trabalho (Pedro Rúben Peres da Silva e Vitor Lopes Varella) orientados pelo professor Sandresson de Menezes Lopes, realizaram uma pesquisa bibliográfica na esfera processual penal, investigando doutrina, jurisprudência e legislação na área. Após leitura extensa, iniciou-se um processo de discussão para a elaboração efetiva do trabalho, delimitando seu tema e objeto. Procuramos tratar sobre exemplos encontrados na doutrina, uma vez que estes retratam com proximidade significativa a realidade prática profissional.

(RESULTADOS) Após a pesquisa sobre prisões na doutrina e na legislação brasileira, constatou-se que: diante de flagrantes preparado ou forjado, é ilegal a conduta da autoridade policial, e a prisão deverá ser relaxada; o flagrante próprio, o impróprio, o presumido, o esperado e o prorrogado, quando efetuados corretamente pela polícia, são lícitos, cabendo ao advogado, sendo o caso, requerer a liberdade provisória do cliente. Portanto, o flagrante é uma espécie de prisão cautelar, em que se recolhe o autor do ato ilícito quando este o está cometendo ou logo após cometê-lo. Sendo ilegal o flagrante, o advogado deverá propor um pedido de relaxamento de prisão e a prisão deverá ser relaxada. Quando legal, será possível a liberdade provisória, quando restar claro que o caso não apresenta as hipóteses de prisão preventiva ou temporária.

(CONCLUSÃO) Ao final do estudo, analisando a doutrina e os casos da prática jurídico-profissional, constatou-se que, com a leitura deste trabalho, o aluno poderá ser capaz de determinar a peça processual adequada para alcançar a liberdade do cliente em cada uma das espécies de flagrante (ressalvados os casos em que é aplicável outra prisão cautelar). Além disso, o aluno deverá ser capaz definir prisão em flagrante, quanto a seus efeitos, natureza, objeto, sujeitos e finalidade, e distinguir as suas diferentes espécies.

**RAZÕES HISTÓRICAS, CIENTÍFICAS E JURÍDICAS PARA A PROIBIÇÃO DA CANNABIS SATIVA
LINNEU NO BRASIL**

Autor(es):

Hallyson Brenno Lobato Ribeiro Teixeira: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho é fruto da curiosidade por compreender os diversos aspectos que permeiam a temática sobre substâncias ilícitas, principalmente cannabis e suas consequências jurídicas. Pretende-se compreender com mais profundidade o universo de ideias, debates, mitos e realidades no que tange à Cannabis, popularmente conhecida como Maconha. Este estudo tenta analisar e compreender as razões históricas, científicas e jurídicas que dão base à proibição do consumo da cannabis. Procurar-se-á fazer diálogos entre a legislação, sua aplicação e o que dizem os especialistas sobre a política de drogas no Brasil. Este trabalho terá escopo de investigar se a tentativa de combater as drogas por meio da repressão e criminalização dos usuários tem sido eficiente. A pesquisa será norteada pelos livros legais Constituição Federal, Código Penal e Processo Penal, assim como Lei 11.343/2006. Ao final do projeto procura-se mostrar que as razões históricas, científicas e jurídicas não dão respaldo para a criminalização da maconha no Brasil.

(METODOLOGIA) O método utilizado tem natureza qualitativa. Com isso, para chegar a uma conclusão da necessidade ou não da proibição e consequente criminalização da Maconha no Brasil se faz necessário a divisão da pesquisa em três etapas. Primeiro um amplo levantamento bibliográfico investigará o histórico da planta e sua relação com os homens, em seguida se deterá aos aspectos científicos e fechando a revisão bibliográfica, nos deteremos a analisar aspectos jurídicos - leis, doutrinas e jurisprudências. A segunda etapa da pesquisa consiste em entrevistas semi estruturadas com pessoas de alguma maneira envolvidas com a temática drogas. Enfim, a terceira etapa do trabalho consiste na observação e análise dos dados obtidos e elaboração de relatório conclusivo.

(RESULTADOS) Como resultado entendemos que não há justificativa real para a proibição da Cannabis. Quando analisados aspectos históricos percebe-se a proibição intimamente ligada à teorias discriminatórias e controvérsias que foram divulgadas por setores tendenciosos. Quanto às razões científicas, estas se põem bastantes favoráveis à descriminalização da maconha. Estudos apontam diversos fins, terapêuticos, medicinais e outros vários usos ainda em estudo. No tocante as razões jurídicas aparecem embasadas pelas históricas e científicas, mas ao serem controvérsias as razões histórica e científica há de se ponderar que não deve permanecer a maconha na condição de proibida.

(CONCLUSÃO) O tema pesquisado é de extrema relevância para o nosso contexto social. As novas relações sociais estão postas numa configuração muito dinâmica, em que a diversidade, a pluralidade, o multiculturalismo são palavras de ordem. São várias as motivações para se pesquisar sobre a cannabis no contexto sócio jurídico do Brasil. Uma dessas motivações é a tentativa de compreender qual a real ligação entre a explosão da violência no Brasil e a cannabis. A sociedade tem assistido ao crescimento desenfreado da violência. Os órgãos estatais parecem andar em desencontro no sentido de darem respostas efetivas. O senso comum da maior parte da sociedade, por diversas razões, costuma dar respostas prontas e na maioria das vezes fabricadas por setores tendenciosos. Dentre essas relações, comumente observa-se a relação que é feita entra a violência e as drogas, como se esta fosse causa daquela. Em nossa ótica pretendemos olhar tanto a violência como as drogas como sendo fenômenos sociais. O enquadramento do THC, princípio ativo da maconha no rol de substâncias ilícitas não atende à finalidade da lei que em suma seria a pacificação social.

RECONHECIMENTO DE UNIÕES ESTÁVEIS CONCOMITANTES PARA UMA EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA

Autor(es):

Andrey Jerônimo Leirias : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Pedro Vitor da Silva Santos: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Vinicius José Dantas da Cunha: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem como objeto o reconhecimento de uniões estáveis concomitantes a depender das circunstâncias fáticas presentes em cada caso concreto. O Supremo Tribunal Federal tem tomado posições conservadoras a respeito do tema, malgrado, já existam deferimentos no Tribunal de Justiça do RS. O instituto familiar deve ser considerado a luz da segurança jurídica, porém, deve ser considerada a dinamicidade do direito para que se preencham possíveis lacunas axiológicas. O nosso direito é regido pelo princípio da monogamia, contudo em Direito de Família não se deve permanecer no apego rígido à dogmática, o que tornaria o julgador cego à riqueza com que a vida real se apresenta.

(METODOLOGIA) Com o intuito de respondermos ao questionamento formulado com relação à lucidez do reconhecimento de mais de uma união estável para o mesmo caso concreto, este estudo fará utilização do método indutivo, onde será investigada a origem do fenômeno e suas repercussões no seio social, bem como do método dialético, partindo da contraposição de ideias entre a doutrina vigente e entre tribunais superiores e estaduais. Utilizaremos, além de conteúdo bibliográfico e documental, o estudo prático com um magistrado, debatendo sobre a temática, ou seja, análise de uma experiência prática sobre o problema pesquisado.

(RESULTADOS) Da análise da legislação brasileira aplicável, da doutrina vigente, a luz do direito comparado e da jurisprudência do STJ e tribunais estaduais, constatamos uma divergência de posicionamento a respeito do tema em tela. Costumemente, por nossos tribunais superiores, não tem sido obtido o efetivo resultado advindo do significado de justiça, o que tem sido uma afronta à dinamicidade do Direito. O julgador não deve se apegar a dogmática e fechar os olhos para as relações sociais vigentes. Assim como todo o Direito, o Direito de Família tem como base a busca e a efetividade da dignidade da pessoa humana, deste modo, considerar que o princípio da monogamia é constitucional e superior aos demais princípios aplicáveis ao Direito de Família, contraria o principal fundamento de todo o ordenamento jurídico que é a dignidade, assim como os próprios anseios da sociedade. No entanto, num esquema de ponderação, deve ser considerada indispensavelmente a segurança jurídica do núcleo familiar, reafirmando assim a subjetividade do tema.

(CONCLUSÃO) Visualizando as questões divergentes no âmbito jurídico dos casos em tela, mostra-se necessário a análise previa com o devido cuidado que o tema merece. O direito é um objeto, de certa forma, para se chegar à justiça, então a apuração necessária e devida dos juristas em geral tem que se pautar nessa questão, qual seja, não ficar apenas nos dogmas jurídicos. O direito esta ligado diretamente com os fatos sociais jurídicos que ele regula, ele (Direito) não está além, nem aquém, e sim em um dialogo dinâmico e direto com a relação de união estável concomitante e sendo assim, deve aceitar, com o devido cuidado, a possibilidade de existir várias uniões estáveis, desde que estejam preenchidos os requisitos necessários. Isso irá ferir a segurança jurídica? Não, na verdade irá garantir a segurança jurídica de pessoas que se encontram com esse direito subjetivo incorporado, realizando o reconhecimento de uniões estáveis concomitantes poderemos avançar mais um pouco no que sempre buscamos, a justiça.

REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA POST MORTEM: ASPECTOS ÉTICO-JURÍDICOS

Autor(es):

Gustavo Fernandes de Oliveira Rocha: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*José Augusto de Lima Neto* : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Luã Rodrigues Alves de Sá* : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Mendell Fernandes de Medeiros*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Rodrigo Passos de Albuquerque*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Walber Cunha Lima

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) No final do século XIX e no século XX, a humanidade passou a prever e controlar a natureza, a ciência almejou outros objetos de estudo, passando a investigar um segmento complexo, intrigante e inerente ao homem, o seu próprio corpo. Através do biodireito e da bioética, novas áreas do conhecimento foi possível rediscutir conceitos já difundidos e aceitos pela sociedade, que até então dependiam exclusivamente de fatos naturais: a vida e a morte. A genética possibilitou ao homem a quebra de velhos tabus, como a infertilidade para gerar descendentes, utilizando o método da reprodução assistida como forma de suprir o anseio da maternidade e paternidade, por ato inter vivos ou post mortem. Todavia, a complexidade desse instituto vem causando sérias ameaças ao direito, pois apesar dessa técnica encontrar amparo constitucional, o legislador ordinário foi incapaz de regulamentá-la, tornando árdua a tarefa do aplicador do direito, pois tal gera impactos profundos tanto no direito de família, como em sede de direito sucessório, principalmente quando se tratar de uma reprodução assistida post mortem.

(METODOLOGIA) O eminente projeto de pesquisa utilizará um método dialético, tendo em vista o confronto de ideias presentes na doutrina, levando-se em conta a análise do Código Civil e da Constituição Federal

(RESULTADOS) Tendo em vista as considerações preliminares, podemos conceituar a reprodução humana assistida como uma técnica laboratorial que possibilita a formação da vida independentemente de qualquer relação sexual, bastando para tanto a simples manipulação de gametas, espermatozoides e/ou óvulo. Essa reprodução pode ser através de inseminação artificial, fertilização in vitro e gestação em substituição. No que tange e à reprodução assistida post mortem, o CFM autoriza sua utilização após a morte de um dos cônjuges, desde que haja autorização escrita do cônjuge falecido quanto ao destino de seu material genético armazenado. Ademais, a própria Constituição Federal, ultrapassando barreiras éticas de seu tempo, aumentou o rol do "conceito de família", tutelando a chamada família monoparental, que pode decorrer, dentre outros aspectos, da reprodução assistida post mortem. Entretanto, a problemática exsurge quando analisamos as implicações dessa técnica no direito sucessório, pois o artigo 1798 CC assim considera como sucessores legítimos aqueles nascidos ou já concebidos à época da abertura da sucessão.

(CONCLUSÃO) Diante o exposto percebe-se que as técnicas de reprodução assistida passaram a subsidiar o sonho da edificação familiar, deixando de ser algo utópico e passando a suprir o desejo da maternidade e paternidade de muitas pessoas, que por diversos fatores não conseguem fazê-lo de forma natural. Desta forma, além do ato inter vivos, há a possibilidade de se utilizar a reprodução póstuma no ordenamento jurídico pátrio, verificando-se os reflexos jurídicos, no âmbito constitucional e civil. O Código Civil vigente, não faz menção, de forma especial, sobre a reprodução assistida post mortem, observam-se neste algumas referências específicas do Direito de Família e no Direito Sucessório, constatando, no entanto, a existência de lacunas normativas, principalmente no que se refere à relação jurídica sucessória, violando preceitos constitucionais de igualdade entre filhos, devido à exclusão da sucessão legítima advinda deste meio de procriação. Por fim, evidencia-se que se trata de um contexto complexo, envolvendo reprodução, família e futuras gerações, temas estes sujeitos a desafios permanentes envolvendo reflexões na bioética e no biodireito de um modo geral.

RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESIDIÁRIOS EM NATAL/RN: UMA ABORDAGEM A LUZ DA OBRA VIGIAR E PUNIR DE MICHEL FOUCAULT

Autor(es):

Priscila Pereira do Ramo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

Sandresson de Menezes Lopes

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem como objeto a análise da obra “Vigiar e Punir” de Michel Foucault analisada a luz das realidades vivenciadas nas prisões Natalenses que são sinônimo de um verdadeiro caos e negligência do Estado. O Estado inverte os papéis e passa a violar o próprio texto normativo, descumprindo com o seu papel ressocializador que devia ser exercido perante o delituoso. Violência entre encarcerados, com corpos mutilados; corrupção de agentes públicos; superlotação; reincidência elevada; custos elevados de manutenção de presos; a falta de assistência jurídica e descumprimento da Lei de Execução Penal e a permanência de encarcerados que já cumpriram penas, devendo buscar soluções para que seja efetivado o que é assegurado aos presos.

(METODOLOGIA) Com o intuito de responder ao problema de pesquisa formulado, analisa-se de quem é a responsabilidade do papel ressocializador. Este que recai não só ao Estado, que tem o grande papel de criar novas prisões, dispor de trabalho e estudos para auxiliar na reintegração desses indivíduos na sociedade, como também da própria sociedade, de modo a aceitar a convivência social desses indivíduos. Quanto ao método de procedimento, para atingir os objetivos narrados na introdução, foi utilizado o Método Dedutivo que parte da análise legislativa, para sua aplicação em casos concretos. De acordo com o tema, parte-se de uma concepção geral analisando os dados da CPI referente à situação das prisões brasileiras, bem como voltando-se para a análise dos dados do CNJ referentes ao sistema carcerário do Natal/RN.

(RESULTADOS) Observou-se que hoje, cerca de 70% dos presos, reincidem nos crimes por falta de oportunidades. Ao saírem das prisões, depois de toda humilhação que passaram naquele estabelecimento, estes presos ainda se deparam com o desprezo da sociedade por estes já terem cometido delitos como se tivesse escrito em sua testa que já praticou ação ilícita, assim como era feito na idade medieval que eram colocados nus ou ainda vestidos em camisolas cujas cores indicavam o tipo de delito cometido. Isso já era previsto por Foucault em sua obra: “As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou ainda pior, aumenta”. Segundo o estudo realizado pela CPI em 2009, O RN abriga 2.973 presos, mas dispõe de 2.672 vagas, com um déficit de 301 lugares. A superlotação é superior à 10%. Estudos feitos pelo CNJ-Mutirão Carcerário no RN demonstram a barbaridade que se encontra as prisões do RN destacando-se a Capital. Um dos principais problemas observados são prédios desprovidos de ventilação, bastante úmidos, abafados e sem iluminação. Uma verdadeira falta de respeito para com a sociedade carcerária, sem condições mínimas de higienização e acomodações. **(CONCLUSÃO)** Diante do exposto, construir novas prisões para suportar a quantidade de presos não é a solução. Claro que ambientes maiores para suportar o número de apenado se faz necessário, afinal um dos desafios do Brasil perante a ONU é mudar este quadro das cadeias brasileiras, devendo mudar também o tratamento oferecido aos presos. Deve-se capacitar melhor os agentes que ali trabalham, melhor administração, condições melhores de higiene, profissionais da saúde capacitados, e medicamentos. Não há segredo para que esse detento saia da prisão e não reincida no crime: deve-se sempre priorizar a educação e o trabalho. O problema é que as autoridades deixam passar o tempo de cumprimento da pena sem que haja oportunidade de trabalho, educação, palestras socioeducativas e incentivo religioso.

SEGURANÇA JURÍDICA E GARANTISMO CONSTITUCIONAL

Autor(es):

Carolina Camilo Guedes: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Khelyane de Lima Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Maria de Pontes Camargo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Poilla Gurgel Diniz: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Priscilla Ferreira Cortez: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com base nos artigos 5º e 6º da Constituição Federal brasileira, a presente pesquisa busca investigar até que ponto existe segurança no nosso ordenamento jurídico, já que inúmeras vezes nos deparamos com injustiças jurídicas, éticas, econômicas e sociais, que contradizem os pressupostos garantistas. Além disso, buscamos saber se os direitos fundamentais trazidos na Constituição são efetivamente assegurados ou se existe um domínio daqueles que controlam e possuem o poder político e econômico no nosso país, de maneira que haja influência nas decisões jurídicas. Assim, constatamos uma necessidade em aprofundar e analisar de maneira crítica a realidade social no sentido de verificar se os direitos e garantias possuem uma eficácia real ou apenas teórica.

(METODOLOGIA) A fim de alcançarmos os objetivos da presente pesquisa de caráter exploratório e documental, os procedimentos que adotamos para o desenvolvimento desse estudo foram a análise do texto constitucional e das principais correntes doutrinárias sobre o tema e suas divergências interpretativas. Para tanto, fizemos uso do método de abordagem dialético na análise dos argumentos contraditórios e do método hipotético-dedutivo no confronto entre as teorias aplicáveis e à realidade concreta.

(RESULTADOS) Na sociedade e na atuação estatal se faz necessário o estabelecimento de limites e a adoção de comportamentos coerentes e estáveis, uma vez que não é possível a garantia da segurança jurídica em um ordenamento jurídico com constantes modificações. Os Direitos Fundamentais do cidadão devem ser respeitados para que, deste modo, ocorra uma maior estabilidade e proteção da ordem constitucional. De acordo com a análise do Art. 5º da Constituição Federal e com respaldo na jurisprudência e doutrina majoritária, é possível perceber uma injustiça relacionada aos ideários ditos “garantidos” pelo poder estatal, chamados Direitos Fundamentais. Constata-se uma luta por um direito que deveria ser posto a qualquer cidadão, mas que, devido às contradições do sistema de garantia de direitos no Brasil, acaba por tornar-se assegurado apenas àqueles que detêm o poder. Entre os vários exemplos disto, podemos citar a problemática em relação ao Art. 208, III, da CF que garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência; contudo só na Defensoria Pública de São Paulo, existem mais de 100 pedidos de famílias que não têm seu direito assegurado.

(CONCLUSÃO) Assim, constatamos que há uma insegurança em relação ao garantismo do ordenamento jurídico brasileiro diante das lacunas existentes na concretização dos Direitos Fundamentais inerentes a cada cidadão. Grande parte da população encontra-se necessitada do cumprimento de seus direitos e esperançosa por mudanças sociais, uma vez que o Estado deveria garantir aos indivíduos proteção, estabilidade e conscientização do seu papel perante a sociedade. Também, averiguamos que em sua maior parte, o artigo 5º da Constituição Federal não sai da letra da lei, sendo seu cumprimento ilusório, servindo de discurso para aqueles que almejam e detêm o poder como forma de ludibriar o povo. Assim, considerando a sociedade e seus anseios, assim como a Constituição Federal, que afirma que todos são iguais perante a lei, sem nenhuma distinção, bem como garante a inviolabilidade de seus direitos, estamos diante uma questão de incoerência de aplicação e efetividade de direitos e garantias fundamentais, estes que deveriam ser reafirmados pela República Federativa do Brasil em conjunto com os poderes constituídos, a fim de concretizar na prática o que está contido no Preâmbulo da Constituição de 1988.

SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TJRN À LUZ DA INTERPRETAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

Autor(es):

Kaline Gomes Gonçalves : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Thaíssa Louyse Bezerra da Câmara: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Infância e juventude são momentos delicados da construção sociopsicológica do ser humano. “A falta de amadurecimento ético-intelectual durante a menoridade é própria do processo de crescimento” (MINAHIM, 1992). Essas são algumas das razões que colocam em situação prioritária crianças e adolescentes, através de legislação voltada a essas faixas etárias – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Os direitos apresentados pelo E.C.A. e garantidos por princípios constitucionais têm como foco a preservação da dignidade de crianças e adolescentes, em qualquer situação. Exemplo disso se encontra no artigo 124 do E.C.A., que elenca direitos do adolescente privado de liberdade. Entretanto, é evidente a omissão do Poder Público no que diz respeito à manutenção de unidades de internação, uma vez que o sistema socioeducativo encontra-se com uma grave deficiência estrutural, o que provoca a insuficiência de vagas para internar os adolescentes infratores e, conseqüentemente, impede a execução das medidas impostas, bem como inviabiliza o cumprimento efetivo do que é estabelecido pela lei. O foco da discussão aqui trazida é o direito à convivência familiar e comunitária (Capítulo III do E.C.A.) dos adolescentes infratores, quando estes, devido à falência do sistema de unidades de medidas socioeducativas, são obrigados, por determinação judicial, ao cumprimento de tais medidas em localidades distantes de seus domicílios. Este trabalho tem por objetivo analisar a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, no tocante aos processos nos quais figuram adolescentes infratores sentenciados a cumprir medida socioeducativa privativa de liberdade e, diante das falhas estruturais no sistema de unidades de internação, tiveram, por meio de decisão interlocutória do Juízo de Execução, fundamentada no artigo 49, inciso II da Lei 12.594/12 (SINASE), determinada a inclusão em medida de meio aberto. A relevância do tema se concretiza em razão de inúmeros casos onde o problema supramencionado se evidencia.

(METODOLOGIA) A pesquisa se desenvolverá a partir de uma análise dialética entre a doutrina, a legislação pertinente, especialmente a Lei do SINASE, e os dados quantitativos e qualitativos referentes à jurisprudência do TJRN inerente ao tema.

(RESULTADOS) Partindo da problemática que questiona a situação do sistema de internação potiguar e sua consequência, os resultados apontam para a falência desse sistema e para uma grave constatação: diante da falta de estrutura das unidades de internação, em meio à dúvida da colocação do adolescente infrator em medida de meio aberto (artigo 49, inciso II, da Lei nº 12.594/12) ou em unidade longe de seu domicílio, resta prejudicada a socioeducação que deveria resultar da aplicação da medida.

(CONCLUSÃO) A situação aqui trazida constitui problema concreto e grave, que assola a sociedade potiguar, à medida que expõe a falência do sistema socioeducativo de internação e semiliberdade, bem como sua ineficácia na ressocialização e reeducação de adolescentes em conflito com a lei. A pesquisa aponta para a necessidade real de uma reestruturação desse sistema, para que se garanta a proteção determinada no Estatuto da Criança e do Adolescente.

SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO – REALIDADE E UTOPIA

Autor(es):

Madson Alberto Viana Gomes: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
Wendell Henrique Silva Santana: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O sistema penitenciário brasileiro vem sendo tema de discussões há muito tempo. Grande parte dos cidadãos reclama, contudo, muitos são a favor do tipo de tratamento que o Governo Federal dá aos presídios e aos condenados. O fato é que não chegamos a qualquer consenso. A nossa Constituição Federal, desde 05 de outubro de 1988, estabeleceu regras para a manutenção das penitenciárias no nosso país. Nos últimos anos, tivemos a oportunidade de observar um aumento significativo no número de detentos, por outro lado, o aumento de penitenciárias para acolher os presos e proporcionar a estadia digna no local para eles reservado é inexistente. Será que essa desproporcionalidade entre o aumento de condenados e a inércia do número de penitenciárias corresponde ao desenvolvimento tão esperado pela nossa carta magna?

(METODOLOGIA) A meta de pesquisa é tentar compreender essa discrepância entre as condições reais das penitenciárias brasileiras, a utopia da Constituição Federal, do Código Penal e da LEP – Leis de Execução Penal. Uma das fontes de pesquisa fundamentar-se-á na nossa norma fundamental e dos códigos mencionados, pois, através desses textos, poderemos entender o objetivo que Assembleia Constituinte quis alcançar ao estruturar as penitenciárias do nosso país. Através de um quadro comparativo entre o número de detentos no Brasil em uma determinada época, bem como a representação do número de presos atualmente, poderemos ter um deslumbre do futuro caos que será se o sistema penitenciário se a situação permanecer como está.

(RESULTADOS) O Sistema Penitenciário Brasileiro deve ser regularizado o mais rápido possível. Não é jogando os condenados em locais insalubres que chegaremos a algum lugar. Se a penitenciária é um lugar de reclusão para tentar ressocializar o condenado, não é “jogando” os confinados “às traças” e dando-lhes tratamento desumano que resolveremos o problema. Não que a sociedade tenha que suportar um custo de “tratamento de rei” a quem faz o que não é ético para a vida em sociedade. O que devemos buscar é “um tratamento humano para humanos”, pois, ao nosso entendimento, o só fato de ficar em reclusão, longe da vida em sociedade, já é uma punição considerável.

(CONCLUSÃO) Muitos apenados possuem expectativas de voltar a viver em sociedade, e muitos possuem essa chance. Infelizmente o descaso dos governos, tanto da esfera federal quanto da esfera estadual, com os locais de destinados à reclusão dos presos só gera ainda mais desgosto e falta de esperança para eles. Sendo tratados como “lixo humano”, os confinados passam a construir um sentimento ainda maior rejeição e, eventualmente, podem vir a descarregar todos os seus sentimentos negativos contra a própria sociedade civil.

TORTURA NO SISTEMA PRISIONAL

Autor(es):

Aspásia Maria Dantas da Silva : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Laura Nicole Rêgo de Araújo* : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa tem por objeto o confronto existente entre o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e a realidade nas penitenciárias brasileiras, fazendo uma crítica à conduta criminosa da prática da tortura por parte dos agentes do Estado. Diante da problemática desencadeada pelo Estado de agir como torturador e vivermos sob um falso Sistema Democrático de Direito, direitos básicos são violados diariamente nas penitenciárias brasileiras pelos que deveriam cumprir a lei. Além da impunidade por quem pratica a tortura e as sequelas de quem as sofre, a sociedade age como se a tortura fosse meio de castigar a quem comete crimes, mas não observam o fato de que nos presídios a maioria dos encarcerados são pessoas fruto de um sistema que negligencia o efetivo acesso aos direitos sociais e que os impunes são aqueles que agem em nome do Estado e, que, reiteradas vezes, praticam tortura.

(METODOLOGIA) Para respondermos ao problema de pesquisa enunciado, fizemos uso do método de abordagem transdisciplinar, segundo a epistemologia da complexidade e do método auxiliar estatístico, com o objetivo de construirmos elucidações ao problema de pesquisa a luz de um referencial teórico que transpassa as fronteiras do Direito Penal e Constitucional, da Sociologia e da Criminologia.

(RESULTADOS) Em nossa pesquisa observamos que a prática da tortura pelos representantes do Estado é algo rotineiro nas delegacias e presídios do país, o que era para ser inadmissível num Estado Democrático de Direito. Alguns dados estatísticos encontrados acerca do assunto relatam que só em 2011, a Pastoral Carcerária da CBNN recebeu 25 denúncias de violências praticadas contra preso comum e em 2010 foram 70 denúncias. A tortura se tornou um costume nos presídios, apesar de ser um ato histórico bárbaro, sendo que num país com mais de 500 mil presos há poucos casos de notificação de tortura nos presídios. Os abusos ainda resistem, favorecidos pelo silêncio e pela impunidade e, em decorrência disso, não existem números oficiais de registros de torturas no Ministério da Justiça, na Secretária Nacional de Direitos Humanos ou nas Ouvidorias do Sistema Penitenciário dos governos estaduais. Em um relatório divulgado em 2010, a Pastoral Carcerária denunciou 211 casos de tortura, entre 1997 e 2009. Há uma tendência da jurisprudência brasileira em valorizar os depoimentos dos torturadores, que são na maioria das vezes agentes do Estado em detrimento da vítima. Ademais, a pena aplicável à prática da tortura é tão inexpressiva, que acaba por enquadrar-se na Lei dos Juizados Especiais, ensejando a possibilidade de suspensão do processo e de aplicação de outros benefícios legais.

(CONCLUSÃO) Pelo exposto, observa-se que as muitas vítimas da tortura carcerária permanecem em silêncio, o que torna o fato quase invisível aos olhos da sociedade. Dentre os que representam o Estado, são poucos os agentes preparados para lidar com pessoas que tem sua liberdade privada e muitos direitos restritos, preferem condena-los de maneira atroz com superlotação, péssimas condições de higiene e de alimentação. As vítimas da tortura carcerária, na maioria dos casos, permanecem em silêncio, e o medo de falar é o que gera tão poucos casos denunciados, pouquíssimos julgamentos, sendo que muitos casos são tratados como abuso de autoridade e o processo é extinto pelo judiciário. Talvez se houvesse mais exposição do tema pela mídia e o Estado não fosse tão tirano, a tortura diminuísse.

TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E O MERCADO HUMANO

Autor(es):

Deyvid Gentil Silva Azevedo: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN
João Paulo Ginani Freire : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Joelma dos Santos Silva: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Janaina Lopes Araujo: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN
Nadejda de Melo Silva: Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Walber Cunha Lima
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O transplante é a transferência, através de procedimento cirúrgico, de um órgão, parte dele ou de tecidos de uma pessoa para outra. Tal procedimento realizado em benefício do receptor pode ser realizado tendo como doador uma pessoa viva ou morta. O processo de transplantação encontra-se regulamentado pela lei de nº 9.434/97 e é considerado como um importante avanço tecno-científico na área biomédica, de extrema relevância para a sociedade mas que implica reflexos diretos na seara jurídica. Assim, este trabalho busca analisar como a lei de transplantes supracitada, tende a coibir a prática do chamado Mercado Humano, o qual refere-se no caso concreto em questão à compra e venda de órgãos humanos para fins de transplantes. Igualmente verificar-se-á como os Princípios Bioéticos clássicos (autonomia, beneficência, não maleficência e justiça) contribuem na interpretação dos dispositivos da lei de transplantes com o intuito de proteger a pessoa humana em face da sua dignidade.

(METODOLOGIA) Método utilizado foi o dialético, visto que na análise dos dados da pesquisa, contrapuseram-se os argumentos favoráveis e contrários dos transplantes de órgãos perante o mercado humano.

(RESULTADOS) A comercialização de órgãos humanos acontece no mundo por causa da incompatibilidade e escassez de doadores, possibilitando uma manipulação financeira, sendo esta incontrolável. Na Índia, o comércio de rins já existe devido à impossibilidade financeira de os doentes pobres submeterem-se a prolongadas diálises renais, o que acarretou uma verdadeira “romaria” de pacientes do mundo ocidental, os quais, com condições econômicas suficientes para efetuar diálises em seus países, vão até lá em busca de um rim para transplante, estimulados por “corretores” indianos. Apesar da determinação da Lei nº 9.434 sobre a disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do corpo humano. Em termos jurídicos, de acordo com o disposto na lei de transplantes pôde-se constatar que a comercialização de órgãos humanos é expressamente vedada, implicando em sanções penais e administrativas à luz dos Princípios Bioéticos.

(CONCLUSÃO) Assim, os Princípios Bioéticos conjuntamente com o Princípio da dignidade da pessoa humana fomentam coibir esse mercado humano de transplante de órgãos e tecidos que configura-se uma das mais consideráveis conquistas científicas, mas ainda apresenta diversas questões ético-jurídicas importantes a serem discutidas, pois se há quem persista na venda, é pelo fato de existir alguém que compre, observado o livre arbítrio da pessoa humana, expresso pelo Princípio da liberdade. Mas é notório salientar que a técnica dos transplantes possui a capacidade de salvar milhões de pessoas, levando-nos a uma futura revisão das disposições legais que a rodeiam.

TRIBUTAÇÃO E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS INDUTORAS COMO MEIO PARA A CONCRETIZAÇÃO DO ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO

Autor(es):

Carlos Augusto de Souza Barbalho: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O modelo de Estado Socioambiental é provedor da proteção dos direitos fundamentais especialmente sob o enfoque da dignidade humana em sua dimensão ecológica, que constitui o fundamento da República Federativa brasileira. Assim, a presente pesquisa propõe a utilização das normas tributárias indutoras, no seu aspecto extrafiscal, como instrumento de concretização do Estado Socioambiental de direito, constituindo no modelo estatal que reflete a evolução do Estado democrático brasileiro, no sentido de integrar a proteção jurídica dos direitos humanos à tutela ambiental. Tal proposição visa contribuir para o estabelecimento do “mínimo existencial ambiental” no Brasil e para a efetiva proteção da dignidade humana em sua dimensão integral, já que a implantação de normas tributárias indutoras pode ser um forte instrumento capaz de conduzir indivíduos e empresas a determinados comportamentos que resultam em proteção efetiva do meio ambiente.

(METODOLOGIA) O método indutivo foi utilizado para os fins deste trabalho, partindo-se da análise de situações concretas de violação da tutela ambiental no sentido de buscar uma solução jurídica capaz de integrar tributação, meio ambiente e direitos humanos. Portanto, também foi utilizado o método dialógico de abordagem do tema, já que sua problematização abrange questões transdisciplinares, que envolvem direito ambiental, constitucional e tributário. Por outro lado, fizemos uso do método auxiliar comparado, na medida em que nos valem da análise da tributação ambiental em ordenamentos jurídicos estrangeiros.

(RESULTADOS) Constata-se um grande avanço histórico do uso da tributação ambiental, tanto no âmbito internacional, quanto no Brasil. A União Europeia tem debatido tal questão desde a década de 60 com a implantação do “Informe de Neymark” como instrumento de planejamento tributário e de harmonização dos sistemas tributários que compõe a comunidade europeia. Mais recentemente, buscou-se inserir a tributação ambiental na Constituição Europeia, iniciativa que não logrou êxito, em face da exigência da unanimidade de votos favoráveis à medida entre os países que a integram. Não obstante isso, diversos países que integram a UE, instituíram medidas internas de tributação diferenciada sobre empresas que emitem gases poluentes. No Brasil vem crescendo a utilização do ICMS, IPI ecológico e do IPTU verde, tanto entre os estados como no âmbito federal, o que tem aumentado as áreas de preservação ambiental.

(CONCLUSÃO) Observa-se que a proteção ambiental está intimamente ligada à garantia dos direitos fundamentais, já que o direito a uma vida digna diz respeito a um ambiente ecologicamente equilibrado como condição para o desenvolvimento da vida humana. Ações estatais incoerentes com um patamar mínimo de qualidade ambiental, afetam o núcleo essencial da dignidade humana e a tutela da vida. Assim, torna-se mister a concretização do Estado Socioambiental como promotor de políticas públicas que tornem efetiva a proteção do mínimo existencial ambiental, com o intuito de garantir tal dignidade, inclusive em sua dimensão ecológica. O Estado para isto precisará de recursos e assim fazer os devidos investimentos, podendo fazer uso da tributação para induzir a sociedade a comportamentos capazes de contribuir com a proteção ambiental, inserindo-se no campo da extrafiscalidade através do método de participação estatal na economia denominado de indução. O Estado, controlando alíquotas, estabelecendo reduções ou aumento de base de cálculo de determinados tributos, pode incentivar a proteção de vários bens jurídicos, inclusive a tutela ambiental.

UM ESTUDO SOBRE A TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Paulo Rogério dos Santos Bezerra : Discente do curso Direito (noturno) do UNI-RN

Orientadores(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo trata da terceirização de mão de obra no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, no contexto da administração pública estadual, buscando identificar as práticas adotadas no gerenciamento dos contratos administrativos e o comportamento do crescimento da despesa com terceirização, sob o ponto de vista do gestor do contrato, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato de terceirização.

(METODOLOGIA) Pesquisa de caráter aplicativo (Vergara, 2011, p.42), pois “é motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, mais imediatos, ou não. Tem, portanto, finalidade prática”, com utilização de pesquisas bibliográfica e documental, e estudo de caso único, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (VERGARA, 2011, p. 44). Conforme Yin (1989, p. 23) "o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas". Esta definição nos ajuda, segundo o autor, a compreender e distinguir o método do estudo de caso de outras estratégias de pesquisa como o método histórico e a entrevista em profundidade, o método experimental e o survey.

(RESULTADOS) Constata-se que são muitas as dificuldades encontradas no trabalho cotidiano da administração contratual, isso porque há falhas na redação dos contratos, falta planejamento da contratação e, conseqüentemente, são necessários vários ajustes no decorrer da contratação, corroborando com a morosidade das atividades, falta de comprometimento dos servidores públicos e dos contratados. Nesse sentido, a morosidade existe porque as ações são implementadas posteriormente ao momento requerido, resultado em ineficácia. Na dúvida sobre quem deve fazer o quê, as pessoas não agem, fazendo-o somente após surgir uma situação.

(CONCLUSÃO) O contrato administrativo deve representar o roteiro da relação entre o contratado e a contratada, servindo de guia, e não apenas um documento destinado a contendas judiciais. Portanto, é inconcebível pretender administrar sem planejar, partir para uma ação sem planejamento prévio é o caminho certo para fazer de novo e alterar e alterar os procedimentos, até que se chegue a uma relação mais adequada, que poderia ter sido projetada antecipadamente, evitando-se o desperdício do erário público. Nesse sentido, como solução estaria o gerenciamento integral dos contratos, que poderia prever o planejamento de cada contratação integrada no contexto global da organização. Também chamou a atenção a necessidade de se ter no órgão uma unidade permanente de apoio aos fiscais, onde possam tirar dúvidas, obter informações, como a que ocorre em relação à análise da documentação trabalhista e previdenciária.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA GUERRA CIVIL SÍRIA

Autor(es):

Arthur Vinícios Santos de Sousa: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Gustavo Dias Leão Lago* : Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN*Pedro Henrique Carvalho Lessa*: Discente do curso Direito (matutino) do UNI-RN

Orientadores(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Considerando as preocupações contemporâneas para com a população global e, em razão da seriedade da questão de violação dos direitos humanos na Síria, adotamos a referida temática para o presente estudo. Pretendemos analisar as causas e consequências do conflito, que envolve não só a população daquele país no âmbito político-social, mas que também outras nações que visam obter vantagem com qualquer resultado que o conflito possa a vir tomar. Tal análise, a respeito da violação dos direitos humanos está pautada, fundamentalmente, na Declaração Universal Dos Direitos Humanos, relativamente a qual apontamos os dispositivos violados e qual seria a solução estratégica e menos prejudicial para pessoas que estão sendo diariamente vítimas da pior guerra civil dos últimos tempos.

(METODOLOGIA) Visando à resolução da questão de pesquisa, nos utilizamos principalmente da pesquisa documental e exploratória, de natureza qualitativa, assim como pesquisa bibliográfica, que aborda a questão de forma especializada, especialmente pelos estudiosos do direito internacional e dos direitos humanos. Como métodos de abordagem, fizemos uso do indutivo e hipotético-dedutivo, baseando-se no que outrora fora experiência passada e analisando tais situações a luz da guerra civil na Síria

(RESULTADOS) A partir da pesquisa sobre a guerra na Síria observamos tratar – se de um conflito de ideias entre oposição e governo. Enquanto a oposição afirma estar lutando para banir o ditador e instalar um governo democrático, o governo Sírio, liderado por Al- Assad afirma estar apenas combatendo “terroristas armados que visam desestabilizar o país”. Também há o interesse norte americano na Síria que pode se justificar pelo fato de ela representar uma ameaça, isso se deve, principalmente, graças à denúncia dos opositores do governo que acusaram de usar armas químicas, tal denúncia foi comprovada pelo governo. Ao contrário dos Estados Unidos, a Rússia vai de acordo com os ideais de AL-Assad e se tornou o seu mais forte aliado, devido também a interesses, sendo esses em estratégia e na área bélica e militar. Diferentemente de Estados Unidos e Rússia, a ONU vem tentando apaziguar os confrontos para que tudo seja resolvido de forma democrática e sem violência. Desde 1962, a Síria encontra-se em estado de emergência, e, com a guerra, a situação do país só veio a piorar. Isso reflete nos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, algo que deveria ser assegurado para todo indivíduo, devido à situação caótica do país, tornou-se praticamente inexistente nessa parte do mundo.

(CONCLUSÃO) Partindo do princípio de que a disponibilização dos direitos e garantias fundamentais é dever do Estado para com seus cidadãos, dever esse exposto no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos humanos, observamos, portanto, ser de extrema importância tratar desse assunto com uma visão globalizada e sempre visando à defesa da sociedade civil da Síria, já que os cidadãos civis são os mais prejudicados com o conflito. O que vem acontecendo na Síria é algo de interesse internacional e seu desfecho pode acarretar consequências para todo o mundo, principalmente para os mais interessados no conflito como Estados Unidos, Rússia, o governo sírio e, sem sombra de dúvida, os civis que lá habitam. Diante disso, cabe a ONU, como embaixadora da paz, mediar o conflito, regendo as partes conflitantes e buscando um acordo o mais rápido possível de maneira democrática e pacífica.

INFORMÁTICA

XIII CONIC

Importância e abrangência
do empreendedorismo

2013

XIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

De 24 a 26 de outubro | Campus do UNI-RN



ANALISE DA RELAÇÃO FRAMEWORK E PRODUTIVIDADE NO DESENVOLVIMENTO WEB. ESTUDO DE CASO: CLÍNICAS INTEGRADAS UNI-RN

Autor(es):

Leandro Silva Monteiro de Oliveira: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O uso de frameworks possibilita a reutilização de componentes comuns entre vários projetos de software, promovendo assim funcionalidades genéricas. Com isso, o tempo e os esforços exigidos na produção de software são reduzidos drasticamente, uma vez que, os frameworks aumentam a produtividade, maximizam o reutilização de código e reduzem a possibilidade de erros. Dentre os diversos frameworks existentes para a plataforma Java - plataforma mais utilizada para o desenvolvimento de aplicações web corporativas - foram escolhidos os dois principais (JSF - Java Server Faces - e Grails) para serem analisados e comparados, e assim verificar se existe relação, direta ou indireta, entre o desempenho da equipe desenvolvedora e o framework utilizado.

(METODOLOGIA) Foi adotada uma metodologia baseada em um estudo de caso do núcleo de desenvolvimento de software da UNIRN, em que foram realizadas comparações das soluções que foram utilizadas no desenvolvimento do projeto Clínicas Integradas. O estudo de caso foi dividido em dois momentos. No primeiro momento foi analisado o framework inicialmente utilizado, o JSF (Java Server Faces); e no segundo momento foi analisado a solução atual adotada, o framework Grails. A partir dessas análises foi possível fazer uma comparação dessas duas tecnologias, levando em consideração a que melhor atende as necessidades do projeto.

(RESULTADOS) Observamos que a arquitetura inicialmente utilizada no projeto das clínicas integradas continha as seguintes tecnologias: Java Server Faces, Jboss Seam, Hibernate, Postgres, juntos com a IDE do Eclipse. A integração entre essas tecnologias era trabalhosa, uma vez que, os componentes utilizados eram desacoplados, dificultando assim a manipulação dos mesmos em conjunto. Viu-se, também, que a equipe inicial do projeto das clínicas era composta por 15 desenvolvedores, 2 analistas de software e 1 administrador de banco de dados, entretanto essa equipe não tinha as facilidades que uma arquitetura bem estruturada e agregada trás, pois mesmo ela sendo numerosa isso não se refletia na produtividade. Os principais problemas encontrados nesse aglomerado de tecnologias eram a demora para dominar a arquitetura, a integração dos frameworks e o fato de não existir um reaproveitamento de códigos repetitivos. Isso não acontecia na arquitetura atual. Nela foi utilizada uma solução desenvolvida pela empresa Spring Source, que é um dos maiores desenvolvedores de frameworks para a plataforma java. Essa solução consisti em um framework mais robusto que agrupa todo um conjunto de ferramentas. Dentre elas, o framework Grails que utiliza uma linguagem de tipagem dinâmica, chamada Groovy, para a plataforma Java. Com esse conjunto de ferramentas foi possível um fácil e ágil desenvolvimento, uma vez que os códigos repetitivos são reaproveitados e existe uma organização pré definida das pastas que estruturam o projeto.

(CONCLUSÃO) Portanto, existe relação direta em relação a escolha do framework e a produtividade da equipe desenvolvedora. Essa análise foi feita levando-se em consideração que os frameworks agregam facilidades na construção de sistemas, uma vez que, otimizam o desenvolvimento através da reutilização de componentes comuns a outros projetos, reduzindo bruscamente o tempo gasto para fazê-los. Em relação aos dois frameworks abordados (JSF e Grails), percebeu-se que o Grails trás maiores facilidades para o desenvolvimento, pois ele utiliza uma linguagem dinâmica (Groovy) de fácil aprendizado, trazendo vários componentes básicos inteiramente prontos, gerando assim resultados mais concretos e significativos em um curto período de tempo.

A REVOLUÇÃO DA EAD – UM A ABORDAGEM TECNOLÓGICA SOBRE UMA DAS PRINCIPAIS FERRAMENTAS GRATUITAS DE APOIO AO ENSINO A DISTANCIA NO BRASIL.

Autor(es):

José Martinelle Freire de Almeida : Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Alexandre Luiz Galvão Damasceno

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Os avanços nas tecnologias de linguagens computacionais estão cada vez mais presentes no contexto das escolas e universidades que tem parcialmente ou completamente seu uso como meio imprescindível de acesso a informação e aquisição do conhecimento. Este trabalho tem como objetivo identificar, estudar e analisar as ferramentas da principal plataforma de ensino online utilizada pela sociedade pós moderna (Plataforma Moodle), bem como, apresentar os vários aspectos da educação a distancia, sua evolução, principais vantagens e obstáculos em relação às aulas on-line.

(METODOLOGIA) A metodologia aplicada nesta pesquisa compõe as seguintes etapas que estão conceituadas em ordem cronológica logo a seguir. Na primeira etapa, foi elaborado um levantamento histórico no intuito de contextualizar os aspectos históricos e sociais que contribuíram para a formatação do modelo de ensino a distancia, seus objetivos e metodologias. A segunda parte trata-se do estudo e análise a partir de uma ótica tecnológica, do uso e benefícios das plataformas livres como facilitador da aprendizagem. Para tanto consideramos requisitos como, desempenho, aceitação e usabilidade, analisando suas principais ferramentas de interação com o usuário.

(RESULTADOS) Na atualidade o moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) encontra-se na versão 2.5 e é utilizado por várias instituições, na gestão de processos educativos e aprendizagem. No tangente as observações levantadas, foram considerados fatores como: Desempenho, aceitação e usabilidade. Segundo Castilho (2005), o software permite, de maneira simplificada, a um estudante ou a um professor integrar-se, estudando ou lecionando, num curso on-line, através das ferramentas a seguir: Chat, Escolha, Fórum, Glossário, Laboratório de Avaliação, Lição, Pesquisa de avaliação, Questionário, Scorm, Tarefa. Para utilização do moodle é necessário apenas um navegador de livre escolha (como o Internet Explorer, Google Chrome, o Netscape Communicator ou Mozilla Firefox). A estrutura do ambiente permite as seguintes funcionalidades: Controle de acesso dos alunos ao curso, controlar a liberação de conteúdo para o discente, fornecer recursos de interatividades, tais como, fornecer ferramentas de avaliação, Monitorar atividades feitas por alunos, gerenciar a divisão das turmas em grupos.

(CONCLUSÃO) No cenário atual, a Educação a Distancia se revela como meio de derrubar a antiga concepção de instrução através da transmissão do conhecimento, permite ao aluno participar ativamente do processo de construção e apropriação do seu saber de modo cada vez mais comprometido. Tendo em vista que a EaD não se encontra mais a margem dos processos educativos e que é uma realidade crescente no Brasil onde os recursos em prol da educação são em extremo limitados, buscamos apresentar uma análise explicativa da plataforma de ensino a distancia online Moodle, no intuito de colaborar com a adaptação e readaptação dos profissionais em educação que são entre outras coisas facilitadores dos processos de ensino aprendizagem.

CLÍNICAS MOBILE - OTIMIZANDO O GERENCIAMENTO DE CONSULTAS NO PROJETO DAS CLÍNICAS INTEGRADAS UNI-RN

Autor(es):

Leandro Silva Monteiro de Oliveira: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Os frameworks facilitam o desenvolvimento e a criação de softwares, permitindo assim um desenvolvimento de forma ágil e concisa, sendo eles baseados em regras pré-definidas de um modelo de arquitetura organizado, agilizando a entrega e validação do produto de software. Neste contexto, foi adotado o Framework Grails, como ferramenta de desenvolvimento utilizado no projeto em questão, por permitir o dinamismo e facilitar a curva de aprendizagem na criação de aplicações web através de uma linguagem de programação para a plataforma Java, chamada Groovy. Pelas facilidades oferecidas pelo Grails foi permitido a fácil integração com o Android - sistema operacional para dispositivos móveis baseado no núcleo do linux - com o objetivo de informatizar e otimizar processos, feitos de forma manual e demorada, de confirmação e visualização de consultas nas clínicas integradas, tanto para os pacientes quanto para os profissionais de saúde.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento deste artigo foi efetuado uma pesquisa qualitativa, afim de conhecer como o processo de agendamento e confirmação de consultas das clínicas integradas da UNI-RN era realizado. O público alvo desta pesquisa foram os pacientes e profissionais da saúde que, respectivamente, utilizam os serviços das clínicas integradas, e atendem aos pacientes. Além da pesquisa qualitativa, composta por uma questão subjetiva, foi realizado um estudo de caso embasado no projeto das clínicas integradas, que teve como finalidade extrair as soluções necessárias para a sua automatização.

(RESULTADOS) De acordo com as informações coletadas na pesquisa qualitativa, realizada no período de 01/10/2012 à 11/10/2012 em que foram entrevistadas seis pessoas, foi possível observar que o processo de agendamento de consultas é feito de forma manual. Para isso, é utilizada uma ficha impressa em que o paciente preenche seus dados a cada nova consulta realizada, desperdiçando, portanto, tempo e recursos como o papel. Com a implantação da solução desenvolvida pelo núcleo de desenvolvimento de software da UNI-RN, todo esse processo é automatizado, agilizando e otimizando a marcação de consulta, uma vez que o paciente será cadastrado, com seus dados armazenados em banco de dados, no sistema e não precisará preencher uma ficha com os mesmos dados a cada nova consulta agendada. A partir disso, foi possível desenvolver um módulo móvel que utiliza a integração do Grails com o Android de maneira produtiva e simples. Esse módulo mobile tem a finalidade de ser utilizado tanto pelos pacientes, para a visualização e confirmação das suas consultas, quanto para os profissionais de saúde das clínicas, para a visualização das consultas em um intervalo de tempo definido por dias, auxiliando assim ambos os lados de maneira cômoda. Tais visualizações de consultas irão conter dados como data, hora, clínica, status e nome do paciente.

(CONCLUSÃO) Baseado no sistema ultrapassado utilizado pelas clínicas e levando em consideração que ocorre diversos problemas nesse sistema (inclusive sendo necessário, muitas vezes, a utilização de papel para cadastramento dos pacientes, o que leva a desperdício de recursos) é notável que o sistema implementado torna todos esses processos, antes manuais, mais eficientes e fáceis, inclusive permitindo a coleta de informações e armazenamento do histórico dos pacientes. Com isso, a proposta de utilização de dispositivos móveis para acesso e busca de informações por parte dos médicos e pacientes cumpri, de maneira eficiente e eficaz, ao que foi proposto inicialmente.

COMPUTAÇÃO EM NUVEM

Autor(es):

Emmanuel Ricardo Calixto: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Marcelo Augusto da Silva: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O foco principal deste trabalho é apresentar a computação em nuvem (cloud computing). O objetivo é descrever seus serviços, segurança, as principais vantagens e desvantagens e como anda o mercado dessa tendência que vem crescendo a cada dia.

(METODOLOGIA) A metodologia que foi usada neste trabalho foi a bibliográfica, onde buscamos o conteúdo em sites, artigos científicos, revistas científicas e livros. Onde encontramos várias informações sobre a computação em nuvem.

(RESULTADOS) Esse novo modelo de computação que vem crescendo a cada dia surgiu com a ideia de disponibilizar, serviços computacionais, onde o usuário só paga o que usar. Como se fosse uma conta de água ou de luz, onde só pagamos o que usamos. Por isso a computação em nuvem vale mais a pena financeiramente para seus usuários. Vantagens, para o usuário usar este serviço não precisa ter uma supermáquina, basta ter um computador conectado com a internet e o usuário poderá acessar seus arquivos de qualquer lugar e de qualquer máquina. No entanto existem algumas desconfianças, alguns usuários ainda não confiam deixar seus arquivos no ambiente virtual. Deve-se ressaltar também, que com a necessidade de acessar servidores remotos é primordial que a conexão com a internet seja rápida, principalmente quando falamos em jogos. E deve-se levar em conta também que os servidores ficam em lugares distantes, portanto, uma internet instável ou de baixa velocidade é prejudicial para o aproveitamento pleno da tecnologia. Mas não a dúvida que a computação em nuvem é uma realidade cada vez mais sólida e vem crescendo a cada dia. Nos últimos anos muitas empresas têm dado muita atenção a esta tecnologia, e tudo nos faz crer que isso vai continuar. Existindo há relativamente pouco tempo, a computação em nuvem é a tecnologia mais moderna que existe e está revolucionando o setor tecnológico, inclusive mudando a forma como as pessoas consomem e vendem serviços. A popularização cada vez maior da computação em nuvem está gerando uma previsão de crescimento de 18,5% do setor somente em 2013. No mundo todo, o mercado de “cloud computing” deve atingir o valor de US\$ 131 bilhões.

(CONCLUSÃO) Neste trabalho aborda-se o assunto computação em nuvem onde mostramos algumas vantagens e desvantagens desta tecnologia e concluímos que a computação em nuvens faz parte do seu dia a dia e cresce em um ritmo frenético. No entanto, percebemos que ainda há um grande caminho a percorrer, com muitas coisas para mudar. Mesmo assim, a computação em nuvem vai cada vez mais entrar no mercado e conquistar adeptos. Essa pesquisa mostrara que a “cloud computing” se popularizará como um modelo barato, eficiente e seguro de se trabalhar com as informações.

COMPUTAÇÃO NA NUVEM

Autor(es):

Manoel Francisco Soares: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O foco principal deste trabalho é fazer um breve resumo sobre computação na nuvem. Mostrando seus principais serviços e usabilidade. Mostrando também qual seria a viabilidade econômica pra quem pretender comprar algum serviço na nuvem pago no momento ou até mesmo os gratuitos que já existem bem como os gastos que uma empresa teria se optar por uma migração neste momento e seria as mudanças para essa nova tecnologia seus pontos positivos e negativos com essas mudanças para tecnologia na nuvem porém e apenas um pequeno resumo do que seria computação na nuvem haja visto que tem muita coisa por estudar ainda.

(METODOLOGIA) Na fase inicial do artigo, foram estudados conceitos de computação na nuvem usabilidade de seus serviços para tentarmos compreender e resolver os problemas e dúvida relacionado ao que seria computação na nuvem algo tão falado no momento, mesmo que muitos ainda tenham medo de mudar para uma nova tecnologia mesmo sabendo que teriam uma redução de custos bastante significativa. quais tipos de implantação. Em seguida foi à vez de entender como teste de usabilidade, pode ser útil para avaliar os seguintes propósitos de como são os serviços de computação na nuvem. E sua viabilidade econômica para quem contratar estes serviços.

(RESULTADOS) A análise feita sobre os serviços ofertados por essas empresas. E como as empresas que contratares esses serviços quiseram os benefícios que elas terão se optarem. Custos esses com mão de obra ou até mesmo com espaços físico. A computação na nuvem vai proporcionar bastantes benefícios comparados com a forma convencional. Mostrando seus pontos positivos e negativos para aqueles que resolverem comprar estes serviços. Com 30 grandes empresas representando coletivamente mais de US\$ 100 bilhões em capitalização de mercado, e US\$ 12,5 bilhões em receita estimada para 2013, a indústria da computação em nuvem realmente parece ter amadurecido. Confira a lista com as 15 empresas mais valiosas desse setor que não para de crescer.

(CONCLUSÃO) O objetivo deste trabalho era descrever e analisar os serviços de computação na nuvem. Bem como os serviços oferecidos por essas empresas ofertantes dos serviços e seus preços cobrados e a viabilidade econômica para uma empresa ou usuário comum que quiser contratar algum serviço oferecido por essas empresas. A computação como um serviço é um fato em ebulição e tem se tornando um paradigma cada vez mais reconhecido, por isto, diversas empresas que já perceberam suas vantagens têm apoiado e incentivado o seu desenvolvimento. O meio científico também tem demonstrado muito interesse no desenvolvimento e adoção deste paradigma.

COMPUTAÇÃO EM NUVEM - TRABALHO CORRETO

Autor(es):

Emmanuel Ricardo Calixto: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Marcelo Augusto da Silva: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O foco principal deste trabalho é apresentar a computação em nuvem (cloud computing). O objetivo é descrever seus serviços, segurança, as principais vantagens e desvantagens e como anda o mercado dessa tendência que vem crescendo a cada dia.

(METODOLOGIA) A metodologia que foi usada neste trabalho foi a bibliográfica, onde buscamos o conteúdo em sites, artigos científicos, revistas científicas e livros. Onde encontramos várias informações sobre a computação em nuvem.

(RESULTADOS) Esse novo modelo de computação que vem crescendo a cada dia surgiu com a ideia de disponibilizar, serviços computacionais, onde o usuário só paga o que usar. Como se fosse uma conta de água ou de luz, onde só pagamos o que usamos. Por isso a computação em nuvem vale mais a pena financeiramente para seus usuários. Vantagens, para o usuário usar este serviço não precisa ter uma supermáquina, basta ter um computador conectado com a internet e o usuário poderá acessar seus arquivos de qualquer lugar e de qualquer máquina. No entanto existem algumas desconfianças, alguns usuários ainda não confiam deixar seus arquivos no ambiente virtual. Deve-se ressaltar também, que com a necessidade de acessar servidores remotos é primordial que a conexão com a internet seja rápida, principalmente quando falamos em jogos. E deve-se levar em conta também que os servidores ficam em lugares distantes, portanto, uma internet instável ou de baixa velocidade é prejudicial para o aproveitamento pleno da tecnologia. Mas não a dúvida que a computação em nuvem é uma realidade cada vez mais sólida e vem crescendo a cada dia. Nos últimos anos muitas empresas têm dado muita atenção a esta tecnologia, e tudo nos faz crer que isso vai continuar. Existindo há relativamente pouco tempo, a computação em nuvem é a tecnologia mais moderna que existe e está revolucionando o setor tecnológico, inclusive mudando a forma como as pessoas consomem e vendem serviços. A popularização cada vez maior da computação em nuvem está gerando uma previsão de crescimento de 18,5% do setor somente em 2013. No mundo todo, o mercado de “cloud computing” deve atingir o valor de US\$ 131 bilhões.

(CONCLUSÃO) Neste trabalho aborda-se o assunto computação em nuvem onde mostramos algumas vantagens e desvantagens desta tecnologia e concluímos que a computação em nuvens faz parte do seu dia a dia e cresce em um ritmo frenético. No entanto, percebemos que ainda há um grande caminho a percorrer, com muitas coisas para mudar. Mesmo assim, a computação em nuvem vai cada vez mais entrar no mercado e conquistar adeptos. Essa pesquisa mostrara que a “cloud computing” se popularizará como um modelo barato, eficiente e seguro de se trabalhar com as informações.

DESENVOLVIMENTO ÁGIL COM YII FRAMEWORK

Autor(es):

Daniel Berg Lopes Campelo de Moraes: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O foco principal deste trabalho é demonstrar como o processo de desenvolvimento de sites web se tornam mais rápidos e práticos, com auxílio de um framework de desenvolvimento PHP em específico o Yii framework, que se utiliza de mecanismos de reutilização de código, arquitetura MVC e mapeamento de banco para programação orientada ao objeto.

(METODOLOGIA) Foram realizadas pesquisas através de tópicos divulgados no site do próprio Yii Framework e livros específicos deste framework, bem como em estudos que comparam esta tecnologia com outras equivalentes.

(RESULTADOS) Com a crescente demanda de websites na internet, muitas empresas de desenvolvimento buscam uma forma de otimizar o tempo de criação para atender a essa demanda. A melhor forma de padronizar e economizar o tempo de desenvolvimento é utilizando um framework. Existem diversos tipos de frameworks no mercado atualmente e cada um deles possuem ferramentas para auxiliar a programação com muitas funcionalidades já integradas e com isso se possibilitou a diminuição na quantidade de código a ser feita. No desenvolvimento para websites, existe um padrão de arquitetura que é amplamente utilizada denominada de MVC, que se baseia na utilização de classes de modelo para conexão com o banco de dados, visão para exibir dados e formulários no navegador e controle para controlar a lógica da aplicação. O Yii Framework foi criado por Qiang Xue a fim de corrigir algumas desvantagens encontradas em outro framework também desenvolvido pelo Qiang Xue, o PRADO, que em suas primeiras versões era lento ao manusear páginas complexas e os controllers eram de difícil customização, já o Yii foi muito mais eficiente nesses requisitos. O projeto do Yii foi iniciado em 1 de janeiro de 2008 e sua versão 1.0 foi lançada oficialmente em 3 de dezembro de 2008. O Yii framework utiliza a arquitetura MVC para melhor organização das suas classes e conta com uma ferramenta própria chamada Gii, para criar as classes de model, view e controller de acordo com o banco de dados já criado, ele também faz uso da reutilização de código, com isso já temos uma economia enorme quando se trata de desenvolver uma aplicação em um curto período de tempo. Com auxílio do Yii framework, poupa-se tempo em criação de classes e temos uma organização com a arquitetura MVC utilizada por ele, sendo assim tanto a criação quanto manutenção de uma aplicação construída utilizando baseada em tal framework, o desenvolvimento se tornou um processo simples e rápido.

(CONCLUSÃO) Desenvolvendo com Yii Framework se utilizou de um banco de dados MySQL e através da ferramenta nativa do próprio Yii, o Gii, se tornou possível economizar muito tempo de desenvolvimento e de criação de classes como controllers, models e views, com isso se tornou possível focar o trabalho do programador com foco na lógica de negócio da aplicação.

DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA CLÍNICAS INTEGRADAS UNI-RN

Autor(es):

Leandro Silva Monteiro de Oliveira: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Grande parte dos SIS (Sistemas de Informação em Saúde) são desenvolvidos em aplicativos Desktop, de forma cliente servidor. Porém, com a expansão da internet, avanço em equipamentos como notebooks, tablet's e smartphones existem uma carência desses sistemas na web. O Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI-RN, possui uma cadeia de clínicas (odontologia, fisioterapia, nutrição, farmácia, enfermagem e educação física) em que há uma necessidade de informatização e integração de suas clínicas, a fim de simplificar o processo de seus atendimentos, manuseando informações de seus pacientes, médicos e procedimentos.

(METODOLOGIA) Para o desenvolvimento deste artigo foi efetuado uma pesquisa qualitativa, afim de conhecer como o processo de agendamento e confirmação de consultas das clínicas integradas da UNI-RN era realizado. O público alvo desta pesquisa foram os pacientes e profissionais da saúde que, respectivamente, utilizam os serviços das clínicas integradas, e atendem aos pacientes. Além da pesquisa qualitativa, composta por uma questão subjetiva, foi realizado um estudo de caso embasado no projeto das clínicas integradas, que teve como finalidade extrair as soluções necessárias para a sua automatização.

(RESULTADOS) Com a implantação da solução desenvolvida, todo esse processo foi automatizado, agilizando e otimizando a marcação de consulta, uma vez que o paciente será cadastrado, com seus dados armazenados em banco de dados, no sistema e não precisará preencher uma ficha com os mesmos dados a cada nova consulta agendada. A partir disso, foi possível desenvolver um modulo móbile que utiliza a integração do Grails com o Android de maneira produtiva e simples. Esse modulo móbile tem a finalidade de ser utilizado tanto pelos pacientes, para a visualização e confirmação das suas consultas, quanto para os profissionais de saúde das clínicas, para a visualização das consultas em um intervalo de tempo definido por dias, auxiliando assim ambos os lados de maneira cômoda. Tais visualizações de consultas irão conter dados como data, hora, clínica, status e nome do paciente.

(CONCLUSÃO) Baseado no sistema ultrapassado utilizado pelas clínicas e levando em consideração que ocorre diversos problemas nesse sistema (inclusive sendo necessário, muitas vezes, a utilização de papel para cadastramento dos pacientes, o que leva a desperdício de recursos) é notável que o sistema implementado torna todos esses processos, antes manuais, mais eficientes e fáceis, inclusive permitindo a coleta de informações e armazenamento do histórico dos pacientes. Atualmente o número de consultas aumento, diariamente são marcadas cerca de 40 (quarenta) consultas, mensalmente cerca de 400 (quatrocentas) consultas. Com isso, a proposta de utilização do sistema web e dispositivos móveis para acesso e busca de informações por parte dos médicos e pacientes cumpriram, de maneira eficiente e eficaz, ao que foi proposto inicialmente.

GERÊNCIA DE PROJETOS UTILIZANDO SCRUM E TEAM FOUNDATION SERVER

Autor(es):

André Luis Monteiro Passos : Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Alexandre Luiz Galvão Damasceno

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho objetiva a realização de um estudo de caso sobre a implantação de um processo de gerência de projetos utilizando métodos ágeis, no caso, o Scrum. Além do estudo sobre o processo SCRUM, este trabalho também contempla o uso da ferramenta Team Foundation Server (TFS) da Microsoft aplicada a este processo de desenvolvimento. Como base de estudo, o estudo utiliza dados sobre os acompanhamentos dos projetos de uma fábrica de software da cidade de Natal-RN. No mercado existem diversas ferramentas para gerenciar projetos de software como Rational da IBM, Star Team da Borland e HP ALM da Hewlett-Packard, porém a escolha do TFS ocorreu devido ao baixo custo da implantação desta ferramenta para a empresa escolhida, uma vez que a mesma mantém uma parceria com a Microsoft.

(METODOLOGIA) Na primeira fase deste trabalho, um estudo foi realizado sobre as práticas do processo Scrum, seus conceitos e aplicações, além do Gerenciamento do Ciclo de vida da Aplicação (ALM) e a ferramenta utilizada na gerência, o TFS. Em seguida, foi abordado a aquisição dos dados e artefatos usados na empresa para os projetos cujo o Scrum foi aplicado. Isso foi possível através de customizações na ferramenta TFS e de relatórios necessários para gerenciar os projetos de forma ágil.

(RESULTADOS) Antes da implantação do TFS na empresa eram utilizadas duas ferramentas distintas em cada setor para gerenciar o processo e armazenar o código-fonte dos sistemas desenvolvidos, por isso era muito difícil ter uma visão geral de todos os projetos em andamento. Era necessário um amplo conhecimento em ambas ferramentas para que fosse possível gerar os relatórios necessários com precisão e em alguns casos, conhecimento em programação e banco de dados. Com a utilização do TFS como única ferramenta de gerência tornou-se possível avaliar o desempenho das equipes de desenvolvimento de forma rápida, uma vez que as informações estão centralizadas em um único local. O controle de versão dos códigos-fonte também foi centralizado e os relatórios estão bem mais completos. Além disso a empresa reduziu em 25% a infraestrutura de servidores utilizada na fábrica de software.

(CONCLUSÃO) O objetivo deste trabalho era analisar como é possível gerenciar projetos utilizando metodologias ágeis, tal como o Scrum, utilizando a ferramenta Team Foundation Server da Microsoft. O estudo de caso realizado na fábrica de software de Natal provou que é possível utiliza-los em conjunto e que em alguns casos pode-se diminuir custos de mão-de-obra e operacionais.

HONEYPOTS DE BAIXA INTERATIVIDADE

Autor(es):

Rafaela Santos da Costa: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A proposta do projeto é apresentar o uso dos utilitários denominado Honeypots, que são recursos sondados, atacados ou comprometidos em um ambiente onde ele é controlado. Será apresentado os honeypots de baixa interação mostrando as suas tecnologias e os seus principais elementos demonstrando as vantagens e desvantagens das soluções mais conhecidas e qual é a sua finalidade, como auxílio de segurança da informação. Foi realizada em sua utilização uma abordagem de pesquisa através de coletas de dados mostrando como pode ser útil tais ferramentas nos dias atuais.

(METODOLOGIA) Na fase inicial do artigo, foram estudados conceitos de segurança da informação usabilidade dos honeypot tanto de alta interatividade quanto a de baixa interatividade para poder compreender melhor a sua complexidade de cada um e assim poder chegar a uma conclusão mais precisa. Foi estudado o uso de Honeypots de baixa interação através de estudos de livros, artigos, documentários alguns encontrados na internet e outras literaturas compradas, sem nem um experimento. Foi feito um estudo de caso sobre essa ferramenta e suas principais características vantagens e desvantagens e utilização.

(RESULTADOS) Através da ferramenta honeypot é possível fazer uma análise de códigos e de visualizar ataques de comprometimento de um sistema, motivações dos atacantes, acompanhamento de suas vulnerabilidades, auxílio aos sistemas de detecção de intrusos, como o sistema vai está sendo monitorado antes de o invasor vim atacar os seus sistemas mais importantes já vamos esta prevenidos contra o ataque dele. A partir dela também foi possível conhecer outras ferramentas que auxiliam no trabalho das honeypots que são os IDS - Sistema de Detecção de intrusos. Através da pesquisa sobre a ferramenta honeypot foi possível também estudar que tipos de ataques os hackers usam para invadir os sistemas.

(CONCLUSÃO) Com o crescimento de informações na internet os ataques a sistema de informação vem aumentando bruscamente, pois a informação esta cada vez mais acessível a todos de maneira simples e fácil, onde qualquer pessoal com o mínimo de entendimento em informática básica será capaz de utilizar esse artifícios da internet para fins bons ou ruim é com todo esse o número de ataques vem crescendo junto com eles. E por causa dessas facilidades foi necessário criar barreiras eficientes, ou seja, ferramentas poderosas que pudessem controlar/manipular e servir de alertar de quando a invasão está ocorrendo. Uma dessas ferramentas se chama honeypoty de baixa interatividade a qual será apresentado a utilização do mesmo.

IMPLANTAÇÃO DE UM SOFTWARE DE COLETA DE LEITURAS E IMPRESSÃO DE FATURAS

Autor(es):

Ivaldo dos Santos Nascimento: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Alexandre Luiz Galvão Damasceno

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Um número considerável das Concessionárias de água do Brasil tem como modelo atual de coleta de informação de medidores a utilização de planilhas impressas que recebem anotações manuais da pessoa que efetua a leitura (Leiturista). Posteriormente, estas informações são transferidas através de digitação em um sistema específico. Tendo em vista que o mercado de consumo tende a crescer, este tipo de solução acabará se tornando inviável, pois além da morosidade e re-trabalho, é um processo no qual podem surgir falhas e inconsistências entre os dados anotados e os dados digitados. Com o processo de automação da medição através da coleta dos dados via dispositivo móvel, estas falhas tendem a ser minimizadas, além do que proporciona uma maior agilidade na forma de levantamento e disponibilidade dos dados de medição de consumo para o processo de faturamento. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar o processo de implantação de um sistema de coleta de dados de consumo em uma concessionária de água usando dispositivos móveis, analisando os fatores que podem determinar o sucesso de uma implantação, exibindo as melhorias nos processos internos da organização, os novos níveis de controles, praticidade e mobilidade oferecidos por essa nova tecnologia.

(METODOLOGIA) Para elaboração deste trabalho exploratório e de natureza qualitativa, inicialmente foram feitos levantamentos em material bibliográfico procurando estabelecer uma base conceitual sobre sistemas e os demais temas abordados, em seguida, foram realizadas entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas relacionadas a implantação de sistemas, posteriormente, foi realizado o estudo de caso onde procurou-se estabelecer uma relação entre alguns conceitos teóricos publicados pela literatura e a realidade da empresa estudada.

(RESULTADOS) Os impactos causados com a implantação do sistema na empresa estudada mostraram-se diversos, entretanto, dentre eles, a resistência por parte de alguns usuários mostrou-se como o de maior relevância, este fato, concordando com a literatura, exigiu a união de esforços no sentido de contornar a situação. Entretanto, percebeu-se que após a apresentação de uma série de benefícios que a implantação iria propiciar à empresa, o sistema foi tornando-se aceito pelos usuários, ou seja, as barreiras foram sendo transpostas. Assim, pode-se inferir que, apesar dos impactos, os principais usuários do sistema preferem o novo sistema ao antigo modelo utilizado pela empresa, pois os mesmos concordaram que o saldo da implantação foi positivo.

(CONCLUSÃO) Observou-se uma evolução nos controles dos processos de leituras, pois, depois da implantação do sistema os funcionários passaram a ver com maior clareza a importância de seu trabalho dentro da organização, havendo assim, uma espécie de autocritica por parte dos mesmos. Observou-se também que o sistema auxiliou a resolver um antigo problema relacionado aos erros de leituras, visto que no momento da leitura de um determinado consumidor o sistema emite críticas quando a leitura não está dentro da faixa esperada para aquele consumidor. Finalmente, pode-se apontar que, apesar de todas as barreiras encontradas na implantação do sistema, a empresa estudada está usufruindo dos benefícios do mesmo e que, apesar dos transtornos, a implantação pôde ser considerada tranquila a partir do momento que houve um engajamento de todos os funcionários, gestores e diretores acreditando no potencial do novo modelo.

INFORMÁTICA NA TERCEIRA IDADE, A AULA ADAPTADA AO ALUNO

Autor(es):

Dora Bortone Justino Lopes: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Emmanuel Ricardo Calixto: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Marcelo Augusto da Silva: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Rodolfo Araújo de Carvalho : Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Joseane Alves Pinheiro

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) As pesquisas apontam que hoje, no Brasil, as pessoas estão vivendo mais e melhor. O aumento da expectativa de vida é reflexo da melhora em diversas políticas que promovem o aumento do bem estar. Hoje o Brasil é um país com um número cada vez maior de pessoas na terceira idade. O projeto “Bem viver” vem promovendo atividades nas mais diversas áreas da saúde para a terceira idade. O Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação participa promovendo a inclusão digital dos participantes.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada é de aulas explicativa e práticas, jogos, sendo um encontro (aula) por semana, durante uma hora. Na primeira aula é feita uma análise do perfil de cada aluno, sendo, essa análise, a responsável por mostrar as expectativas, dúvidas e dificuldades de cada um dos alunos.

(RESULTADOS) Com base na conversa com os alunos na primeira aula ficou definido que, a cada aula, os alunos, todos da terceira idade, trabalhariam em sala de aula com apenas um tema. Que muitas vezes extrapolou mais de um encontro, já que os alunos precisavam dele para poder seguir e não tendo fixado, havia a necessidade de repetir. O universo que foi trabalhado foi a internet, como criar um e-mail, como recebê-lo, como enviar um, como receber e-mail com anexo, como encaminhá-lo. Também foram passadas dicas de como se proteger contra vírus e outros ataques. Foram desenvolvidas algumas estratégias diferenciadas de ensino, pois, grande parte dos alunos apresentava um déficit de memória. Dentre as estratégias criadas estão o desenvolvimento de jogos que estimulam a memorização, a elaboração de apostilas ilustrando tarefas específicas e o uso de palestras com a interação dos alunos sobre um determinado tema. O jogo de memória foi criado especificamente para eles e tem com o tema lista de compras, para que dessa forma eles pudesse trabalhar a memória com ajuda do computador, o que também foi feito com outros jogos. Além de um site, ainda não on-line, para dar apoio a todas as áreas envolvidas no projeto.

(CONCLUSÃO) As aulas ainda estão em andamento, mas, já se pode concluir que o objetivo de fazer a inclusão digital foi alcançado. Tornou-se fácil notar a satisfação e realização dos alunos em entrar para a era digital. Tudo isso só mostra que o projeto está no caminho certo e que ainda muitas pessoas serão apresentadas ao maravilhoso mundo da computação.

INTERAÇÃO VIRTUAL USANDO O ARTOOLKIT

Autor(es):

Danilo de Sousa Cortez: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Dora Bortone Justino Lopes: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Atualmente surgiram técnicas mais reais para construção de modelos de mundos virtuais, tais como Realidade Virtual (RV) e Realidade Aumentada (RA) que aliado ao crescimento da indústria de computadores e o avanço das tecnologias, têm recebido merecido destaque devido a suas aplicações em diversas áreas, como psicologia, educação, processos industriais, cinema, entretenimento, entre outros. Dentro dessa área, aparentemente de alto custo, é possível encontrar softwares gratuitos e hardwares de custo razoável para uso em aplicações com essa tecnologia. O ARToolkit é um desses softwares.

(METODOLOGIA) A pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, explicativa e aplicada. Foi feita uma exploração sobre a tecnologia da Realidade Aumentada, buscando-se conhecer as ferramentas e os aplicativos disponíveis. Estudou-se os conceitos básicos, o estado da arte da tecnologia, bem como exemplos de seu uso. Além disso, pode-se avaliar as vantagens e desvantagens da introdução dessa tecnologia no nosso cotidiano. Com as novas ferramentas a Realidade Aumentada (RA) está despertando novos interessados, principalmente pela facilidade de uso e desenvolvimento de ferramentas.

(RESULTADOS) No desenvolvimento desse projeto, usou-se os programas ARToolKit, PMD Editor, e MikuMikuDance (MMD) v8.03, uma webcam, Kinect e um notebook. Usamos o MMD para editar movimentos, criar e modificar as coreografias. Encontramos personagens prontos em sites especializados, e usamos o PMD Editor para modificar a parte física. O ARToolKit foi usado pra projetar o personagem através de uma marcação. Também foi usado o Kinect associado ao MikuMikuDance para gravar movimentos reais. Resultando assim em projeções do virtual em tempo real junto ao usuário, numa interação através de danças e poses para fotos. Conhecemos programas em que podem ser criados os bonecos, como o Blender, Makehuman, entre outros.

(CONCLUSÃO) Uma tecnologia pouco conhecida mas que apresenta um grande espaço de desenvolvimento, em função da existência de múltiplos usuários interagindo em um mesmo espaço compartilhado, aumentando a visão do usuário com objetos virtuais postos em seu ambiente, estimulando a capacidade de percepção e raciocínio lógico. Esses ambientes exigirão novas formas de interação, gerando novas interfaces que deverão facilitar o trabalho das pessoas e seu desenvolvimento cognitivo, e será objeto de exploração em trabalhos futuros. Assim, podemos ver que apesar do que se pensa, podemos trabalhar com RA facilmente, pois existem softwares gratuitos e dispositivos de baixo custo disponíveis. O ARToolKit é um software gratuito disponível que possui o código aberto, permitindo assim modificações que podem ser feitas de forma a se adequar as características específicas do projeto que se deseja trabalhar. Os demais programas também usados são gratuitos, disponíveis para download. O uso dessa tecnologia mostrou que pode mudar nosso futuro, facilitando os negócios como uma teleconferência em tempo real, como uma cirurgia a longa distância, como monitoramento de segurança, entre outras áreas.

MÍDIAS SOCIAIS COMO OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO

Autor(es):

Ivaldo dos Santos Nascimento: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Leandro Silva Monteiro de Oliveira: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Patrick Reinecke de Alverga
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Após o crescente aumento da popularidade nos últimos anos, as mídias sociais estão se tornando importantes instrumentos estratégicos para as empresas de todos os portes e setores da economia global. Os hábitos dos clientes mudaram quando a internet quebrou a barreira geográfica e trouxe velocidade de acesso às informações, facilitando a pesquisa por empresas e seus produtos na rede e, conseqüentemente, um possível aumento nas transações comerciais online. As ferramentas que promovem o convívio social e o diálogo online entre os usuários, tornam esse novo cliente muito mais exigente na hora de adquirir algum produto. Nas mídias sociais, a reputação de uma empresa foge ao controle de sua liderança. Por meio dos fóruns de discussão, blogs, sites como Orkut, aplicativos como Twitter e outros canais, a reputação passa a ser definida pelas ações das pessoas, dos clientes e de outros influenciadores online.

(METODOLOGIA) Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa em sites especializados em mídias sociais, através dele, é possível vislumbrar como as mídias sociais podem interferir na vida profissional das pessoas, como também traçar o perfil dos novos profissionais responsáveis por selecionar candidatos a vagas de emprego.

(RESULTADOS) A pesquisa "Mídias sociais nas empresas" realizada pela conceituada consultoria Deloitte em 2010 retrata bem a realidade das mídias sociais no Brasil, segundo essa pesquisa, cerca de 70% das empresas brasileiras já aderiram a essa nova tendência e utilizam e/ou monitoram o que acontece online. Apesar do grande número de organizações que utilizam as mídias sociais, a maioria delas ainda não consegue extrair os benefícios possíveis, não compreendem os riscos ou não conseguiram implementar mídias sociais de forma integral em toda a empresa, o que exige uma transformação na cultura e nos hábitos dos profissionais que serão os principais envolvidos no processo de relacionamento social com o mercado. Esses fatores fazem com que essas empresas percam vantagem competitiva, pois aquelas que saem na frente na adoção dessas práticas, desfrutam dos grandes benefícios relacionados à imagem, à reputação e à satisfação dos clientes.

(CONCLUSÃO) De acordo com a pesquisa, infere-se que facilidade de acesso à internet gera um número cada vez maior de usuários nas redes sociais, por conseqüente, o número de informações que passa a circular na rede também aponta para um crescimento. Com toda essa quantidade de dados disponíveis, recrutadores de empresas já perceberam que o monitoramento em mídias sociais é uma das mais valiosas ferramentas de pesquisa para conhecer o perfil do profissional que poderão contratar, ou mesmo dos atuais colaboradores de sua empresa, e o resultado dessa pesquisa poderá definir o profissional que a empresa irá contratar. Estudos mostram que o que se fala ou o que se posta em perfis de redes sociais podem influenciar na avaliação por uma vaga de emprego, ou seja, mesmo com boa qualificação e um ótimo currículo, dependendo de seu perfil, você poderá ser desqualificado em uma concorrência por uma vaga de emprego. Observa-se que muitas pessoas declaram informações em seus perfis em redes sociais que contradizem o que se espera delas profissionalmente.

MÍDIAS SOCIAIS COMO OPORTUNIDADE DE NEGÓCIOS

Autor(es):

André Luis Monteiro Passos : Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Robson Costa do Nascimento: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Patrick Reinecke de Alverga
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com a massificação da internet os hábitos de consumo se modificaram e a forma como as pessoas se relacionam com as empresas para adquirir produtos e serviços ganharam novos ingredientes. Com a chegada de novas tecnologias e ferramentas da internet 2.0, as mídias sociais se tornaram populares e a cada dia mais pessoas se conectam a elas em busca de entretenimento, lazer, compras, informações, eventos culturais e mais uma gama de coisas ao qual se pode encontrar com facilidade neste ambiente.

(METODOLOGIA) A metodologia aqui utilizada se baseia em artigos da internet e em pesquisas com resultados concretos e verídicos sobre a influência e a utilização das mídias sociais nas empresas, usando como embasamento o levantamento quantitativo que engloba as partes envolvidas neste mercado.

(RESULTADOS) Mídias sociais estão cada vez mais presentes no plano de marketing das empresas, sejam elas grandes, médias ou pequenas. A junção de todos os públicos em um só lugar faz com que essa seja uma ferramenta fundamental para alcançar os seus consumidores, uma vez que difunde rapidamente a informação a ser transmitida. Estudo realizado pela consultoria KPMG Internacional em 10 países no ano de 2012 indica que 70% das corporações ao redor do mundo já têm presença nas chamadas mídias sociais. Tendo como base uma pesquisa realizada com quase quatro mil pessoas, entre gerentes e profissionais de empresas dos principais mercados ao redor do mundo (Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, Índia, Japão, Reino Unido e Suécia), a pesquisa também descobriu que as organizações tendem a subestimar os benefícios dos meios de comunicação social. Apenas 13% daqueles que indicaram não ter nenhuma iniciativa voltada às mídias sociais disseram acreditar que aderir à “onda social” poderia ter influência sobre o perfil público da organização, ou gerar ganhos produtivos. Por outro lado, 80% dos que disseram que suas empresas têm programas ativos para as mídias sociais indicaram terem percebido pessoalmente, ou por levantamentos da própria organização, benefícios apurados em razão da atuação nesses espaços virtuais. Em outra pesquisa realizada pela empresa de consultoria Amcham junto a executivos de marketing de empresas associadas indica que 96% já reconhecem as redes sociais como importante canal fomentador de negócios e que 65% planejam aumentar as ações e verbas destinadas a essas ferramentas em 2012. Outros 31% dizem que manterão os aportes no nível deste ano.

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir, com base nos dados apresentados, que existe um grande mercado a ser explorado por parte dos profissionais de TI e empresas que oferecem soluções em mídias sociais. Mesmo existindo muitas empresas que na maioria das vezes por desconhecimento do uso das mídias sociais para atingir o público desejado, não fazem grandes investimentos neste tipo de mídia, é visível que esse quadro já está em um processo de mudança de forma rápida nos próximos anos e que as empresas estão cada vez mais alimentando esse mercado emergente com cifras grandiosas, o que gera possibilidades diversas de exploração por parte dos envolvidos no gerenciamento. Com isso as empresas e profissionais especializados em mídias sociais ganham uma importância cada vez maior no marketing empresarial, abrindo um generoso leque de oportunidades e fazendo com que cada vez mais se torne algo interessante e vantajoso financeiramente, a aposta neste tipo de negócio.

MINERAÇÃO DE DADOS NO FACEBOOK PARA ANÁLISE E VISUALIZAÇÃO DE DADOS SOCIAIS

Autor(es):

Caio Flavio Guerra de Moraes: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Patrick Reinecke de Alverga
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com o advento das redes social em todo o mundo, o Facebook é referência e como ele muitas pessoas inserem os mais diversos tipos de dados e informações sobre elas. Este trabalho foi desenvolvido para estudar formas de captar esses dados e informações através das APIs de consultas no Facebook. A mineração desses dados pode ser usada em muitas aplicações pessoais ou corporativas e com o intuito de manipula-los e utiliza-los nos mais diversos tipos de sistemas e aplicações, para as mais diversas finalidades.

(METODOLOGIA) Consiste em pesquisas bibliográficas e consultas na internet, sem nenhuma experimento, apenas com amostras já realizadas. A princípio foi estudado conceitos de mineração dos dados no Facebook para melhor compreender a temática do trabalho. Em seguida uma pesquisa foi realizada para estudar as mais diversas formas de se obter esses dados do Facebook e quais maneiras mais usuais e práticas que não necessitassem de grande conhecimento prévio do usuário. Foram vistos algumas formas de se obter esses dados através das APIs, o tipo de retorno desses dados e como eles são apresentados para quem os consulta. Outro meio foi estudado para aplicações mais específicas, usando técnicas mais apuradas de consultas para melhores resultados ou resultados personalizados.

(RESULTADOS) O retorno dos dados usando a API escolhida para estudo é simples e fácil de usar, o retorno dessa consulta traz o id do objeto, o seu nome, foto, o link desse objeto, em qual categoria está inserido, sua descrição e quantidade de “curtidas”, isso tudo somente passando sua URL para consulta. E para verificar a veracidade dos dados você pode inspecionar o código – fonte da página do objeto e verá que os campos na resposta correspondem aos dados obtidos. Através da pesquisa a respeito do FQL chegou à conclusão que trata-se de uma linguagem de consulta semelhante ao SQL, mas com suas particularidades, por exemplo apenas um nome de tabela pode ser utilizado na clausura from e as condições que podem ser utilizadas na clausura where são limitadas, mas geralmente adequadas de acordo a necessidade. Bastando apenas enviar suas consultas para um dos dois endpoints da API.

(CONCLUSÃO) O Facebook hoje é uma grande mina de ouro para mineração de dados. Todos os dados nela contidos podem ser usados e aplicados nas mais diversas aplicações e sistemas. E mediante a pesquisa realizada, podemos observar que não é necessário um vasto conhecimento para iniciar o processo de mineração desses valiosos dados. Suas poderosas APIs fornecem oportunidades para criação de aplicações orientadas por dados inteligentes e incríveis. Esse trabalho tratou de uma porção mínima a plataforma Facebook que tem uma infinidade de outras ferramentas a serem exploradas. E a respeito da FQL é necessário um conhecimento prévio de SQL para começar a manipular os dados nessa linguagem. Todo o conteúdo visto neste trabalho há uma documentação oficial completa e volátil, sendo constantemente atualizada e modificada.

MURAL ELETRÔNICO: BENEFÍCIOS DA TI VERDE APLICADA A UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Autor(es):

Lays Dantas de Souza: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: UNI-RN

Ytalo Rosendo do Amaral

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A TI verde é a adoção de práticas sustentáveis desde a fabricação dos equipamentos tecnológicos – sejam eles físicos ou lógicos – até a aquisição de produtos ou serviços, e a gestão responsável do uso dessa infraestrutura. O uso da TI verde tem se tornado cada vez mais frequente no mercado, uma vez que ela possibilita a economia de recursos fazendo com que os gastos financeiros sejam reduzidos; além disso, uma reputação socioambiental correta é um atrativo a mais para os clientes. Foi pensando nesses aspectos que foi desenvolvido e implantado o sistema de Mural Eletrônico. Esse sistema visa atender as premissas que regem a TI verde, ou seja, seu objetivo principal é diminuir custos, organizar e otimizar o fluxo de divulgação das informações dentro das varas da Justiça Federal.

(METODOLOGIA) Foi adotada uma metodologia baseada em um estudo de caso da implantação do sistema de Mural Eletrônico na Justiça Federal no Rio Grande do Norte. Esse sistema foi desenvolvido no período de estágio obrigatório junto com outro colega. O estudo de caso foi dividido em dois momentos: No primeiro momento foi analisado a forma como, inicialmente, era feita a divulgação de informações dentro do órgão; No segundo momento foi analisado a solução atualmente adotada - o sistema de informação do Mural Eletrônico. A partir dessas análises foi possível fazer uma comparação entre essas duas formas de divulgação de informação, destacando-se os benefícios que o sistema informatizado, que foi implantado, trouxe com a utilização da TI verde.

(RESULTADOS) A forma inicialmente utilizada para exibir os informes, dentro das varas da justiça, era através de um mural físico onde eram afixados várias impressos (banners, editais e notícias). Esse mural era pouco eficiente e seguro, uma vez que as informações coladas nele podiam cair ou estarem desatualizadas; e também eram gastos recursos (papel e tinta) para a impressão desses informes, além da poluição visual que o aglomerado de papéis – colados sem organização – causava ao público. Com a implantação do sistema de Mural Eletrônico os recursos utilizados para a exibição de informações foram reduzidos drasticamente. Agora ao invés de imprimir todo e qualquer informe, que precise ser exibido ao público, eles são cadastrados em um sistema de informação e publicadas automaticamente em telões de LED (Light Emitting Diode) – com baixo consumo de energia – espalhados pelas várias varas da Justiça Federal. Além disso, o sistema roda em um servidor virtualizado, o que reduz significativamente o consumo de energia. Foi possível observar que as premissas da TI verde foram aplicadas - no Mural Eletrônico - quando houve o corte de gastos de papel e tinta; na economia de energia utilizada para rodar o sistema no servidor virtualizado; e na escolha de telões de LED – são os modelos mais econômicos – para a exibição das informações do mural.

(CONCLUSÃO) Portanto, a aplicação dos conceitos de TI verde em um sistema de informação faz com que sejam reduzidos e até mesmo cortados vários gastos, reduzindo os custos financeiros, colaborando com o meio ambiente e promovendo a empresa de maneira a ser mais bem vista por se preocupar com o planeta. Além disso, a informatização desse processo fez com que o fluxo de informações se tornasse mais dinâmico, seguro, eficiente, prático e melhor estruturado, visto que o mural se tornou mais limpo (visualmente) e organizado – com cada tipo de informação em seu devido lugar – os gastos com papel e tinta foram extintos e a informação é exposta ao público de forma mais cômoda e ágil.

NOSQL - UMA NOVA FORMA DE BANCO DE DADOS PARA WEB

Autor(es):

Flávio Soares de Sousa : Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Herbert Wagner Viana Moraes: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Kleyton Peres Batista: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Maurício Pereira Martins: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O volume de informação compartilhada se ampliou significativamente e tende a tornar mais complexa a forma de organização de dados com a disseminação de serviços web no mundo, sobretudo os relacionados à redes sociais, fortalecidas pela expansão da conectividade da internet pelo planeta e o crescimento de seu número de usuários. Os banco de dados Not Only SQL (NoSQL) emergem como resposta à este cenário, buscando superar alguns limites de bancos de dados tradicionais, especialmente os banco de dados do tipo relacionais ou objeto-relacionais. Neste trabalho, pretendemos observar como os autores comparam o NoSQL com outros tipos de bancos de dados e comentam sobre a sua aceitação nas comunidades de BD.

(METODOLOGIA) A metodologia empregada consiste na revisão bibliográfica de artigos que apresentam as características do NoSQL, preferencialmente os que também comparam o NoSQL com os tradicionais bancos de dados relacionais no contexto de aplicações para Web.

(RESULTADOS) A maioria dos autores analisados sustenta que os bancos de dados relacionais apresentam limitações para lidar com grande volume de dados utilizados serviços em rede e sistemas distribuídos, característica presente no que frequentemente se denomina Web 2.0. Houve unanimidade em constatar que a principal contribuição dos banco de dados não relacionais do modelo NoSQL é atender à demanda de escalabilidade e disponibilidade típicas de serviços que lidam com redes sociais com mais eficiência que os banco de dados relacionais. Um dos principais ingredientes de tal inovação é a deixar de seguir a propriedades ACID de Atomicidade, Consistência, Isolamento e Durabilidade, para adoção de abordagens menos consistentes, que podem ser chamadas de BASE, Basically Available, Soft state e Eventually consistent (basicamente disponível, estado leve e eventualmente consistente). A escolha da abordagem se baseia no Teorema de Brewer ou Teorema CAP que afirma ser possível garantir a ocorrência de somente duas dentre as três propriedades: Consistência, Disponibilidade e tolerância à Partição, também denominada como tolerância a falhas. Quanto à aceitação do NoSQL nas comunidades de desenvolvimento de banco de dados, discute-se se este seria uma substituição do SQL tradicional, ou seria uma evolução, ou uma moda passageira. Pelos exemplos apresentados, parece evidente que as diferentes soluções que podem ser agrupadas como NoSQL foram desenvolvidas caso a caso. A constatação geral é de que os bancos de dados NoSQL mais comuns podem ser distinguidos em quatro tipos: orientados a documentos, orientados a chave-valor (ou armazens de chave-valor), orientado a família de colunas, orientados a grafos. Cada tipo se desenvolveu segundo a necessidade apresentadas pelos serviços, o orientado a documentos é apropriado quando a duplicação de dados facilita sua distribuição pelo sistema, o orientado a chave-valor facilita a busca de objetos de tabela hash através de sua chave, o orientado a família de colunas se aplica quando muitos registros podem ser organizados em poucas colunas, e o orientado a grafos é utilizado quando os dados topológicos ou de conectividade entre os dados são significativos para o serviço.

(CONCLUSÃO) Alguns autores dão mais destaque para a escalabilidade horizontal e nas vantagens de redução de custos ao poder ampliar a quantidade de máquinas na rede horizontalmente, outros dão mais ênfase à rapidez conquistada pelo uso de APIs que intermediam o tratamento de dados com menos restrições de consistência. Em suma, as necessidades atuais de armazenamento de dados tem sido um tema de discussão e pesquisa nos últimos tempos.

NOSQL - UMA NOVA FORMA DE BD PARA WEB

Autor(es):

Flávio Soares de Sousa : Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Herbert Wagner Viana Moraes: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Kleyton Peres Batista: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Maurício Pereira Martins: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O objetivo do artigo é estudar tipos de bancos de dados para entender de uma forma melhor a evolução da web, baseando-se no modelo relacional, e como costuma se dar a escolha da variante de banco de dados “NoSQL” que hoje está no desenvolvimento dos novos sistemas. Com isto pretendemos observar como os autores comparam o NoSQL com outros tipos de bancos de dados e comentam sobre a sua aceitação nas comunidades de BD.

(METODOLOGIA) A metodologia empregada consiste na revisão bibliográfica de artigos que apresentam as características do NoSQL, preferencialmente os que também comparam o NoSQL com os tradicionais bancos de dados relacionais no contexto de aplicações para Web.

(RESULTADOS) A maioria dos autores analisados sustenta os bancos de dados relacionais apresentam limitações para lidar com grande volume de dados utilizados serviços em rede e sistemas distribuídos, característica do que a maioria dos autores denomina, alguns com reserva, de Web 2.0. Houve unanimidade em constatar que a principal contribuição dos banco de dados não relacionais do modelo Not Only SQL (NoSQL) é atender à demanda de escalabilidade e disponibilidade típicas de serviços que lidam com redes sociais com mais eficiência que os banco de dados relacionais. Um dos principais ingredientes de tal inovação é a deixar de seguir a propriedades ACID de Atomicidade, Consistência, Isolamento e Durabilidade, para adoção de abordagens menos consistentes, que podem ser chamadas de BASE, Basically Available, Soft state e Eventually consistent (basicamente disponível, estado leve e eventualmente consistente). A escolha da abordagem se baseia no Teorema de Brewer ou Teorema CAP que afirma ser possível garantir a ocorrência de somente duas dentre as três propriedades: Consistência, Disponibilidade e tolerância á Partição, esta última também denominada como tolerância a falhas. Quanto à aceitação do NoSQL nas comunidades de desenvolvimento de banco de dados, discute-se se este seria uma substituição do SQL tradicional, ou seria uma evolução, ou uma moda passageira. Pelos exemplos apresentados, parece evidente que as diferentes soluções que podem ser agrupadas como NoSQL foram desenvolvidas caso a caso. A constatação geral é de que os bancos de dados NoSQL mais comuns podem ser distinguidos em quatro tipos: orientados a documentos, orientados a chave-valor (ou armazens de chave-valor), orientado a família de colunas, orientados a grafos. Cada tipo se desenvolveu segundo a necessidade apresentadas pelos serviços, o orientado a documentos é apropriado quando a duplicação de dados facilita sua distribuição pelo sistema, o orientado a chave-valor facilita a busca de objetos de tabela hash através de sua chave, o orientado a família de colunas se aplica quando muitos registros podem ser organizados em poucas colunas, e o orientado a grafos é utilizado quando os dados topologicos ou de conectividade entre os dados são significativos para o serviço.

(CONCLUSÃO) Alguns autores dão mais destaque para a escalabilidade horizontal e nas vantagens de redução de custos ao poder ampliar a quantidade de máquinas na rede horizontalmente, outros dão mais ênfase à rapidez conquistada pelo uso de APIs que intermediam o tratamento de dados com menos restrições de consistência. Em suma, as necessidades atuais de armazenamento de dados tem sido um tema de discussão e pesquisa nos últimos tempos.

PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO COM HTML5

Autor(es):

Robson Costa do Nascimento: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O HTML é a sigla em inglês para Hyper Text Markup Language, que, em português, significa linguagem para marcação de hipertexto. Hipertexto é todo o conteúdo inserido em um documento para a web e que tem como principal característica a possibilidade de se interligar a outros documentos da web. O HTML5 leva o desenvolvimento da web para um novo patamar. Um patamar onde a informação está lá esperando para ser utilizada quantas vezes for necessário, onde for necessária e por qualquer meio de acesso. Seja esse meio acesso um simples sistema de leitura de tela ou um dispositivo ultrarrevolucionário.

(METODOLOGIA) Para a realização desse trabalho foram realizados estudos em cima da nova estrutura do HTML5, seus novos elementos e tags, bem como a readequação de elementos já existentes. Em um segundo momento foram realizados testes nos três principais browsers utilizados pelos usuários (Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox) com o objetivo de verificar a compatibilidade atual no que diz respeito a renderização e funcionamento dos novos elementos de acordo com os seus motores. Para finalizar também foram realizados testes de desempenho de algumas funções.

(RESULTADOS) Fica claro que através de sua nova estrutura o HTML5 tem como principais pontos a interoperabilidade, acesso universal, independência de mídia, suporte a multilíngua e acessibilidade. É visível que uma das principais vantagens do HTML5 é sua independência a tecnologias proprietárias. Dessa forma entre outras funcionalidade que englobam essa independencia pode-se citar a integração de vídeo e áudio em algumas páginas da web, leitura de conteúdo multimídia e incorporação de animações e elementos dinâmicos 2D e 3D e games, tudo isso sem o uso de flash ou quaisquer outra tecnologia proprietária . Outra grande evolução é a possibilidade de criar jogos usando HTML5. Quanto a compatibilidade existe alguns elementos já suportados por todos os principais browser como local storage, histórico de sessão, vídeo, áudio e canvas. No mesmo passo existe elementos que não tem suas funcionalidade suportadas em todos os browsers como, por exemplo, os referentes a formulários.

(CONCLUSÃO) Conforme análise pode-se concluir que o HTML5 trás grandes avanços no desenvolvimento WEB e abre um grande leque de opções para que os aplicativos e sites possam rodar de forma universal sem depender de aplicações nativas. Notou-se também que os browsers estão se adaptando de forma rápida a alguns dos novos elementos, sendo que muitos já estão em uso, enquanto outros ainda estão apenas na fase conceitual, não sendo possível seu uso em produção.

PERICIA EM ANÁLISE FORENSE COMPUTACIONAL E CRIMES VIRTUAIS

Autor(es):

Diogo Thiago Macedo Lima: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*Inácio Araújo de Medeiros* : Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) No mundo atual, com o avanço das tecnologias, o modo de vida das pessoas está cada vez mais informatizado, no qual as principais atividades diárias são realizadas, através de equipamentos eletro eletrônicos, diante disso surgem criminosos que utilizam desses artifícios para cometer delitos a todas e qualquer pessoa. Os crimes virtuais se diferenciam dos crimes tradicionais em função do seu modo de operação, pois envolve a utilização de dispositivos eletrônicos, de computadores e da Internet para a execução de ação ou omissão, típica, antijurídica e culpável, no entanto esses criminosos devem ser identificados, julgados e penalizados. Por tanto o presente trabalho abordará um tema bastante atual: A Perícia Forense Computacional, que utiliza métodos científicos para desvendar crimes relacionados ao mundo digital e está desenvolvendo-se principalmente pela necessidade das instituições legais atuarem no combate aos crimes eletrônicos.

(METODOLOGIA) Foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica em livros e artigos a fim de estudar e compreender a perícia forense computacional, os crimes virtuais e a legislação penal, observando as principais etapas e métodos do processo de perícia forense, os principais tipos de crimes virtuais e as principais leis da legislação penal aplicada no âmbito do direito brasileiro.

(RESULTADOS) Vimos que a perícia forense computacional possui quatro procedimentos básicos: identificação, preservação, análise e apresentação. Durante a identificação podem ser utilizadas uma série de ferramentas para coleta dos dados, a preservação das evidências é necessária para que não haja dúvidas sobre a sua veracidade, a análise das informações pode ser dividida em três etapas: Análise Forense In Vivo (Live Forensic Analysis), Análise Forense de Rede (Newtownk Forensic) e Análise Forense Post Mortem (Post Mortem Analysis). Por fim a apresentação é feita através do laudo técnico pericial, contendo as evidencias, os procedimentos, as análises e o resultado. Dentre os principais crimes virtuais destacam-se a ameaça, difamação, injúria, calúnia, discriminação, estelionato, falsa identidade, phishing e a pirataria. A pirataria é um grande problema para quem produz CDs, filmes, livros e softwares, na área de informática, aproximadamente 41% dos softwares instalados em todo o mundo em 2009 foram conseguidos ilegalmente.

(CONCLUSÃO) Com o mundo informatizado, está cada vez mais fácil obter informações, com isso surgem os crimes virtuais em que pessoas mal intencionadas utilizam-se para se “dar bem” ou para prejudicar determinadas coisas. O artigo descrito procurou abordar a perícia forense, os crimes virtuais e a legislação penal, para o esclarecimento da funcionalidade de um perito na área de informática, mostrando as principais características e métodos dos mesmos.

PESQUISA DA USABILIDADE EM SITES DE CLASSIFICADOS AUTOMOTIVOS DO RN

Autor(es):

Elimachelle Ferreira Pontes Freire: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Patrick Reinecke de Alverga
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Com a criação da internet e sua ampla disseminação em todos os meios sociais, ficou imprescindível a busca de melhorias no processo interativo, pois só se percebia a necessidade da informação, não importando a forma que ela era disposta ou acessada. Isso gerava grandes dificuldades em suas ações, ocorrendo confusão e uma inevitável desmotivação para o usuário. Com o acesso crescente da internet, surgiu grande número de websites. Porém, com isso, apareceram, também, problemas decorrentes na usabilidade desses websites, ficando cada vez maior a importância que deveria se dar à melhoria do uso das interfaces dos sites. Isso possibilitaria mudanças inovadoras na área da informatização, que, com o estudo da Tecnologia da Informação (TI), facilitaria a forma de acessibilidade dos usuários nos diversos sites de comunicação, precisamente, na área de marketing, vendas e negócios. Daí a necessidade de aprimorar a acessibilidade nos sites, através de métodos de usabilidade. A usabilidade é a busca por uma melhor interação entre websites e seus usuários. Ela determina se o manuseio de um produto é fácil e rapidamente aprendido, dificilmente esquecido, não provoca erros operacionais, oferece alto grau de satisfação para seus usuários e resolve eficientemente as tarefas para as quais ele foi projetado. O propósito principal deste trabalho é identificar o site mais utilizado por 80 lojistas, entre eles escolhidos por afinidade: Meucarango, Classidigi (OQTDB), OLX, Bomnegócio.com e classificados do Tribuna do Norte, que são sites regionais de classificados automotivos utilizados na região norte-riograndense, com a finalidade de analisar se, realmente, o site mais utilizado pelos lojistas tem melhor usabilidade, segundo o método de avaliação heurística de Nilsen (1994)

(METODOLOGIA) Na fase inicial do trabalho, será realizada uma análise bibliográfica dos requisitos necessários para avaliação de usabilidade das interfaces dos sites na internet. Posteriormente, será realizada a aplicação de um questionário a 80 (oitenta) lojistas, em dois shoppings de venda de automóveis na cidade de Natal-RN, denominados: Natal Auto Shopping e Show Auto Mall, escolhidos esses por comodidade por se concentrar o maior número de lojistas, onde será escolhido dentre os cinco sites, o mais utilizado por eles. Na fase seguinte, será feita análise de todos os sites para saber se, realmente, o site mais utilizado pelos lojistas tem melhor usabilidade, baseado no método de avaliação heurística de Nilsen (1994), que é um método analítico que busca identificar problemas de usabilidade, conforme um conjunto de diretrizes.

(RESULTADOS) A pesquisa encontra-se em andamento.

(CONCLUSÃO) Esperando resultados para a conclusão.

PROJETO DO SOFTWARE PARA CLÍNICA-ESCOLA

Autor(es):

Kandell Alberto Andrade de Oliveira: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Matheus Lucena Marques: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Paula Angela Vasconcelos de Carvalho: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: UNI-RN
Romulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O UNI-RN Software de Gerenciamento de Clínica-Escola (UNI-SGCE) é um sistema criado para acompanhamento acadêmico e clínico. A Clínica-Escola da UNI-RN (Centro Universitário do Rio Grande do Norte) é uma unidade de apoio ao ensino e às atividades de extensão dos cursos de Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Educação Física e Enfermagem da UNI-RN, sendo parte integrante do projeto pedagógico desses cursos. A Clínica-Escola requisitou a criação de um software que possibilitasse o acompanhamento acadêmico, na clínica de fisioterapia, do discente bem como o quadro clínico do paciente. Tal acompanhamento precisa seguir todos os passos do paciente, desde a primeira consulta, onde é realizada a anamnese, até a definição da conduta a ser seguida, principalmente às reações aos tratamentos aplicados e posteriormente a evolução do paciente. Entendendo como evolução a realização do tratamento proposto até a recuperação do paciente.

(METODOLOGIA) A pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, explicativa e aplicada. Estudou-se todo o processo que envolve um tratamento fisioterápico, desde o acolhimento até a liberação do paciente. Foi analisado também a avaliação do docente em relação a parte acadêmica, principalmente o que precisa ser documentado para acompanhamento do paciente em relação a descrição do quadro evolutivo do tratamento.

(RESULTADOS) O sistema está na fase de modelagem, onde foi feita a lista de requisitos funcionais e de negócios. Procura-se no primeiro atendimento, fazer o preenchimento de uma ficha de avaliação do paciente; neste preenchimento é realizada a anamnese, com informações relevantes para o tratamento fisioterápico, posteriormente é analisada a conduta a ser seguida e, então será iniciado o tratamento. Todas as fases deverão seguir a sequência evolutiva documentando todo o tratamento realizado e a recuperação do paciente. Como a Fisioterapia subdividiu-se nas seguintes especialidades: Neurologia estágio, Neurologia aplicada, Neurologia grupo, Ortopedia, Reumatologia, Respiratória, Urologia, Dermato Funcional, Angiologia e Pediatria, onde cada discente será vinculado a vários pacientes, cada paciente encaixado em um tipo de especialidade, e recebendo orientação de um docente. A avaliação desse discente será feita ao final do semestre, onde o critério utilizado é igual ao de uma prova. O software está sendo desenvolvido com um modelo de arquitetura MVC (Model-View-Controller/ Modelo-Visão-Controlador), como linguagem de programação usa-se linguagem Java e o framework Grails e, banco de dados PostgreSQL. A escolha do Grails deu-se pela possibilidade de alta produtividade e simples configuração.

(CONCLUSÃO) Buscando responder às necessidades da Clínica-Escola e procurando, com o Grails, tornar o desenvolvimento do software mais ágil, pretendendo melhorar o processo de forma a auxiliar o controle das rotinas, as atividades realizadas, cada paciente e seu tratamento. Acompanhar também a evolução das atividades acadêmicas dos discentes. O objetivo foi alcançado, mas o software ainda está em fase inicial de desenvolvimento, sendo avaliado, como projeto-piloto, para minimizar os erros e avaliar para entregar um produto que atenda as necessidades e realidades atuais, com possibilidades de ajustes e implementações.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: ESTUDO DE CASO - BOTNET EM DISPOSITIVOS MÓVEIS

Autor(es):

Sthênio Diego do Nascimento Pessoa : Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O foco principal deste trabalho é fazer uma análise de segurança da informação voltado a dispositivos móveis.No entanto, com o intuito de contextualizar a proposta de um estudo de caso a cerca de botnets nestes dispositivos, convergimos a este ponto a partir de vários outros aspectos que norteiam o tema e as redes celulares existentes, no tocante a segurança destas.

(METODOLOGIA) Na fase inicial do artigo, foram estudados conceitos próprios da telefonia móvel celular para tentarmos compreender a evolução destas redes e acompanhar as questões relacionados à segurança inerentes à própria rede celular, assim como suas capacidades e limitações. Atentamos também para a evolução em termos de hardware (baterias, antenas, qualidade de vídeo, tamanho de telas, formas de entrada de dados, poder de processamento, quantidade de memória disponível) . Em Seguida foi levantado um referencial teórico acerca de segurança da informação, de tal forma que possamos refinar o tocante a segurança aplicada a dispositivos móveis, visto que estes hoje podem mais ser classificados como computadores portáteis que também agregam funções de telefonia do que o contrário(...) com um levantamento de possíveis vulnerabilidades destes dispositivos. Em seguida, realizamos um estudo de caso a cerca de botnets que são redes de equipamentos infectados e que, de forma sincronizada e coordenada possam fazer uso destes dispositivos para realizar ataques massificados a sites ou serviços web, dentre outras finalidades.

(RESULTADOS) O estudo apresenta as vulnerabilidades encontradas nos sistemas celulares de 1ª geração(analógicos) e de 2ª e 3ª geração (digitais) com um maior enfoque em tecnologias de 4ª geração por apresentarem-se um esquema de segurança de maior complexidade, haja vista tratar-se de uma rede totalmente baseada em IP e herdar toda uma base de conhecimentos aplicáveis a redes IP.

(CONCLUSÃO) O objetivo deste trabalho é avaliar a segurança da informação sensível que se encontra cotidianamente em trânsito conosco tornando-as mais suscetíveis a acesso não autorizado, alvo de ladrões interessados apenas no hardware, mas que, ao ter acesso a esta informação sensível pode trazer grandes transtornos ao seu proprietário, além das investidas por inúmeras pragas virtuais, dentre elas as botnets que podem contar com a evolução de hardware destes dispositivos, aliadas a evolução das redes de 3ª e 4ª geração, ao status "sempre conectado", para realizar ataques de negação de serviço a determinado site ou serviço, por exemplo. aproveitando-se da massificada força de trabalho extra conquistada com a infecção destes smartphones.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: SEU IMPACTO NA SEGURANÇA EMPRESARIAL

Autor(es):

Danilo de Sousa Cortez: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Dora Bortone Justino Lopes: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Sandro Werber de Sousa Martins: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Nas empresas, uma das maiores preocupação é com a segurança das informações, principalmente as informações financeiras. Com a falta de conhecimento e custos elevados tornando-se empecilhos, os empresários procuram formas mais fáceis de assegurar, como o antivírus, o firewall, que é a mais utilizada no mercado. O objetivo do trabalho é mostrar o conceito segurança da informação, os impactos que os sistemas de segurança causam no ciclo: informações, funcionários e sistemas, e quais os sistemas deve-se procurar para ter a certeza da privacidade e confiabilidade, e informar que o investimento é necessário para evitar os riscos. Salientar que na maioria das vezes o problema está na gestão da segurança e não na tecnologia, na maneira que se é administrada essas informações.

(METODOLOGIA) Usamos uma pesquisa bibliográfica, onde o trabalho foi elaborado através de artigos publicados e materiais disponibilizados na internet. As informações foram coletadas e discutidas entre o grupo, para entendermos o porquê que as empresas têm que atentar mais para esses sistemas de segurança que envolve o desenvolvimento, implementação, controle e monitoração de métodos e processos, que assegurem os ativos de informação das mesmas.

(RESULTADOS) Foi possível perceber que a segurança da informação é algo que requer maior atenção em uma empresa, e para manter essa segurança aplica-se alguns procedimentos necessários, como: verificação de todos os sistemas operacionais; atualização dos softwares utilizados para a proteção, como antivírus, firewalls, bloqueadores de sites; elaboração e confiabilidade das senhas administrativas para funcionários internos responsáveis, e havendo a alteração da mesma num período razoável de 120 dias; não abrindo e-mails indesejáveis, como links de propagandas; entre outros. As empresas visam a segurança da informação como um custo, usando seus próprios recursos, buscando evitar a perda de dados e evitar prejuízos, ou até mesmo a paralisação total. Diante da falta de gestão de riscos em TI, deve-se refletir na afirmação de Bob L. Martin, CEO1 da Divisão Internacional do WallMart, em artigo da Harvard Renew de setembro de 1995 que diz: “os riscos da Tecnologia da Informação estão cada vez mais entrelaçados com os riscos empresariais”.

(CONCLUSÃO) A Tecnologia da Informação deve efetivamente contribuir para minimizar as perdas e potencializar os investimentos. Por outro lado, a Gestão de Riscos e seu planejamento deixou de ser apenas técnica e requer dos demais gestores o compromisso para com a informação. Os devidos cuidados com o sistema e o funcionário responsável é que se deve dá maior atenção. Concluímos que as organizações consideram a perda das informações financeiras o principal fator para adquirir uma gestão de segurança da informação, e que são carentes em relação a esse assunto. Recomendamos aplicar pesquisas de economia e serviços para verificar a amplitude da função de um gestor de TI, sua autenticidade e confiabilidade do serviço, uma análise de controle de riscos em todos os níveis da organização, onde serão encontradas as melhores alternativas para se manter a segurança da informação de forma compatível com seu valor dentro da organização. Para alcançar este objetivo, as organizações devem iniciar com uma estrutura de políticas básicas sobre a qual todas as outras áreas se apoiarão. Para ser efetiva e eficaz, todos os componentes de um programa de segurança estratégica devem aderir a essa estrutura.

TESTES AUTOMATIZADOS E O SEU IMPACTO NA QUALIDADE DE SISTEMAS WEB

Autor(es):

Bruno Matheus Oliveira Cavalcante Antunes: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) A qualidade de um sistema está relacionada a satisfação que o usuário do mesmo possui em utilizá-lo, segundo Pressman essa satisfação vem da Conformidade com os requisitos de desempenho, com os requisitos funcionais, com as normas de desenvolvimento e com as características implícitas esperadas em todo o software desenvolvido de uma forma profissional. Contudo os requisitos e documentações variam de sistema para sistema, porém Pressman cita um fator genérico que influencia na determinação da qualidade: as características implícitas esperadas em todo software profissional. O objetivo deste trabalho é descobrir o quanto os testes automatizados de software interferem positivamente na qualidade de um sistema web, ou seja nessas características genéricas esperadas de todo software.

(METODOLOGIA) Através de pesquisas bibliográficas procurou-se entender o conceito de qualidade de software, sistema web, teste de software e teste automatizado de software, procurando encontrar os ganhos de qualidade em um sistema web decorrente do correto uso da automação de testes. Utilizando como referência o padrão de qualidade de software ISO 25010, buscou-se a descoberta de pontos de interseção entre as propriedades apontadas pelo padrão, como sendo características de qualidade, e as finalidades dos diferentes tipos de testes automatizados de software, visando estabelecer o potencial de impacto dos testes sobre a qualidade.

(RESULTADOS) Todos os critérios de qualidade citados na ISO25010 são afetados pela prática de testes automatizados de forma direta ou indireta, sendo algumas vezes a adoção de testes automatizados uma das poucas maneiras de se medir a observância do sistema à alguns aspectos da qualidade. O teste automatizado é uma maneira eficiente de verificar falhas que comprometem a qualidade do software, como também é uma forma eficiente de rastrear o motivo da falha detectada, contribuindo para que seja feita a correção em um período menor de tempo. Outro benefício fornecido pelo uso de testes automatizados é a possibilidade de repetir e escalar facilmente os testes realizados.

(CONCLUSÃO) A prática de testes automatizados tem sido muito discutida na contemporaneidade, e defendida por diversos autores como forma de prover um aumento na qualidade do sistema. O uso de testes automatizados contribui para que os sistemas, até mesmos os recém desenvolvidos, adquiram mais rapidamente um nível aceitável de maturidade e para que os desenvolvedores detectem falhas mais rapidamente e possam de forma coerente medir a qualidade do produto que estão construindo. Ao analisarmos o conceito, os tipos e finalidades dos testes automatizados de software concluímos que o impacto causado na qualidade do sistema web é perceptível e difícil de se dispensar.

TI VERDE - PRINCÍPIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Autor(es):

Jefferson Gomes da Silva: Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) É notório que os computadores hoje fazem parte de um grupo que é considerado como um dos grandes consumidores de energia elétrica. Tudo isso representa de forma direta ou indireta, o aumento na emissão de gases poluentes. O foco principal do trabalho é fazer discussões sobre o consumo eficiente de energia elétrica e o tema TI Verde, que consiste na junção da gestão de economia de energia, com a de recursos de extração de matéria prima até a fabricação do equipamento.

(METODOLOGIA) Na fase inicial da pesquisa, foram estudados conceitos de TI Verde, como os equipamentos de uma TI interferem no efeito estufa, métodos para o uso mais eficiente de energia com menor emissão de calor e gases poluentes por parte dos equipamentos, a extração; fabricação e uso dos aparelhos, técnicas para a redução no número de dispositivos e consequentemente no consumo de energia elétrica. Em seguida foi a vez de reforçar a tese acerca do assunto, com os dados estatísticos, que foram obtidos em livros e sites especializados, sobre a variação de com ou sem o uso de técnicas de TI Verde em uma empresa. O impacto reduzido que os métodos causam ao meio ambiente, amenizando assim os fatores agravantes no desperdício de energia elétrica e na emissão de gases poluentes.

(RESULTADOS) Os resultados obtidos foram a redução em muitos casos de quase 87% no consumo de energia com práticas de hibernação de máquinas em uma empresa, também a redução na emissão de gases poluentes, no tamanho ocupado pelos equipamentos e no uso mais eficaz da energia elétrica usando métodos de tecnologia em nuvem. O uso mais hábil de servidores implementando técnicas de virtualização. A procura de equipamentos que possuem um consumo mais eficiente, com uma maior autonomia e economia de energia.

(CONCLUSÃO) Com o avanço da tecnologia, equipamentos e métodos mais eficientes serão aprimorados e implantados cada vez mais em empresas e em nosso dia a dia. O objetivo do trabalho era de analisar os aspectos de TI Verde, o grau nocivo que a emissão de gases poluentes e o uso ineficaz de energia elétrica por equipamentos de TI, causam no efeito estufa, a importância das medidas adotadas em TI Verde e também a preocupação com a valorização do meio ambiente, mostrando os benefícios de métodos para serem implementados em empresas e na importância de se preocupar com assuntos relacionados a meio ambiente e o seu futuro.

UTILIZANDO ARDUINO PARA MONITORAMENTO DE AMBIENTES ATRAVÉS DE SENSORES

Autor(es):

Emerson Moura de Alencar. Discente do curso Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientadores(es):

Romulo Fagundes Cantanhede

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Esta pesquisa tem como objetivo principal, apresentar a tecnologia utilizada para monitoramento de ambiente utilizando o microcontrolador Arduino, visando também demonstrar através de experimento que este equipamento proporciona elaboração de projetos com baixo custo, facilidade para desenvolvimento e simplicidade na montagem dos componentes. O Arduino é uma plataforma de computação ligada a sensores e atuadores, que permitem construir sistemas que perceba o ambiente e responda com ações físicas. A importância do uso do Arduino em ambiente profissional se dá pelo fato dele ser uma ferramenta de prototipação rápida e de projeto simplificado, não há a necessidade de conhecimentos profundos de eletrônica. Outra vantagem é a interface com diversos meios através de componentes e conexão com outros equipamentos e tecnologias utilizando os Shields.

(METODOLOGIA) Para desenvolvimento da pesquisa foi utilizada metodologia experimental, pois foi necessário definir o objeto da pesquisa, neste caso o Arduino, e utilizar diversos componentes e sensores diferentes que possibilitassem variáveis de ambiente capazes de influenciar nos resultados, assim observar os resultados obtidos. Foi montado um protótipo utilizando uma placa de Arduino, um protoboard, um sensor de temperatura NTC, um sensor de luminosidade LDR, um Led, um Buzzer e um Bluetooth Shield para comunicação com smartphone que possua o sistema operacional Android. O protótipo foi submetido a diversos ambientes, tais como: salas fechadas com ar condicionado, salas apenas como ventilação e ao ar livre.

(RESULTADOS) A prototipação consistia em um circuito com o Arduino e um sensor de temperatura NTC, onde foi obtido o valor da temperatura local em graus celsius, para melhor controle dessa temperatura foi utilizado um componente buzzer, que emitia um sinal sonoro caso a temperatura do ambiente ultrapassa-se 30°C. Dando continuidade ao estudo de sensores, foi feito um estudo utilizando a linguagem Python para acessar o Arduino e coletar dados através de uma comunicação serial pela USB, para isto foi utilizado a biblioteca pyserial, dessa forma foi possível monitorar pelo computador os valores dos sensores, ao mesmo tempo se tornou possível enviar informação do computador para o Arduino. Foi incluído no protótipo mais um sensor o LDR, com este sensor foi possível verificar a luminosidade acionando um led quando ocorrer baixa luminosidade e acionando um buzzer quando ocorresse ausência de luz. O sensor NTC teve variação em aproximadamente 2°C em relação a temperatura real. Todos os componentes corresponderam de forma esperada, o Led e o Buzzer foram acionados e os valores dos sensores devidamente capturados.

(CONCLUSÃO) O objetivo da pesquisa era apresentar a tecnologia através de experimentos, dessa forma concluiu-se que com o Arduino foi possível obter todos os resultados esperados, tais como: facilidade e rapidez na montagem da prototipação, facilidade no desenvolvimento do código e eficácia da obtenção dos resultados analisados através dos sensores. O único sensor que não correspondeu ao esperado foi o sensor de temperatura NTC, que através de pesquisa foi concluído que para melhores resultados em relação a temperatura é indicado o uso do sensor de temperatura LM35. Com o Arduino é possível ter acesso a dados reais de monitoramento e com baixo investimento.

ALGORITMOS DE PAGINAÇÃO

Autor(es):

Adriano Cláudio de Macedo Cacho : Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
David Montenegro da Silva Barros: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Ranieri Melo Barbalho: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Sharle Revacine Duarte de Mattos: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientadores(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: UNI-RN
Kaio Alencar de Azevedo Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Uma boa gerência de memória é responsável pelo bom desempenho de um sistema operacional. E um dos responsáveis por essa gerência é o algoritmo de paginação, que nada mais é do que um esquema que permite que o espaço de endereçamento físico de um processo seja não contínuo. Os algoritmos de substituição de páginas são políticas definidas para escolher qual(is) página(s) da memória dará lugar a página que foi solicitada e que precisa ser carregada. Isso é necessário quando não há espaço disponível para armazenar a nova página.

(METODOLOGIA) A pesquisa se desenvolveu de forma bibliográfica, em livros e artigos, esses últimos pesquisados na internet, mas tomando com válidos aqueles publicados em congressos. Dessa forma procurou-se responder a seguinte pergunta: “Como é feita a paginação em um sistema operacional?”

(RESULTADOS) Substituição de páginas deve ser utilizada em sistemas que fazem uso de memória virtual paginada com o objetivo de melhorar o desempenho do sistema computacional. Os algoritmos de substituição de páginas podem ser classificados basicamente em: algoritmos com espaço fixo e algoritmos com espaço variável. A diferença entre estes dois tipos de algoritmos é que o de espaço fixo trabalha sobre uma área de memória sempre constante, enquanto que os de espaço variável podem modificar o tamanho da memória alocada dinamicamente. O FIFO (First-in, First-out) é um algoritmo de substituição de páginas de baixo custo e de fácil implementação que consiste em substituir a página que foi carregada há mais tempo na memória (a primeira página a entrar é a primeira a sair). Esta escolha não leva em consideração se a página está sendo muito utilizada ou não, o que não é completamente adequado, pois pode prejudicar o desempenho do sistema. Por este motivo, o FIFO apresenta uma deficiência denominada anomalia de Belady: a quantidade de falta de páginas pode aumentar quando o tamanho da memória também aumenta. Por estas razões, o algoritmo FIFO puro é muito pouco utilizado. Contudo, sua principal vantagem é a facilidade de implementação: uma lista de páginas ordenada pela “idade”. Dessa forma, na ocorrência de uma falta de página, a primeira página da lista será substituída e a nova será acrescentada ao final da lista. O LRU (Least Recently Used) é um algoritmo de substituição de página que apresenta um bom desempenho substituindo a página menos recentemente usada. Esta política foi definida baseada na seguinte observação: se a página está sendo intensamente referenciada pelas instruções, é muito provável que ela seja novamente referenciada pelas instruções seguintes e, de modo oposto, aquelas que não foram acessadas nas últimas instruções, também é provável que não sejam acessadas nas próximas. Apesar de o LRU apresentar um bom desempenho ele também possui algumas deficiências quando o padrão de acesso é seqüencial. Diante dessas deficiências foram propostas algumas variações do LRU, com destaque para o LRU-K. Este algoritmo não substitui aquela que foi referenciada há mais tempo e sim quando ocorreu seu k-último acesso. Por exemplo, LRU-2 substituirá a página que teve seu penúltimo acesso feito há mais tempo e LRU-3 observará o antepenúltimo, e assim por diante.

(CONCLUSÃO) Com base nos algoritmos estudados e resultados obtidos, foi visto que o conceito de adaptatividade em algoritmos de substituição de páginas oferece benefícios potencialmente importantes, como a correção de deficiências presentes nas políticas tradicionais, ou triviais, e a possibilidade de otimização dos critérios de substituição adotados.

ANDROID: NOVA FORMA DE DESENVOLVIMENTO MÓVEL

Autor(es):

Afonso César Lima Soares : Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Alessandro Frederico Padilha Aranha: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
José Edivaldo de Souza Filho : Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientadores(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: UNI-RN
Kaio Alencar de Azevedo Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O desenvolvimento de aplicações para dispositivos móveis tem evoluído exponencialmente com o tempo, e já se tornou um padrão de desenvolvimento quase onipresente, no sentido de que muitas empresas estão escalonando ou recrutando novos desenvolvedores, formando seus grupos de desenvolvimento para sistemas móveis a fim de criar novas ou adaptar soluções de serviços existentes, assim suprimindo a demanda do mercado. (empresas bancárias disponibilizando serviços de operações financeiras pelo celular, controle de estoque de materiais e outros). Várias são as plataformas hoje para desenvolvimento de aplicações para dispositivos móveis. As tecnologias existentes para desenvolvimento são: Adobe AIR, Java Me, Symbian, Ubuntu Touch, WebOS, entre outros. Em 05 de novembro de 2007, a empresa tornou pública a primeira plataforma Open Source de desenvolvimento para dispositivos móveis baseada na plataforma Java com sistema operacional Linux, a qual foi chamada de Android. Este artigo tem como objetivo descrever a nova plataforma móvel do Google.

(METODOLOGIA) Para a aquisição de dados, foi realizada leitura de livros, artigos, e revistas sobre a plataforma Android, também foram feitas pesquisas na internet. Também foram feitos testes em aparelho que utilizam o sistema operacional Android.

(RESULTADOS) A plataforma Android usa como base kernel do Linux 2.6, sendo que várias alterações foram realizadas para que o sistema ficasse mais bem adaptado aos dispositivos portáteis. Ele é responsável pelas tarefas fundamentais do sistema, como segurança, gerenciamento de memória e outras. Possui Application Framework que permite o reuso e a substituição de componentes, a máquina virtual Dalvik, que roda software escrito na linguagem Java compilado num formato especial de bytecodes, um navegador web baseado no Webkit Engine, ambiente gráfico e gerenciador de pacotes, biblioteca 2D e 3D, o banco SQLite para armazenar os dados estruturados, suporte para mídias: áudio, vídeo, formatos de imagens (MPEG4, H.264, MP3, AAC, AMR, JPG, PNG e GIF), telefonia GSM, Bluetooth, EDGE, 3G, 4G e WiFi, câmera, GPS, bússola e acelerômetro. A arquitetura do Android é dividida em cinco partes: kernel Linux, bibliotecas, ambiente de execução, framework e aplicativos. A camada de biblioteca carrega consigo um conjunto de bibliotecas C/C++ utilizadas pelo sistema. Apesar de o Android usar Java como linguagem de programação, em seu sistema operacional não existe uma máquina virtual Java (JVM), mas sim a máquina virtual Dalvik, que é otimizada para execuções em dispositivos móveis. **(CONCLUSÃO)** Os usuários de dispositivos portáteis não têm consciência de que seu aparelho está rodando um sistema operacional, tudo é feito de maneira transparente. O Android vem oferecer uma série de recursos para tornar os dispositivos mais funcionais mantendo a transparência. Por se tratar de uma plataforma aberta, a comunidade de desenvolvedores pode contribuir para a criação de aplicações. No presente artigo foi apresentada uma introdução dessa nova plataforma para uma posterior utilização na criação de aplicações.

GERENCIAMENTO DE DISPOSITIVOS MOVEIS

Autor(es):

Abddyas Faustino de Souza: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*João Paulo da Silva* : Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientadores(es):

Joseane Alves Pinheiro

Instituição de Ensino: UNI-RN

Kaio Alencar de Azevedo Dantas

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O sistema MDM se tornou uma solução corporativa, que oferece condições de assegurar que os dados estejam protegidos em qualquer situação, até mesmo no caso de perda, extravio ou roubo dos dispositivos. Nesses casos, o conteúdo armazenado na memória do aparelho poderá ser apagado remotamente e se depois for encontrado, é possível fazer a recuperação das informações, assim como estabelecer restrições de uso e acesso particular quando o dispositivo for de propriedade do funcionário. Esse conceito conhecido como “traga seu próprio dispositivo” (“bring your own device”, ou “BYOD”), é um dos principais responsáveis pela necessidade de maior controle e gestão desses equipamentos nas empresas. Sempre que desenvolvemos um software para dispositivos móveis, devemos nos preocupar com a forma como ele utiliza os recursos do aparelho. O mau gerenciamento desses recursos, como por exemplo a bateria ou o plano de dados do usuário, pode fazer com que o aplicativo seja descartado pelos usuários e vire alvo de críticas. Os dispositivos móveis estão se tornando onipresentes e aplicações inundando o mercado, o monitoramento móvel está crescendo em importância. Muitos fornecedores ajudam os fabricantes de dispositivos móveis, portais de conteúdo e desenvolvedores, a testar e monitorar a entrega de seu conteúdo móvel, aplicações e serviços. Este teste de conteúdo é feito em tempo real, simulando a ação de milhares de clientes para detectar e corrigir erros nas aplicações. A maioria dessas necessidades pode ser tratada com qualquer uma das muitas suites de Gerenciamento de Dispositivos Móveis (MDM, na sigla em inglês). Cada uma delas oferece um conjunto específico de plataformas suportadas, recursos e ferramentas de integração de sistemas corporativos.

(METODOLOGIA) Este artigo mostra a forma e o desenvolvimento dos Mobile Device Management (MDM) que em português significa “Gerenciamento de Dispositivos Móveis”, bem como o seu crescimento dentro do mercado tecnológico que cada vez mais vem se espalhando pelo mundo a fora, a rápida adoção entre as empresas que desejam gerenciar os dispositivos móveis, a fim de garantir o sucesso dentro do mercado e as formas de desenvolvimentos de segurança e aplicativos, e os melhores processamentos dos dispositivos.

(RESULTADOS) Ao buscar compreender como funciona os gerenciamentos dos dispositivos móveis, passamos a perceber o quanto estes aparelhos interfere na vida de quem o usa e a forma de como é gerenciado pois nós proporcionam bastantes facilidades, pois a variedades desses aparelhos é bem ampla, e com funcionalidades de gerenciamentos de acordo com os tipos de cada usuário.

(CONCLUSÃO) Obteve-se a resposta de que os tipos de gerenciamentos dos dispositivos é feito para todos os públicos, de acordo com o que cada pessoa necessita se você procurar um dispositivo com um sistema operacional com mais segurança é indicado o iOS, pois ele não permite que o hardware rode em outras máquinas já o android ele é mais vulnerável pois é liberado para rodar em várias máquinas e devido a sua grande expansão de aplicativos o sistema se torna mais sujeito a obtenção de vírus. A plataforma de MDM ainda possibilita aplicar níveis de acesso de acordo com a posição ocupada pelo usuário, assim como por grupos de perfis de cada usuário, o que ajuda a selecionar os dados que podem ser acessados de acordo com o que cada usuário deve utilizar. A maioria dessas necessidades pode ser tratada com qualquer uma das muitas suites de Gerenciamento de dispositivos móveis. Além da praticidade remota, a plataforma está disponível para empresas de todos os tipos e portes.

POR QUE O WINDOWS PHONE POSSUI POUCOS APLICATIVOS?

Autor(es):

Lauan Ferreira da Silva: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientadores(es):

Joseane Alves Pinheiro

Instituição de Ensino: UNI-RN

Kaio Alencar de Azevedo Dantas

Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) O Windows Phone, um sistema operacional móvel para smartphones feito pela Microsoft, não é o único do mercado, tem concorrentes como o Android, do Google, e o iOS, da Apple, que segundo as pesquisas de mercado, ganham em número de usuários, enquanto a Microsoft perde. O Windows Phone possui poucos aplicativos desenvolvidos para seu sistema quando comparado ao Android e o IOS, e talvez as pessoas deem preferência aos sistemas que possuam uma maior quantidade de aplicativos. Ainda mais, pode ser que exista poucos aplicativos, pois os desenvolvedores não querem arriscar criá-los para um sistema pouco usado. Neste artigo serão abordados os motivos que levam esse sistema a engatinhar quando comparado aos demais no quesito aplicativos, e prováveis soluções que podem mudar o rumo do sistema da Microsoft em um mundo onde Apple e Google dominam o mercado.

(METODOLOGIA) Foram pesquisados artigos encontrados em bibliotecas digitais, acessados sites que informam sobre a situação atual da tecnologia e elaborado este artigo com base nas informações contidas neles.

(RESULTADOS) A Microsoft, desde que entrou no mundo dos smartphones, tem sofrido com a baixa popularidade do seu sistema operacional, que em datas anteriores ganhou a fama de corporativo. Atualmente ele é chamado de Windows Phone. Em 2011 ela detinha 3,3% de participação na venda de smartphones, hoje ocupa o terceiro lugar no Brasil no quesito vendas, mas não divulga números. Apesar de tudo, os dados indicam um futuro promissor para o Windows Phone. Se depender da Nokia (uma das principais, se não a principal parceira da Microsoft no mundo dos smartphones) isso não vai demorar. Ao contrário da Apple, ela tem aparelhos em diferentes níveis de preço, acessíveis a todos os públicos. Além disso, a Nokia vende aparelhos – Lumia 520 e 710 – com preços bastante competitivos, disputando contra os aparelhos Android baratos. E a presença do Windows Phone só deve aumentar, graças ao acordo da Microsoft com a Telefônica/Vivo para combater o “duopólio do Android e iOS”.

(CONCLUSÃO) A pesquisa revela a predominância de dois sistemas operacionais no mercado: o Android, do Google, e o IOS, da Apple. Revela também a fama que o Windows Phone adquiriu em momentos de sua existência. Com base nesses dados podemos falar que o Windows Phone não possui muitos aplicativos, quando comparamos com outros sistemas pelo fato de ser pouco utilizado pela população o que leva os desenvolvedores evitarem criar aplicativos para ele já que é pouco utilizado, e que eles procuram um sistema que seja muito utilizado para que seu trabalho seja de fato conhecido, sendo que Android e IOS se mostram mais atraentes. Em relação às prováveis soluções que podem mudar o rumo do sistema da Microsoft, a mesma já está tomando as atitudes necessárias que são parcerias e preços acessíveis.

SEGURANÇA EM WIRELESS (PROTOCOLOS WEP E WPA)

Autor(es):

DIEGO BEZERRA RIBEIRO: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Heldder Ulhoa de Freitas Assis: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Mateus de Araújo Freire da Silva : Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Maxwell Aleksandro Sales: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientadores(es):

Soraya Christiane Silva de Sousa
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) Neste presente trabalho iremos falar sobre a segurança das redes sem fio, onde sabemos que elas estão presentes cada vez mais no nosso cotidiano e tornando-se cada vez mais populares em diversificados ambientes, trazendo cada vez mais mobilidade, facilidades, respostas mais rápidas, acesso simplificado a essas redes, sendo assim ela esta cada vez mais susceptível a questão da segurança por isso irá abordar diversos tipos de protocolos de segurança existentes como o WEP(Wired Equivalent Privacy) e o WPA (Wired Protected Access).

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) Esse trabalho irá fazer uso de métodos de pesquisas bibliográficas, sendo feitas pesquisas em diversos tipos de materiais como livros, artigos científicos disponíveis na internet, sempre buscando abordar um fato, um problema, um caso, com base nos estudos feitos por diversos autores. Essa pesquisa funciona como se estivesse fazendo uma varredura nos assuntos mais importantes.

(RESULTADOS) RESULTADOS) Devido à popularidade e o baixo custo de implementação desse tipo de rede temos um problema muito preocupante mesmo não esquecendo os benefícios proporcionados pela facilidade, os prós e os contras nos leva a ressaltar uma das falhas mais gritantes das redes Wireless, a segurança. Contudo foram criados modos de encriptação das conexões, são eles WEP e WPA, que estão disponíveis por padrão na maioria dos equipamentos onde cada um tem seus benefícios e malefícios de operabilidade e funcionalidade. O protocolo de segurança WEP é baseado em um processo criptográfico RC4, ele emprega uma chave secreta de 40 ou 104 bits onde a mesma é compartilhada entre os clientes e o ponto de acesso da rede, durante a transmissão dos pacotes um IV (vetor de inicialização) de 24 bits é escolhido randomicamente e é anexado à chave WEP para formar uma nova chave de 64 ou 128 bits (MARTINS, 2003). Já o protocolo WPA teve como base o desenvolvimento de sua estrutura em geral os erros do protocolo WEP e assim ganhou grande proporção no mercado mundial. O mesmo pode ainda ser definido como um subconjunto dos componentes 802.11, ele usa protocolo chave temporal do intercâmbio (TKIP), uma tecnologia mais segura de encriptação de chave do que o RC4 usada na WEP.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) Concluímos que a cada ano que passa o sistema de rede Wireless se torna cada vez mais acessível as pessoas em diversos lugares e com essa popularização torna-se mais susceptíveis a segurança desse tipo de rede pelo fato dos dados das mesmas estarem ao ar livre, por esse motivo existem esses protocolos para melhorar a segurança dessas redes.

SISTEMAS EMBARCADOS

Autor(es):

Juliano Sanches de Azevedo: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Uzimar de Almeida Neves Júnior : Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Wedson Thiago da Silva: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientadores(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: UNI-RN
Kaio Alencar de Azevedo Dantas
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) Os sistemas embarcados, hoje em dia, fazem parte da vida de quase todas as pessoas, mesmo que elas não façam ideia disto. Partindo deste pressuposto, este artigo tem por finalidade apresentar conhecimentos sobre sistemas embarcados, o que são, suas características, exemplos e suas aplicações em nosso cotidiano.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) A metodologia aplicada para criação deste artigo foi a pesquisa em meios abertos, tais como: sites da internet, livros, revistas, monografias, artigos e projetos científicos.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) Sistemas embarcados são dispositivos “invisíveis” que se fundem ao nosso cotidiano, de forma que nem percebemos que eles estão lá. Eles são formados pelos mesmos componentes de um computador pessoal: processador, memória, alguns dispositivos de armazenamento, interfaces gráficas e assim por diante. A principal diferença é que, ao contrário de um computador pessoal, os sistemas embarcados realizam um conjunto de tarefas predefinidas e limitadas, geralmente com requisitos específicos, de maneira contínua e geralmente sem travamentos e pausas. Basicamente, qualquer equipamento autônomo que não é um Pc, Mac ou outro tipo de computador pessoal, acaba caindo nesta categoria. Sistemas embarcados são desenvolvidos para uma tarefa específica. O software escrito para sistemas embarcados é chamado de firmware e é armazenado em uma memória ROM ou FLASH, ao invés de um disco rígido. Por vezes o sistema também é executado com recursos computacionais limitados: sem teclado, sem tela e com pouca memória. Estes fatores podem ser traduzidos em baixo custo. Processadores utilizados em alguns sistemas embarcados podem ter preço inferior a US\$ 1. Os sistemas embarcados utilizam vários tipos de processadores: processadores digitais de sinais, micro controladores e micro processadores. Os sistemas operacionais embarcados utilizam amplamente as arquiteturas: ARM, POWER PC, PIC, AVR, 8051, COLD FIRE, TMS 320 e BLACK FIN. Sistemas embarcados geralmente utilizam sistemas operacionais de tempo real especiais, que além de consumirem muito menos memória e processamento, são muito mais estáveis e confiáveis. Alguns exemplos de equipamentos que utilizam sistemas embarcados são: MP3 player, impressoras, eletrodomésticos, calculadoras, sistemas bancários, aviação, diversão, smartphones, computadores de bordo automotivos, sistemas de monitoramento médicos, equipamentos de redes, etc.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) Hoje os sistemas embarcados são, uma poderosa força que domina praticamente todos os setores da indústria eletrônica, pois quase todos os aparelhos eletrônicos existentes dispõem de algum tipo de sistema embarcado próprio. Ao longo do tempo este sistema tornou possível que tarefas das mais diversas ordens, possam ser executadas de maneira simples e com um baixo custo.

ZABBIX: MONITORAMENTO DE REDES HETEROGENEAS COM SUPORTE VISUAL E ALERTAS POR E-MAIL

Autor(es):

Denilton Falcão Soares : Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Joab Soares dos Santos: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
José Francisco dos Santos Neto : Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Leandro Bezerra Diniz: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN
Thalles Roberto Fernandes Carer: Discente do curso Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN

Orientadores(es):

Soraya Christiane Silva de Sousa
Instituição de Ensino: UNI-RN
Werneck Bezerra Costa
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este artigo tem como objetivo descrever como é feito o monitoramento de rede e equipamentos da mesma, pelo Zabbix. O Zabbix é escrito e distribuído sob a GNU General Public License isso significa que seu código-fonte é distribuído gratuitamente e está disponível para o público em geral. É um software de Monitoramento capaz de auxiliar na Administração de uma rede, coletando dados e disponibilizando informações, dos vários aspectos inerentes a um ambiente conectado. A abordagem utilizando o zabbix é ilustrar, através de telas, os dados colhidos de uma rede genérica, levando uma empresa a ter informação visual para controle e em caso de emergência ser alertada, (através de um e-mail) relatando as ocorrências de falhas ocorridas em sua rede. Com isso ajudando a solucionar possíveis problemas futuros.

(METODOLOGIA) Esse trabalho utiliza o método de pesquisa bibliográfica e exploratória, onde foram feitas pesquisas em livros e artigos especializados publicados e que se encontram disponíveis na internet, também como testes efetuados a partir de máquinas virtuais simulando ambientes de um rede corporativa(conexões entre servidores e hosts, interrupções de link e serviços e monitoramento do status de equipamentos).

(RESULTADOS) Atualmente as redes de grande porte criadas para grandes empresas, tornam-se muito complexas, sendo assim necessitando de um gerenciamento e um monitoramento que atenda essas necessidades. O Zabbix é um software bem completo e simples, com uma precisão de monitoramento muito alta, com suporte a vários equipamentos via SNMP, com ilustração de mapeamento claro, com telas, gráficos, históricos. A ferramenta de monitoramento de redes Zabbix oferece uma interface 100% Web para administração e exibição de dados. Os alertas do sistema de monitoramento Zabbix podem ser configurados para utilizar vários métodos de comunicação, como SMS, e-mail e abertura de chamados em sistemas de helpdesk. O sistema permite ainda que ações automáticas como, por exemplo, o reinício de serviços sejam executados a partir de eventos. Dentre os diversos itens que podem ser monitorados com o zabbix, destacam-se o monitoramento de estado, consumo e utilização de portas de equipamentos ativos como o switch e também consumo de disco memória, rede e processamento em servidores.

(CONCLUSÃO) Pode-se inferir a partir dos resultados alcançados através da pesquisa que o zabbix é uma ótima ferramenta que ajuda um administrador de redes a gerenciar e manter uma estrutura de redes em perfeito funcionamento, atuando na correção de falhas que pode ser observada através da coleta de dados, diminuindo significativamente o tempo de resposta a possíveis falhas, o que resulta em uma excelente qualidade de serviço para clientes internos e externos de uma corporação.

SERVIÇO SOCIAL

XIII CONIC

Importância e abrangência
do empreendedorismo

2013

XIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

De 24 a 26 de outubro | Campus do UNI-RN



A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA IDOSOS

Autor(es):

Cleide Carlos da Silva: Discente do curso Serviço Social do UNI-RN
Ruan Deibel Xavier da Silva: Discente do curso Serviço Social do UNI-RN
Wenia Ivo de Mendonca: Discente do curso Serviço Social do UNI-RN

Orientadores(es):

Izete Soares da Silva Dantas Pereira
Instituição de Ensino: UNI-RN

(INTRODUÇÃO) Este artigo tem por objetivo analisar a reinserção dos indivíduos longevos na sociedade através das atividades promovidas pelos centros de convivência, que podem ser um local de aquisição e manutenção do convívio social e familiar, de um envelhecimento com uma melhor qualidade de vida e, principalmente, devem ser um espaço de debate e discussão no que se refere aos direitos deste segmento populacional. Neste contexto, encontra-se o Assistente Social que atua na intervenção e na formulação de programas e projetos nestes centros. O objetivo da proposta a ser desenvolvida neste trabalho é promover a integração entre os idosos, familiares e comunidade através de atividades planejadas e sistematizadas, buscando um sentido mais produtivo para a vida destes idosos. Pretende-se assim, proporcionar um envelhecimento saudável, fomentando sua autonomia e capacidade funcional, bem como o resgate da auto-estima e, finalmente, poder contribuir para uma reintegração social. A proposta não é criar um asilo, mas sim, um ambiente de lazer, e não uma residência fixa para estes idosos. Lá eles receberão cuidados médicos, alimentação balanceada com acompanhamento nutricional. Os idosos poderão ficar o dia todo no local, com liberdade para entrar e sair quando quiserem. Em casos específicos, haverá o monitoramento de entradas e saídas, as quais serão realizadas somente através de acompanhamento familiar. Esta proposta não visa à separação do idoso do convívio de sua família. Na realidade, o projeto pretende tornar mais humana essa convivência, evitando o abandono, que na maioria das vezes se dá pelos familiares, o que resulta em internamento asilar.

(METODOLOGIA) Este estudo tem como objetivo identificar as necessidades inerentes aos idosos e identificar o que pode ser feito para contribuir e/ou melhorar a qualidade de vida destes sujeitos. A pesquisa é fundamentada no estudo do Estatuto do Idoso, que visa garantir aos idosos as mesmas condições de liberdade, dignidade e cidadania usufruídas por todos nós. Algumas ações são decretadas no estatuto como a garantia de acessibilidade ao idoso.

(RESULTADOS) Na sociedade contemporânea, que é regida pelo sistema capitalista de produção, há uma enorme desigualdade, onde se faz necessário que medidas interventivas sejam implementadas como forma de amenizar os danos causados nos idosos que sofrem descaso. Portanto, estas medidas são fundamentais para que os indivíduos longevos vivam melhor e com mais dignidade, nesta fase da vida. Nesta perspectiva, o Serviço Social precisou acompanhar o processo de envelhecimento e suas políticas sociais, para atualizar-se e principalmente para intervir de forma a atender os interesses desta população, que traz para a sociedade novos desafios, sobretudo, a transferência de recursos para atender as especificidades desse segmento, por consequência também traz novos desafios para o Serviço Social, que precisou intensificar a luta por uma política social mais justa e igualitária para a sociedade, mesmo com a velhice sendo tratada como questão social e tendo a intervenção do Estado.

(CONCLUSÃO) Os Centros de Convivência estão presentes na sociedade brasileira, desde a década de sessenta, com ações implementadas pelo Serviço Social do Comércio (SESC), para a população idosa, numa perspectiva de convívio social para o bem-estar na velhice. São instituições que preconizam a promoção do idoso em torno de um objetivo que é o de viver mais, porém com qualidade de vida.